



PO Algarve 21

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE

- Objectivo: Convergência (phasing out)
- Decisão de aprovação: C (2007) 5067 de 10/10/2007
- Código CCI: 2007PT161 PO005

Relatório de Execução 2011

(Versão Definitiva)

Novembro 2012

PO ALGARVE 21*Relatório de Execução - 2011***ÍNDICE**

Índice	1
Sumário Executivo	7
0. Introdução	13
1. Apresentação do Programa Operacional	15
2. Execução do Programa Operacional	26
2.1. Realização e Análise dos Progressos.....	26
2.1.1. Realização Física do Programa Operacional.....	26
2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional.....	32
2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos.....	42
2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo.....	46
2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado.....	47
2.1.6. Análise qualitativa.....	47
2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário.....	57
2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa operacional e medidas tomadas.....	63
2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional.....	72
2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) nº1083/2006.....	88
2.6. Complementaridade com outros instrumentos.....	
2.6.1. Complementaridade com outros Programas.....	88
2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – Jessica, Jeremie e SAFPRI.....	92
2.7. Acompanhamento e Avaliação.....	99
2.7.1. Acompanhamento.....	99
2.7.2. Avaliação.....	134
2.7.3. Avaliação ambiental estratégica (AAE).....	138
3. Execução por eixo prioritário	150
3.1. Eixo prioritário 1.....	
3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	151
3.1.2. Análise qualitativa.....	154
3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	163
3.2. Eixo prioritário 2.....	
3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	167
3.2.2. Análise qualitativa.....	169
3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	175

3.3. Eixo prioritário 3	
3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	178
3.3.2. Análise qualitativa.....	181
3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	190
4. Grandes projectos e Projetos Ambientais.....	192
4.1. Grandes Projetos.....	192
4.2. Projetos Ambientais.....	192
5. Assistência Técnica.....	193
6. Informação e Divulgação.....	297
7. Conclusões e previsões para 2012.....	217
Glossário e Siglas.....	225
Anexos.....	227

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS DO RELATÓRIO

TABELAS:

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários.....	26
Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso.....	35
Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos.....	40
Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia.....	41
Tabela 2.5 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento.....	42
Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território.....	43
Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Atividade Económica.....	44
Tabela 2.8 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário.....	46
Tabela 2.9 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários.....	49
Tabela 2.10 – Apoios concedidos ao abrigo de <i>minimis</i> no período 2008-2010.....	60
Tabela 2.11 – “Follow-up” das Recomendações decorrentes de Acções de Controlo efetuadas ao PO Algarve 21.....	69
Tabela 2.12 – Aprovações para o Algarve noutros PO do QREN.....	91
Tabela 2.13 – Linhas de crédito PME Investe.....	98
Tabela 2.14 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios.....	111
Tabela 2.15 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos.....	116
Tabela 2.16 – Planos de Controlo Interno.....	125
Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1.....	151
Tabela 3.2 – Projetos aprovados no âmbito do Cluster do Turismo e Lazer.....	160
Tabela 3.3 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 2.....	167
Tabela 3.4 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3.....	178
Tabela 5.1 – Assistência Técnica – Execução por anos.....	194
Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por componentes.....	195
Tabela 5.3 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) – Eixo 4.....	195
Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação.....	209
Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação.....	213
Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efectuadas para 2011.....	219
Tabela 7.2 – Previsão de Pedidos de Pagamento para 2012 e 2013.....	221

GRÁFICOS:

Gráfico 2.1 – Programação por Anos.....	32
Gráfico 2.2 – Programação por Eixos.....	33
Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos.....	34
Gráfico 2.4 – Variação de admissibilidade/aprovações (2008-2011).....	35
Gráfico 2.5 – Taxas de Compromisso por Eixos –.....	36
Gráfico 2.6 – Programado, Aprovado e Executado por anos.....	36
Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo.....	38
Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção.....	39

Gráfico 2.9 – Formas de financiamento (aprovações).....	42
Gráfico 2.10 – Tipo de território (aprovações).....	44
Gráfico 2.11 – Atividade Económica (aprovações e execução).....	45
Gráfico 2.12 – Tipologia de beneficiário (aprovações).....	47
Gráfico 2.13 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários.....	50
Gráfico 2.14 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	51
Gráfico 2.15 – Sociedade de Informação.....	51
Gráfico 2.16 – Transportes	52
Gráfico 2.17 – Energia	52
Gráfico 2.18 – Proteção do Ambiente e Gestão de Riscos	53
Gráfico 2.19 – Turismo	53
Gráfico 2.20 – Atividades Culturais.....	54
Gráfico 2.21 – Reabilitação Urbana e Rural.....	54
Gráfico 2.22 – Aumentar a adaptabilidade.....	54
Gráfico 2.23 – Investimento em infraestruturas sociais	54
Gráfico 2.24 – Reforço das capacidades institucionais.....	55
Gráfico 2.25 – Assistência Técnica.....	56
Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso	150
Gráfico 3.2 – Taxa de Execução.....	150
Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade.....	150
Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta.....	150
Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão.....	151
Gráfico 3.6 – Investimento Médio por operação.....	151
Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Programação, Aprovações e Execução.....	154
Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	155
Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	156
Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Aprovações e Execução.....	169
Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	170
Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	171
Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Aprovações e Execução	181
Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação.....	182
Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação.....	183
Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Aprovação e Execução.....	193
Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática.....	220

ANEXOS:

Anexo I – Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II e III – Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário e por Regulamento Específico até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo IV – Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo V – Aprovações e execução por tema prioritário

Anexo VI (I) – Relatório de acompanhamento dos instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Anexo VI (II) – Relatório de acompanhamento dos instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII – Resumo Implementação Física – Indicadores de Eixo – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX – Resumo Implementação Física – Indicadores Comuns Comunitários
– Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X – Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo XI – Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII – Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31/12/2011 (valores acumulados)

Anexo XIII – Realização Financeira (31/12/2011)

Anexo XIV – Legislação Relevante (2007-2010)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21, foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007 e tem como principal objetivo “*Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento*”.

Durante os meses de abril/maio de 2011 foi preparada uma primeira Reprogramação técnica do Programa para responder a “*alterações sócio económicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução, por força de restrições orçamentais*”. Esta reprogramação foi aprovada na Comissão de Acompanhamento de 9 de Junho e pelos serviços da Comissão Europeia através da Decisão C (2011) 9358 de 15/12/2011.

Os **4 Eixos Prioritários** do PO apresentam agora as seguintes **dotações financeiras**:

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	88.646.031 €
Eixo 2 – Protecção e Qualificação Ambiental	18.322.055 €
Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	60.985.850 €
Eixo 4 – Assistência Técnica	6.998.080 €

A Região do Algarve assumiu neste período de programação (2007-2013) o estatuto de “phasing out” do Objectivo convergência, o que teve como consequência uma forte redução de verbas em relação ao Quadro Comunitário anterior. Após a reprogramação, o investimento total previsto no Programa aprovado, ascende a 263,3 milhões de euros com uma **comparticipação comunitária FEDER de 175 milhões de euros**, tendo passado de uma taxa média de participação de 49,7% para uma **taxa máxima** de participação de **85%**.

O presente relatório anual de Execução do Programa é referente ao ano de 2011 e é elaborado nos termos do artigo 60º do Regulamento nº1083/2006, de 31 de Julho.

Durante o ano 2011, deu-se continuidade ao processo evolutivo dos principais instrumentos de Gestão do Programa com ajustamentos ao Manual de Procedimentos do PO (através de Orientações de Gestão), revisão e aprovação de uma nova versão do Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos (novembro 2011), 2 atualizações da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo (junho e setembro 2011), e finalmente um conjunto de aperfeiçoamentos ao Sistema de Informação do PO (SIGA.21) concentrados no 1º semestre do ano (módulos de Monitorização e Reporte, Controlo e Gestão de Dívidas e Indicadores).

Embora alguns destes módulos não tenham entrado em funcionamento em pleno por atrasos na adjudicação do contrato do Sistema de Informação, mantendo-se as situações de contingência, foi possível efetuar em 2011 3 Certificações de Despesa do Programa dentro do Sistema, para o IFDR e 5 para a Comissão Europeia (março, julho, novembro e dezembro (2)).

O ano 2011 foi marcado por um acentuar da grave crise económica e financeira que teve repercussões negativas ao nível dos indicadores regionais. Registou-se um forte aumento do desemprego e da falência de empresas, em particular nos setores da construção civil especialmente representativo na região. Este contexto de incerteza agravado pela crise política que levou à mudança do Governo, e teve como consequência alterações nas estruturas regionais e na Autoridade de Gestão do PO, limitaram a evolução do crescimento do PO, com atraso no lançamento de concursos ao nível das aprovações, mas sobretudo ao nível do ritmo da execução.

Em Maio/Junho de 2011, foi preparada uma **Reprogramação Técnica** dos vários PO do QREN que assumida “*como uma revisão programática de natureza técnica e de programação financeira promovida na sequência de alterações sócio económicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução por força de restrições orçamentais*”.

Esta reprogramação implicou alterações no Programa Operacional do Algarve relacionadas com o aumento de taxas de co-financiamento, mudança da contabilização de “custo total” para “despesa pública”, ajustamento de elegibilidades entre o PO Valorização do Território e o PO do Algarve, ligeiro ajustamento de dotações no Eixo 1 e 4 e atualização de quadros financeiros, texto e indicadores.

Apesar de durante o ano 2011 terem estado abertos mais **concursos** do que no ano anterior (35 contra 23 em 2010), em particular nos Sistemas de incentivos e no 1º Semestre, grande parte dos processos de seleção abriu tardiamente no 2º semestre não permitindo obter resultados até ao final do ano em análise. Apesar do contexto e embora o nível de aprovações se mantenha ainda relativamente baixo no Programa, foi possível em 2011 aumentar 50% o nível de

aprovações atingindo, em 31/12/2011, 299,6 milhões de euros de investimento total e 100,1 milhões de FEDER comprometido, ou seja 58% da dotação do Programa.

A maior taxa de aprovações do Programa regista-se no Eixo 2 (81%) e o Eixo 1 registou durante o ano 2011 o maior acréscimo absoluto de aprovações.

No total, até 31/12/2011, tinham sido lançados 135 processos de seleção com uma dotação de 226 milhões de Euros FEDER, abrangendo 22 Regulamentos Específicos do Programa, dos quais 122 tinham já encerrado naquela data e 120 tinham sido alvo de decisão.

Durante o ano, realizaram-se 7 reuniões presenciais da **Comissão Directiva** e 5 consultas por escrito para análise de candidaturas. Em Junho ocorreu a **Comissão de Acompanhamento** do Programa na qual foi aprovado o Relatório de Execução de 2010, foi analisada a situação da execução do Programa à data e foi apreciada a proposta de Reprogramação Técnica do Programa. Para além da reunião anual, foi também efectuada uma consulta escrita à Comissão de Acompanhamento (Julho 2011) para aprovação dos critérios de selecção do Regulamento Específico “Regeneração Urbana” aprovado em Junho 2011.

No final do ano, tinham sido alvo de decisão cerca de 97% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados até 31/10/2011 e registavam-se acréscimos nas *taxas de admissibilidade*, de *aprovação* e de *contratação* relativamente ao final do ano anterior.

No decorrer do ano foi ainda dado cumprimento à exigência de **monitorização e reporte** com periodicidade mensal da informação financeira do Programa e trimestral da informação física, tendo sido actualizado mensalmente, ao longo do ano, o espaço relativo aos **principais resultados** do Programa, criado para o efeito no respectivo site ([www.ccdr-
alg.pt/poalgarve21/](http://www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/)).

Durante o mês de Maio decorreram iniciativas de divulgação dos financiamentos comunitários e da política Europeia, em que o PO esteve envolvido, no âmbito do **Grande Evento Anual** (dia da Comissão de Acompanhamento) associado às comemorações de “Maio – Mês da Europa”. Durante a tarde do dia 9 de Junho foi realizada a “Sessão de apresentação dos Resultados 2011” do Programa, conforme previsto no **Plano de Comunicação**, onde para além da intervenção do Gestor do Programa foram convidados oradores para apresentação da avaliação do impacto no turismo e da Estratégia 2020.

A **execução** embora tenha sido fortemente abalada durante o ano, por dificuldades já referidas, motivadas pela situação económica e financeira, apresentava em 31/12/2011 uma taxa de **21%** e **os valores absolutos** (96 milhões de Euros de investimento total e 36 milhões de Euros de FEDER), quase duplicavam o valor de Dezembro de 2010.

A maior taxa de execução registava-se no Eixo 2¹ (27%) o qual registou também o maior acréscimo de execução, durante o ano 2011 (em termos absolutos e relativos).

Até final de 2011, tinham sido **pagos aos beneficiários** cerca de 35 milhões de Euros, entre adiantamentos e reembolsos dos investimentos efectuados.

A compreensão das instâncias comunitárias para a difícil situação sócio-económica que se fez sentir, em toda a Europa, levou à alteração do *Reg. (CE) n°1083/2006*² (derrogação da **regra N+3** que passou a aplicar-se em 2011). Face às novas metas estabelecidas, o PO do Algarve atingiu os montantes de execução necessários para o cumprimento da Meta N+3 com a certificação produzida com corte de 30/09 e enviada aos serviços comunitários em 20/12/2011. O cumprimento deste objetivo impediu a região do Algarve de sofrer cortes de verbas decorrentes da aplicação desta Regra. As **previsões** do Programa para o final de 2011, foram ultrapassadas no final do ano.

Com a aprovação em Dezembro de 2011 pela Comissão Europeia, da Reprogramação Técnica do PO do Algarve foi ainda possível realizar no final do ano, 2 Certificações que embora não tenham aumentado a despesa, aumentaram a taxa de cálculo dos reembolsos a efetuar para 85%. Devido ao mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (UE) n° 1311/2011 (mecanismo “*top-up*”) foi ainda possível aplicar uma taxa de 10% ao acréscimo da despesa certificada desde 24/05/2011, com benefícios para o volume de pagamentos a transferir pela Comissão Europeia para o Programa.

No plano da **Avaliação** deu-se continuidade ao trabalho da responsabilidade da Universidade do Algarve sobre o impacto do Programa Operacional no Sector do Turismo da Região “Competitiv TUR”, foi atualizado o Plano de Avaliação em articulação com o Observatório do QREN e foi preparado o caderno de encargos para a Avaliação Intercalar.

Durante o ano 2011, o Programa foi alvo de 19 Auditorias (12 ao Eixo 1, 2 ao Eixo 2, 4 ao Eixo 3 e 1 ao Eixo 4), e foi executado o 1º Plano Anual de Controlo da responsabilidade da Unidade

¹ Excluindo a “Assistência Técnica”

de **Controlo Interno** do PO, que no final do ano se encontrava em fase de preparação dos Relatórios Finais. Deu-se continuidade ao reporte das Dívidas em sistema de contingência e foi implementado internamente um Guia prático para “Gestão de Dívidas” com recuperação de histórico.

Os **desafios para 2012** centram-se na capacidade de, em situação de recessão económico-financeira e contexto de forte consolidação orçamental, com efeitos visíveis nas dificuldades em cumprir compromissos por parte de beneficiários e fornecedores, vir a contribuir para o relançamento da economia, ultrapassando os principais problemas identificados:

- Avançar na regulamentação e abertura de concursos nas Áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia (áreas de apoio à competitividade, inovação e internacionalização das empresas, áreas de intervenção públicas em áreas inovadoras e/ou complementares das iniciativas privadas num contexto do cluster turismo/lazer).
- Aumentar o nível de aprovações concretizando as que decorrem do Plano de Concursos 2011 e maximizar os efeitos na economia, com subida do nível geral das taxas de participação, ao nível das operações, em aplicação da Reprogramação Técnica aprovada.
- Aumentar a execução dos projectos públicos e privados aprovados reduzindo os tempos de arranque dos investimentos e de pagamento por parte dos beneficiários públicos em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo os limites mínimos da regra N+3.
- Cumprir as disposições regulamentares em matéria de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as limitações comunitárias e em particular nacionais ao orçamento da Assistência Técnica, em particular no caso específico do PO do Algarve.

² Através do Reg. (EU) nº 539/2010 de 16/06.

0. INTRODUÇÃO

O presente relatório anual de execução do Programa Operacional do Algarve (2007 – 2013) foi elaborado tendo em consideração as disposições regulamentares comunitárias em matéria de Relatórios de Execução Anuais, previstas no artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, de 11 de Julho, com a redação dada pelo Regulamento (EU) n.º 1310/2011, de 13 de Dezembro, bem como nos Anexos VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro, e do Regulamento (EU) n.º832/2010, de 17 de Setembro que alteram o Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

A abordagem específica de cada ponto seguiu a Norma n.º 2/2012 de 22 de Março de 2012 do IFDR. Foram igualmente tidas em conta as observações efectuadas relativamente aos Relatórios de Execução anteriores, em particular pelos serviços da Comissão Europeia e pelo IFDR.

No que respeita à organização do documento, foram respeitadas as orientações previstas pela regulamentação comunitária e pelas normas nacionais, quer em relação à arrumação dos grandes pontos, quer em relação aos conteúdos de tratamento obrigatório previstos.

No **Ponto 1 – Apresentação do Programa**, são dadas indicações resumidas sobre as principais características do PO desde o objectivo em que se enquadra, dotação global ou data de aprovação, até à estrutura e conteúdo sumário dos Eixos Prioritários e modelo de governação adoptado.

No **Ponto 2 – Execução do Programa Operacional** são apresentados os dados da realização física e financeira do Programa e respectiva análise qualitativa, bem como a informação que retrata o contexto em que a actividade do Programa se desenrolou com destaque para as alterações mais significativas ocorridas quer no contexto socioeconómico, quer de natureza legislativa ao longo do ano 2011. É fornecida informação sobre a conformidade com o direito comunitário das actuações do Programa e sobre as actividades de Gestão, que incluem os Sistemas de Informação e a Avaliação.

Apresenta uma súmula dos principais problemas sentidos pela Gestão e quais as medidas tomadas para os resolver e são também abordados temas como a repartição de utilização dos

Fundos por temas prioritários, tipologia de território ou de beneficiários e ainda a complementaridade com instrumentos de engenharia financeira, entre outros.

O **Ponto 3 – Execução por Eixo Prioritário** fornece informação da execução material e financeira de forma mais detalhada ao nível de cada Eixo prioritário e tipologia de operação. São igualmente indicados os problemas específicos encontrados bem como as medidas tomadas para os contrariar.

O **Ponto 4 – Grandes Projectos** previstos nas orientações distribuídas, não se aplica até ao momento à Região do Algarve por não terem sido aprovados ou estarem previstos projectos desta dimensão.

O **Ponto 5 – Assistência Técnica** explica como foram utilizadas as verbas afectas à Assistência Técnica das várias entidades implicadas na Gestão do Programa (CCDR, Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL e Organismos Intermédios) no contexto da limitação financeira regulamentar e conjuntural.

O **Ponto 6 – Informação e Divulgação** apresenta um ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação, relatando as principais actividades e iniciativas tomadas ao longo do ano 2011.

Finalmente o **Ponto 7 – Conclusões e Previsões para 2012** sintetiza as informações mais relevantes da implementação do Programa Operacional em 2011 e aponta as perspectivas de evolução para 2012 com informação sobre as previsões de execução.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Programa Operacional	Objectivo: Convergência (phasing out)
	Zona Elegível: Algarve
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161 PO005
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013)
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2011
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 11/06/2012

O Programa Operacional do Algarve para o período 2007-2013 (PO Algarve 21), integra-se nas opções estratégicas da Política de Coesão e do QREN e tem como objectivo geral: “***Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento***”.

Este objectivo cuja palavra-chave é a “*competitividade*” desdobra-se em seis vertentes estratégicas:

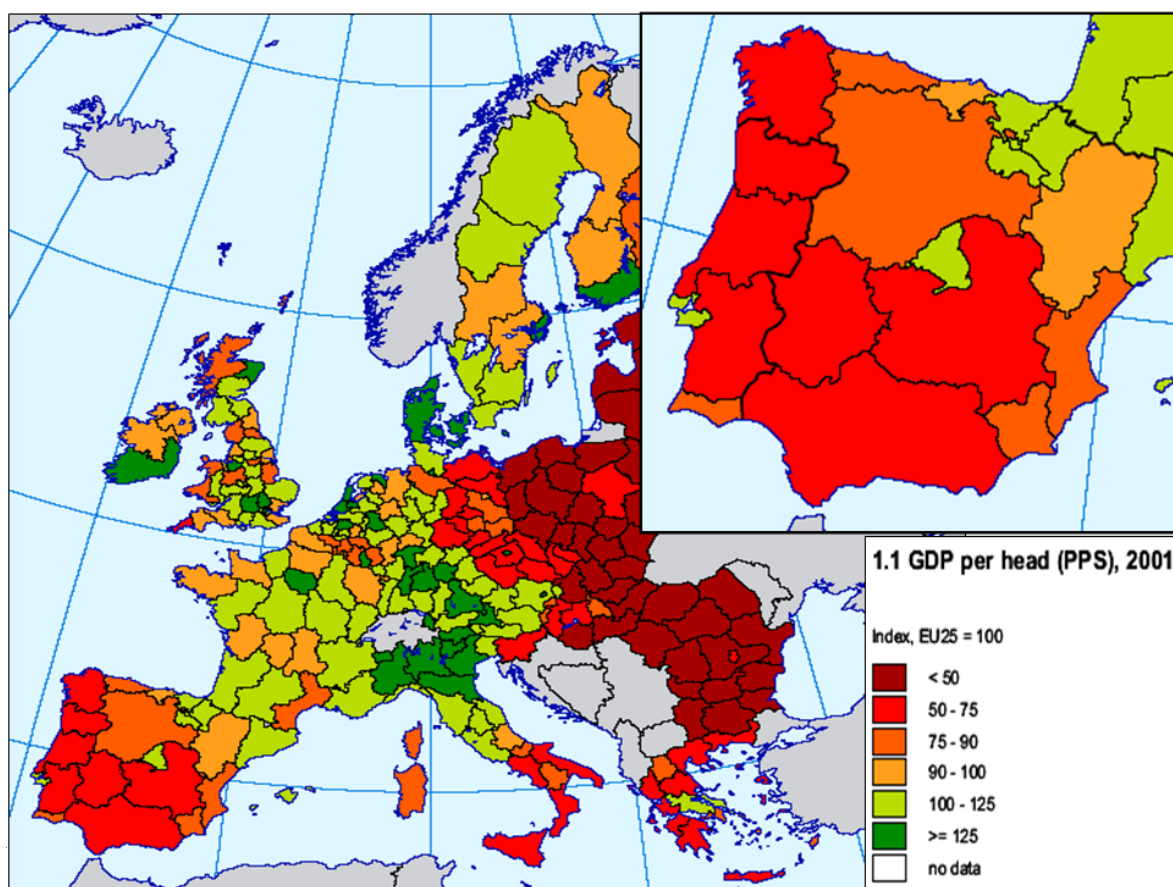
- Um maior dinamismo e inovação empresarial;
- Uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- Um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- Um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- A preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, atingindo indicadores de excelência que permitam sustentar a prazo a tradicional especialização regional no sector do turismo;
- Uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os actuais custos de contexto para os agentes económicos.

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21 foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007, e conta com uma reprogramação aprovada pela Decisão C (2011) 9358 de 15/12/2011. O Programa enquadra, ao contrário do período de programação anterior, apenas actuações elegíveis ao FEDER, apresentando um âmbito naturalmente mais limitado que o da estratégia definida para a Região. Por outro lado, foi igualmente estabelecido que todas as actuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais qualquer

intervenção deste Fundo na Região. As actividades a desenvolver foram assim estruturadas, tentando maximizar a complementaridade das abordagens específicas de carácter sectorial ou territorial, assumidas pelos diversos instrumentos e programas operacionais que incidirão no Algarve, no período 2007-2015, no que respeita aos restantes fundos estruturais.

Nestes termos, o âmbito restrito do Programa Operacional da Região do Algarve e os recursos financeiros escassos que lhe estão atribuídos, obrigaram a recentrar a estratégia definida, concentrando os apoios disponíveis em fileiras de actuação mais estreitas, de forma a garantir um impacto forte em factores cruciais para a competitividade da Região.

Enquadramento geográfico



O Programa é constituído por 4 Eixos Prioritários estruturados através de Áreas de intervenção identificadas como as mais apropriadas para a concretização das prioridades estratégicas da região. Estas Áreas de Intervenção desdobram-se por sua vez em Tipologias de Operação que correspondem aos Regulamentos Específicos criados no âmbito do modelo de Governação do QREN. A informação que se segue foi atualizada de acordo com a nova Decisão do Programa de 15/12/2011.

Eixo I - Competitividade, inovação e conhecimento

O reforço da competitividade empresarial passa necessariamente por uma aposta clara na inovação do tecido produtivo regional e na promoção de um empreendedorismo de oportunidade, sobretudo baseado no conhecimento.

O sector do turismo quer pelo valor regional que cria quer pelo volume de emprego que gera directa e indirectamente, é o sector no qual tem assentado e continuará a assentar a estratégia de modernização da economia regional. O sector induz em simultâneo dinâmicas inter-sectoriais com elevada importância económica, o que reforça o seu papel nuclear a nível regional. Pela sua relevância o turismo permanecerá o pilar do desenvolvimento preconizado para a região do Algarve. Há, no entanto, que redefinir a estratégia regional por forma a corrigir fraquezas identificadas ao nível da oferta na fase de diagnóstico.

O alargamento do cluster Turismo e Lazer a novas actividades, produtos e serviços, assume grande relevância e possibilita a apropriação de maior valor acrescentado pela Região e alcançando novos segmentos turísticos e origens. A consecução de um patamar de excelência neste cluster passa igualmente pela qualificação de algumas áreas turísticas degradadas da Região.

Objectivos específicos do Eixo:

- Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade;
- Contribuir para consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer;
- Melhorar a envolvente para a inovação empresarial;
- Reduzir os custos de contexto.

EIXO 1	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Apoio à competitividade e inovação das empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico • Incentivos à Inovação • Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME • Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
	Incentivo ao reordenamento de actividades económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao reordenamento de actividades económicas
	Melhoria da envolvente para a inovação empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da envolvente para a inovação empresarial
	Valorização do Cluster Turismo e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do Cluster Turismo e Lazer
	Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de apoio à modernização administrativa • Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
	Promoção institucional da região	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção institucional da região
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 154 289 448 € - Despesa pública: 104 289 448 € - FEDER: 88 646 031 € - Taxa máxima: 85,00 % 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Empresas Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

Eixo II - Protecção e qualificação ambiental

O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às actividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística.

Assumindo-se como uma Região com elevado potencial ambiental, com grande diversidade de ecossistemas, alguns dos quais de importância internacional, o Algarve procura conciliar o desenvolvimento da economia com a preservação do património natural, o que constitui, sem dúvida, um dos grandes desafios dos próximos tempos.

Este esforço de valorização e conservação dos valores naturais não deve ser encarado como um obstáculo ao desenvolvimento das actividades económicas, mas pelo contrário constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de actividades de valor acrescentado com elevado interesse socioeconómico, o que implica contemplar uma abordagem de múltiplas vertentes

Objectivos específicos do Eixo:

- Proteger, valorizar e promover o património natural;
- Estimular novas soluções e boas práticas ambientais.

EIXO 2	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Áreas Classificadas e Biodiversidade	• Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
	Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos	• Optimização da gestão de resíduos (1)
	Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética	• Acções de Valorização e Qualificação Ambiental • Energia
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	• Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais (2) • Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais
	Ordenamento e valorização da orla costeira	• Acções de Valorização do Litoral
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	– Investimento total: 24 055 359 € – Despesa pública: 21 555 359 € – FEDER: 18 322 055 € – Taxa máxima: 85,00%	Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

(1) não aplicável

(2) não aplicável a partir de Dezembro 2011

Eixo III - Valorização territorial e desenvolvimento urbano

Um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação pressupõe uma sólida base urbana e exige às cidades e territórios uma elevada qualificação das suas funções e um forte potencial de atracção de talentos e de actividades do futuro. Assim, os grandes desafios do desenvolvimento dependem, em grande medida, do modo como as cidades e territórios conseguirem constituir-se em espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.

Nesse sentido, a prossecução da qualidade de vida urbana, a integração territorial, a revitalização social e urbanística e a competitividade regional, justificam acções com capacidade de regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos e inventar novas funções urbanas em áreas desvitalizadas ou em risco.

Complementarmente, a política de infra-estruturação, de dotação em equipamentos e serviços e de acções imateriais de visibilidade e diferenciação internacional, mostra-se determinante para a transformação ou consolidação das novas cidades/centros, entendidas como áreas funcionais e nós de redes de inovação e competitividade de âmbito regional.

A ligação de centros/pólos entre si e com o exterior por sistemas de acessibilidades e mobilidade surge como suporte à coesão territorial e à afirmação de uma rede urbana regional equilibrada. A perspectiva é consolidar a rede de acessibilidades intra e inter-regional, assegurando a articulação entre os pólos da rede urbana, reforçando as ligações intermodais e dando corpo à estruturação viária de suporte ao modelo territorial. Ao mesmo tempo, procura-se reforçar as acções no domínio da mobilidade sustentável.

Paralelamente à intervenção em centros da rede urbana, impõe-se a actuação em territórios de baixa densidade, assumindo um carácter emblemático e demonstrativo da capacidade de integrar sustentavelmente uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais (elementos de importância estratégica para a dinamização do tecido socioeconómico local e factores de diversificação e competitividade).

Objectivos específicos do Eixo:

- Reforçar a competitividade da rede urbana;
- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades;
- Promover a coesão territorial.

Eixo 3	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Parcerias para a Regeneração Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias para a regeneração urbana • Parcerias para a regeneração urbana (Jessica) • Regeneração urbana
	Competitividade da Rede Urbana Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Redes urbanas para a competitividade e inovação
	Equipamentos colectivos/ Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da rede escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar • Saúde • Património Cultural • Rede de equipamentos culturais • Equipamentos para a coesão
	Acessibilidade e mobilidade para reforço do sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Territorial
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 76 748 059 € - Despesa pública: 71 748 059 € - FEDER: 60 985 850 € - Taxa máxima: 85,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

Eixo IV - Assistência Técnica

Criar as condições para uma eficiente e eficaz implementação do Programa, tendo em vista atingir as metas fixadas.

Assegurar um conjunto de actividades indispensáveis à execução, acompanhamento, controlo e avaliação da intervenção operacional e à garantia da concretização dos objectivos propostos, nas melhores condições de eficácia, eficiência e respeito pelos normativos comunitários e nacionais aplicáveis.

Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções a levar a cabo no âmbito do Programa e dotar a sua estrutura de gestão das condições logísticas indispensáveis à boa execução dos diversos Eixos Prioritários e a um acompanhamento e controlo eficazes.

Objectivo específico do Eixo:

- Promover a eficácia e eficiência máxima na implementação do Programa.

EIXO 4	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação / Regulamentos Específicos
	Assistência Técnica	• Assistência Técnica
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	– Investimento total: 8 233 036 € – Despesa pública: 8 233 036 € – FEDER: 6 998 080 € – Taxa máxima: 85,00%	Administração Pública (Central e Local)

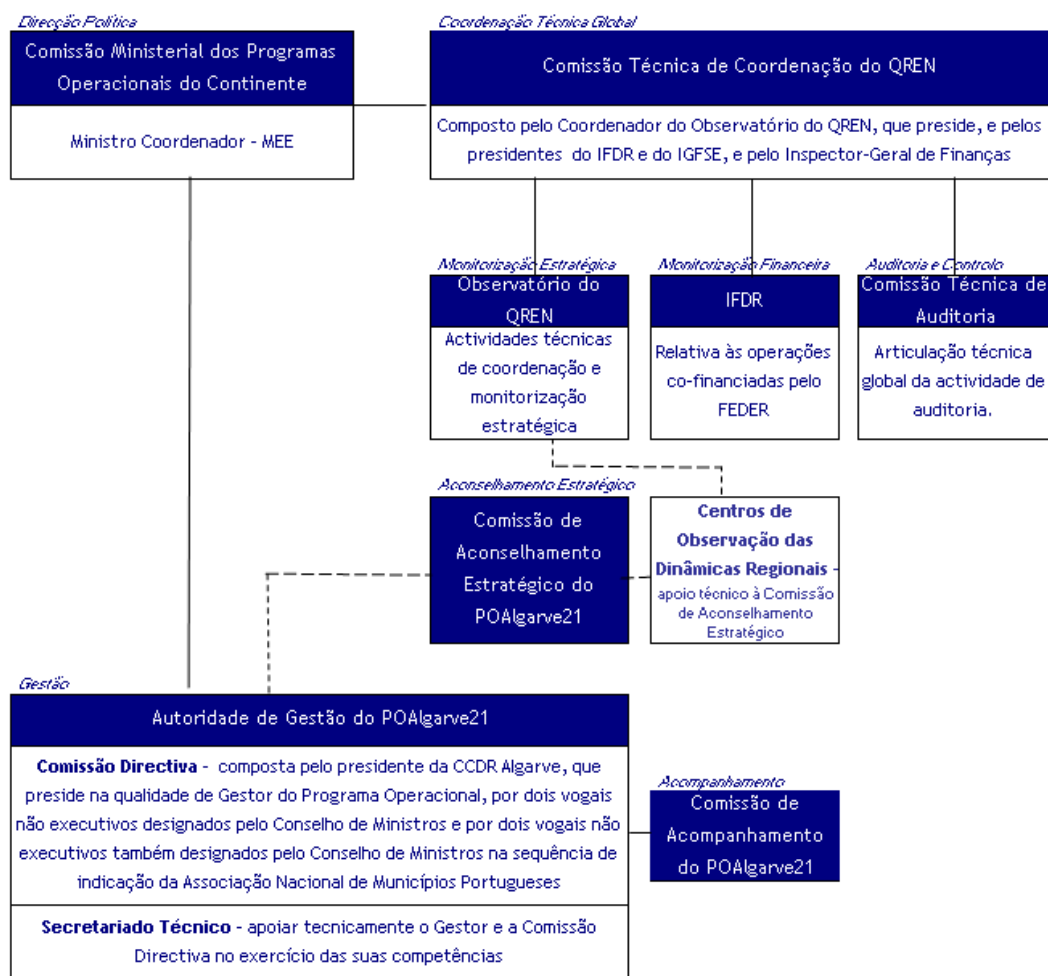
Governação do Programa Operacional

O modelo de governação do PO Algarve21 atende às orientações da Resolução do Conselho de Ministros de 25/2006, de 16 de Fevereiro, tendo sido instituído de acordo com o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e compreende quatro tipos de órgãos:

- **Órgão de Direcção Política** que corresponde a uma Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente.
- **Órgão de Aconselhamento Estratégico** que corresponde à Comissão de Aconselhamento Estratégico.
- **Órgão de Gestão** correspondente à Autoridade de Gestão, que é composta pelos seguintes órgãos: Comissão Directiva e Secretariado Técnico.
- **Órgão de Acompanhamento** que corresponde à Comissão de Acompanhamento do PO Algarve21.

O modelo de governação do PO Algarve21 é representado pelo organigrama seguinte:

Governação do POAlgarve21



Para além destes órgãos, a **Comissão Técnica de Coordenação** emite orientações técnicas que apoiam o exercício das funções da Autoridade de Gestão e o acompanhamento do QREN.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 3 de Outubro, posteriormente Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º113/2007, de 18 de Dezembro, foi criada a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções de Autoridade de Gestão do Programa Operacional e nomeados os quatro vogais não executivos da **Comissão Directiva** do Programa Operacional (presidida pelo presidente da CCDR Algarve, na qualidade de Gestor).

Por sua vez, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, foi aprovada a dimensão definitiva do **Secretariado Técnico** (máximo de 32 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos)³.

³ Embora se encontrem apenas preenchidos 23 lugares (incluindo contratos por tempo indeterminado).

O Despacho n.º 18348/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, identifica os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 assume as responsabilidades inerentes ao Programa Operacional do Algarve do QCA III bem como a transição do pessoal ao serviço da estrutura de apoio técnico (QCA III) para o secretariado técnico do PO Algarve 21.

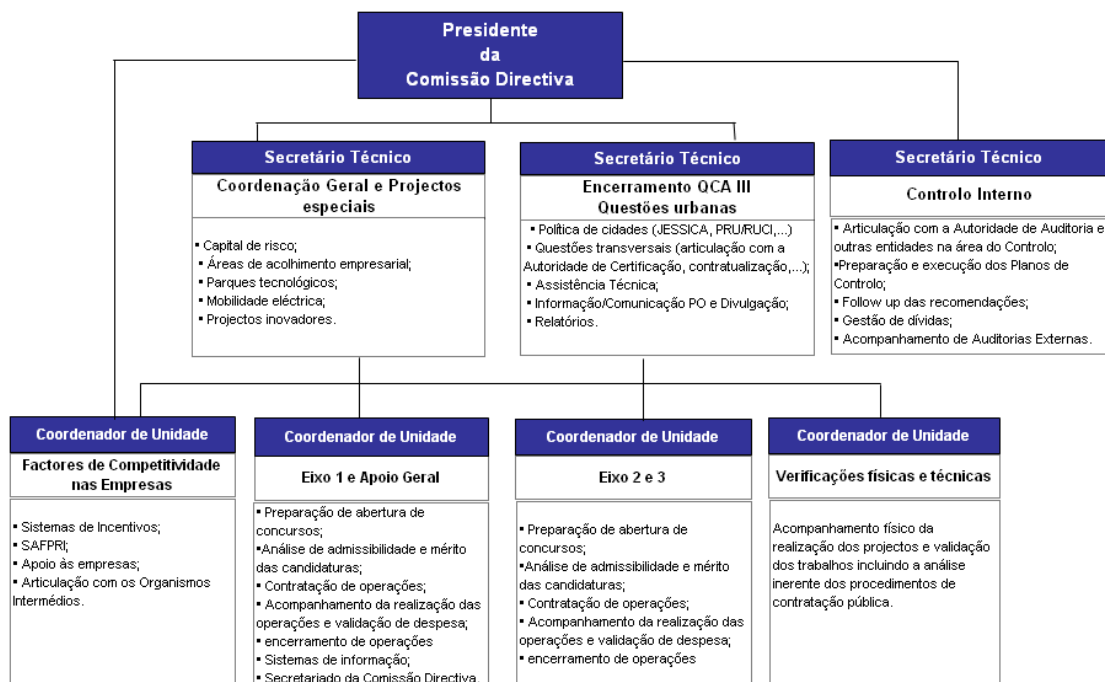
Pelo Despacho n.º 18349/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, foi nomeado um **Secretário Técnico**, e por despacho n.º 26194/2008 do Gestor do PO Algarve 21, aprovado na reunião da Comissão Directiva, de 31 de Julho de 2008, foram nomeados os **4 Coordenadores** das Unidades Orgânicas do Secretariado Técnico, para as seguintes áreas do Programa Operacional:

- Factores de Competitividade nas Empresas
- Eixo 1 e Apoio Geral
- Eixo 2 e 3
- Controlo Interno

O Despacho n.º 26863/2008, de 23 de Outubro, aprovou a transição do pessoal do PROALGARVE (QCA III) para o PO Algarve 21 (QREN).

Em Março de 2010, foi nomeado um novo **Secretário Técnico**, através do Despacho n.º 4968/2010 de 11/03 do Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

A estrutura organizacional da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, de acordo com Deliberação da CMC QREN de 22 Março de 2011, passou a ser a seguinte:



Em conformidade com o texto da decisão de aprovação do PO Algarve 21, foram previstas **delegações de competências** da Autoridade de Gestão, no âmbito de:

- Sistemas de Incentivos às Empresas – QREN;
- Associações de municípios.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro⁴, com base no enquadramento legal proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007⁵, de 17 de Agosto, e de acordo com os Regulamentos relativos dos Sistemas de Incentivos publicados através das Portarias n.º 1462/2007⁶, 1463/2007⁷ e 1464/2007⁸, todas de 15 de Novembro (Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, Sistema de Incentivos à Inovação), foram delegadas funções nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação.

O suporte formal utilizado para a referida delegação de competências foi a celebração de protocolos entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, Turismo de Portugal, IP, Agência de Inovação e AICEP.

⁴ Alterado pelo DL N.º 74/2008 de 22 de abril.

⁵ Alterado pelo DL n.º 65/2009 de 20 março, retificado pela Declaração n.º 33/2009 de 19 maio.

⁶ Alterado pela Portaria n.º 711/2008 de 31 julho, Portaria n.º 353-B/2009 de 3 abril e Portaria n.º 1102/2010 de 25 outubro

⁷ Alterado pela Portaria n.º 250/2008 de 4 abril, Portaria n.º 353-A/2009 de 3 abril e Portaria n.º 1101/2010 de 25 outubro

⁸ Alterado pela Portaria 353-C/2009 de 3 abril e Portaria n.º 1103/2010 de 25 outubro

Estes Protocolos, assinados em 2008, definem como funções delegadas as relativas à análise dos projectos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projectos e à interlocução com os promotores.

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos):

- a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- b) Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g) Verificar a elegibilidade das despesas;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- j) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- k) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN, documento orientador que foi desenvolvido durante o ano de 2008 e revisto em 2009, 2010 e 2011.

No âmbito da delegação de competências nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação, não foi fixada uma subvenção financeira global, mas sim consensualizado inicialmente um montante de pré-financiamento (250.000 Euros por cada Organismo Intermédio), revisto em função das necessidades de transferências financeiras destes Organismos Intermédios para os beneficiários finais, ou seja em função do ritmo de execução dos projectos.

Igualmente nos termos do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro e da deliberação da CMC POR de 19 de Março de 2008, foram delegadas funções de gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

Durante o ano de 2009 foi concluído o processo de negociação relativo a este processo de contratualização que abrange toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21. O

contrato de delegação de competências, no âmbito do Eixo 2 e 3 do Programa, foi assinado em 6 de Maio de 2009 envolvendo um total de cerca de 25 Milhões de Euros FEDER. As tipologias previstas são as do Ensino Básico e Pré-escolar, Valorização e Requalificação Ambiental, Gestão Activa de Espaços Protegidos e Mobilidade Territorial.

Este contrato de delegação de competências (sem subvenção global) define como funções delegadas⁹ as seguintes:

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL):

- i) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- ii) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO Algarve 21;
- iii) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- iv) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento das operações apoiadas com decisão de financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- v) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- vi) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- vii) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- viii) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- ix) Assegurar a recolha de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- x) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

Durante o ano 2010, avançou-se na operacionalização das funções previstas neste contrato através de melhorias e adaptação do Sistema de Informação, formação e transferência de processos para a AMAL.

Durante o ano de 2011 foi concluído o processo de certificação da AMAL pela Autoridade de Auditoria no seguimento da atualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo¹⁰, que integra a descrição dos procedimentos previstos no contrato de delegação de competências e permitiu assim assegurar a plena transferência de competências para aquela Associação.

Em 7 de Novembro de 2011 foi aprovada uma nova Adenda à Contratualização que consistiu apenas no ajustamento do Plano de Acção anexo ao contrato, sem repercussão no valor global do Contrato.

⁹ Mais informação sobre estes processos de parceria encontra-se disponível no ponto 2.7 deste Relatório.

¹⁰ Aprovada pela Autoridade de Auditoria (Inspeção Geral de Finanças) em Julho 2011.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e análise de progressos:

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise relativa à execução física do Programa é efectuada com base na Tabela 2.1 – Realização Física que reproduz o Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009 (*Anexo IX* deste Relatório).

Estes Indicadores Comuns Comunitários são apurados na sua situação de contratados e executados, sendo esta última situação apenas contabilizada com o encerramento das operações. A versão destes Indicadores, em conformidade com toda a informação de Programação constante do Relatório de Execução, foi adaptada à situação prevista na Reprogramação aprovada em Dezembro.

Dos 41 Indicadores foram referenciados como “*não aplicável*” (n.a) cerca de 8 indicadores, os quais correspondem a tipologias de operação não previstas no PO do Algarve. Estão neste caso os indicadores nº 12, 15, 17, 18, 24, 25, 26 e 27 que não foram incluídos na tabela 2.1.

Os casos referenciados como “*não disponível*” dizem respeito a situações não totalmente esclarecidas quanto à metodologia (caso dos indicadores 20 e 30) ou ausência de dados disponíveis no caso do Algarve (indicadores 2, 3, 19 e 21). A informação do emprego por género será confirmada na fase de encerramento dos projectos (3 anos após o encerramento do investimento no caso das PME). Alguns destes casos referem-se a tipologias onde ainda não existem operações aprovadas, situações que poderão ser activadas com a evolução do PO (19 e 21).

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	n. d.	926	997			95%
		Realização - Executada				(a)	22			(a)
		Metas						1.050		
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada		–	n. d.	n. d.	n. d.			n. d.
		Realização - Executada								
		Metas						n. d.		
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada		–	n. d.	n. d.	n. d.			n. d.
		Realização - Executada								
		Metas						n. d.		

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16		53%	
		Realização - Executada				0	0		0%	
		Metas						30		
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3	4		50%	
		Realização - Executada				0	0		0%	
		Metas						8		
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62	67		112%	
		Realização - Executada				0	0		0%	
		Metas						60		
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231	273		99%	
		Realização - Executada				0	4		1%	
		Metas						275		
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17		68%	
		Realização - Executada				0	1		4%	
		Metas						25		
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674	872		291%	
		Realização - Executada				0	22		7%	
		Metas						300		
	10. Investimento total induzido (em Milhões de euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,50	87,25		44%	
		Realização - Executada				0	0,53		0%	
		Metas						200		
	Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29	35		65%
			Realização - Executada				0	8		15%
			Metas						54	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3	5		33%	
		Realização - Executada				1	1		7%	
		Metas						15		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85	3,85		77%	
		Realização - Executada				0	0,85		17%	
		Metas						5		
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59	49,76		111%	
		Realização - Executada				0	0		0%	
		Metas						45		
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		-	-	n.d	n.d		n.d	
		Realização - Executada				n.d	n.d		n.d	
		Metas						n.d		
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d		n.d	
		Realização - Executada				n.d	n.d		n.d	
		Metas						n.d		
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		-	-	n.d	n.d		n.d		
	Realização - Executada				n.d	n.d		n.d		
	Metas						n.d			
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935	23.214		116%		
	Realização - Executada				12.902	12.902		65%		
	Metas						20.000			

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização
Energias Renováveis	23. Nº de projectos ^{b)}	Realização - Contratada		–	0	0	33		165%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						20	
Ambiente	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ^{c)}	Realização - Contratada		–	1	1	1		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						1	
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		–	5,23	6	7,1		71%
		Realização - Executada				0	0,2		2%
		Metas						10	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d		n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d		n.d
		Metas						n.d	
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	1	20		400%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						5	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ^{d)}	Realização - Contratada		–	–	434.023	434.023		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						434.023	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ^{d)}	Realização - Contratada		–	–	434.023	434.023		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						434.023	
Turismo	34. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	11	27	47		94%
		Realização - Executada				0	4		8%
		Metas						50	
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	360	464		106%
		Realização - Executada				0	15		6%
		Metas						250	
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17	18		72%
		Realização - Executada				7	9		36%
		Metas						25	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1.840	2.849	5.583	5.946		85%
		Realização - Executada				1.962	2.447		35%
		Metas						7.000	
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	n.d	3		100%
		Realização - Executada				n.d	2		67%
		Metas						3	
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		–	0	24	27		77%
		Realização - Executada				5	18		51%
		Metas						35	
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		–	0	5	3		20%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						15	
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	17	18		64%
		Realização - Executada				7	9		32%
		Metas						28	

Notas:

- a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação
b) Inclui 18 operações enquadradas no Regulamento Específico "RUCT"
c) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Específico "Acções de valorização e qualificação ambiental"
d) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio
n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Numa análise sumária da informação referente aos **Indicadores Comuns Comunitários** (*Core Indicators*) destaca-se que:

- ❖ A retracção económica que se seguiu à crise financeira teve os seus efeitos negativos no ritmo de execução material do Programa, limitando não só a capacidade de concretização dos pagamentos aos fornecedores que permitem por sua vez a realização da despesa a contabilizar no PO, mas também o ritmo de execução da realização física.

Verifica-se assim que, apesar do grau de execução material das operações se encontra mais avançado que a sua realização financeira, os efeitos da crise começaram a fazer-se sentir também numa redução do ritmo de execução material, como se poderá confirmar mais à frente na análise mais específica a realizar por Eixo. (*Ponto 3 – Tabelas 3.1, 3.3 e 3.4*).

- ❖ Na área do **apoio às empresas** de referir no entanto alguns indicadores com resultados positivos, em particular na área da investigação e desenvolvimento:

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ 16 projetos de I&DT aprovados	53%
▪ 67 empregos previstos na investigação	112%
▪ 273 projectos de investimento de PME com ajudas directas (4 já concluídos)	99%
▪ 87,25 milhões de Euros de investimento total induzido (PME)	44%

- ❖ Na área do **ambiente** as intervenções contratadas dizem respeito à “qualidade do ar” e à “recuperação de passivos ambientais”. As intervenções de “prevenção de riscos” referem-se a equipamentos de comunicações das estruturas de protecção civil, abrangendo todo o território regional. As metas encontram-se na sua maioria ultrapassadas.

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ Toda a população (434.023) do território algarvio beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações;	100%
▪ Toda a população (434.023) do território algarvio beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações).	100%

- ❖ Na área do “**Turismo**” identificam-se algumas operações já concluídas embora em número ainda pouco significativas.

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ 47 projetos contratados dos quais 4 já concluídos	94%
▪ 464 empregos previstos criar dos quais 15 já criados	186%

- ❖ Os “**Transportes**” cujas intervenções foram aprovadas em 2010, contavam já com uma operação concluída.

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ 5 projetos contratados dos quais 1 já encerrado	33% (AP) 7% (EX)
▪ 50 Kms de estradas reconstruídas ou remodeladas	111%

- ❖ Finalmente de referir os apoios nas áreas da “**Educação**”, “**Inclusão Social**”, “**Saúde**” e “**Política de Cidades**” em que o grau de concretização está mais avançado com algumas operações já concluídas.

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ 18 projetos de Educação (9 já concluídos)	72%
▪ 5.946 alunos que se prevê virem a beneficiar das intervenções da Educação	85%
▪ 3 projetos na área da Saúde encontrando-se 2 já concluídos	100%
▪ 27 projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades (18 já concluídos)	77%
▪ 3 projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	20%
▪ 18 projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social (9 já concluídos)	64%

As realizações apresentadas confirmam algum avanço na realização material relativamente à execução financeira, embora possa registar-se algum atraso na conclusão física das operações que permitem a contabilização final dos indicadores (realização executada). Antevêm-se no entanto, boas perspectivas para o cumprimento das metas para 2015 para a generalidade dos indicadores que se aplicam ao PO do Algarve.

Destacam-se igualmente algumas realizações previstas a 31/12/2011, retiradas do Anexo I (**Indicadores Comuns Nacionais**) e organizadas pela sua contribuição para as Agendas do QREN. Em particular nos Sistemas de Incentivos começaram em 2011 a contabilizar-se já alguns resultados finais de execução.

Realização física:

Agenda Factores de Competitividade:

- 132 empresas beneficiadas com ajudas directas ao investimento, das quais 46 em sectores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia.
- 17 empresas “start up” apoiadas das quais 11 em sectores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia.
- 28 empresas com apoios contratados em sectores de produção transacionável e internacionalizável das quais 1 já se encontra concluído.
- 51,9 milhões de Euros de exportações, previstos no pós-projecto, para as empresas beneficiárias de ajudas directas, dos quais 2,7 Milhões de Euros já concretizadas.
- 163 milhões de Euros de vendas previstas, no pós-projecto, para as empresas beneficiárias de ajudas directas.
- 147 empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira.
- 4,3 milhões de Euros de investimento total apoiado em I&DT.
- 70 serviços on-line orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas, já concretizados.
- 2 loja do cidadão (centro multiserviços e balcão único) em que 1 já se encontra concretizada abrangendo diretamente uma população de 25 mil habitantes.

Agenda Valorização do Território:

- 3 protocolos aprovados de parcerias para a regeneração urbana com 13 parceiros envolvidos, uma população abrangida de 10 mil habitantes e uma área total de intervenção das operações de 52 mil m².
- 2 programas estratégicos de desenvolvimento urbano para a competitividade e inovação com 21 parceiros (beneficiários) envolvidos dos quais 13 são Municípios
- 18 centros escolares aprovados com 5946 alunos abrangidos.

Agenda Potencial Humano:

- 18 centros escolares aprovados com 5946 alunos abrangidos.

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

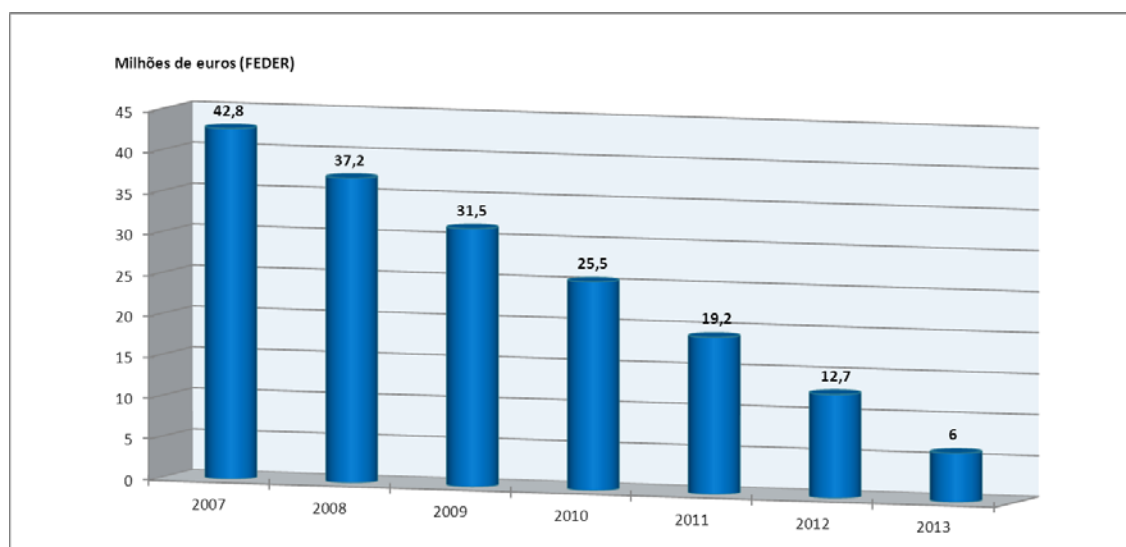
Programação Financeira:

No período de programação 2007-2013, o Algarve entrou em situação de “phasing out” do Objectivo “Convergência” por ter ultrapassado 75% do PIB médio da UE 25, o que determinou uma redução significativa da dotação atribuída em relação ao período de programação anterior (2000 – 2006).

Os valores globais acumulados até final de 2013 previstos na Decisão do Programa C (2007) 5067 de 10/10/2007, ascendem aproximadamente a 175 milhões de Euros de dotação FEDER, a que corresponde um investimento total previsto que ultrapassa os 263 milhões de Euros (de acordo com a nova Reprogramação aprovada em Dezembro de 2011¹¹).

Relativamente à programação por anos dos montantes FEDER atribuídos, importa referir que em conformidade com as regras em vigor, o estatuto de *phasing out* da Região implica um perfil descendente da programação, conforme Gráfico 2.1, que prevê para os primeiros 3 anos (2007-2009) uma afectação superior a 60% da dotação 2007-2013.

Gráfico 2.1 – Programação por Anos



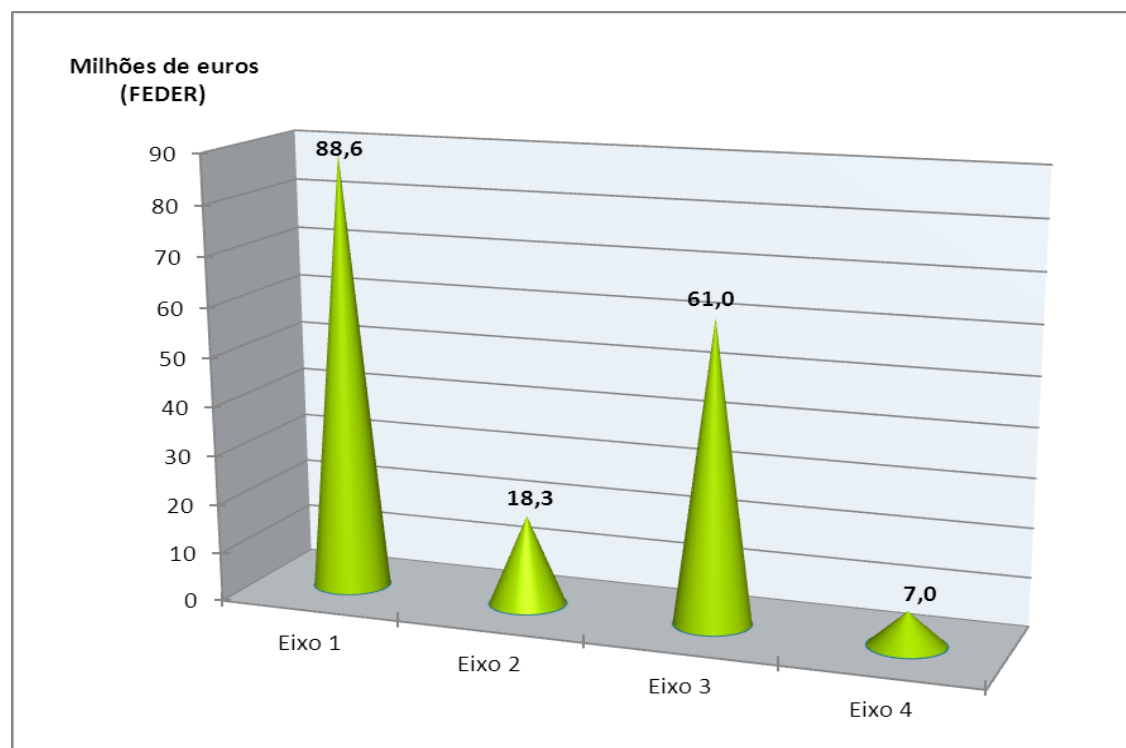
¹¹ Decisão C (2011) 9358 final de 15/12/2011

Torna-se assim mais difícil o cumprimento da programação, nestes primeiros anos, em que a situação de arranque do programa impede que a execução das operações entre de imediato em “fase de cruzeiro”. Esta situação assume uma preocupação particular no contexto da crise económica e financeira evidenciada no ponto 2.4.

Dos 3 Eixos do PO Algarve 21, o **Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento** é o que apresenta maior dotação, perto de 89 milhões de Euros que correspondem a mais de 50% da comparticipação comunitária total atribuída ao Programa e a uma previsão de investimento superior a 154 milhões de Euros.

Neste Eixo está previsto o *apoio à competitividade e inovação de empresas e ao reordenamento das actividades económicas*, através de sistemas de incentivos e acções de melhoria da envolvente para inovação empresarial, da valorização do cluster turismo e lazer, da modernização e qualificação da Administração Pública com recurso à Sociedade do Conhecimento, entre outras. (conforme já referido no ponto 1 deste documento)

Gráfico 2.2 – Programação por Eixos



Os **Eixos 2 – Protecção e Qualificação Ambiental** e **3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano** representam respectivamente 11% e 35% do total da programação

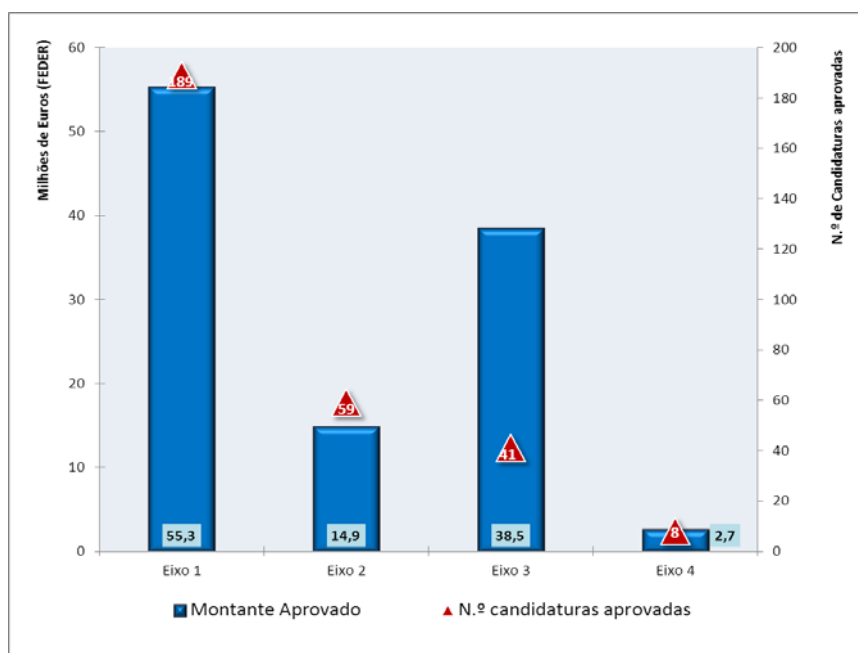
do PO Algarve 21. (Gráfico 2.2) e apontam para investimentos de 24 e 76,7 milhões de Euros respectivamente.

Face ao estatuto de *phasing out* da Região do Algarve, a execução financeira a apresentar neste Relatório, refere-se integralmente a “**zona que beneficia de apoio transitório**”.

Dinâmica de concursos, aprovações e taxas de compromisso

Até 31/12/2011, tinham sido abertos 135 **concursos** com uma dotação previsível de 226,3 milhões de Euros FEDER, abrangendo 22 Regulamentos Específicos do Programa, dos quais 122 tinham já encerrado naquela data e 120 tinham sido alvo de decisão (*Anexo XII*). O gráfico 2.3 apresenta os resultados acumulados a 31/12/2011, considerando o valor total dos Planos de Ação/Planos estratégicos aprovados, ou seja o valor das aprovações à data da decisão do processo de concurso. Inclue portanto as operações anuladas e rescindidas.

Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos

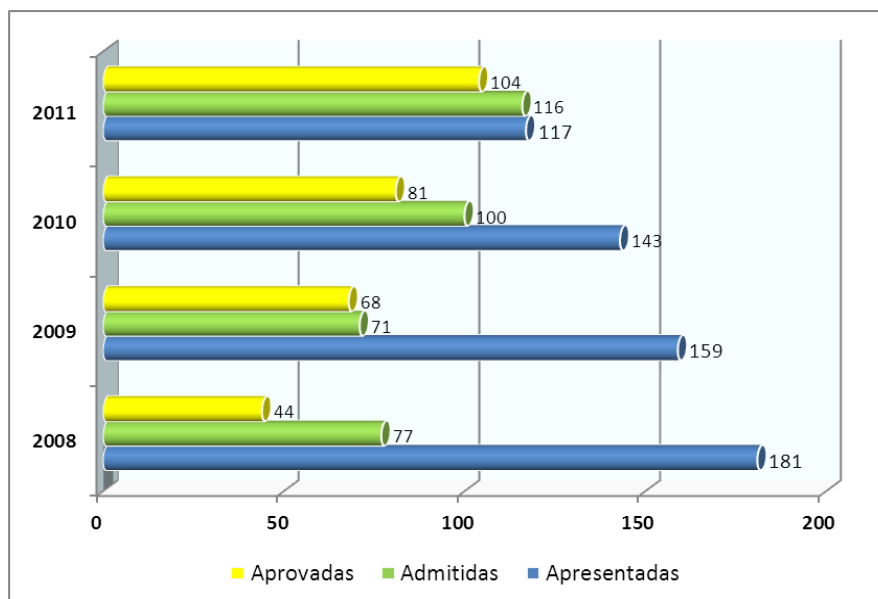


Durante o ano 2011, foram abertos 31 concursos, sendo 20 no Eixo 1, 4 no Eixo 2, 6 no Eixo 3 e 1 no Eixo 4 (*Anexo XI*).

Durante o ano estiveram no entanto abertos ao todo 35 concursos, incluindo 4 que abriram em 2010 e encerraram em 2011. No ano 2011, foram decididos 23 concursos, dando origem a **aprovações** no valor de 34,7 milhões de Euros FEDER em 83 candidaturas¹².

¹² Contavam apenas os Planos de Acção e não as operações (*Anexo XII*).

Gráfico 2.4 – Variação de admissibilidade/aprovações (2008-2011)



Conforme o *Anexo XII*, das 600 candidaturas apresentadas (submetidas) cerca de 364 tinham sido admitidas até ao final do ano 2011, o que representava uma taxa de admissibilidade geral do Programa de 61% (superior à verificada no final de 2010). Cerca de 82% das candidaturas admitidas tinham sido aprovadas a 31/12/2011 e destas 93% no Eixo 3.

O valor de investimento elegível médio por candidatura aprovada aproxima-se dos 592 mil Euros (na ótica da despesa pública), registando-se o valor mais significativo no Eixo 3, com 1,8 milhões de Euros.

Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso

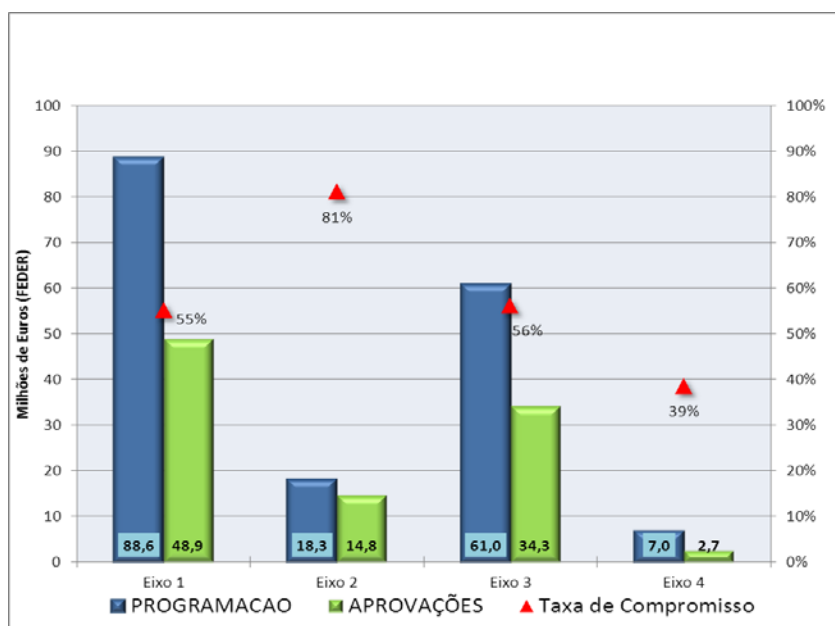
Eixo Prioritário	Fundo Programado	APROVAÇÕES				Taxa de compromisso (%)
		Nº Operações	Investimento Total Elegível	Despesa Pública	FEDER	6=5/1
	1	2	3	4	5	
Eixo Prioritário 1	88.646.031	159	64.733.120	64.733.120	48.945.962	55,2%
FEDER	88.646.031	159	64.733.120	64.733.120	48.945.962	55,2%
Eixo Prioritário 2	18.322.055	57	25.486.023	25.486.023	14.846.426	81,0%
FEDER	18.322.055	57	25.486.023	25.486.023	14.846.426	81,0%
Eixo Prioritário 3	60.985.850	68	65.548.631	65.548.631	34.299.805	56,2%
FEDER	60.985.850	68	65.548.631	65.548.631	34.299.805	56,2%
Eixo Prioritário 4	6.998.080	8	3.850.639	3.850.639	2.695.447	38,5%
FEDER	6.998.080	8	3.850.639	3.850.639	2.695.447	38,5%
Total PO	174.952.016	292	159.618.413	159.618.413	100.787.640	57,6%

Nota:
Informação retirada do Anexo II.

Em 31/12/2011 o Programa tinha aprovado 292 operações num montante total de investimento de 299,6 milhões de Euros ao qual correspondia cerca de 100,8 Milhões de Euros FEDER (*Anexo II*).

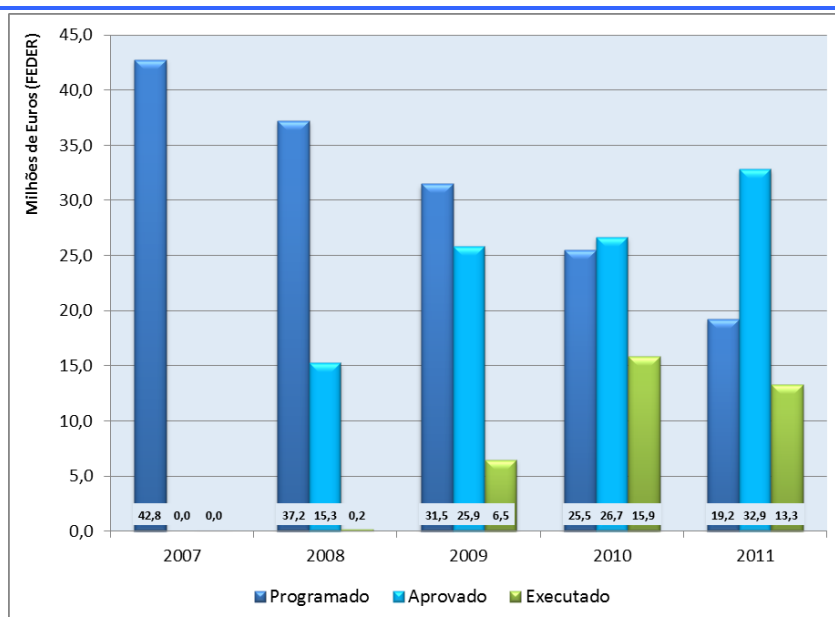
Estas aprovações correspondem, a uma *taxa de compromisso* das dotações do Programa de 57,6%, a qual ascende no Eixo 2 a 81% o que conjugado com a sua dotação mais limitada evidencia uma tendência para o seu rápido esgotamento.

Gráfico 2.5 – Taxas de Compromisso por Eixos



O Eixo 1 registou no entanto o maior número de operações aprovadas (159) e maior montante de FEDER comprometido (49 Milhões de Euros), logo seguido do Eixo 3 com 34 Milhões.

Gráfico 2.6 – Programado, Aprovado e Executado por anos



O gráfico 2.6. evidencia o perfil descendente da programação do PO desde o início do QREN que contrasta com o ritmo crescente das aprovações e da execução.

A única exceção a este percurso é o decréscimo absoluto da execução em 2011 que evidencia já claramente neste ano as dificuldades financeiras dos beneficiários motivadas pelos efeitos da crise internacional. Para entender estas variáveis agregadas será necessária uma comparação com os resultados obtidos no final de 2010 e sobretudo uma desagregação por parte do Eixo, uma vez que os comportamentos são a este nível algo desiguais.

Assim e no que respeita às aprovações, o acréscimo do ritmo verificado deve-se sobretudo ao Eixo 1, como resultado dos concursos para beneficiários privados. Efetivamente nos Eixos destinados a beneficiários públicos (Eixo 2 e 3) e apesar da situação particular do PO Algarve de relativo baixo nível de compromissos, registou-se mesmo alguma contenção motivada pelo atraso no lançamento dos concursos previstos para o início do 2º semestre, a que não foram alheias as mudanças governamentais com alterações de tutelas verificadas nesse período. Estes concursos apenas foram lançados no final do ano, com resultados que apenas serão verificáveis em 2012.

Execução financeira e pagamentos aos beneficiários

No final de 2011, tinha sido paga pelos beneficiários e contabilizada pela Autoridade de Gestão cerca de 95,6 milhões de Euros de despesa total a que correspondia uma despesa pública de 63,8 milhões Euros e 35,8 milhões de Euros de FEDER, representando uma taxa global de execução de aproximadamente 21% (*Anexo II*).

Ao nível da execução os níveis absolutos acompanham em parte o verificado com a dinâmica de aprovações sendo o Eixo 1 o único eixo a registar um acréscimo em 2011 relativamente ao verificado em 2010.

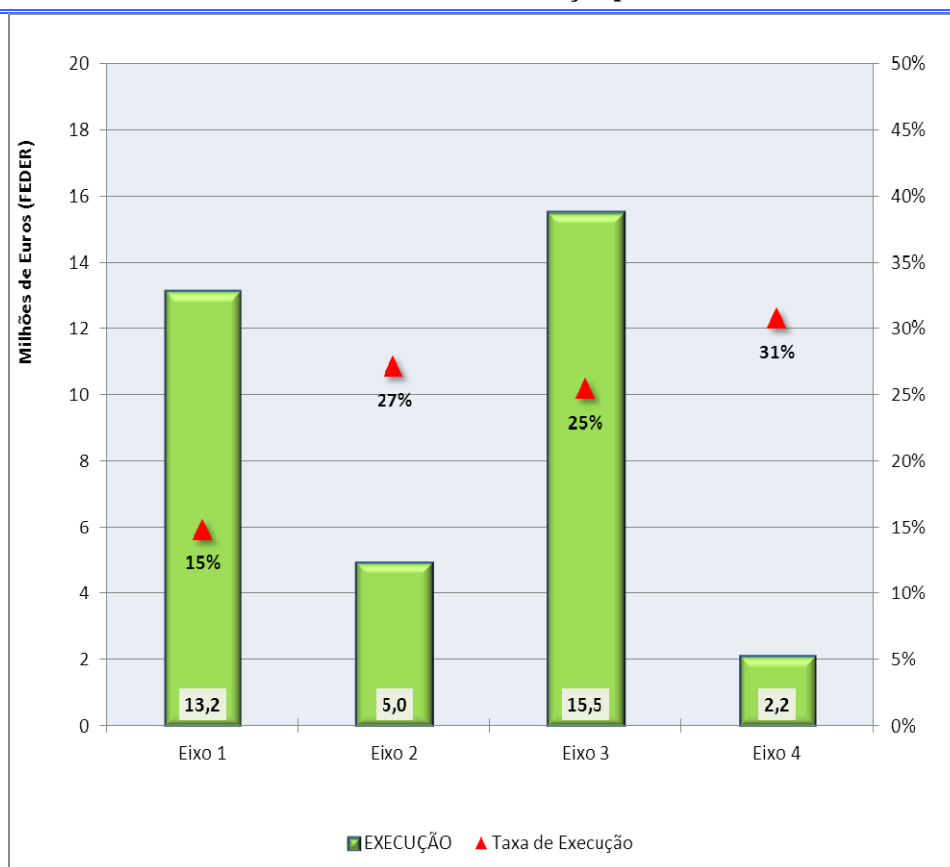
Nos Eixos destinados a beneficiários públicos (2, 3 e 4), e acompanhando a dinâmica das aprovações, verificaram-se decréscimos absolutos em 2011 relativamente aos montantes absolutos registados durante o ano 2010.

Continuam no entanto a ser estes Eixos que têm sustentado as taxas de execução globais do PO, apresentando no final de 2011 resultados globais mais favoráveis.

Efetivamente o Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, registava o maior valor absoluto de execução (15,5 milhões de Euros FEDER) e os Eixos 2 e 4 apresentavam as maiores taxas de execução (27,15% e 30,78% respetivamente).

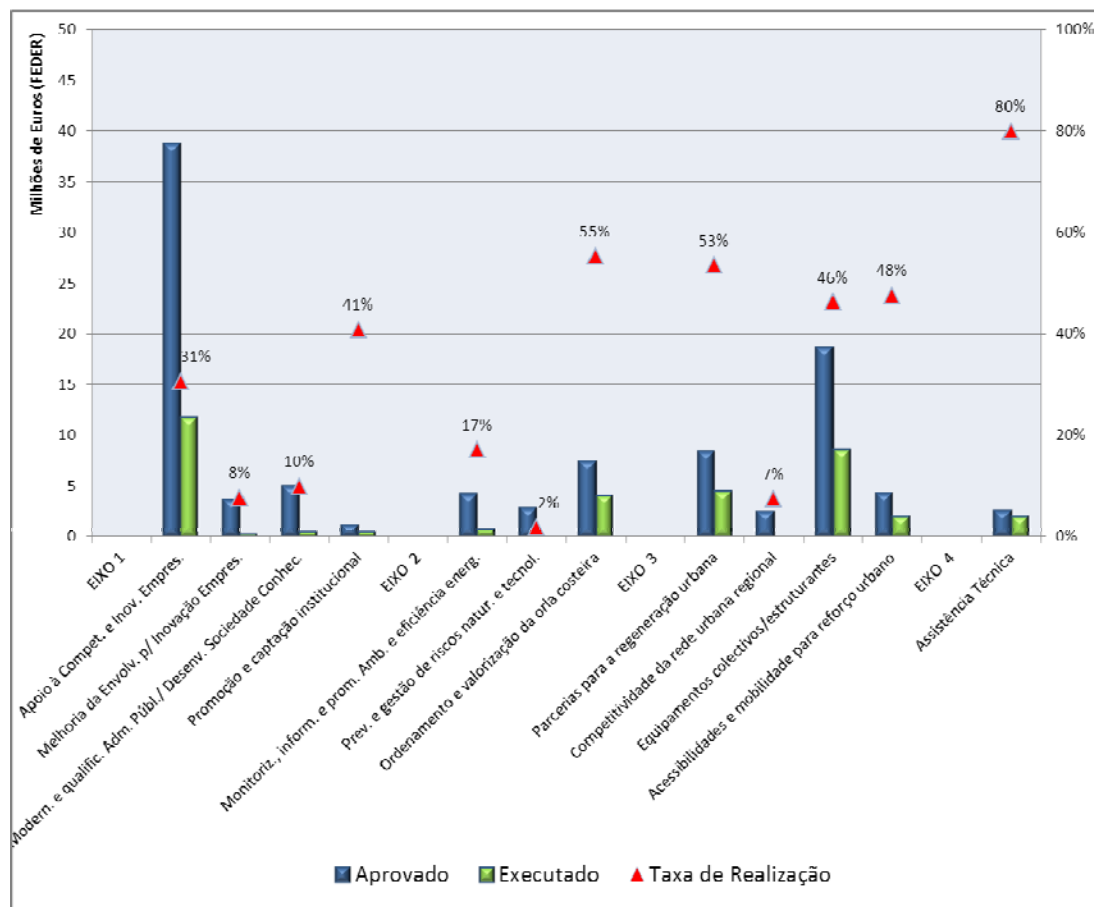
Esta análise encontra-se mais detalhada no Capítulo 3 deste Relatório.

Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo



A área de intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial” apresentava em 31/12/2011 o maior valor absoluto de aprovações com cerca de 39 milhões de Euros de FEDER atribuído, que correspondia a 144 milhões de Euros de investimento. A taxa de realização destas aprovações (EX/AP) é no entanto bastante mais baixa (30,6%) do que a verificada noutras Áreas como sejam as “Parcerias para a Regeneração Urbana” (53,5%), o “Ordenamento e Valorização da Orla Costeira” (55,3%) ou a “Mobilidade Territorial” (47,6%).

Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção



A análise mais detalhada ao nível da Tipologia de Operação / Regulamento Específico é efetuada no capítulo “3. Execução por Eixo Prioritário” no âmbito de cada uma das Áreas de Intervenção no Programa. A nível geral destacam-se os Regulamentos Específicos / Tipologias de Operação “Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME” e “Incentivos à Inovação” com o maior número de projetos aprovados (73 no primeiro e 48 no segundo) – ver Anexo III. As melhores taxas de execução registam-se nos Regulamentos destinados a beneficiários públicos, Parcerias para a Regeneração Urbana (57,8%), Rede Escolar (57,1%) e Ações de Valorização do Litoral (55,3%).

A Tabela 2.3 – Realização Financeira¹³ apresenta nas colunas 3 e 4 os montantes de despesa elegível certificada a 31/12/2011 aos serviços da União Europeia. Este montante de 55,8 milhões de Euros corresponde a uma taxa de 27,1%, o que significa que pouco mais de 1/4 do Investimento previsto para este período de programação, se encontra já certificado aos serviços da Comissão Europeia. O acréscimo significativo da taxa de execução (coluna 5 da tabela 2.3)

¹³ Integra a informação do Anexo XIII – Anexo I do Reg. (EU) nº 832/2010, e do Quadro 1 da Norma IFDR – Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2011.

que passou de 3,61% em 31/12/2010, para 27,1% (em 31/12/2011) traduz a regularização do módulo de certificação do Sistema de Informação, entrando o PO, no início de 2011, na cadênciã prevista de certificações trimestrais (3 a 4 por ano).

Efetivamente durante o ano 2011, foram apresentadas pela Autoridade de Gestão à Autoridade de Certificação (IFDR) 3 certificações de despesa (Maio, Outubro e Novembro), que foram enviadas aos serviços da Comissão Europeia em Julho, Novembro e Dezembro.

Acresce o envio em Março 2011 da certificação formalizada pela Autoridade de Gestão em Dezembro 2010 e, no final do ano, foram ainda produzidas mais 2 Certificações pelo IFDR na sequência da Reprogramação Técnica e do mecanismo de *top up* aprovado pela Comissão Europeia como medida de combate à crise económica e financeira.

A certificação com corte de despesa de 30/09/2011 permitiu cumprir a regra N+3, pelo que não foram produzidas certificações com atualização de despesa em data posterior. No entanto em 31/12/2011, a despesa certificável real que consta da coluna 6 correspondia já a uma taxa de 31%.

Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos (31/12/2011)

Eixo Prioritário	PROGRAMAÇÃO		DESPESA CERTIFICADA			DESPESA EXECUTADA/ VALIDADA			PAGAMENTOS	
	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesa Privada	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
	1	2	3	4	5=3/1	6	7	8	9	10
Eixo Prioritário 1	104.289.448	Despesa Pública	21.550.935	21.550.935	20,66%	23.202.935	23.202.935	0	14.462.417	n.d.
FEDER	104.289.448		21.550.935	21.550.935	20,66%	23.202.935	23.202.935	0	14.462.417	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 2	21.555.359	Despesa Pública	7.584.157	7.584.157	35,18%	8.470.131	8.470.131	0	4.441.846	n.d.
FEDER	21.555.359		7.584.157	7.584.157	35,18%	8.470.131	8.470.131	0	4.441.846	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 3	71.748.059	Despesa Pública	23.922.757	23.922.757	33,34%	29.070.202	29.070.202	0	13.936.837	n.d.
FEDER	71.748.059		23.922.757	23.922.757	33,34%	29.070.202	29.070.202	0	13.936.837	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 4	8.233.036	Despesa Pública	2.710.857	2.710.857	32,93%	3.077.168	3.077.168	0	2.150.591	n.d.
FEDER	8.233.036		2.710.857	2.710.857	32,93%	3.077.168	3.077.168	0	2.150.591	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Total PO	205.825.902	Despesa Pública	55.768.706	55.768.706	27,10%	63.820.436	63.820.436	0	34.991.691	48.851.666
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	205.825.902	Despesa Pública	55.768.706	55.768.706	27,10%	63.820.436	63.820.436	0	34.991.691	48.851.666
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório										
Total das despesas correspondentes à intervenção			0	0	0	0	0	0	0	0

Notas de Preenchimento:

Os montantes das colunas 3 e 4 são expressos em termos acumulativos.

Financiamento Total do PO. Custo Total do Programa.

Base de cálculo da contribuição da União: base para aplicação da taxa de co-financiamento do eixo prioritário (custo total (3) ou despesa pública (4))

Total das despesas elegíveis certificadas pagas pelos beneficiários: despesa elegível certificada

Contribuição pública correspondente: componente pública das despesas elegíveis certificadas.

Taxa de execução (%): calculada de acordo com a base de cálculo aplicável a cada eixo prioritário.

¹ Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

² Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).

Para melhor compreensão foi acrescentada à Tabela 2.3 a informação constante do Quadro 1 anexo à Norma IFDR - Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2011

As despesas pagas aos beneficiários, como reembolsos ou adiantamentos, ascendiam em 31/12/2011 a 35 milhões de Euros o que corresponde a uma *taxa de pagamento* de 35% e de *reembolso* de 98% (*Anexo III*). De salientar que ao contrário da situação de final de 2010, o montante dos reembolsos da Comissão Europeia em 2011 foram largamente superiores às necessidades dos beneficiários correspondentes aos pagamentos efetivamente realizados (*coluna 9*).

Tal como previsto no Artº 82º do Reg. (CE) nº 1083/2006, a Comissão Europeia, na sequência da aprovação da Decisão do Programa (Outubro 2007), enviou em Novembro de 2007, o pré-financiamento de cerca de 3,5 milhões de Euros correspondente a 2% da participação dos fundos no Programa Operacional.

A segunda tranche do pré-financiamento (3%) conforme previsto, já foi paga em 2008 (30/04/2008) e a terceira no valor de 4,4 milhões de Euros (3,5%) em Abril de 2009.

Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (31/12/2011)

Fundo	Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos aos Organismos Intermediários		Pagamentos da Comissão			Taxa*	
	Organismo responsável	Montante	Data **	Montante	Data **	Montante	Data	Montante acumulado		
FEDER	IFDR	25.014.344	31-12-2010			3.499.040	09-11-2007	3.499.040		
	IAPMEI	7.586.925	29-12-2011	8.986.058	09-12-2011	5.248.560	30-04-2008	8.747.600		
	TP	2.390.421	22-12-2011	2.824.164	15-07-2011	4.373.800	20-04-2009	13.121.400		
						361.191	19-03-2010	13.482.591		
						15.845.866	05-04-2011	29.328.457		
						12.968.320	11-08-2011	42.296.777		
						6.554.889	24-11-2011	48.851.666		
	Total 2011	34.991.691			11.190.222		48.851.666		48.851.666	72%
	TOTAL Geral	34.991.691			11.190.222		48.851.666		48.851.666	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE (calculada para total de valores acumulados)
** Data do último pagamento efectuado.

O organismo designado pelo Estado Membro como responsável pelo pagamento aos beneficiários, é o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), excepto no caso dos Sistemas de Incentivos, onde são os organismos intermediários que efectuam os pagamentos (organismos pagadores).

Até 31/12/2011, foram pagos no total aos beneficiários, pelos Organismos Pagadores no Eixo 1 (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação - IAPMEI e Turismo de Portugal, IP) cerca de 10 milhões de euros. Foi pago pelo IFDR aos beneficiários por ordem da Gestão do Programa a verba de 25 milhões de Euros FEDER no âmbito dos 4 Eixos do Programa. De acordo com a Tabela 2.3 foi pago aos beneficiários do Eixo 1 cerca de 41,3% do montante total (35 milhões de Euros) ou seja 14,5 milhões de Euros para uma despesa total

efetuada de perto de 53,6 milhões de Euros, a que corresponde uma despesa pública de 23,2 milhões de Euros.

Durante o ano 2011 foram efetuadas transferências da Comissão Europeia num montante de 35,3 milhões de Euros. As recuperações e devoluções em 2011 ascenderam a 42.608 euros.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

Repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento

A 31/12/2011, a maioria das operações aprovadas integravam-se na forma de financiamento “Ajuda não reembolsável”. Nas “Ajudas reembolsáveis (empréstimo, bonificação de juros, garantias)” estão incluídas algumas tipologias de projeto dos Sistemas de Incentivos e o SAFPRI. Apenas a iniciativa Jessica foi considerada “Outra forma de financiamento”.

Tabela 2.5 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento (31/12/2011)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	242	66.185.152	23.559.067	35,60%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	49	29.602.488	9.727.035	32,86%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento	1	5.000.000	2.523.376	50,47%
TOTAL		292	100.787.640	35.809.478	35,53%

Verifica-se que 242 das 292 operações aprovadas (66% do FEDER) foram aprovadas através de **ajudas não reembolsáveis** e apenas 29% em **ajudas reembolsáveis**. Para além da Iniciativa JESSICA, os melhores rácios de execução verificam-se nas ajudas não reembolsáveis com 35,6% de execução face às aprovações.

Gráfico 2.9 – Formas de Financiamento (Aprovações)



Repartição da contribuição comunitária por tipo de território

Relativamente à **abordagem territorial**, 229 das 292 operações aprovadas, correspondendo a 74% do FEDER, foram aprovadas em concelhos classificados como “**aglomeração urbana**” e apenas 16,3% em “**zonas rurais**” ou “**regiões de fraca ou muito fraca densidade populacional**”. Estes resultados comparados com os do final do ano anterior (64% contra 21,5%) refletem uma maior concentração em concelhos mais urbanos.

Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território (31/12/2011)

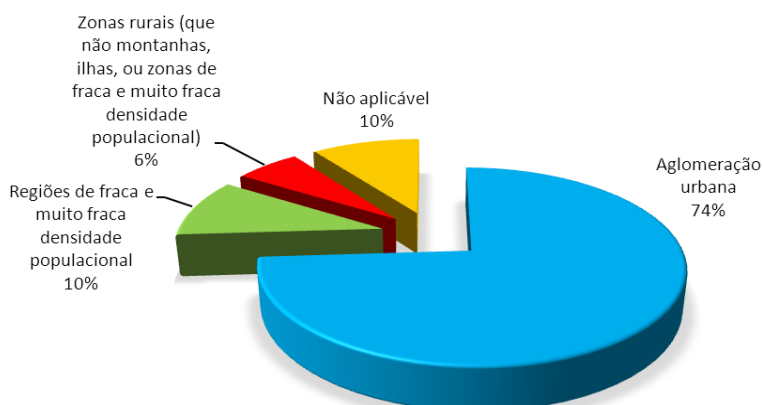
unid: euro

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	229	74.090.545	25.432.164	34,33%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	26	9.940.749	3.453.254	34,74%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	13	6.479.250	2.543.211	39,25%
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	24	10.277.096	4.380.850	42,63%
TOTAL		292	100.787.640	35.809.478	35,53%

As “zonas rurais” apresentam um ligeiro melhor comportamento, relativamente à execução (39,3%), do que o registado nas “aglomerações urbanas”.

A parcela “*não aplicável*” diz respeito a algumas intervenções imateriais não regionalizáveis, ou seja que por vezes se destinam a todo o território regional. No caso dos apoios às empresas, inclui o SAFPRI / Linhas de Crédito PME Investe I e II, bem como os projetos promovidos por associações empresariais e os projetos empresariais multiconcelhos dos Sistemas de Incentivos.

Gráfico 2.10 – Tipo de Território (Aprovações)



Repartição da contribuição comunitária por actividade económica

A Actividade Económica da “Educação” registou um maior montante FEDER comprometido (14,4% das aprovações) seguida de perto pelas “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (13,4%) e pelas “Actividades associadas ao Ambiente” (12,4%).

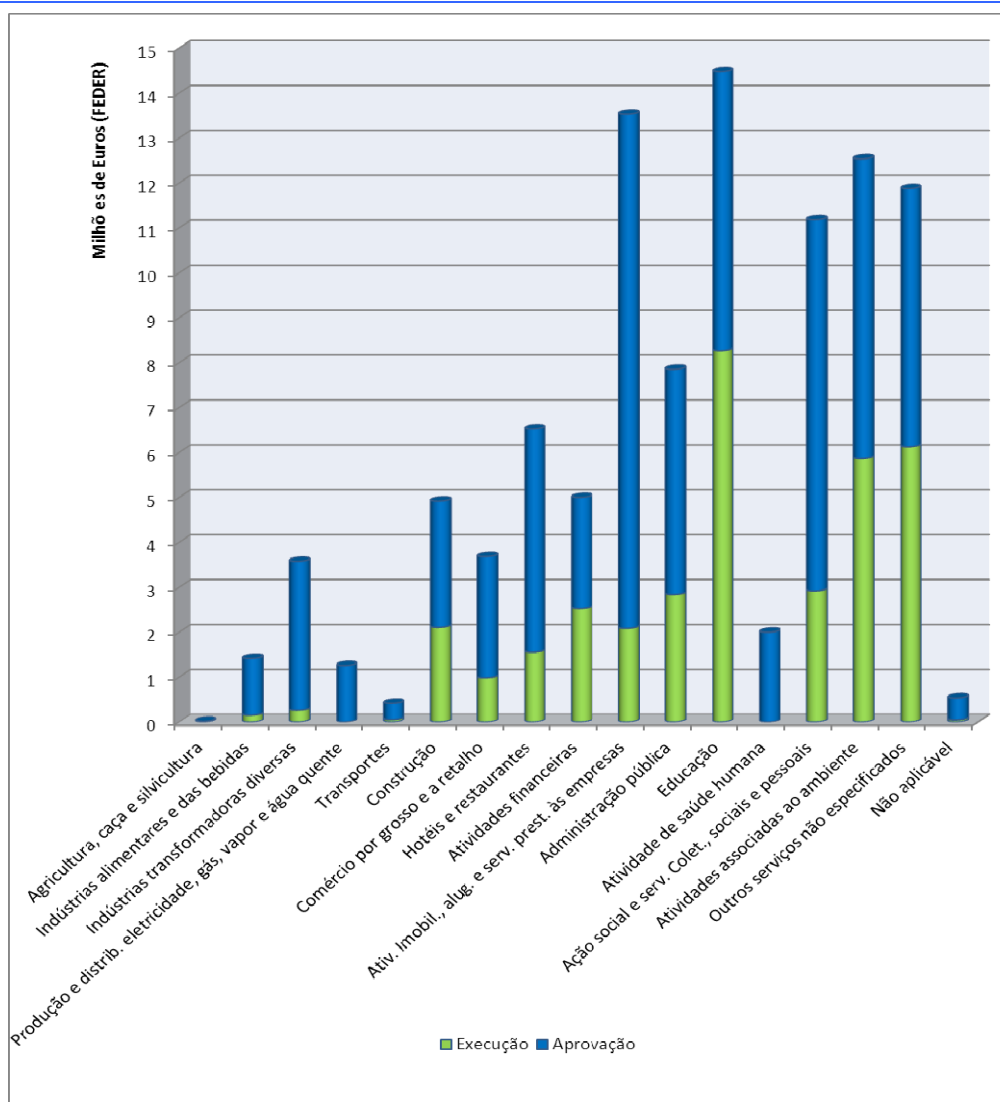
Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Actividade Económica (31/12/2011)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	1	16.875	0	0,00%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	8	1.416.879	152.807	10,78%
06	Indústrias transformadoras diversas	9	3.575.749	265.826	7,43%
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	21	1.256.982	0	0,00%
11	Transportes	4	414.833	54.894	13,23%
12	Construção	8	4.917.805	2.108.474	42,87%
13	Comércio por grosso e a retalho	27	3.683.131	986.261	26,78%
14	Hotéis e restaurantes	26	6.522.971	1.554.357	23,83%
15	Actividades financeiras	1	5.000.000	2.523.376	50,47%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	40	13.528.248	2.085.527	15,42%
17	Administração pública	18	7.852.224	2.839.461	36,16%
18	Educação	18	14.476.419	8.271.041	57,13%
19	Actividades de saúde humana	3	1.999.998	0	0,00%
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	28	11.181.051	2.921.091	26,13%
21	Actividades associadas ao ambiente	35	12.537.093	5.869.310	46,82%
22	Outros serviços não especificados	41	11.871.920	6.128.598	51,62%
00	Não aplicável	4	535.462	48.456	9,05%
TOTAL		292	100.787.640	35.809.478	35,53%

As 21 operações incluídas na atividade económica “Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente” dizem respeito a projetos na área da eficiência energética que não tinham ainda contratos assinados a 31/12/2011 (decisões tardias no final do ano ou várias condicionantes de aprovação) e como tal não apresentavam execução registada no final do ano.

As AE “Educação” (57,13%) e os “Outros serviços não especificados” (51,62%) apresentam as melhores taxas de execução face às aprovações. Para este último caso, contribuem os 11 projetos na área da cultura e das reabilitações para fins culturais, que representam uma aprovação de 4,4 milhões de euros FEDER e uma execução de 1,6 milhões de euros.

Gráfico 2.11 – Atividade Económica (aprovações e execução)



2.1.4. Informação sobre o apoio por grupos alvo

A distribuição das aprovações e execução por grupos-alvo (beneficiários) encontra-se identificada na tabela 2.8.

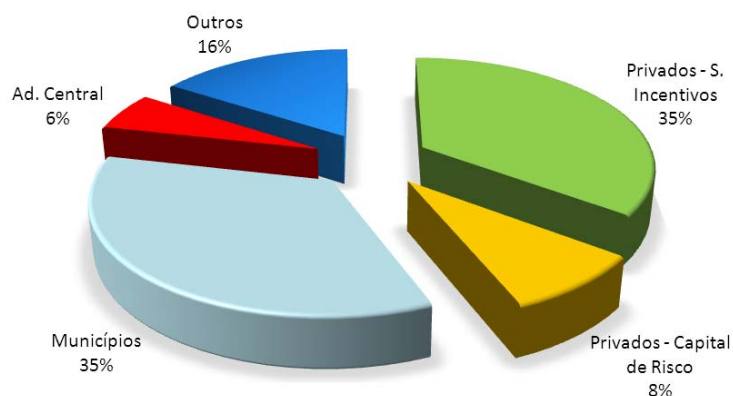
Verifica-se que os grupos-alvo de maior significado e com igual peso (35%) no âmbito das operações aprovadas no Programa são os Municípios (Eixos 2 e 3) e os Privados (Empresas) no âmbito dos Sistemas de Incentivos (Eixo 1).

Tabela 2.8 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário (31/12/2011)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
102	Administração Directa Serviços Periféricos	8	5.693.343	2.796.611	49,12%
103	Administração Indirecta Serviços Personalizados	16	8.633.265	4.068.245	47,12%
105	Empresas não Financeiras Públicas participadas maioritariamente pelo Sector Público	11	7.651.165	1.880.281	24,58%
106	Soc. Púb. Inv., Soc. Cap. Risco, Invest. Inst. c/ controle na emp.	1	5.000.000	2.523.376	50,47%
107	Administração Autónoma Local	84	34.976.641	15.659.657	44,77%
109	Instituições do Ensino Superior	3	696.456	3.576	0,51%
202	Não PME	4	4.488.352	1.123.330	25,03%
203	Empresa de Média Dimensão	24	2.205.615	454.994	20,63%
204	Pequena Empresa	48	10.794.797	3.551.731	32,90%
205	Micro-empresa	60	17.187.125	3.186.593	18,54%
212	Entidade Privada sem fis lucrativos	17	782.912	146.642	18,73%
213	Instituições do Ensino Superior	1	109.671	2.334	2,13%
215	Associações Empresariais	7	823.321	37.151	4,51%
216	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional Local	5	482.882	221.255	45,82%
217	Fundações, Organizações não Governamentais (ONG) e outras Associações	3	1.262.095	153.704	12,18%
TOTAL		292	100.787.640	35.809.478	35,53%

A leitura do gráfico infra permite concluir que, excluindo a Iniciativa JESSICA (código 106), os grupos do setor público (Administração Central – 102, Institutos Públicos – 103 e Administração Local – 107), apresenta as melhores taxas de execução (superiores a 45%). Os *beneficiários privados* (no âmbito dos sistemas de incentivos) embora com um maior número de operações aprovadas registam em geral execuções mais baixas (inferiores a 33%).

Gráfico 2.12 – Tipologia de Beneficiário (aprovações)



2.1.5 Apoio restituído ou reutilizado

Apoios restituídos

Até 31/12/2011, não existiram verbas utilizadas, por parte da AG, na sequência da anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional tal como previsto no n.º 2.º do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Igualmente até final de 2011 não tinham sido restituídas verbas na sequência da alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação às operações.

2.1.6 Análise qualitativa

Apesar do agravamento geral da situação económica, e financeira do País, durante o ano 2011, o nível de compromissos e de execução do PO Algarve 21 aumentou significativamente face aos anos anteriores (*Anexos II e III*).

O acréscimo das aprovações deve-se essencialmente ao Eixo 1 e em particular aos Sistemas de Incentivos onde foram abertos mais concursos tendo o montante aprovado crescido 55% durante o ano 2011. O peso relativo dos apoios vocacionados para as PME no total dos apoios concedidos às empresas foi de 86%. No final do ano o nível de aprovações do Programa tinha

atingido 241,2 milhões de Euros de Investimento total associado a um investimento elegível de 159,6 milhões de Euros e 100,8 milhões de Euros FEDER.

A taxa de compromisso aumentou para 58% e o número de candidaturas aprovadas passou de 221 em 31/12/2010 para 292 em finais de 2011 (*Anexo III*).

Foram ainda aprovadas pela primeira vez operações nas tipologias da “Energia”, “Prevenção de riscos naturais e tecnológicos” e “Mobilidade Territorial”.

Face à exiguidade das verbas (FEDER) disponíveis para o PO (para a Região) não foram abertos concursos para todas as tipologias tendo-se privilegiado os Regulamentos Específicos correspondentes a Tipologias de Operação mais prioritárias ou onde o grau de maturidade das operações é maior. Como exemplo poderão ser referidas as “Ações Coletivas – SIAC”, “Parques de Ciência e Tecnologia e incubadoras EBT”, “Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações imateriais” ou “Equipamentos para Coesão”, embora a análise mais detalhada conste do Capítulo 3 - Execução por Eixo Prioritário.

No que respeita à **execução** os montantes de despesa validada pela Autoridade de Gestão ascendia no final do ano a 95,6 milhões de Euros de Investimento total a que corresponde uma despesa pública de 63,8 milhões de Euros e 35,8 Milhões de Euros de FEDER, contra 22,5 milhões em finais de 2010. A taxa de execução passou de 13% no final de 2010, para 21% em 31/12/2011. A taxa de realização que traduz a execução em relação às aprovações efetuadas ascendia a 36%, valor superior à média dos PO Regionais do QREN.

Relativamente a reembolsos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, até ao final de 2011 não houve qualquer registo.

Verifica-se que, no geral, as áreas de apoio às empresas (Eixo 1) apesar de terem avançado mais rapidamente no início do Programa¹⁴, apresentavam níveis de compromisso e execução mais baixos, que outras Áreas de investimento como sejam a “Reabilitação Urbana e Rural”, a “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos” ou o “Investimento em Infraestruturas Sociais”.

¹⁴ Áreas temáticas 1, 2 e 5.

Tabela 2.9 – Aprovações e execução por Área Temática dos Temas Prioritários (contribuição da União) (31/12/2011)

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo	59.903.895,00	112	40.770.284	68,06%	11.419.139	28,01%
2	Sociedade da Informação	11.709.091	29	7.445.423	63,59%	1.183.520	15,90%
4	Transportes	19.443.768	5	4.429.786	22,78%	2.108.474	47,60%
5	Energia	3.000.000	36	1.959.666	65,32%	154.512	7,88%
6	Protecção do ambiente e prevenção de riscos	17.805.447	25	11.121.148	62,46%	4.473.124	40,22%
7	Turismo	7.424.208	10	2.447.946	32,97%	500.450	20,44%
8	Actividades culturais	6.500.000	8	3.367.314	51,80%	487.524	14,48%
9	Reabilitação urbana e rural	14.422.904	29	8.507.013	58,98%	4.548.739	53,47%
10	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	531.169	0	0	0,00%	0	0,00%
14	Investimento em infra-estruturas sociais	24.213.454	21	16.476.417	68,05%	8.271.041	50,20%
16	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	3.000.000	7	1.395.742	46,52%	508.938	36,46%
18	Assistência técnica	6.998.080	10	2.866.903	40,97%	2.154.018	75,13%

A tabela 2.9 apresenta a programação, as aprovações e a execução do Programa por grandes Áreas de Investimento para a dimensão - Tema Prioritário a 31/12/2011. A previsão efectuada no texto da Decisão do Programa relativamente às despesas de earmarking, ou seja que contribuem para a Estratégia de Lisboa, ascendia a 67% das despesas totais programadas. Analisando os resultados obtidos com base na situação a 31/12/2011, verifica-se que cerca de 75,5% dos projectos aprovados estavam inseridos em temas prioritários de earmarking. No que respeita à execução esse peso é de cerca de 71,6% (Anexo V).

Os maiores montantes aprovados verificam-se nas áreas de “Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo” – 41 milhões de Euros, “Investimento em infraestruturas sociais” – 16,5 milhões de euros, “Protecção do Ambiente e Prevenção de Riscos” – 11 milhões de euros e “Reabilitação urbana e rural” – 8,5 milhões de Euros. As áreas com maior execução, foram a “Assistência Técnica” (75,1% de taxa de execução) e “Reabilitação urbana e rural” e “Investimento em infraestruturas sociais” com 53,5% e 50,2%, respectivamente.

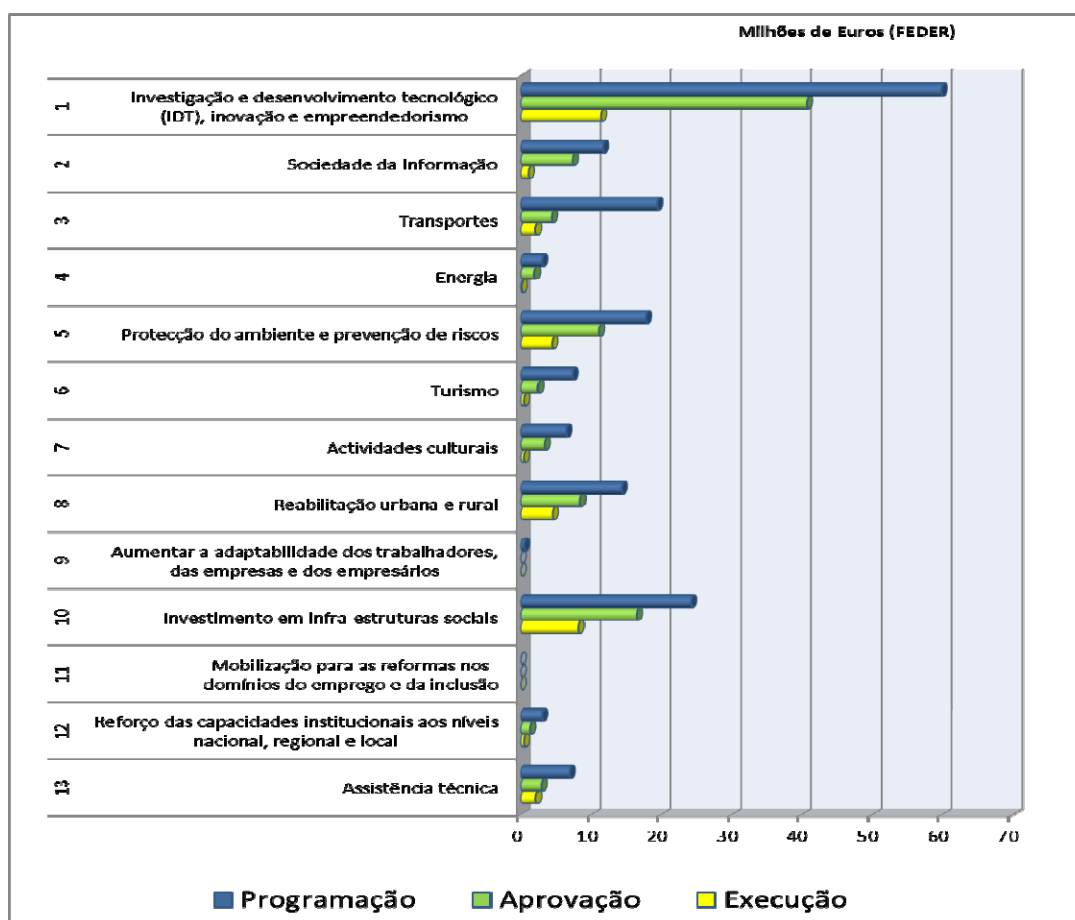
Em 31/12/2011, apenas a área da “Adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” não registava aprovações.

Dos 47 temas com programação prevista no texto da nova decisão do PO, 47% tinham sido alvo de aprovações até ao final de 2011 (22 temas).

No âmbito dos temas prioritários “*earmarking*” (*Anexo V*) e para além da “Assistência Técnica” destaca-se com maiores taxas de execução face às aprovações os temas “Projetos integrados de recuperação urbana e rural” (54%), “Apoio à I&DT em especial nas PME” (67%), “Infraestruturas educativas” (57%) e “Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos” (55%).

Das 292 candidaturas aprovadas até 31/12/2011, 229 inserem-se em temas “*earmarking*”.

Gráfico 2.13 - Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários



O Anexo V, bem como os Gráficos 2.14 a 2.25, permitem uma análise mais detalhada por *tema prioritário*:

Gráficos por área de investimento

Gráfico 2.14 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

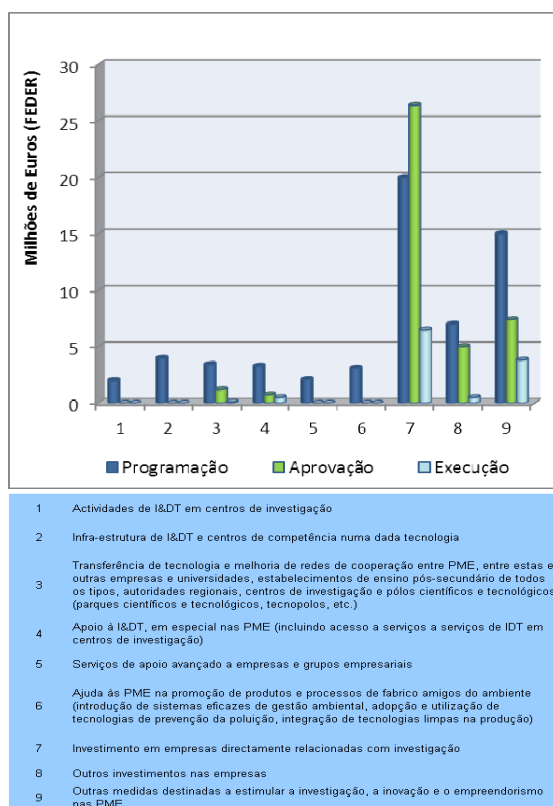
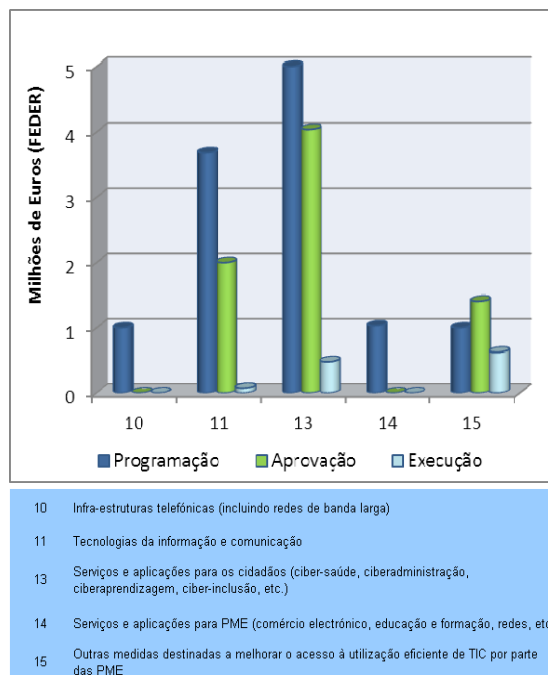


Gráfico 2.15 – Sociedade de Informação



❖ Investigação e Desenvolvimento Tecnológico:

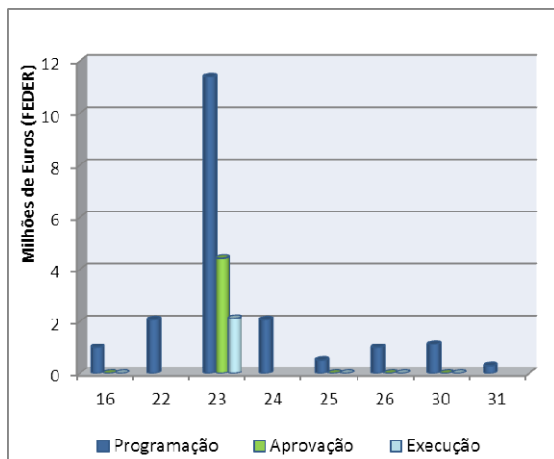
- Área de investimento com maior número de candidaturas aprovadas (112). A prioridade dada ao financiamento dos temas previstos nesta área de investimento, nomeadamente no que respeita aos temas 3,4, 7, 8 e 9 contribui para a criação de empregos sustentáveis através do apoio directo às pequenas e médias empresas em conformidade com a alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1080/2006 de 5 de Julho.
- Taxa de aprovação de 68% e taxa de execução de 28%.
- Todos os temas desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 1, 2, 5 e 6 não registam aprovações. O tema 6 já conta com investimento aprovado embora minoritário no âmbito das operações.
- O tema 7 “Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação” já ultrapassou a dotação programada (taxa de aprovação – 132%)
- As maiores taxas de execução são as dos temas 4 (67%) e 9 (52%).

❖ Sociedade de Informação:

- 29 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 63,6% e taxa de execução de 15,9%.
- Todos os temas desta área com programação no PO são “*earmarking*”.
- Dos temas programados no PO, apenas os temas 10 “Infraestruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)” e o tema 14 “Serviços e aplicações para as PME (cibercomércio, educação...)” não registaram operações aprovadas. Neste último existe investimento efectuado embora não sendo dominante no âmbito das operações aprovadas.

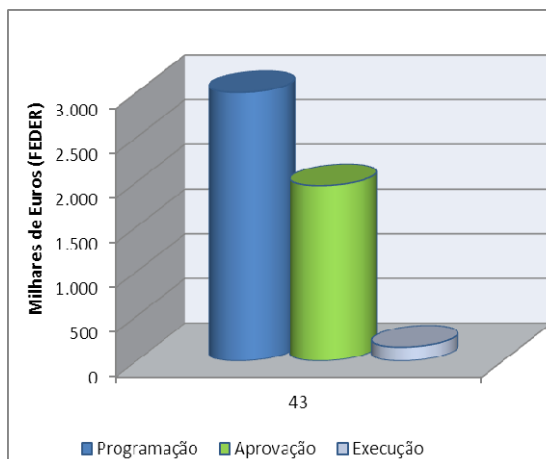
- O tema 15 “Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME” já ultrapassou a dotação programada (taxa de aprovação – 141%) e regista igualmente a maior taxa de execução (44%).

Gráfico 2.16 – Transportes



16	Transporte ferroviário
22	Estradas nacionais
23	Estradas regionais/locais
24	Pistas para ciclistas
25	Transportes Urbanos
26	Transportes multimodais
30	Portos
31	Transporte por via navegável (regional e local)

Gráfico 2.17 – Energia



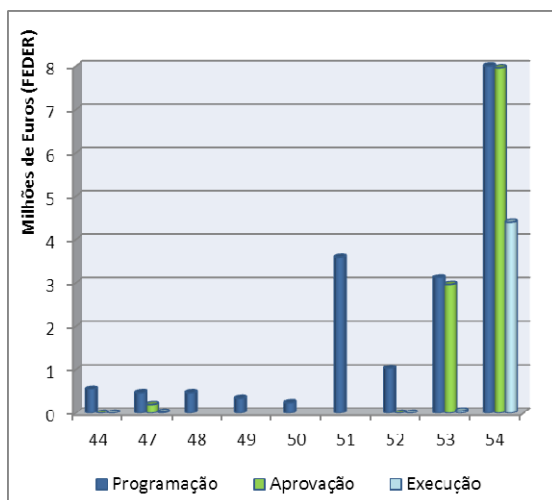
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia
----	--

❖ Transportes:

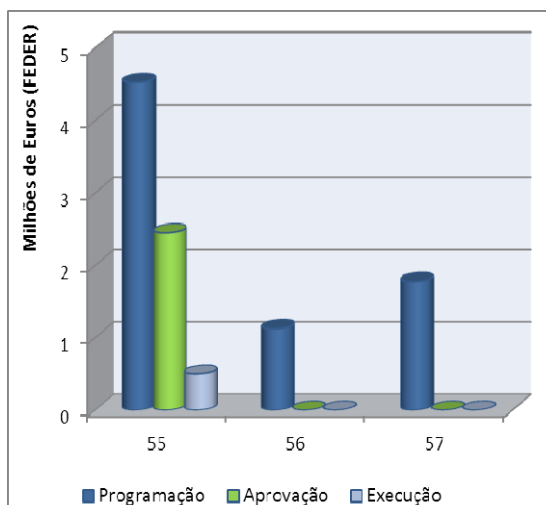
- 5 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 22,8% e taxa de execução de 47,6%.
- Os temas 16, 26 e 30 desta área são “*earmarking*” e até ao momento não registam aprovações. É provável que estes 3 temas não venham a registar investimento no PO, uma vez que se trata de investimentos apoiados prioritariamente pelo Fundo de Coesão.
- Encontra-se em preparação a abertura do tema 24.
- O único tema com execução é o tema 23 (47,6%).

❖ Energia:

- 36 operações aprovadas contra 5 no final de 2010.
- Taxa de aprovação de 65,3% e taxa de execução de 7,9%.
- O único tema desta área é “*earmarking*” (43).

**Gráfico 2.18 – Protecção do Ambiente e
Prevenção de Riscos**

- 44 Gestão dos resíduos privados e industriais
- 47 Qualidade do ar
- 48 Prevenção integrada e controlo da poluição
- 49 Alterações climáticas: atenuação e adaptação
- 50 Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas
- 51 Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)
- 52 Promoção de transportes urbanos limpos
- 53 Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)
- 54 Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos

Gráfico 2.19 – Turismo

- 55 Promoção dos recursos naturais
- 56 Protecção e desenvolvimento do património natural
- 57 Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo

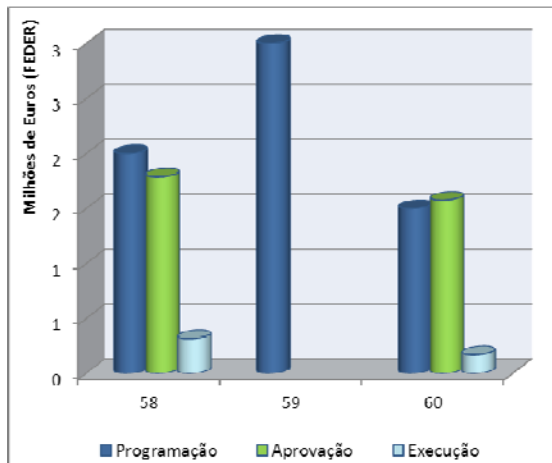
❖ Protecção do Ambiente e Prevenção de Riscos:

- 25 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 62,5% e taxa de execução de 40,2%.
- Apenas os temas 44, 52 e 53 desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 47, 53 e 54 registam aprovações. É provável que nem todos os temas venham a registar aprovações no PO Algarve uma vez que o investimento nestas áreas será fortemente complementado pelo POVT (Fundo de Coesão). Verifica-se assim a concentração da execução no caso do PO Algarve apenas nalguns temas.
- Destaca-se o tema 54 “Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos” (99,5% de taxa de aprovação), com execução de 55,3%.

❖ Turismo:

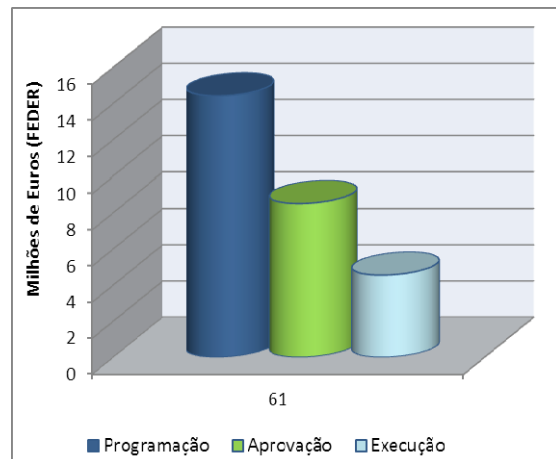
- 10 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 33% e taxa de execução de 20,4%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*” e conta com operações aprovadas apenas o tema 55. Nos temas 56 e 57 existe investimento aprovado embora não seja dominante no âmbito das operações aprovadas.
- O tema 55 “Promoção dos recursos naturais” regista uma taxa de aprovação face ao programado de 54% e uma execução de 20,4%.

Gráfico 2.20 – Atividades Culturais



58 Protecção e conservação e valorização do património cultural
59 Desenvolvimento de infra-estruturas culturais
60 Outras ajudas para melhorar os serviços culturais

Gráfico 2.21 – Reabilitação Urbana e Rural



61 Projectos integrados de recuperação urbana e rural

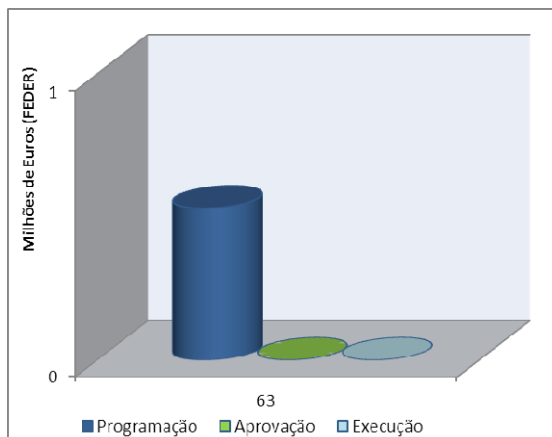
❖ **Atividades Culturais:**

- 8 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 51,8% e taxa de execução de 14,5%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*”.
- Destaca-se o tema 60 com aprovações superiores ao programado (105,2% de taxa de aprovação). Apenas o tema 59 “Desenvolvimento de Infraestruturas culturais” não regista aprovações. Algum do investimento que contribuía, para este tema está classificado no tema 61.
- A maior taxa de execução regista-se no tema 58 (17,7%).

❖ **Reabilitação Urbana e Rural:**

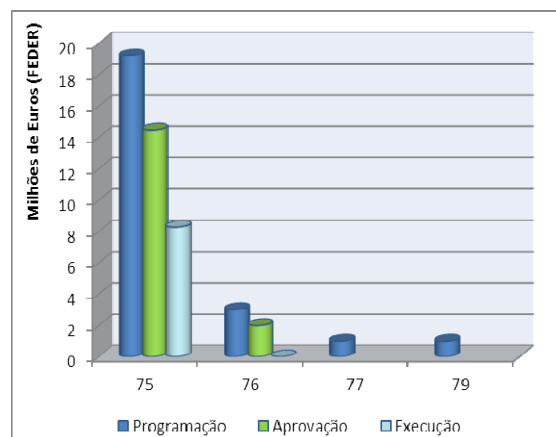
- 29 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 59% e taxa de execução de 53,5%.
- O único tema desta área é “*earmarking*”.

Gráfico 2.22 – Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários



63 Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização de trabalho

Gráfico 2.23 – Investimento em infraestruturas sociais



75 Infra-estruturas educativas
76 Infra-estruturas de saúde
77 Infra-estruturas de assistência à criança
79 Outras infra-estruturas sociais

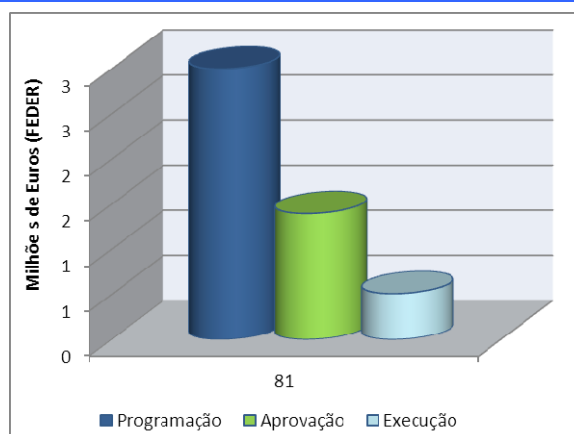
❖ **Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários:**

- Não se registaram operações aprovadas

❖ **Investimento em infraestruturas sociais:**

- 21 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 68% e taxa de execução de 50,2%.
- Apenas o tema 75 – “Infraestruturas educativas” é “*earmarking*”. Os temas 75 e 76 tem uma taxa de aprovação de 75,3% e 66,7, respetivamente. O único tema que registava execução é o tema 75 com uma taxa de 57%.
- O tema 77 regista investimento efectuado embora minoritário, no âmbito das operações aprovadas no tema 75.

Gráfico 2.24 – Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local

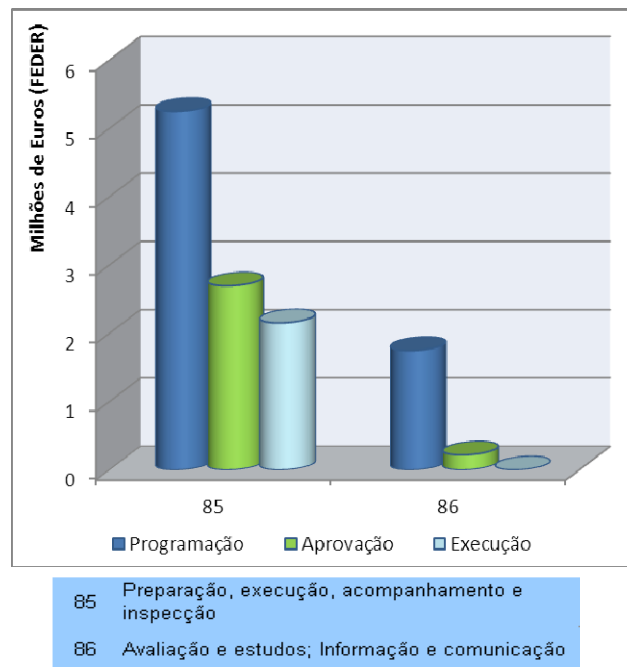


Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas

❖ **Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:**

- 7 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 46,5% e taxa de execução de 36,5%.
- O tema desta área não é “*earmarking*”.

Gráfico 2.25 – Assistência Técnica



❖ **Assistência Técnica:**

- 10 operações aprovadas.
- Não existem temas “earmarking” nesta área de investimento.
- A taxa de aprovação é de 41% e taxa de execução é de 75,1%.
- Regista-se a maior execução no tema 85 “Preparação, execução, acompanhamento, inspeção” (79,9%).

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário:

Mercados Públicos

Os regulamentos publicados para acesso às áreas de intervenção do Programa Operacional obrigam ao cumprimento dos preceitos comunitários em matéria de mercados públicos, quando se trate de entidades a que se aplicam as diretivas comunitárias e a legislação nacional que as transcreve.

Nos casos em que é exigido como condição de acesso que o processo de concurso das obras esteja em fase de intenção de adjudicação – ou em que, mesmo sem essa exigência, o avanço dos projetos candidatos já tenha atingido essa fase - é possível verificar logo “à entrada” se os pressupostos e procedimentos básicos para assegurar a transparência e o acesso em igualdade de condições de todos os potenciais concorrentes foram cumpridos. Se se verificar que o projeto candidato não obedeceu às regras em vigor nesta matéria, o projeto ou alguma das componentes poderão ser logo à partida excluídas.

Para além disso, mantêm-se em vigor as orientações para o secretariado técnico do Programa no sentido de verificar, em sede de pagamento da comparticipação comunitária, o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de contratação pública de obras e fornecimentos. Antes da validação da primeira despesa e processamento do primeiro pagamento relativo a um contrato público, a Estrutura Técnica verifica a documentação relevante relativa ao processo de concurso e à adjudicação que o suporta, de acordo com *check-list* criadas para o efeito, e só concretizará a ordem de pagamento depois de obter toda a informação necessária que lhe permita concluir pelo cumprimento da legislação aplicável. Este tipo de procedimento é aliás semelhante para qualquer despesa verificada. Para a correcta implementação destes procedimentos contou fortemente a experiência adquirida na segunda metade do QCA III em matéria de contratação pública.

Em 2009, foram aperfeiçoadas as *check-list* e os instrumentos de trabalho em uso nestas matérias com vista à sua integração no Sistema de Informação do PO e foram melhoradas as orientações constantes do Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo, bem como a sua operacionalização. Em 2010, foi aperfeiçoado o Sistema de Informação do PO como auxiliar dos beneficiários na actualização de informação sobre esta matéria, e da Estrutura Técnica nas verificações necessárias aos procedimentos de contratação

pública, nomeadamente através da introdução de alertas e validações automáticas de documentos e processos. Durante o ano de 2011 todo este processo de validação decorreu com normalidade.

Auxílios de Estado às Empresas

A Comissão Europeia considera que os auxílios de *minimis* são auxílios de reduzido valor concedidos a uma empresa que, por essa razão, não são susceptíveis de afectar de forma significativa o comércio e a concorrência entre Estados-Membros.

O Regulamento (CE) nº 1998/2006 de 15 de Dezembro fixa um limiar máximo de acumulação dos auxílios, abaixo do qual existe isenção de notificação prévia à Comissão Europeia. Esse máximo é de 200 000 euros durante o período de três exercícios financeiros (ou de 100 000 euros no que se refere às empresas no sector dos transportes rodoviários), sendo que para os anos de 2009 e 2010 foi alargado o limite para 500 000 euros, no contexto das medidas anti-crise.

A Comissão Europeia, no final do ano 2010, através da Comunicação - Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica, de 1 de Dezembro de 2010, entendeu não dar continuidade ao regime de excepção temporário - montante limitado de auxílios compatíveis.

No entanto, a Comissão abriu a possibilidade aos Estados-Membros de, mediante pedido de notificação, verem aprovada uma proposta de prorrogação do limite de *minimis* – limite máximo de acumulação de 500.000 euros, no ano 2011 – para as candidaturas apresentadas pelos beneficiários até 31 de Dezembro de 2010.

Uma vez que a economia portuguesa não apresentava um comportamento idêntico ao da média da EU, encontrando-se ainda fustigada pela crise e sem sinais de retoma, as autoridades portuguesas decidiram apresentar pedido de notificação para prorrogar a aplicação do limiar temporário de *minimis* – Prorrogação do Auxílio Estatal N13/2009.

Tal pedido de prorrogação do limite de *minimis* foi aprovado pela Comissão, em 7/01/2011, através da comunicação C (2011) 63 final – referência State Aid SA.32122 (2010/N) – Portugal, tendo tal sido consagrado no quadro regulamentar nacional, através da Portaria nº 70/2011, de 9 de fevereiro, publicada no Diário da República, Série I, nº 28.

Esta Revisão do Quadro Temporário e a aprovação do pedido de prorrogação do limite máximo de acumulação de 500 mil euros para candidaturas apresentadas pelos beneficiários até 31/12/2010, significou na prática que, por um lado, o limite máximo de acumulação de auxílios de *minimis* de 500 mil euros, se matem em vigor para as candidaturas que tenham sido apresentadas pelos beneficiários até 31 de dezembro de 2010, devendo a decisão por parte dos Organismos responsáveis pela concessão dos apoios ocorrer durante o ano de 2011.

Os auxílios concedidos a partir de 1 de janeiro de 2011, apresentados pelos beneficiários após 31 de dezembro de 2010, voltaram a ter o limite de 200 000 euros durante o período de três exercícios financeiros (ou de 100 000 euros no que se refere às empresas no sector dos transportes rodoviários).

A Comissão Europeia adoptou um regulamento que autoriza automaticamente uma série de medidas de auxílio, isentando os Estados-Membros da obrigação de notificação prévia dos auxílios à Comissão (exige apenas o seu envio para informação, após a sua implementação). Este regulamento geral de isenção por categoria (RGIC) autoriza auxílios às PME, auxílios à investigação e desenvolvimento a favor das PME, auxílios ao emprego, auxílios à formação profissional e auxílios com finalidade regional, auxílios a favor do ambiente, auxílios à inovação, investigação e desenvolvimento para grandes empresas, auxílios sob a forma de capital de risco e auxílios a favor de novas empresas criadas por mulheres empresárias.

Em relação aos regimes de *minimis*, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites máximos de apoio. Para este efeito, e à semelhança do que aconteceu no período de programação anterior (2000-2006), manteve-se a opção de uma base de dados nacional dos apoios (Registo Central de Auxílios de *minimis*). Ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR) cabe a responsabilidade pelo registo, acompanhamento e controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos.

No caso do **Algarve**, sempre que um apoio *de minimis* no âmbito dos sistemas de incentivos é concedido em sede de Comissão Directiva do PO ALGARVE 21, o mesmo fica condicionado à consulta e verificação dos limites definidos no Regulamento (CE) n° 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006 (calculados em função da referida base de dados nacional). Esta tramitação é desenvolvida pelo Programa Operacional POFC (Compete), enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis*, no âmbito dos sistemas de incentivos e SAFPRI, totalizaram no período de 2008 a 2011 cerca de 7,9 milhões.

Tabela 2.10 – Apoios concedidos ao abrigo *de minimis* no período 2008-2011

Regime de Auxílios	Enquadramento Comunitário	Apoios Concedidos PO Algarve21	
		Nº Proj.	Montante (€)
SI I&DT	<i>Minimis</i>	9	37.140
SI Inovação	<i>Minimis</i>	25	134.781
SI Qualificação PME	<i>Minimis</i>	101	4.540.762
SAFPRI	<i>Minimis</i>	72	3.169.809
TOTAL		207	7.882.492

Fonte: IFDR

Estes 207 registos no Sistema Central traduziram-se ao longo deste período num apoio a 124 empresas. Apenas no ano 2011 e no caso do Algarve foram efetuados 52 registos no sistema num montante de 563.089 €

Para além dos apoios concedidos ao abrigo da regra *de minimis* existem ainda incentivos atribuídos ao abrigo do Regime Geral de Isenção por Categoria (X 404/2009) que totalizaram no caso do Algarve, até 31/12/2011, 27.726.813 euros de incentivo, no conjunto dos Sistemas de Incentivos.

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A compatibilização entre os financiamentos comunitários e as políticas em matéria de ambiente tem sido uma prioridade constante ao longo da implementação dos vários Quadros Comunitários na Região, registando-se uma experiência relevante nesta matéria.

A conformidade entre os projectos financiados pelo Programa e as políticas comunitárias em matéria de ambiente, é assegurada através da participação dos serviços responsáveis (CCDR – Ambiente e Ordenamento e ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, nos casos aplicáveis) na análise dos projectos apresentados a concurso, emitindo parecer sobre diversas candidaturas, quer da área ambiental, como é o caso das infra-estruturas do litoral, quer de outras áreas, como por exemplo, a rede viária, ficando assim salvaguardados eventuais impactes sobre o ambiente. Para sistematização desta informação e permitir um acompanhamento destas questões durante e após as intervenções efectuadas no âmbito do Programa, foi criada uma *check-list* ambiental que acompanha as operações ao longo da sua implementação.

De referir, como mais valia, a participação de um representante de Organizações Não Governamentais (ONG) da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do Programa, a qual aprova os critérios de selecção de todos os regulamentos das áreas de intervenção do Programa e tem, assim, capacidade para propor ajustamentos ou soluções que permitam que os projectos a aprovar contribuam de forma mais eficaz para a salvaguarda do ambiente e para um desenvolvimento regional sustentável.

Alguns dos Regulamentos Específicos prevêem ainda a existência de critérios de selecção / ponderações relacionados com a incidência ambiental dos projectos como é o caso da Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial ou Parcerias para a Regeneração Urbana. Esta questão encontra-se no entanto mais desenvolvida no ponto 2.7.3 – Avaliação Ambiental Estratégica.

O Programa aprovou, até 31/12/2011, 35 projectos com incidência positiva directa em termos ambientais que ascendem a um montante de despesa pública elegível de 19 milhões de euros e apoio de 11 milhões de euros FEDER, no âmbito das tipologias de operação “Acções de Valorização do Litoral” e “Acções de Valorização e Qualificação Ambiental”.

Não discriminação e igualdade de oportunidades

O princípio da não discriminação de género mas também de raça, religião, idade, orientação sexual ou deficiência está consagrado na legislação nacional e, tal como referido no texto do Programa, será integralmente cumprido não apenas pela tomada de medidas de discriminação positiva em favor de grupos de cidadãos com maior dificuldade potencial de acesso ao Programa como também, e sobretudo, pela eliminação de quaisquer entraves que dificultem ou impossibilitem um tratamento igual de todos os tipos de beneficiários.

Salienta-se aqui, pela sua importância neste âmbito, a medida tomada no quadro do Sistema de Incentivos à Inovação, o regime de apoios previsivelmente de maior dotação financeira e impacto na Região, que prevê a atribuição da majoração de 10 pontos percentuais do incentivo a conceder no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem.

De acordo com a regulamentação publicada, considera-se para efeito de atribuição de majoração ao empreendedorismo feminino, os projectos liderados por mulheres que reúnam as seguintes condições:

- a. a empreendedora detém, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;

- b. a empreendedora desempenha funções executivas na empresa e mantém-nas, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

A atribuição da majoração “*empreendedorismo jovem*”, por seu lado, depende do preenchimento pelo jovem empreendedor das seguintes condições:

- a. ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;
- b. possuir, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- c. desempenhar funções executivas na empresa e mantê-las, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

De notar que, em ambos os casos, a atribuição da majoração está sujeita a parecer positivo das entidades oficiais que velam pela não discriminação destes cidadãos: a Comissão da Cidadania e da Igualdade de Género e o Instituto Português da Juventude.

Poderá destacar-se, no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem, a aprovação, até 31/12/2011, de 7 projectos no SI Inovação, com um montante de investimento elegível de 4,3 milhões de euros.

Os contributos positivos do Programa para a igualdade de oportunidades resultam também de actuações de medidas materiais, através do impacto que podem vir a ter na organização da vida dos cidadãos, como é o caso da ocupação das crianças e dos jovens, do apoio social à população idosa nomeadamente através das Unidades de Cuidados continuados e das Unidades de Saúde Familiar e das oportunidades de dinamização de iniciativas de valorização e ocupação das mulheres em zonas deprimidas.

Nesta fase poderá destacar-se a aprovação, até 31/12/2011, de 18 Centros Escolares (inclui pré-escolar) e 3 unidades de saúde no Eixo 3, com um montante de investimento elegível de 28,9 milhões de euros e 4 milhões de euros, respetivamente.

No que diz respeito à consolidação das unidades de apoio social (Creche, Centro de Dia, Lar de Idosos, Lar de Apoio, etc), o apoio no âmbito do QREN será canalizado no caso do Algarve para o POPH (FSE – Apoio ao Investimento a resposta integradas de Apoio Social), em face dos reduzidos montantes FEDER atribuídos à Região. Por seu lado, as medidas de animação sócio-económica e equipamentos colectivos (em particular centros escolares) a implementar nos territórios do Interior, com reflexos na ocupação das mulheres nestas zonas deprimidas, deverão ficar a cargo das intervenções do FEADER¹⁵.

¹⁵ Recorde-se que a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006, destinou o montante de 200 milhões de Euros para intervenções FEADER no Algarve, montante superior ao FEDER.

2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas

Às naturais dificuldades sentidas no arranque de qualquer novo período de programação, juntaram-se, no caso do Algarve, condicionalismos que lhe são específicos e que decorrem, desde logo, do seu estatuto de *phasing out*, entendendo-se naturalmente que, num contexto de escassez acentuada de recursos, o sucesso na aplicação da estratégia definida passa pela aplicação prática dos princípios de concentração e selectividade e pela definição cuidada dos mecanismos de operacionalização.

Nos anos 2009-2011 acentuaram-se quatro fatores de contexto que marcaram a primeira metade do QREN e que acresceram dificuldades à situação particular do Algarve:

- O prolongamento da sobreposição do período de execução dos dois períodos de programação (QCA III e QREN), apesar do efeito claramente positivo desta Medida relativamente ao aproveitamento de recursos do QCA III. Esta sobreposição foi particularmente sentida na disponibilidade de recursos humanos até ao final do 3º trimestre de 2010, data em que foram entregues os processos finais do QCA III aos serviços da Comissão Europeia.
- A crise financeira internacional que agravou os indicadores da economia portuguesa e em particular do Algarve, desmotivou os investidores com consequências ao nível da entrada em recessão com um forte aumento do desemprego.
- O contexto de fortes restrições orçamentais motivado pela crise da dívida soberana que afectou não só a Administração Pública Central e Local como também os respectivos fornecedores (privados), criando crescentes dificuldades à estabilidade das empresas e pondo em causa a continuidade das operações apoiadas pelos PO.
- O agravar da situação económico-financeira acabou por ter consequências ao nível da estabilidade política que se repercutiu ao longo do ano 2011 afetando inevitavelmente a capacidade de decisão do PO (mudança de governo, alterações nas tutelas, reformas institucionais e administrativas e finalmente mudanças na gestão do Programa Operacional).

Neste contexto sistematizam-se em seguida os problemas identificados e as medidas tomadas ou a tomar. Questões mais específicas encontram-se detalhadas no Ponto 3 no final da análise de cada Eixo prioritário. Algumas das dificuldades sentidas e apontadas em Relatórios de Execução anteriores não foram ainda resolvidas pelo que se mantém, com os ajustamentos adequados.

- ❖ **Dificuldade na concretização da estratégia regional** – O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, e a pressão para o arranque do QREN, tornaram mais complexa a concretização da estratégia regionalmente definida, espartilhando por sectores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções territoriais integradas. A resolução de algumas das questões que têm sido identificadas extravasam em parte as competências da Autoridade de Gestão do PO Algarve estando dependentes das Autoridades Nacionais do QREN.

Medidas tomadas / a tomar:

- Permitir a possibilidade de introdução de Regulamentos de cariz regional ou adaptação /combinação dos setoriais para intervenções territoriais integradas. Algumas das intervenções desenvolvidas através de Planos de Ação respondiam em parte a esta questão (Ex: PROVERE e Planos de Ação da Política de Cidades).
 - Promover a articulação entre Fundos (Ex: FEDER / FEADER) através de grupos de trabalho que identifiquem as áreas e medidas de complementaridade a operacionalizar em cada Região.
 - Diversificação da abertura de concursos com maior incidência nas áreas mais estratégicas da política regional (*em parte resolvido*).
 - Promover uma maior participação nomeadamente através de consulta obrigatória das Autoridades de Gestão nos processos de ajustamento dos Regulamentos Específicos beneficiando da experiência de “terreno”.
-
- ❖ **Fraco nível de aprovações** – o novo modelo regulamentar do QREN, na qual estão definidos regulamentos específicos para cada uma das áreas de intervenção dos Programas Operacionais Regionais, associado à obrigatoriedade das candidaturas serem apresentadas mediante concursos, alterou significativamente os procedimentos adoptados no período de programação anterior, principalmente para os promotores públicos. Estas alterações, tendo presente que os promotores públicos não se encontravam familiarizados com os novos procedimentos, dificultaram, num período inicial, a apresentação das candidaturas. A entrada em vigor de novas versões dos sistemas de informação também criou dificuldades iniciais de adaptação que se prolongaram ao longo do ano 2009 e retardaram o arranque inicial.

Por outro lado, o modelo adoptado tornou o processo de aprovações mais moroso e mais complexo para as Estruturas Técnicas, uma vez que obriga à adaptação dos instrumentos de notação, formulários, check-list para cada Tipologia de operação e por vezes por cada concurso.

No caso do Algarve a exigência de maior selectividade motivada pela limitação das dotações do Programa, tem também contribuído para um nível de aprovações genericamente menos elevado do que a média do QREN. Por sua vez a obrigatoriedade de processos de concurso para os promotores públicos “afastou” Autoridades de Gestão e beneficiários numa Região em que, pela exiguidade das dotações do PO, se requeria uma maior articulação em particular na fase de montagem das iniciativas, como forma de obter *focagem e concentração* das intervenções.

Medidas tomadas:

- Foram realizadas mais sessões de divulgação/esclarecimentos para os promotores privados e acompanhamento mais personalizado para consultores e promotores públicos através de documentos de apoio, esclarecimentos por mail/telefone, reuniões presenciais para melhorar a qualidade das candidaturas e prestar apoio sobre o funcionamento dos Sistemas de Informação (nomeadamente através de Manuais de Procedimentos).
- Em 2010 e 2011 foram abertos concursos em novas tipologias dos projectos públicos (Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – acções materiais, Gestão activa de espaços protegidos e classificados, Energia, Mobilidade territorial, Regeneração urbana e Saúde).

Medidas a tomar:

- Abertura de concursos em contínuo para reduzir os tempos individuais de decisão de forma mais generalizada.
 - Alterações aprovadas em CMC (*jan. 2012*) permitiram a possibilidade de “convite” de forma generalizada em todos os Regulamentos Específicos.
 - Agilização dos procedimentos utilizando em certas situações do tipo operações integradas, promotores únicos, fechos de redes de equipamentos públicos ou assistência técnica a utilização da modalidade de convite.
- ❖ **Fraca execução/dificuldades dos beneficiários e fornecedores** – que se traduziram nalgum atraso de pagamentos e de operacionalização, por parte dos beneficiários, e nalgumas situações de falência com atrasos de execução das empreitadas, por parte dos fornecedores.

Medidas tomadas:

- Em meados de 2010 foram adotadas pela CMC do QREN um conjunto de 12 medidas destinadas a obstar a atrasos e a acelerar a execução de projectos

empresariais, entre as quais se referem: o mecanismo excepcional de ajustamento de projectos, a anulação de comprovativos de licenciamento, a simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento, a eliminação da necessidade de pré-avaliação no Sistema de Incentivos à Inovação, a celeridade na resposta aos processos de alegações contrárias e ajustes à decisão e a descativação de incentivos em projectos não contratados.

- As medidas tomadas pela Coordenação do QREN relativamente à atribuição de adiantamentos iniciais, veio em parte melhorar a liquidez dos beneficiários, podendo no entanto, vir a repercutir-se de forma menos positiva, à medida que as operações entram na segunda metade da sua execução, e o efeito do adiantamento se anula.
- Em paralelo tem sido efectuado um esforço da parte das Estruturas do Programa para encurtar prazos de análise de pedidos de pagamento, fomentando a utilização dos adiantamentos contra-factura, em utilização nos Sistemas de incentivos desde 2010.
- Foi igualmente reforçado o acompanhamento dos promotores com vista a ultrapassar dificuldades administrativas, burocráticas ou de utilização do sistema de informação, disponibilizando, em caso de necessidade, a prestação de apoio individual a promotores por parte da Estrutura Técnica.
- Foi aprovada na Comissão Directiva do PO de 7 de dezembro de 2010 uma Orientação de Gestão (OG nº 2/2010) para “disciplinar” procedimentos e definir penalizações para atrasos de execução, a qual deveria entrar em vigor a partir de Março de 2011. Com a assinatura do “2º Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP” foi criada uma *bolsa de observação* a acompanhar pelo Observatório do QREN com recomendações idênticas que foram implementadas a partir daí.
- Estas orientações foram vertidas para os contratos de concessão de financiamentos a partir de Setembro. Igualmente em Setembro/Outubro de 2011 foi efetuada uma notificação generalizada aos promotores com situações em incumprimento. A saída do Gestor do PO antes do final do ano não permitiu operacionalizar eventuais penalizações.

Medidas a tomar:

- Reprogramação com ajustamento “em alta” de taxas de comparticipação ao nível da operação. A reprogramação técnica efetuada com este objetivo que foi aprovada em 15/12/2011, apenas permitiu operacionalizar até ao final do ano, a subida da taxa nos Pedidos de Pagamento do PO à Comissão Europeia a qual teve como consequência a

intensificação do fluxo de pagamentos FEDER ao PO. Durante o 1º semestre de 2012, será necessário implementar o ajustamento em alta das taxas de co-financiamento das operações para que haja repercussões ao nível da execução.

- ❖ **Atraso nos pagamentos aos beneficiários e nas transferências para os Organismos Pagadores** – Ao longo dos anos 2010/2011, os prazos de pagamento por parte do IFDR (Autoridade de Pagamento) alongaram-se relativamente a anos anteriores, atingindo tempos médios superiores 20 dias. Este facto dificulta a cadência de reembolsos a cada operação e por consequência aos respectivos empreiteiros e fornecedores prejudicando o ritmo de apresentação de despesas.

Nas operações da responsabilidade da Administração Pública as demoras de pagamentos afetam a capacidade de redução das dívidas e o esforço de consolidação orçamental.

Igualmente, conforme referido no ponto 3.1.3, os atrasos nas transferências para os Organismos Intermédios (Pagadores), prejudicam a celeridade que se quer imprimir aos reembolsos às empresas.

Medidas a tomar:

- Sensibilizar o IFDR para manter prazos de pagamentos/transferências máximos de 10 a 15 dias, o que ajudaria a manter ritmos mensais de apresentação de despesa por parte dos beneficiários de projectos em curso, cumprindo mais facilmente os compromissos perante terceiros e aumentando a execução.

- ❖ **Carência de meios humanos especializados** – Após algum atraso inicial na constituição do secretariado técnico do PO (Coordenadores nomeados a 31 de Julho - Despacho de transição a 23/10/2008) que retardou os trabalhos iniciais referentes à definição da estrutura de gestão e controlo e à implementação dos procedimentos do PO Algarve 2., a implementação das estruturas e dos sistemas de gestão apresentou também dificuldades acrescidas no caso do Algarve, pela exiguidade da dotação da Assistência Técnica, associada a uma maior complexidade e diversidade dos instrumentos a implementar, como já referido. Com efeito, a indexação (inferior à regulamentar) às reduzidas verbas gerais do Programa, criou dificuldades ao nível da cobertura das novas exigências financeiras relacionadas, por exemplo, com os sistemas de informação, com a contratação de organismos intermédios ou mesmo com a avaliação ou controlo.

Finalmente, a morosidade dos processos de contratação não facilitou o reforço da Estrutura Técnica relativamente a valências em falta, e à saída de elementos, entretanto verificada.

No ano 2009, agravou-se esta situação, com a redução dos meios humanos da Estrutura Técnica que já tinha trabalhado com limitação das dotações em relação às valências em falta (jurídica, sistemas de informação). Em 2009, a estrutura foi reduzida em 1 técnico especialista e um Coordenador técnico (controlo). Os técnicos dos Ex-GAT que acompanhavam a parte física das candidaturas passaram de 9 para 3, e finalmente registaram-se 2 ausências transitórias de cerca de meio ano cada¹⁶ na Equipa do Eixo 1.

Em 2010 não foram resolvidas dificuldades que impediram o reforço da estrutura em áreas especializadas. Por outro lado, ¾ do ano foram ainda ocupadas com os trabalhos de encerramento de QCA III, que se revelaram, ao contrário do que se esperava, bastante mais exigentes em meios humanos e em tempo.

Em 2011, após a entrega dos elementos finais do QCA III foi possível retomar o trabalho da Estrutura Técnica em exclusividade para o PO Algarve 21.

Medidas tomadas:

A Reprogramação Técnica aprovada em Dezembro de 2011 reforçou o Eixo 4 – Assistência Técnica, permitindo uma maior folga para o cumprimento das obrigações regulamentares do PO e um aumento de taxa (de 70% para 85%) ao nível da operação da responsabilidade de Gestão do PO, que permitirá reduzir o esforço do Orçamento de Estado nestas matérias.

Medidas a tomar:

- Concluir processos de contratação das novas valências ou compensar através da admissão de estagiários ou “*out sourcing*” nas áreas respectivas.
- Reforçar a equipa de controlo interno para permitir o cumprimento das exigências previstas na Descrição de Sistema de Gestão e Controlo.
- Formação para Secretariado Técnico em áreas especializadas.

Finalmente e de acordo com os resultados do Relatório Anual de Controlo 2011 da responsabilidade da Autoridade de Auditoria, apresenta-se na Tabela 2.12 os resultados dos “follow-up” das recomendações decorrentes das Acções de Controlo efectuadas ao Programa.

¹⁶ Licenças de parto

Tabela 2.11 – “Follow-up” das Recomendações decorrentes de Acções de Controlo efectuadas ao PO Algarve 21 (até 31/12/2011)

N.º Sequencial do Controlo	Entidade Responsável pela Acção de Controlo (a)	Ano do Controlo	Sumário (b)	Relatório		Principais conclusões	Montante das correcções financeira (Quando aplicável)			Recomendações			
				N.º	Data		Custo Total Elegível	Despesa Pública Total	Fundo	N.º	Descrição da Recomendação	Aplicação da Recomendação (c)	Estado da Recomendação (d)
1	AC	2009	Acção de controlo prévia ao envio da Declaração de Despesas e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia	Inf n.º 09/000742	29.12.2009	"Face aos resultados das verificações efectuadas e aos elementos disponibilizados pela AG em sede de contraditório, concluiu-se que os procedimentos desencadeados pela AG, no âmbito da selecção das operações e da validação da despesa, à excepção do montante irregular..., oferecem uma garantia razoável... Concluiu-se que a despesa apresentada pela AG satisfaz os requisitos necessários à certificação de despesa à CE, em conformidade com o disposto na alínea b) do art.º 61.º do reg (CE) n.º 1083/2006, de 11/07/2006"	14715,93	14715,93	6829,56	1	Recomendação 1 - que a AG assegure, de futuro, que a classificação final de mérito das operações é correctamente atribuída.	Registou-se apenas um erro pontual na folha de cálculo de um dos projetos que não teve repercussões noutros projetos nem na hierarquia de mérito do respetivo concurso	Situação ultrapassada
										2	Recomendação 2 - que a AG proceda à revisão da ficha de verificação dos pedidos de pagamento de forma a garantir que os documento de despesa cumprem todos os requisitos de regularidade formal previstos no art.º 36º do CIVA.	Foi incluída na ficha de verificação dos pedidos de pagamento a alínea f) do ponto 2 que evidência a análise relativa a esta matéria	Satisfeita
										3	Recomendação 3 - que a AG proceda à correcção financeira da despesa considerada não elegível e à dedução desse valor no próximo pedido de certificação de despesas.	A despesa não elegível foi deduzida por compensação no mesmo projecto a 30/06/2010, conforme evidência no ficheiro do Sistema de Gestão de Dívidas	Satisfeita
2	AA	2010	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (ALGARVE21)	Rel. N.º 2010/1745	10-12-2010	"Com base no exame efectuado supra, consideramos que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013, CCI n.º 2007PT161P0005, respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1626/2006 da Comissão e funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo precedente, entendemos dever salientar o seguinte: a) A Autoridade de Gestão deve implementar as recomendações resumidas no quadro abaixo, com vista a suprir insuficiências identificadas na auditoria (vide Anexo 1), e que determinaram a avaliação qualitativa de cada um dos requisitos chave do sistema de gestão e controlo do programa apresentada em Anexo 5; b) Esta auditoria não envolveu o controlo de operações, com base em amostragem adequada, para verificação das despesas declaradas, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, pelo que a opinião a transmitir no parecer anual, apoiada em auditorias de sistemas e de operações, poderá, eventualmente, ser diferente e com impacto materialmente relevante."				1	Regularizar a situação contratual dos trabalhadores que exerciam funções nas estruturas do QCA III.	Encontram-se assinados todos os contratos de trabalho a termo celebrados no âmbito do PO Algarve 21 com 14 trabalhadores que exerciam funções no QCA III.	Satisfeita
										2	Desenvolver os compromissos assumidos na DSGC relativamente aos recursos humanos para a estrutura do ALGARVE21.	O encerramento do QCA III permitiu reafectar, para o Controlo Interno do PO Algarve 21 (QREN), os meios humanos disponíveis a tempo inteiro (1 técnica). O reforço de meios humanos para o Controlo Interno será reequacionado no âmbito do processo de reestruturação da administração pública, nomeadamente no âmbito da previsível fusão entre as CCDR e DR Economia.	Em curso
										3	Desenvolver as acções de supervisão da actividade dos organismos intermédios, previstas na descrição e nos protocolos.	A Autoridade de Gestão tem implementado um conjunto de mecanismos e procedimentos visando acompanhar e monitorizar as funções dos organismos intermédios objecto de delegação no âmbito dos sistemas de incentivos. As acções de acompanhamento e monitorização são desempenhadas ao longo das várias fases do ciclo de vida das candidaturas. O procedimento contínuo de supervisão das funções delegadas é desenvolvido em várias dimensões ao longo das diferentes fases do ciclo de gestão dos projectos e será desenvolvido em conformidade com a última versão da DSGC.	Em curso
										4	Reverificar os procedimentos de análise e decisão das operações que constituíram a nossa amostra avaliando a necessidade de proceder a uma extensão dessas verificações em função do risco.	No caso concreto das operações analisadas na amostra da presente Auditoria, foram reverificados os procedimentos de análise e decisão das operações e foi confirmada a existência de todos os requisitos previstos nas condições de admissibilidade.	Parcialmente Satisfeita

N.º Sequencial do Controlo	Entidade Responsável pela Acção de Controlo	Ano do Controlo	Sumário	Relatório		Principais conclusões	Montante das correções financeira (Quando aplicável)			Recomendações			
				N.º	Data		Custo Total Elegível	Despesa Pública Total	Fundo	N.º	Descrição da Recomendação	Aplicação da Recomendação	Estado da Recomendação
			(b)						(c)		(d)		
										5	<i>Aprovar os montantes necessários a assegurar a cobertura orçamental das operações referidas.</i>	A evidência da aprovação do montante total FEDER que dá cobertura às 5 operações aprovadas nesta fase encontra-se no quadro anexo à respectiva Acta. Informa-se que a AG, após esta situação, passou a incluir, em todos os Avisos de Abertura de Concurso, menção à possibilidade de ultrapassar o valor colocado a concurso, por decisão da Comissão Directiva, ponderados as dotações do Programa e o interesse das candidaturas em causa.	Satisfeita
										6 e 7	<i>Dar cumprimento integral ao plano de comunicação do ALGARVE21 – as obrigações de informação e publicidade por parte dos beneficiários carecem igualmente de verificação por parte da AG.</i>	As obrigações de informação e publicidade por parte dos beneficiários são confirmadas nas visitas de acompanhamento dos projectos infraestruturais e nas evidências apresentadas nos projectos imateriais. Esta confirmação (check-box) foi acrescentada na ficha de verificação dos pedidos de pagamento e na ficha de relatório da visita ao local, de forma a evidenciar esta verificação por parte dos técnicos do PO (engenheiros) que acompanham as obras no local.	Satisfeita
										8	<i>Sujeitar os contratos de aluguer operacional de viaturas ao cumprimento dos formalismos de aprovação exigidos.</i>	(Ver recomendação 14)	Em curso
										9	<i>Confirmar a legalidade e o enquadramento dos bolseiros afectos à operação.</i>	Foi confirmada a legalidade e o enquadramento de todos os bolseiros afectos à operação.	Satisfeita
										10 e 11	<i>Prever na descrição do SGC do PO Algarve21 a realização de verificações de gestão administrativas e no local, adequadas à especificidade do SAFPRI.</i>	Após reunião de PO financiadores das Linhas de Crédito PME Investe I e II, realizada a 10 de Março de 2011, está a ser preparado pelo PO Algarve21 um plano de verificações de gestão administrativas e no local, que incluirá verificação das conclusões e recomendações desta Auditoria. Neste sentido, estão a ser ultimadas as check lists de verificação. Este projecto está também incluído na amostra do 1º Plano de Controlo. A próxima revisão da DSGC, em curso neste momento, incluirá a informação necessária aos vários níveis, adequada à especificidade do SAFPRI. Esta questão foi ultrapassada com a versão enviada ao IFDR a 25.11.2011	Satisfeita
										12	<i>A AG deverá dar conhecimento à IGF das observações julgadas oportunas sobre a matéria.</i>	Todas as empresas com operações contratadas no âmbito do SAFPRI estão enquadradas em CAE previstas no Regulamento. As empresas com a CAE B9 – Actividades jurídicas e de contabilidade, CAE não prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 8º Regulamento do SAFPRI, contratadas na Linha de Crédito PME Investe II, estão enquadradas no nº 3 do Artigo 8º do Regulamento do SAFPRI, cuja lista de CAE enquadáveis foi alargada.	Satisfeita

N.º Sequencial do Controlo	Entidade Responsável pela Acção de Controlo (a)	Ano do Controlo	Sumário (b)	Relatório		Principais conclusões	Montante das correções financeira (Quando aplicável)			Recomendações		
				N.º	Data		Custo Total Elegível	Despesa Pública Total	Fundo	N.º	Descrição da Recomendação	Aplicação da Recomendação (c)
											<p>Relativamente às verificações da gestão no local, foi preparada no âmbito do 1º Plano de Acção de Controlo, uma amostra de operações cuja dimensão foi calculada de forma a integrar todas as tipologias de operação.</p> <p>Em resultado da aplicação das condições acima descritas foram seleccionadas 19 operações para o Plano Anual de Controlo 2010, co-financiadas pelo FEDER e preparado o respectivo Caderno de Encargos.</p> <p>Em conformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro foi solicitado, ao Ministério da Finanças, a emissão de parecer prévio para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de auditorias técnico-financeiras às operações acima mencionadas, co-financiadas pelo FEDER, no âmbito do PO Algarve 21</p> <p>Esta questão foi ultrapassada com a realização das verificações no local, previstas no 1º Plano de Acção de Controlo, embora os Relatórios Finais de auditoria tenham sido emitidos em 2012.</p>	Em curso
							21.784,64				<p>Desenvolver os procedimentos necessários à correcção dos erros detectados na amostra, bem como à delimitação e correcção total dos que assumem natureza sistémica.</p> <p>A AG enviou elementos à AA e aguarda-se reapreciação dos montantes em causa ¹⁾</p>	Em análise
											<p>O desenvolvimento do Módulo de Gestão da Dívida e Controlo encontra-se concluído. Encontram-se actualmente em curso testes e adaptações ao PO do Algarve prevendo-se a sua implementação a curto prazo.</p> <p>Entretanto, a AG tem estado a utilizar um sistema de contingência, objecto da norma IFDR nº 3/2008, onde as irregularidades e anomalias detectadas ao nível do PO Algarve21 são registadas num ficheiro denominado "Sistema contabilístico de Dívidas FEDER" e comunicado ao IFDR, periodicamente, via VPN.</p>	Parcialmente Satisfeita
											<p>Incluir no módulo definitivo para reporte e registo dos montantes a recuperar e para a recuperação de montantes irregulares, o histórico do sistema de contingência.</p> <p>(Resposta da Responsabilidade da AC)</p>	Satisfeita
											<p>Assegurar a comunicabilidade com os módulos dos sistemas de informação dos PO.</p> <p>(Resposta da Responsabilidade da AC)</p>	Satisfeita

(a) AG - Autoridade de Gestão; OI - Organismo Intermediário; AC - Autoridade de Certificação; AA - Autoridade de Auditoria; CE - Comissão Europeia; TCE - Tribunal de Contas Europeu; OLAF - Organismo de Luta Anti-Fraude; Outras a especificar (v.g. Tribunal de Contas, Inspekções Sectoriais)

(b) Descrição do Controlo

(c) Descrição dos procedimentos adoptados para implementação das recomendações emitidas

(d) Identificar o estado da recomendação: Satisfeita, Parcialmente Satisfeita, Não Satisfeita

¹⁾ A resposta da Autoridade de Auditoria em relação a esta questão foi positiva, tendo sido ultrapassadas um conjunto de questões que determinaram que o montante final de correcção financeira passasse para 500€, correcção esta que foi efetuada à data de 31.12.2011.

2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional:

*Contexto sócio-económico*¹⁷

Ao longo de 2011 assistiu-se ao progressivo abrandamento da actividade económica internacional, depois da recuperação registada no ano anterior.

A **economia mundial** e em especial as economias mais avançadas, foram fustigadas ao longo de 2011, pela elevada turbulência dos mercados financeiros internacionais, decorrente em larga medida do agravamento da crise da dívida soberana registada em alguns países.

Deste modo, os resultados de 2011 e as perspectivas para 2012 apontam para uma desaceleração significativa do crescimento económico mundial, particularmente acentuado nas principais economias avançadas (EUA, Japão e União Europeia). Esta tendência será no entanto atenuada pelo forte crescimento dos países emergentes (China, Índia, Rússia e Brasil).

Na **área euro**, a crise da dívida soberana, a fragilidade do sistema bancário e a elevada volatilidade dos mercados financeiros e cambiais, contribuíram para a diminuição do nível de confiança dos consumidores e das empresas, factos que se reflectiram desfavoravelmente no comportamento evolutivo da actividade económica.

Em **Portugal**, no ano de 2011, intensificou-se o processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo da última década. Como é sabido estes desequilíbrios originaram necessidades crescentes e elevadas de financiamento externo. O forte aumento da

- ¹⁷ **Fontes:** A Economia portuguesa em 2011, Relatório do Conselho de Administração, Banco de Portugal;
- Boletim Estatístico, Banco de Portugal
- Centro Regional de Segurança Social do Algarve
- Centros de emprego, Estatísticas Mensais, IEFP
- Contas Nacionais e Regionais, INE
- Estudo anual das insolvências, créditos vencidos e constituição de empresas, COFACE Portugal
- Estudo de insolvência de empresas, COFACE Portugal
- Impactur, Indicadores de monitorização e previsão da actividade turística, Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo, Universidade do Algarve
- Índice do Custo de Trabalho, INE
- Inquérito à avaliação bancária da habitação, INE
- Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados da hotelaria, INE
- Inquérito ao Emprego, INE
- Inquérito aos projectos de obras de edificação e de demolição de edifícios, INE
- Mercado de Emprego, Estatísticas Mensais, IEFP
- Mercado de Emprego, Informação Mensal, IEFP
- Relatório trimestral, ANA - Aeroportos de Portugal SA
- Bases de dados on-line do INE e Eurostat
Nota: Alguns dos dados utilizados têm carácter provisório ou são estimativas

dívida pública externa nos últimos 4 anos e as dívidas suscitadas pelos credores quanto à real capacidade de o país solver os seus compromissos, conduziram à perda do acesso do sector público e do sector bancário, ao financiamento no mercado em condições regulares.

Em consequência, o Estado português teve de solicitar, em Abril de 2011, assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Neste seguimento foi formalizado um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), no qual o governo Português se comprometeu a adoptar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos que no caso das contas públicas se traduziram na redução gradual do défice orçamental em percentagem do PIB com o seguinte faseamento: 5,9% em 2011, 4,5% em 2012 e 3% em 2013.

Face à natureza restritiva das medidas previstas no PAEF, irá assistir-se, entre 2011 e 2013, a uma forte contracção da actividade económica e da procura interna que, apesar de tudo, será acompanhada por uma redução substancial do desequilíbrio das contas externas.

Em 2011, o PIB português diminuiu 1,6% o que compara com a redução de 2,2% inicialmente prevista. A significativa contracção da procura interna acabou por ser parcialmente compensada pelo forte crescimento das exportações (+ 7,4%). Perante a diminuição da procura interna muitas empresas reorientaram parte da sua produção para o mercado externo e daí o comportamento favorável das *exportações*, não só em 2011, como no 1º trimestre de 2012 (+ 11,6%). Deste modo, o ajustamento das contas externas está a processar-se a um ritmo mais rápido do que o inicialmente previsto. Em concreto, o défice da *Balança Corrente* diminuiu 6,5% do PIB em 2011, face a 10% do PIB registado em 2010.

O comportamento recessivo da procura interna deveu-se em larga medida à quebra do investimento (FBCF), que em 2011 acusou uma diminuição de 11,45%, seguida das diminuições do gasto público e do consumo das famílias de 3,9% em cada uma destas componentes da despesa interna.

A quebra de 11,4% registada na *Formação Bruta de Capital Fixo* reflectiu, por um lado, a manutenção das condições restritivas do financiamento do sector privado, que cerceou o investimento de muitas pequenas e média empresas e, por outro, a diminuição do investimento público, decorrente da forte contenção a que o governo se comprometeu no quadro das medidas de consolidação orçamental que têm vindo a ser adoptadas.

A quebra de 3,9% no *consumo público* traduz, como se referiu, a forte contenção e rigor impostos pelo governo em matéria de despesas correntes e de capital, com vista ao cumprimento das medidas a que se vinculou

Por sua vez, o comportamento do *consumo privado* (-3,9%) é fruto da forte deterioração do rendimento disponível das famílias e da evolução muito desfavorável do mercado de trabalho.

A forte contracção da actividade económica no período 2011 – 2013 que, como vimos afecta negativamente o crescimento da economia portuguesa, sobretudo em 2012, onde o PIB deverá acusar uma quebra de 3%, reflecte-se em primeira linha no agravamento das condições de vida da população, nomeadamente na queda do rendimento e no aumento do desemprego.

No primeiro caso, as estimativas apontam para uma quebra dos salários reais em Portugal da ordem dos 12,3% no período 2011 – 2013.

O *desemprego* voltou a agravar-se em 2011, tendo a respectiva taxa alcançado 12,7%, o valor mais elevado da década. De acordo com dados do Eurostat reportados ao 1º trimestre de 2012, Portugal apresenta a 3ª maior taxa de desemprego (15,3%), depois da Espanha (24,1%) e da Grécia (21,7%). Particularmente gravosos são os números do *desemprego jovem*, cuja taxa, no referido período, regista 36,1% em Portugal, 51,1 em Espanha e 51,2% na Grécia, sem que se veja dos responsáveis europeus e nacionais medidas eficazes susceptíveis de estancar esta hemorragia.

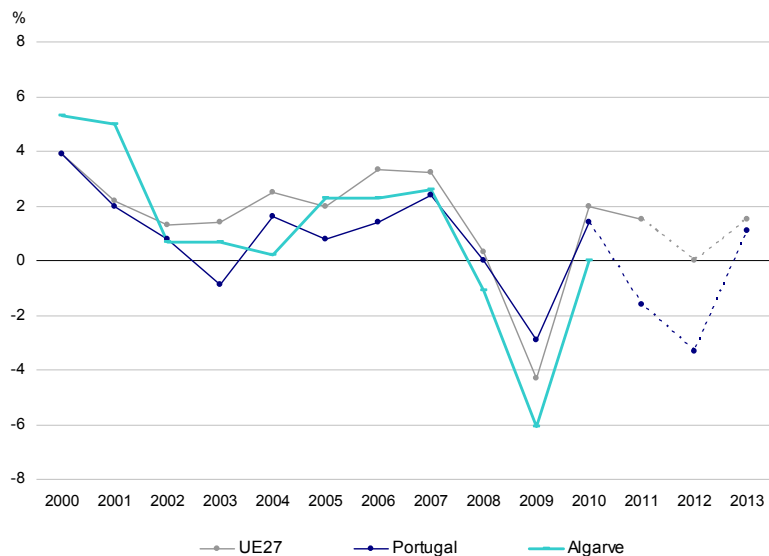
Por último, e relativamente aos demais desequilíbrios macroeconómicos, convirá referir que o clima de incerteza a nível global, a volatilidade dos mercados financeiros e o efeito recessivo das medidas restritivas do Governo, insuficientemente acompanhadas de estímulos ao crescimento económico, não deixam antever perspectivas consistentes sobre o comportamento evolutivo da economia nacional para além de 2014. Atento a esta circunstância e no quadro dos *princípios de equidade* subjacentes ao tratado da União Europeia, tão esquecidos nos tempos que correm, justificava-se um posicionamento mais solidário da Europa com os países em que as economias são mais frágeis e menos competitivas, a fim de não os estrangular com a austeridade.

No caso do **Algarve** os dados mais recentes relativos às Contas Regionais referem-se a 2010. Os valores, ainda provisórios, apontam para uma variação nula do PIB regional, o que revela uma evolução positiva face ao decréscimo real de 6,1% registado no ano anterior. No entanto, a confirmarem-se os valores avançados pelo INE, o Algarve será a única região portuguesa que não apresentou crescimento em 2010.

Taxa de crescimento real do PIB

(2010: dados provisórios; valores preliminares e previsões a tracejado)

Fonte: INE e Eurostat

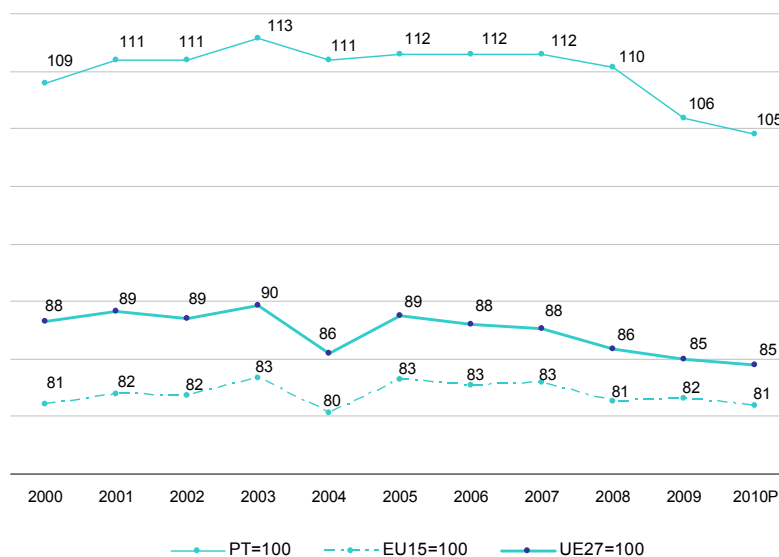


O PIB *per capita* do Algarve continua a ser o terceiro mais elevado das regiões portuguesas, embora a disparidade face à média nacional se tenha reduzido de 106 para 105. Em 2010 a produção de riqueza por habitante na região algarvia foi de 17 mil euros, o que representa um ligeiro crescimento nominal face a 2009 mas iguala o valor registado em 2006. Tal como em 2009, o PIB *per capita* do Algarve equivale a 85% da média dos 27 países da União Europeia.

Algarve. Índice de disparidade do PIB per capita face à média de Portugal e da União Europeia

Fonte: Contas Regionais (Base 2006), INE; Eurostat

(2010: dados provisórios)



Tendo presente a evolução da situação portuguesa, bem como alguns indicadores socioeconómicos já disponíveis para a região, é plausível pensar que em 2011 o PIB algarvio possa ter apresentado uma retracção superior à média nacional. De facto, há alguns sinais que indiciam dificuldades acrescidas para o Algarve, nomeadamente no **sector empresarial**.

Entre Janeiro e Setembro de 2011 foram constituídas 1314 novas empresas na região, mais 14% do que em idêntico período do ano anterior. Esta dinâmica foi semelhante à do país (15,2%). A taxa de incidência de **constituição de empresas**¹⁸ (5,5%) manteve-se similar a 2010 e foi ligeiramente inferior à registada em Portugal (6,2%).

Em contrapartida, registaram-se 197 **acções de insolvência** durante 2011, o que corresponde a um aumento de 55% em termos homólogos, muito acima da média portuguesa (18%). O peso das insolvências regionais no total nacional aumentou de 2,5% em 2010, para 3,2% em 2011. Por outro lado, no mesmo período, a taxa de incidência das insolvências¹ no Algarve evoluiu de 0,4% para 0,7% (de 0,9% para 1,1% a nível nacional) e a proporção de insolvências face às novas empresas passou de 8,7% para 12%.

Tal como sucedeu no país, também no Algarve as fileiras do “comércio” e do “lar, construção e imobiliário” foram as mais afectadas pela conjuntura económica desfavorável. O “comércio a retalho” e o “comércio por grosso”¹⁹ foram as actividades mais expostas, tendo registado 35 e 32 insolvências, respectivamente. No segundo caso o maior número de insolvências verificou-se entre as empresas de “promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios) e construção” (36) e de “actividades imobiliárias” (14).

Algarve. Insolvências por sector/fileira em 2011

Fonte: Coface Portugal

Sectores / Fileiras	nº	%	Algarve/País (%)
Fileira Moda	1	0,5	0,2
Fileira Alimentar	21	10,7	4,2
Fileira Turismo, lazer, cultura	9	4,6	12,3
Fileira Lar, construção, imobiliário	70	35,5	3,9
Comércio	72	36,5	3,6
Logística	2	1,0	1,0
<i>sub-total</i>	<i>175</i>	<i>88,8</i>	<i>3,5</i>
Outros sectores	22	11,2	0,4
Total	197	100	3,2

¹⁸ Taxa de incidência de constituição ou insolvência de empresas (constituições ou insolvências / empresas existentes x 100)

¹⁹ Não inclui o comércio de veículos automóveis e motociclos

Os dados do Banco de Portugal relativos ao **endividamento das empresas** traduzem igualmente o período difícil que o país atravessa. A dificuldade de financiamento junto da banca, a retracção da procura e a falta de confiança para investir explicam a quebra no montante dos **empréstimos concedidos às sociedades** não financeiras em 2011. No final de Dezembro o saldo dos empréstimos apresentava um decréscimo homólogo negativo em seis das regiões portuguesas. No caso das sociedades com sede no Algarve a redução foi significativa (-9,3%), sobretudo tendo presente que a variação a nível nacional foi de -3% e que a região com a segunda maior quebra registou -5,9%.

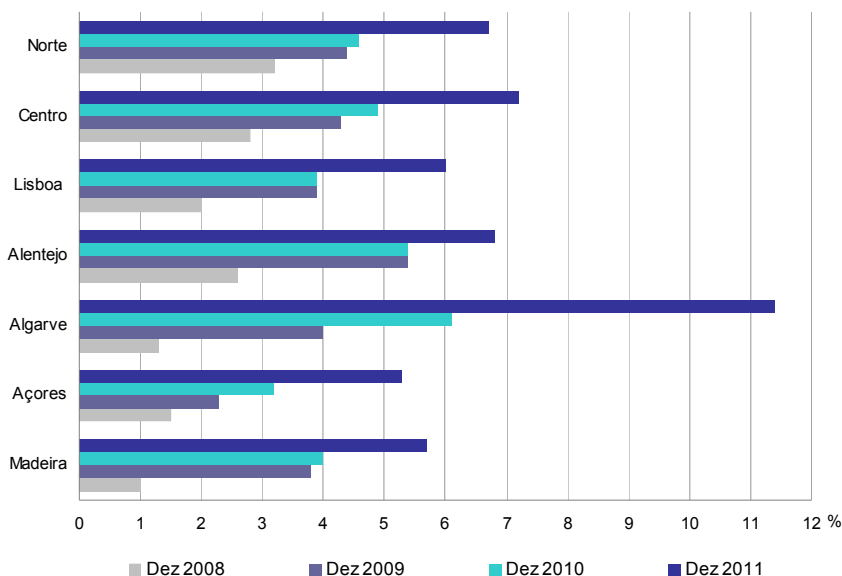
O Algarve foi, igualmente, a região em que as empresas apresentaram o nível mais elevado de **incumprimento bancário**. Do crédito concedido às sociedades algarvias, 11,4% não tinha sido pago dentro dos prazos, sendo a proporção de 6,6% no caso do país. Por outro lado, face a Dezembro de 2010, o Algarve foi claramente a região em que o crédito malparado mais aumentou: 5,3pp contra 2,2pp no país e 2,3pp na região com o segundo maior acréscimo.

Apesar dos dados serem de cariz nacional, saliente-se que foi no ramo da “construção” que se registou a maior percentagem de crédito vencido (11,6%). No “comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos” o incumprimento alcançou 8,6% e nas “actividades imobiliárias” 7,7%.

Endividamento das sociedades com sede nas regiões

Crédito vencido (em % do crédito concedido)

Fonte: Banco de Portugal

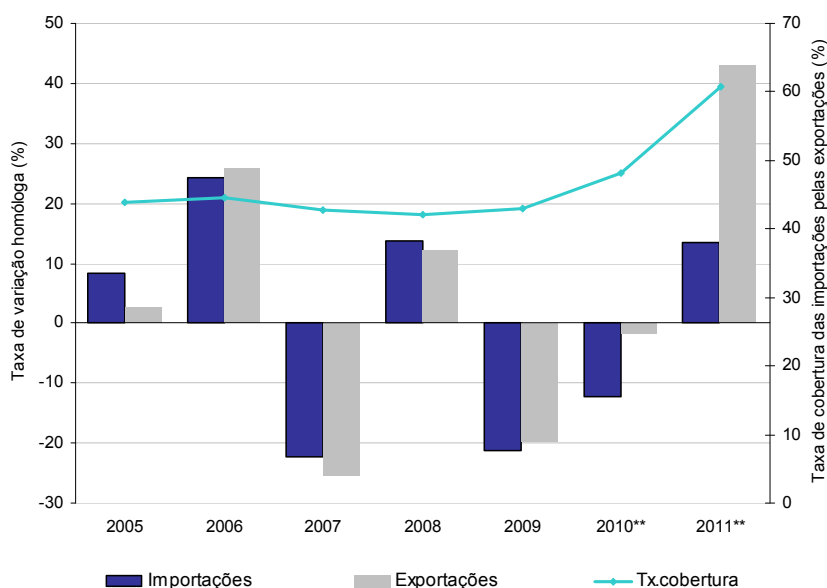


Apesar do cenário recessivo e ao contrário do que ocorreu nos dois anos anteriores, a **exportação de bens** pelos operadores com sede no Algarve aumentou significativamente em 2011. Os dados preliminares apontam para uma subida de 43% no valor das exportações, bastante acima dos 15,2% da média nacional. O acréscimo de 38,7 milhões de euros face a 2010 deriva, pelo menos parcialmente, da recuperação de dois períodos consecutivos com quebras e pode indiciar também uma maior orientação para a internacionalização, como resposta às contingências internas. A publicação de informação mais detalhada sobre esta matéria permitirá, certamente, compreender melhor esta dinâmica.

As **importações**, que em 2009 e 2010 também apresentaram variação negativa, cresceram 13,4% em termos homólogos. No país o montante dos bens exportados aumentou 1,1%. A evolução excepcional das exportações regionais em 2011 contribuiu para a melhoria da taxa de cobertura das importações pelas exportações que subiu de 48% para 61%.

Algarve. Comércio internacional

Fonte: INE - (**2010 e 2011 – dados preliminares)



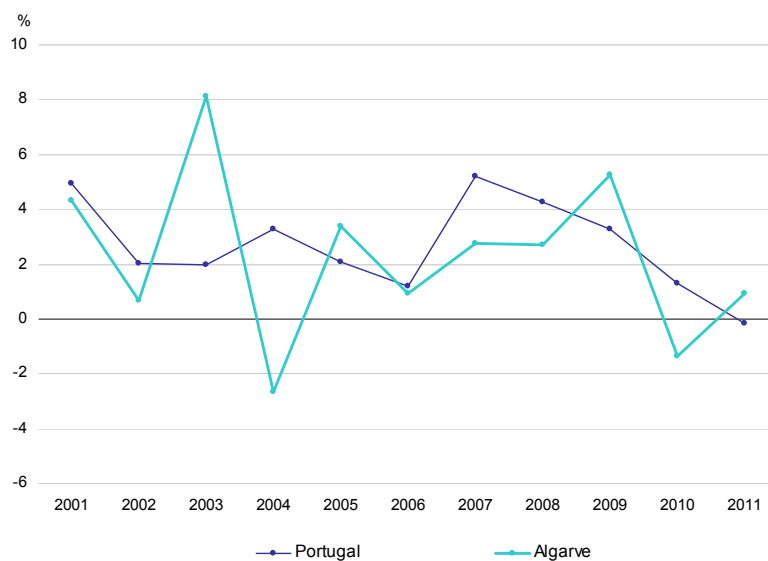
O **índice do custo de trabalho (ICT)** ²⁰ registou um crescimento homólogo de 0,9% a nível regional. Na “construção” o ICT aumentou 2% face ao mesmo período do ano anterior, tendo a variação alcançado 6,6% no caso do “comércio por grosso e a retalho” e de 2,1% no “alojamento e restauração”, apesar do índice médio anual, neste último caso, ter sido de 99,5. No país o índice apresentou uma quebra, que apesar de muito ligeira (-0,2%), não ocorria pelo menos desde 2001.

²⁰ O Índice do Custo de Trabalho (2008=100), série corrigida dos dias úteis, apenas considera as secções B a S da CAE Rev. 3, excluindo a Administração Pública.

Índice do custo do trabalho

Taxa de variação homóloga

Fonte: INE

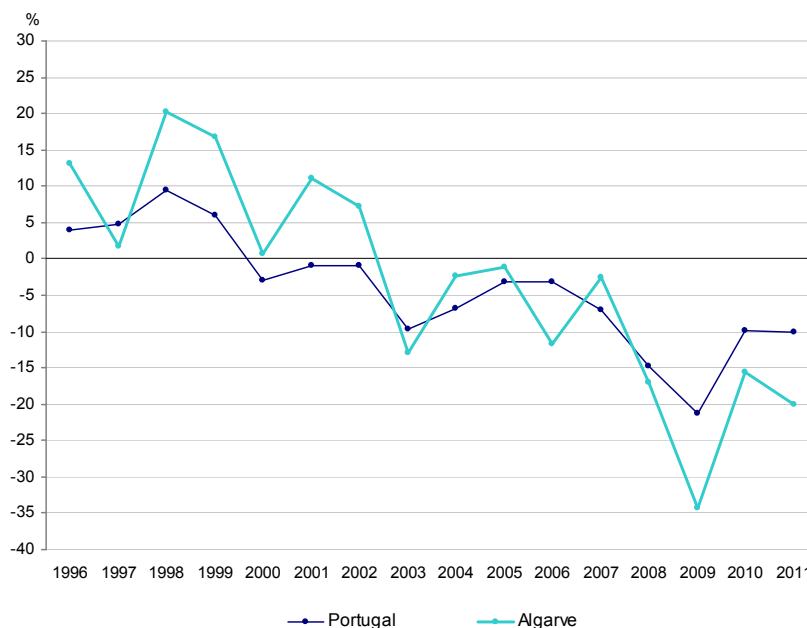


A **construção** e também a imobiliária foram, nos anos mais recentes, particularmente afectadas pela desaceleração económica. Embora a construção seja um dos sectores com maior importância na região, contribuindo para o emprego e dinamização de outras actividades, também convém assinalar que o intenso nível de crescimento das últimas décadas foi pouco sustentável, nomeadamente no que se refere ao impacto sobre o território, tendo originado processos especulativos e deteriorado a qualidade da paisagem regional.

Em 2011 a FBCF²¹ em Construção decresceu 11,5% a nível nacional, relativamente a período homólogo, tendo esta sido a quebra mais intensa dos últimos anos (-4,2% em 2010). Apesar de não existir informação actualizada desagregada para NUTSII, será expectável uma descida mais acentuada no Algarve.

Para além das relações que se podem retirar dos dados sobre o endividamento e também sobre o desemprego no sector - tópico que será abordado posteriormente, atente-se à evolução dos licenciamentos que em termos absolutos e no caso regional apresentaram os valores mais baixos da década.

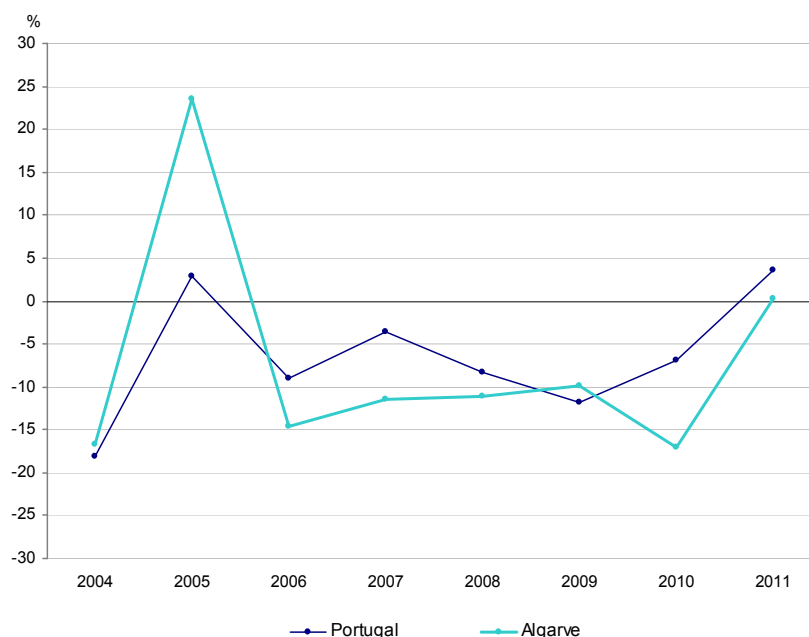
²¹ Dados encadeados em volume (ano de referência=2006)

Edifícios licenciados*Taxa de variação anual do total²² de obras licenciadas**Fonte: INE*

No período em análise foram licenciadas 1176 obras no Algarve. Este valor revela uma contracção de cerca de 20% face ao ano anterior, correspondendo ao dobro da média portuguesa. As construções novas têm vindo a perder preponderância no total de licenciamentos, sendo essa situação particularmente evidente na região, onde, em 2011, representaram 55,8% (69% em Portugal).

Na sequência da quebra na procura, os empresários apostaram mais na conclusão das obras em curso do que no lançamento de novos empreendimentos. De facto, no Algarve o número de obras concluídas (1.802) manteve-se praticamente inalterado (+0,2%) por comparação com 2010, enquanto no país se observou um crescimento de 3,7%.

²² O total de obras licenciadas inclui construções novas, alterações, ampliações, reconstruções e demolições

Edifícios concluídos*Taxa de variação anual do total²³ de obras concluídas**Fonte: INE**(2009 a 2011 – dados provisórios)*

De acordo com informação publicada pela Confidencial Imobiliário os **preços de venda de imóveis** tem vindo a baixar. No Algarve, no 3º trimestre de 2011 os proprietários e promotores imobiliários diminuíram o preço dos fogos em cerca de 6%, no caso dos imóveis novos, e 10% nos usados. Além da descida no preço base de venda, a negociação final com os compradores originou ainda um desconto médio de 13%. Esta descida contribuiu para a diminuição do tempo médio de permanência dos imóveis no mercado. Entre o 1º e o 3º trimestres de 2011 o prazo médio de venda dos fogos usados passou de 19 para 9 meses e de 26 para 22 meses no caso dos fogos novos. No mesmo período de tempo o preço médio de venda da habitação nova foi de 2.063€/m², enquanto os fogos usados foram vendidos a 1.309€/m².

O valor atribuído pelos bancos à habitação registou igualmente uma quebra. Em 2011 o **valor médio de avaliação** dos imóveis foi de 1.426 euros/m² no Algarve e de 1.119 euros/m² no país, o que traduz uma descida de 3,2% face a período homólogo em ambas as situações.

O **índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação** (Base100=2000) no Algarve (157,8) aumentou 5,6% relativamente a 2010. Esta subida foi mais intensa do que a observada em anos anteriores e superior à registada no Continente, onde o índice (145,4) subiu 3,2%.

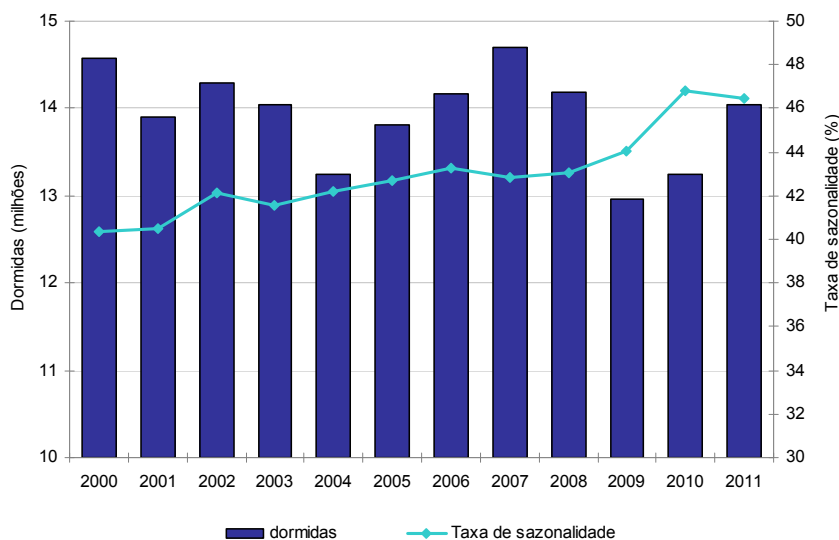
²³ O total de obras concluídas inclui construções novas, alterações, ampliações e reconstrução de edifícios

Apesar da contracção registada noutras actividades, a **actividade turística** apresentou resultados globalmente positivos. Assinale-se, desde logo, o aumento dos movimentos comerciais no aeroporto de Faro. O número de voos cresceu 2,4% em termos homólogos e o de passageiros 5,1%. As companhias de baixo custo reforçaram a sua quota de mercado, tendo transportado 77% dos passageiros (75% em 2010).

Nos estabelecimentos hoteleiros da região os hóspedes aumentaram 5,2% e as dormidas 6,3% (5,7% no país). O acréscimo nas dormidas foi originado apenas pelos não residentes (+8,9%), dado ter-se registado contracção no caso dos residentes (-0,4%). A estada média em 2011 (4,6 noites) manteve-se similar à do ano anterior. A taxa líquida de ocupação por cama subiu, excepto no período de Novembro a Fevereiro e no mês de Setembro. O preço médio por dormida (24,9€), apesar de inferior à média nacional (32,2€) teve uma evolução (+0,5%) semelhante à do país (+0,4%). Os proveitos da hotelaria aumentaram 6,1% (média nacional 5,7%) enquanto a receita média por quarto disponível aumentou 1,3%, contrariando a quebra observada em Portugal (-3,2%).

Algarve. Dormidas e taxa de sazonalidade

Fonte: INE e CCDRALgarve

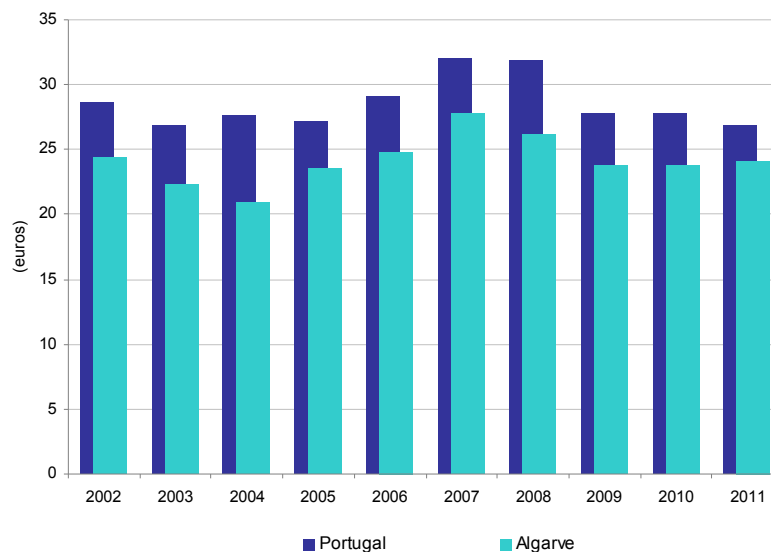


Em 2011 assistiu-se a uma ligeira diminuição da taxa de sazonalidade. Efectivamente, as dormidas no 3º trimestre representaram 46,5% do total anual, -0,3pp do que no ano anterior. Contudo, o índice de amplitude sazonal²⁴ passou de 5,1 em 2010, para 5,7 no actual período.

²⁴ Índice de amplitude sazonal: relação entre as dormidas nos 3 meses de maior procura e as dormidas nos 3 meses de menor procura

RevPar _ Receita por quarto disponível

Fonte: Projecto Impactur, CIITT – Universidade do Algarve



O desempenho menos favorável da economia teve efeitos marcantes no **mercado de trabalho**. Não sendo possível analisar a evolução dos indicadores do **emprego** face a 2010, devido a alterações metodológicas que originaram uma nova série das Estatísticas do Emprego (INE) no início de 2011, apontam-se os números-chave do ano.

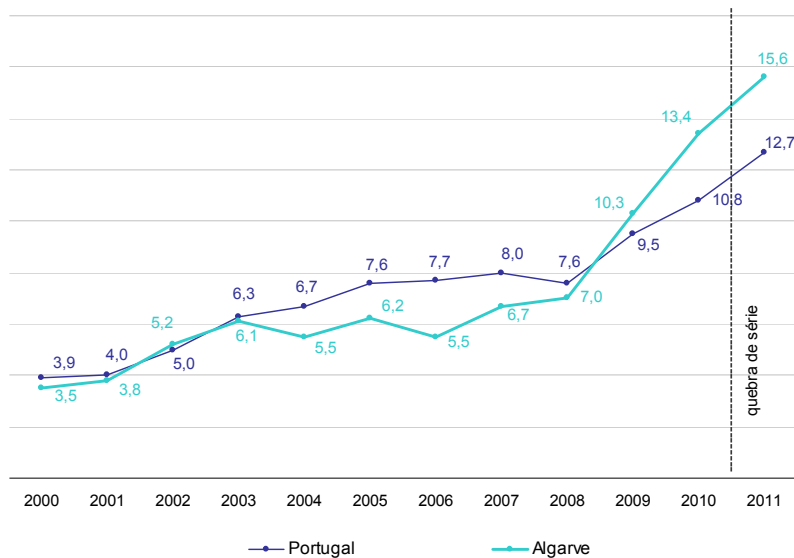
Em 2011 a taxa de emprego regional (15 e mais anos) foi de 52,5%, 1pp abaixo da média nacional. Cerca de 45% dos 193,5 mil indivíduos empregados exercia a sua profissão em apenas 3 actividades (alojamento, restauração e similares”, “comércio por grosso e a retalho...” e “construção”). A maioria da população empregada trabalhava por conta de outrem (76,8%) e em regime de contrato sem termo (54,4%)

No que se refere ao **desemprego**, os efeitos da crise foram particularmente sentidos no Algarve, onde 38,5 mil pessoas se encontravam sem trabalho, 45,3% das quais há mais de 12 meses. Em consequência, a taxa de desemprego (15,6%) atingiu níveis históricos, sendo a mais elevada das regiões portuguesas (média nacional 12,7%). Ao contrário do que sucedeu nas outras regiões do Continente, os homens foram os mais afectados; a taxa de desemprego deste grupo ascendeu a 16,3%, enquanto a taxa feminina foi de 14,8%.

Os jovens foram também particularmente atingidos pelo desemprego. De facto, 37% dos activos com idades entre os 15 e os 24 anos não conseguiu trabalho em 2011, tendo essa proporção sido de 30% no caso do país. O grupo etário dos 25 aos 34 anos apresentou a 2ª taxa de desemprego mais elevada, quer no Algarve (17,6%), quer a nível nacional (14%).

Taxa de desemprego (%)

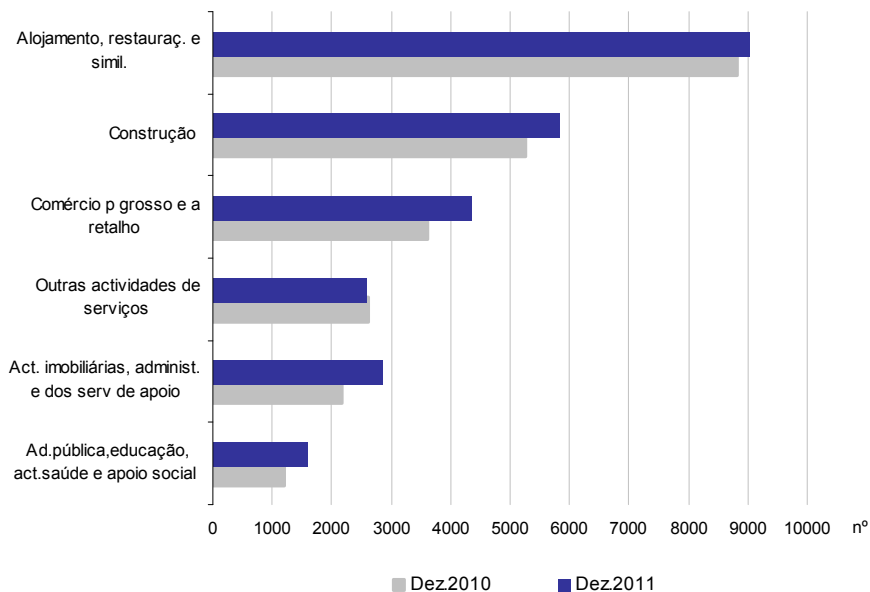
Fonte: INE



De acordo com o IEFP, no final de Dezembro encontravam-se registados 31,7 mil desempregados nos centros de emprego regionais, mais 12% do que em período homólogo. O grupo mais significativo dos que procuravam novo emprego era oriundo das actividades de “alojamento, restauração e similares”, cerca de 9,2 mil indivíduos, seguidos dos da “construção (5,8 mil) e do “comércio por grosso e a retalho” (4,3 mil). Apesar do desemprego ter aumentado nestas 3 áreas, face ao mesmo mês de 2010, foi no caso do comércio que a subida foi mais acentuada, tanto em termos absolutos, como relativos (19,8%).

Algarve. Desempregados inscritos segundo sector de actividade de origem

Fonte: IEFP



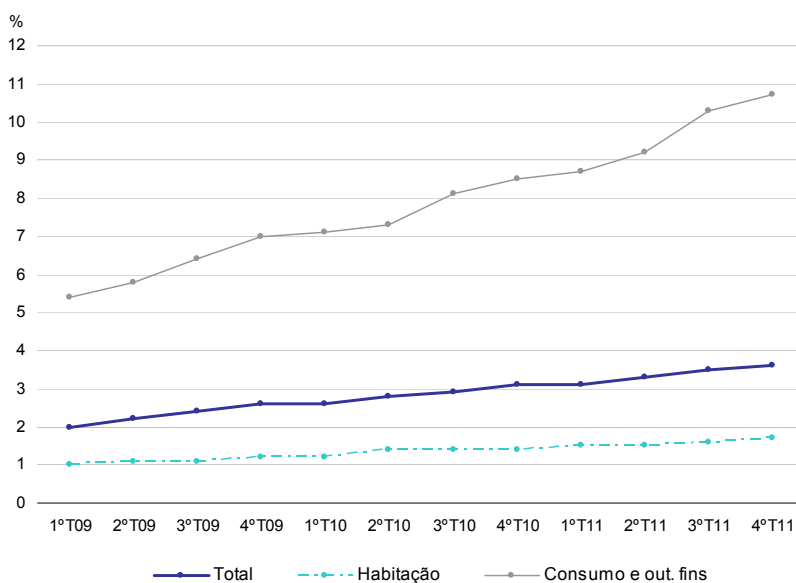
As consequências sociais do desemprego e das medidas de correcção do défice, embora referidas cada vez com mais frequência na comunicação social por responsáveis de organizações de apoio social e de apoio ao consumidor, nem sempre são possíveis de quantificar.

De entre os indicadores disponíveis, saliente-se os relativos ao **endividamento das Famílias**²⁵. Dados do Banco do Portugal indicam que, em Dezembro de 2011, cerca de 59% da população adulta residente no Algarve detinha um crédito bancário. O saldo dos empréstimos, à data, equivalia a 94% do PIB da região em 2010 e cada mutuário devia, em média, 34 mil euros. Este valor subia para 54 mil euros caso se considere apenas o valor e devedores de empréstimos à habitação. Por outro lado, 3,6% do crédito concedido não havia sido pago atempadamente. Se nos empréstimos à habitação o incumprimento era menos grave (1,7%), no consumo e outros fins o crédito malparado rondava 10,7%.

Algarve. Rácio de crédito vencido

(em % do crédito concedido)

Fonte: Banco de Portugal



Na área dos **apoios sociais**, considerando o 4º trimestre do ano, assistiu-se a um aumento homólogo de 13% no número de beneficiários do subsídio de desemprego e a um decréscimo de quase 20% dos que receberam subsídio social de desemprego. O cruzamento desta informação com o número de desempregados residentes que procura novo emprego e se encontra inscrito nos centros de emprego permite concluir que apenas 49% dos mesmos recebia um destes tipos

²⁵ As Famílias são aqui consideradas enquanto sector institucional, que inclui as pessoas singulares e os empresários em nome individual.

de apoio. No caso do Rendimento Social de Inserção o número de beneficiários diminuiu 10% em relação ao mesmo mês de 2010.

Num quadro de elevada incerteza em relação à evolução do rendimento das famílias e num contexto de desaceleração da actividade empresarial, de forte contenção orçamental e de restrições no acesso ao crédito, os agentes económicos adoptaram comportamentos defensivos que se traduziram na maioria das vezes, no adiamento ou mesmo anulação de iniciativas de investimento que noutras condições teriam lugar.

Este **conjunto de factores provocou alterações no contexto socioeconómico que condicionou os resultados dos Programa Operacionais** e cujo efeito mais visível está reflectido no *gap* entre os valores registados nas taxas de compromisso dos PO e os valores alcançados nas taxas de execução.

A dinâmica das **obras públicas** também não ajudou o sector da construção. Num contexto de fortes restrições orçamentais nos maiores beneficiários públicos do PO Algarve 21 (QREN), Autarquias e Administração Central, os compromissos para novos projectos têm avançado mais devagar e nem sempre o pagamento da facturação das obras em curso é efectuado dentro dos prazos previstos. Esta situação torna-se ainda mais difícil no caso do Algarve sobretudo devido às baixas taxas de cofinanciamento FEDER (50%) praticadas na maioria das tipologias de investimento e à quebra de receitas dos Municípios do Algarve, mais acentuada que a nível nacional. Por sua vez as crescentes dificuldades do lado das empresas traduzidas nos números já referidos anteriormente reduzem a capacidade de resposta e acrescentam morosidade nos procedimentos de contratação e de andamento das operações, multiplicando-se reclamações de processos de contencioso.

As áreas mais dinâmicas até final de 2011 eram a “Educação” com a construção de 18 escolas, a “Valorização da Orla Costeira” com 3 intervenções em curso neste ano no litoral do Algarve (Carvoeiro, Vila do Bispo e Cabanas) e a área da Culatra com as obras de modernização do Promontório de Sagres. Destacam-se algumas reabilitações na área da Política de Cidades como o caso do Cine-teatro de Loulé, e 5 intervenções de acessibilidades maioritariamente no Interior da Região, 3 projetos na área da saúde entre os quais o Centro de Saúde de Portimão e 33 projetos na área da eficiência energética de edifícios e iluminação pública.

Com a preocupação de acelerar a execução, foram assinados dois Memorandos de Entendimento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se aplicam ao Algarve em particular no que respeita ao incremento de adiantamentos iniciais, na possibilidade de apresentação de candidaturas em balcão permanente para as operações previstas na

contratualização e nas medidas destinadas a disciplinar a execução e as situações de incumprimento.

A gestão do PO incrementou o lançamento de concursos em áreas novas e o esforço de redução dos tempos de análise de operações e de pedidos de pagamento.

Legislação relevante

A legislação identificada neste ponto abrange as publicações efectuadas durante o ano de 2011²⁶, de âmbito comunitário, nacional ou de natureza mais específica, com reflexos directos na implementação e execução da intervenção do PO Algarve 21.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	21-01-2011	Alteração ao regulamento geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR do Continente	01-02-2011	Alteração ao Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Desp. 4835/2011	18-03-2011	MEID/MOPTC (): Extensão do período de elegibilidade das despesas das operações do Fundo de Coesão II, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 68.º do DL 312/2007, de 17.9, na redacção que lhe foi dada pelo DL 74/2008, de 22.4, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do DL 191/2000, de 16.8. (QREN). Revoga: as alíneas g), o) e r) do n.º 1 do despacho n.º 14 303/2008, de 9 de Maio, publicado no DR, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2008.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	04-04-2011	Alteração transversal aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos programas operacionais regionais do continente.
Desp. 6572/2011	04-04-2011	Fixa as condições de acesso e de utilização no âmbito do Empréstimo Quadro (BEI) – QREN-EQ
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-05-2011	Deliberação aprovada “Eliminar compromissos sem capacidade de Execução”
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-05-2011	Deliberação aprovada “Revisão dos compromissos com baixa capacidade de Execução”
Comissão de Acompanhamento	09-06-2011	Clarificação dos critérios de seleção Vale IDT e Vale Inovação.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	16-06-2011	Aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana
Comissão de Acompanhamento	13-07-2011	Aprovação dos critérios de seleção do Regulamento Específico Reabilitação Urbana
Regulamento de Execução (UE) n.º 1236/2011, da Comissão	29-11-2011	Altera o Regulamento de Aplicação, Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro
Regulamento (UE) n.º 1310/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho	13-12-2011	Altera o Regulamento Geral, Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão;
Regulamento (UE) n.º 1311/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho	13-12-2011	Altera também o Regulamento Geral, Regulamento (CE) n.º 1083/2006;
Decisão C (2011) 9358 final	15-12-2011	Altera a Decisão C (2007) 5067 que adopta o “Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013”.
Com. Minist. Coord. do QREN	21-12-2011	Alteração do regulamento geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão

²⁶ A legislação de anos anteriores foi remetida para Anexo (*Anexo XIV*).

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57 do Regulamento (CE) nº1083/2006 -Durabilidade das operações

Não ocorreu durante o ano 2011 nenhuma situação que afectasse as condições de atribuição da comparticipação a uma operação, tal como previsto no nº2 do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Durante os anos 2008/2009 tinham sido efectuados contactos com a Direcção Regional de Agricultura do Algarve no sentido de encontrar soluções práticas de articulação entre a actuação do Programa Operacional Regional e algumas áreas do Programa de Desenvolvimento Rural financiado pelo **FEADER** com especial relevância para o desenvolvimento regional. Foi o caso particular, do Subprograma 3 - “Dinamização das Zonas Rurais” onde as estratégias de desenvolvimento local e os grupos de acção local terão papel preponderante.

Face à limitação de verbas FEDER disponíveis no PO Algarve 21²⁷, seria fundamental uma intervenção estruturante do Subprograma referido nas Áreas de Baixa Densidade da Região, que representam 2/3 do território. Uma das áreas concretas em que tem sido desenvolvido trabalho diz respeito à rede de “Centros Educativos Comunitários Multiserviços”.

Durante o ano 2008, foi acordada a listagem de projectos prioritários neste âmbito entre os serviços do Ministério da Educação, a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e a CCDR e foi iniciado o processo de negociação para a sua integração para apoio do PRODER. Esta listagem constou como anexo do Contrato de Delegação de competências assinado entre a AG e a AMAL, tendo sido feita referência à complementaridade entre FEDER e FEADER no texto do Contrato (Maio 2009). Desta forma seria possível articular as intervenções do FEDER e do FEADER de modo a que este pudesse co-financiar centros educativos nas zonas do interior algarvio. As verbas FEDER,

²⁷ Recorde-se que a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006, destinou o montante de 200 milhões de Euros para intervenções FEADER no Algarve, montante superior ao FEDER.

via PO Algarve 21, apoiariam prioritariamente os equipamentos do mesmo tipo situados nas áreas litorais/urbanas da Região.

Foi assim firmado um compromisso no sentido de integrar no PRODER/FEADER os investimentos em Centros Educativos Rurais localizados em freguesias rurais da região do Algarve, no valor total de 7 milhões de euros (dotação FEADER).

Este trabalho foi acompanhado directamente pela AMAL, tendo sido concluído com a preparação de uma proposta de alteração ao Programa PRODER para inclusão dos “Centros Educativos Comunitários Multiserviços” no caso específico do Algarve. A AMAL, em conjunto com a Autoridade de Gestão do PRODER, integrou uma equipa de reflexão e procedeu à redacção de uma nova medida, a integrar no PRODER, aquando da revisão intercalar do Programa junto da Comissão Europeia.

Esta proposta foi aprovada na Comissão de Acompanhamento do PRODER em consulta escrita de Março de 2011. A nova Medida (3.7 – Centros Educativos Rurais do Algarve) integrada no Subprograma 3 – “Dinamização das zonas rurais”, foi operacionalizada durante este ano através da publicação da Portaria nº 231/2011 de 14 de Junho.

Em Julho de 2011, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve abriu o concurso para apresentação das candidaturas previstas na Portaria acima referida. Foram submetidas 10 candidaturas, pelos Municípios de Aljezur, Faro, Loulé, Monchique, Silves, Tavira e Vila do Bispo, com um investimento global elegível de 6,7 milhões de euros, cofinanciados em 75% pelo FEADER.

Foram igualmente desenvolvidos contactos entre as tutelas do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, no sentido de articular financiamentos FEDER e FEADER no âmbito dos investimentos associados às “Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais” (Banda Larga). Dos contactos estabelecidos concluiu-se que o conjunto de concelhos do Algarve abrangidos por esta intervenção (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo) obteria financiamento através do FEADER.

No que respeita à Agenda Factores de Competitividade foi possível assinar em 02-10-2008 o **Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER**, entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, com o objectivo de articular procedimentos e demarcar áreas de actuação entre os 2 Fundos, no que respeita aos apoios às empresas.

Este Protocolo regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN, designadamente no que respeita a:

- investimentos de empresas com actividades de primeira transformação e de comercialização por grosso de produtos agrícolas;
- investimentos de empresas relativos ao turismo em espaço rural e ao turismo natureza;
- investimentos de microempresas localizados em zonas rurais e abrangidos por Estratégias Locais de Desenvolvimento;
- iniciativas de internacionalização no mercado interno da U.E. de produtos alimentares.

Na área das **Pescas** e também com o objectivo de demarcar as intervenções do Fundo Europeu das Pescas (**FEP**) e do **FEDER**, foram desenvolvidos alguns trabalhos de articulação, dinamizados pelo PO Factores de Competitividade (coordenador da Rede dos Sistemas de Incentivos). Apesar de não ter sido celebrado um Protocolo nesta matéria, as candidaturas que abrangem esta área de fronteira têm sido devidamente avaliadas nos termos das regras de elegibilidade do FEP e do FEDER.

Ao nível da **governança**, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, de salientar a articulação estabelecida com o POFC, enquanto organismo coordenador da Rede dos Sistemas de Incentivos QREN. Assim, é o POFC que tem dinamizado, entre outros, a publicitação de Avisos, a recepção de candidaturas electrónicas através do Portal dos Incentivos, a manutenção e atualização do Sistema de Informação SiQREN, as revisões ao Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos.

Não obstante a Região Algarve estar em “*phasing-out*” e esta situação obrigar à concentração dos apoios na região, de registar a **articulação com outros PO** quanto à possibilidade de, nos projetos de investigação em consórcio, as entidades do sistema científico e tecnológico do Algarve que sejam parceiras de empresas nas regiões de Convergência (Norte, Centro, Alentejo) poderem apresentar despesas elegíveis a estes PO da Convergência num montante nunca superior ao valor das despesas elegíveis dessas empresas.

No âmbito da agenda Factores de Competitividade, e tendo presente que os financiamentos associados à Modernização Administrativa só poderão ser aprovados no Programa Regional, vale a pena referir que, apesar disso, existiu uma articulação com o POFC ao nível da produção dos instrumentos de avaliação das operações, nomeadamente, grelhas de análise dos critérios de selecção.

Conforme é do conhecimento geral e se encontra explicitado no ponto inicial deste Relatório “Apresentação do Programa”, “*as actuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais (POVT, POPH e POFC) qualquer intervenção deste fundo na Região*”.

As actuações efectuadas no âmbito destes PO na região do Algarve dizem assim respeito a outros Fundos, em particular o Fundo de Coesão no POVT e o FSE no POPH, e encontram-se devidamente retratadas nos respectivos Relatórios de Execução. As áreas de actuação encontram-se assim bem definidas, não tendo sido, até ao momento, desenvolvida nenhuma acção específica de articulação/complementaridade de financiamentos que se justificasse ser indicada neste ponto.

Na área da cooperação/parceria destaca-se o apoio dado pelo POVT no âmbito da montagem do Sistema de Informação definitivo do PO Algarve 21, que se encontra tratado no ponto 2.7.1. deste Relatório.

Finalmente, convirá igualmente esclarecer que as matérias relacionadas com a cooperação inter-regional a nível internacional são apoiadas no âmbito do POCTEP e tratadas consequentemente no respectivo Relatório de Execução.

O quadro apresentado em seguida sintetiza os montantes de investimento aprovados no QREN, para além do FEDER, até 31/12/2011 para o Algarve, ou seja, no âmbito do POVT (Fundo de Coesão) e POPH (FSE):

Tabela 2.12 – Aprovações para o Algarve noutros PO do QREN

unid: milhões euros

Eixo Prioritário /Área de Intervenção	Proj. Aprov. (nº)	Aprovações (AP)	
		Investimento/ Custo total elegível	Fundo Comunitário
POPH (FSE)	950	126,7	83,6
POVT (Fundo de Coesão) - Eixo II	26	116,3	76,9
Ciclo urbano da água	12	93,0	60,6
Protecção costeira	11	21,9	15,4
Prevenção e gestão de riscos	3	1,4	0,9

Relativamente ao POVT e comparativamente aos dados de 2010, salienta-se o facto da totalidade das operações se encontrar agora aprovada no âmbito do Eixo II. Esta situação decorre da reprogramação ao POVT, aprovada no final do ano, e que introduziu algumas

alterações na estrutura do Programa. Os 26 projectos apoiados apresentam uma dimensão média individual significativa e distribuem-se pelos domínios “Ciclo urbano da água”, “Protecção costeira” e “Prevenção e gestão de riscos”.

No que diz respeito ao POPH salienta-se, em 2011, o decréscimo de Fundo aprovado relativamente ao ano anterior. Relembra-se que as verbas FSE programadas para o Algarve, correspondendo ao Eixo 8 do Programa, ascendem a 102,7 milhões de euros (Fundo), existindo assim, ainda, um valor programado disponível para a Região que ronda os 19 milhões de euros FSE.

2.6.2 Instrumentos de engenharia financeira (JESSICA, JEREMIE e SAFPRI)

JESSICA

A iniciativa JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas) foi criada pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) com o objectivo de apoiar com fundos comunitários, projectos integrados em Programas de Desenvolvimento Urbano. Esta intervenção será gerida com o apoio do BEI e conta com fundos dos 5 PO regionais, do POVT e da Direcção Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF). Destina-se a operações que gerem algum “retorno” e recorre a mecanismos de “apoios reembolsáveis” (empréstimos a longo prazo).

O Programa Operacional da Região do Algarve assume uma prioridade a este tipo de iniciativas referindo que face ao reduzido montante de fundos estruturais comunitários afecto à Região do Algarve, há a intenção das autoridades de gestão de mobilizar recursos adicionais provenientes do Banco Europeu de Investimentos no quadro da iniciativa JESSICA.

As prioridades previstas no PO para operacionalizar esta iniciativa são as intervenções localizadas “*preferencialmente nos pólos de hierarquia superior da rede urbana*” em centros históricos, espaços urbanos descaracterizados e desqualificados, as zonas urbanas ribeirinhas, bem como intervenções integradas com dimensão social em áreas urbanas degradadas.

Durante o ano 2009, foram desenvolvidas a nível central, algumas iniciativas no âmbito do processo de implementação do **JESSICA**. Concluiu-se o Estudo de Avaliação financiado pela DG Regio e o BEI e foi assinado pelas entidades acima referidas, o “Funding Agreement” com vista à criação do “Jessica Holding Fund” em 20 de Julho de 2009.

Este Fundo a ser gerido pelo BEI, foi criado com um montante de 130 milhões de Euros, em que 30 milhões são provenientes da contrapartida nacional (DGTF) e 100 milhões provêm do FEDER dos 6 Programas Operacionais envolvidos. A participação financeira do PO do Algarve é de 5 milhões de euros FEDER.

Ao longo do ano de 2009, realizaram-se ainda alguns seminários e conferências sobre este tema com entidades bancárias e associações empresariais.

Em Janeiro de 2010, foi realizada a primeira reunião do Investment Board – IB (Comité de Investimento) e realizadas ao longo do ano várias sessões de trabalho (nomeadamente em Junho, Julho e Setembro) que envolveram os membros do IB, da Comissão Europeia e representantes das tutelas governamentais, onde foram discutidas e tomadas decisões sobre a implementação da iniciativa.

Foram assim criadas durante a primeira parte do ano as estruturas operacionais de gestão, designadamente quanto à equipa associada à iniciativa (JNFP workforce) e à selecção do representante do BEI em Portugal, para o acompanhamento do JHFP (“local Holding Fund Officer”). Decorrente da alteração à composição do Comité de Investimentos, em Julho, procedeu-se em Agosto de 2010 à designação do Secretário Geral deste órgão.

Os primeiros pagamentos para criação do Fundo, ocorreram em Agosto / Setembro de 2010 e totalizaram 45 milhões de euros entre os quais 2,5 milhões da parte do Algarve.

A Comissão Directiva do PO Algarve 21 aprovou e ratificou as medidas tomadas nesta área em 17 de Setembro de 2010.

A segunda reunião do Comité de Investimento realizou-se em Outubro 2010.

Foi preparado um “Plano de Acção” e uma “Estratégia de Implementação” que previa e definia algumas orientações para a realização de um concurso para a criação dos “Fundos de Desenvolvimento Urbano” em cada Região que irão receber as candidaturas das operações a apoiar e financiar directamente as iniciativas no terreno.

Este concurso “Call for Expression of Interest” prévia que o processo de selecção das entidades financeiras que irão constituir os “Fundos de Desenvolvimento Urbano” se desenvolvesse em várias fases:

- 1ª Fase – Aplicação dos **critérios de selecção** dos Termos de Referência do concurso e exclusão das entidades que não cumprem as condições de admissibilidade.

- 2ª Fase – As entidades admitidas apresentam propostas (“Business Plan”) e aplicam-se os **critérios de mérito**.
- 3ª Fase – Avaliação e negociação das propostas (ofertas) dos concorrentes com o BEI.
- 4ª Fase – Negociação dos termos e condições do Contrato final (“Operational Agreement”) a ser assinado com o BEI.

Apresentaram-se a concurso 11 entidades potencialmente constituintes de Fundos de Desenvolvimento Urbano.

No final de 2010, o concurso tinha passado à 2ª fase (após notificação das 7 entidades seleccionadas) e durante o ano 2011 desencadeou-se o processo de seleção que foi concluído em Abril de 2011 com as seguintes decisões finais:

- FDU Norte e Alentejo – BPI
- FDU Centro e POVT – Consórcio CGD/Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- FDU Lisboa e Algarve – Turismo de Portugal

Realizaram-se durante o ano 2011, 3 reuniões do Comité de Investimentos:

- 3ª reunião – 19/01/2011 em Coimbra
- 4ª reunião – 11/03/2011 em Lisboa
- 5ª reunião – 07/10/2011 em Évora

As questões tratadas estiveram relacionadas com a seleção e operacionalização dos Fundos de Desenvolvimento Urbano, o Manual de Procedimentos, a Descrição de Sistemas, orçamentos anuais e Plano de Comunicação entre outras.

Em 11 de Outubro de 2011 foi efetuada a assinatura dos Acordos Operacionais em cerimónia realizada no Parque das Nações e os Fundos de Desenvolvimento Urbano começaram oficialmente a desempenhar as suas funções.

Com o objetivo de sensibilizar e esclarecer os potenciais destinatários desta Iniciativa a nível regional, para os novos mecanismos destes Fundos foram organizadas algumas sessões na Região:

- 13/01/2011 (Faro-CCDR) – sessão pública de apresentação da “Iniciativa JESSICA” aos eventuais beneficiários (autarquias, empresas e outros) que contou com as



intervenções do Dr. Nuno Vitorino (Secretário Geral do Fundo JESSICA Portugal) e do Dr. Pedro Couto (Holding Fund Officer – BEI).

- 30/10/2011 – Sessão de esclarecimento para as Autarquias do Algarve com a presença dos responsáveis (Turismo de Portugal) pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Algarve. Esta sessão destinou-se a informar os destinatários regionais sobre as regras de funcionamento e abertura de candidaturas e em simultâneo apurar o ponto de situação do desenvolvimento de eventuais iniciativas em preparação públicas/privadas nas áreas de intervenção de cada município do Algarve elegíveis à Política de Cidades. Nesta sequência foi solicitado aos presentes o preenchimento de fichas de intenção de candidatura para as operações em preparação.

No final de 2011 encontrava-se em preparação os regulamentos de funcionamento e de acesso ao FDU Algarve e o período de apresentação de candidaturas abriu já em 2012.

As principais dificuldades na implementação desta iniciativa decorreram da mudança de tutelas governamentais ocorrida em final de 2009, que atrasou algumas decisões relevantes e o grande peso de procedimentos burocráticos necessários na fase de concurso e de montagem das estruturas para funcionar no terreno. No ponto 3.2 deste Relatório encontram-se referidos os elementos relacionados com a execução deste Instrumento de Engenharia Financeira.

Durante o ano 2011, realizaram-se diversas reuniões com os potenciais beneficiários para prestar esclarecimentos e identificar intervenções que se inserem nos objectivos JESSICA, essencialmente com base nas operações previstas nos Programas de Acção e Programas Estratégicos, no âmbito da Política de Cidades (Áreas de intervenção anteriores) e estabelecer demarcações entre a iniciativa JESSICA e os sistemas de incentivos.

Jeremie

Esta iniciativa não se aplica na Região do Algarve.

SAFPRI

Em paralelo e complementarmente aos Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas, os Programas Operacionais do Algarve, de Lisboa e o PO Factores de Competitividade, previram a

possibilidade de criação de mecanismos complementares de financiamento e de partilha de risco no que respeita à Inovação.

Estes instrumentos financeiros proporcionam novas oportunidades de financiamento às PME, contribuindo para reforçar a solidez, a modernização, a competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial. Favorecem também o acesso ao mercado de capitais por parte das PME, objetivo que foi definido no PO Algarve.

Nesse contexto, foi criado o Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (**SAFPRI**), após a aprovação em 2 de Julho de 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Factores de Competitividade e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

Aí se estabelece que o SAFPRI será concretizado utilizando como veículo preferencial o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação - FINOVA.

Nesse seguimento em 26 de Agosto de 2008 e a coberto do Decreto-lei nº 175/2008 foi criado o FINOVA, estabelecendo o referido diploma que a empresa PME Investimentos, SA., detida maioritariamente por entidades públicas, será a entidade gestora deste Fundo financeiro.

Neste âmbito e no seguimento da assinatura dos Protocolos entre as Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, dos PO Regionais de Lisboa e Algarve, Instituições de crédito e Sociedades de Garantia Mútua, entrou em vigor em Julho de 2008 a Linha de Crédito PME Investe/QREN (Linha de Crédito PME Investe I) e, em Outubro do mesmo ano, a Linha de Crédito PME Investe II.

Em ordem à operacionalização destes instrumentos financeiros e no seguimento do convite dirigido pelo Gestor do PO Algarve, ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, IP, foi apresentado por estes 2 Organismos uma candidatura conjunta ao PO Regional, destinada a garantir o financiamento, pelo FINOVA, dos custos com o pagamento de bonificações de taxas de juro, de comissões de garantia, bem como o reforço do Fundo Contra Garantia Mútua, referentes às Linhas de Crédito PME Investe I e II.

O investimento elegível da candidatura em causa ascendeu a 13,1 milhões de euros, sendo a comparticipação comunitária 3,7 milhões de euros, a que correspondeu uma taxa de comparticipação FEDER de 27,8%.

A Linha de Crédito PME Investe I foi encerrada logo em julho de 2008 dada a sua forte procura, enquanto a Linha de Crédito PME Investe II manteve nos anos de 2009, 2010 e 2011 um movimento residual na região e foi encerrada em maio de 2011.

A razão para este comportamento teve a ver em boa medida com a existência e posterior surgimento de outras Linhas de Crédito (sem FEDER associado) com condições mais favoráveis e melhor adaptadas às necessidades das empresas, face à conjuntura económica desfavorável provocada pela crise financeira económica e social vigente.

Em termos de circuito das operações, as PME candidatam-se a operações de crédito junto da Banca. Após aprovação da operação pelo Banco, este envia à Sociedade de Garantia Mútua (SGM) da área geográfica da empresa os elementos necessários para obtenção da garantia mútua. Após aprovação da operação pela SGM, o Banco apresenta a candidatura à PME Investimentos, SA para análise do enquadramento na Linha. As operações enquadradas são posteriormente contratadas. Em seguida, os empréstimos são desembolsados pelo Banco às PME e estas, após um período de carência, ficam a amortizar junto do Banco prestações trimestrais. Os Bancos apuram as bonificações concedidas e reclamam mensalmente este valor junto do FINOVA.

Em 2011, no âmbito das verificações de gestão sobre a PME Investimentos, SA, foi efetuada uma visita à sociedade gestora, analisada a informação/documentação recolhida e redigido o relatório de verificação (amostra com 30 operações). Após contraditório, todas as recomendações foram consideradas satisfeitas.

No âmbito das verificações de gestão sobre os Bancos, foi analisada a informação/documentação recolhida, redigido o relatório da verificação e iniciado o contraditório. Esta verificação está em fase de conclusão em 2012.

Até final de 2011 foram aprovadas no Algarve 155 operações nas 2 linhas de crédito, envolvendo empréstimos de 46 milhões de euros. Deste conjunto, 34 projectos integraram a **Linha de Crédito PME Investe I**, com empréstimos de 22,8 milhões de euros, a que correspondeu um valor médio por operação da ordem dos 671 mil euros. As restantes 121 operações aprovadas integraram a **Linha de Crédito PME Investe II**, envolvendo empréstimos de 23,6 milhões de euros e a que correspondeu um valor médio por operação de 195 mil euros.

Tabela 2.13 – Linhas PME Investe – Situação em 31/12/2011 (Operações aprovadas)

Unid.1000

Linhas de Crédito PME Investe	Nº de Operações	Valor das Operações	Valor Médio Oper.	Valor da Linha	% de utilização
PME Investe I	34	22.811	671	19.000	120%
PME Investe II:	121	23.622	195	90.000	26%
Comércio	41	6.083	148	10.000	61%
Restauração	18	1.769	98	5.000	35%
Geral	62	15.770	254	75.000	21%
Total	155	46.434	300	109.000	43%

Fonte: PME Investe

No âmbito da Linha de Crédito PME Investe II, a par de uma Linha de características genéricas (designada como “Dotação geral”), foram criadas 2 Linhas de crédito específicas: uma para o Comércio e outra para a Restauração. No Algarve das 121 operações aprovadas até ao final de 2011 neste âmbito, 62 respeitavam à **Dotação geral**, envolvendo empréstimos de 16 milhões de euros, 41 respeitavam ao **Comércio**, envolvendo empréstimos de 6 milhões de euros e os restantes 18 provinham do sector da **Restauração** com um valor de empréstimos de perto de 1,8 milhões de euros.

Considerando o valor estimado de 19 milhões de euros de empréstimos a conceder para o Algarve para a Linha de Crédito PME Investe I e de 90 milhões para a Linha de Crédito PME Investe II e tendo presente os valores de empréstimos contratados até final de 2011, temos que a taxa de utilização daqueles dois instrumentos financeiros no final do ano foi respetivamente de 120% e de 26%.

De acordo com o Relatório Trimestral de Execução do FINOVA reportado pela PME Investimentos, SA à Autoridade de Gestão do PO Algarve, quanto à utilização de FEDER nas Linhas de Crédito PME Investe I e II, até final de 2011 as bonificações de taxa de juro e de comissão de garantia atingiram 1.144.341 euros. Até esta data, as comissões de gestão da sociedade gestora PME Investimentos, SA foram de 157.739 euros.

Face aos 3.685.000 euros aprovados, a utilização de FEDER nas Linhas de Crédito PME Investe I e II é de 31% no final de 2011. Os empréstimos contratados, a amortizar ao longo de 4 ou 5 anos, apenas permitirão fechar as contas relativas ao FEDER utilizado no final deste período ou, o mais tardar, antes do encerramento do Programa a 31/12/2015.

2.7. Acompanhamento e Avaliação:

2.7.1 Acompanhamento

Actividades da gestão

Durante o ano 2011, foi aprovada uma alteração pela CMC dos Programas Operacionais Regionais do Continente, que abrangeu um número significativo de Regulamentos Específicos (04/04/2011). Para além desta alteração registaram-se mais 1 alteração a Regulamentos Específicos e 2 ao Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão. Foram aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, alterações a critérios de selecção em 3 Regulamentos.

A Autoridade de Gestão promoveu 7 reuniões de Comissão Directiva e 5 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa. Durante o ano foram abertos 31 concursos e estiveram abertos 35 concursos nas seguintes tipologias:

- Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (8)
- Sistema de Incentivos à Inovação (6)
- Sistema de Incentivos e Qualificação de PME (7)
- Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (2)
- Acções de Valorização do Litoral (2)
- Energia (1)
- Requalificação da Rede Escolar de 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (1)
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (1)
- Política de Cidades para a Regeneração Urbana (1)
- Saúde (1)
- Mobilidade Territorial (3)
- Assistência Técnica (1)

Até ao final do ano, foram decididas cerca de 96% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados até 31/10/2011 (96% no Eixo 1 e 100% nos restantes).

À semelhança do que foi efectuado nos Relatórios de Execução anteriores, apresenta-se em seguida um cronograma dos momentos relevantes do **sistema de gestão e acompanhamento** do PO Algarve 21 ocorridos durante o ano 2011:

- 13 jan.** - Sessão de Apresentação do Programa Jessica – Política de Cidades.
- 28 jan.** - 17ª Reunião da Comissão Técnica de Coordenação do QREN (reunião alargada às Autoridades de Gestão dos PO).
- 16 fev.** - 22ª Reunião da **Comissão Directiva** para análise da Programação do PO Algarve 21 e das prioridades de financiamento.
- 17 fev.** - 11ª Reunião da **Rede de Avaliação do QREN**, para ponto de situação de Follow-up das avaliações concluídas e da implementação do PGA; especificações técnicas da Avaliação dos Equipamentos de Proximidade; especificações técnicas da Avaliação das EEC; meta-avaliação do QREN – procedimentos internos e preparação da avaliação externa; conclusões e recomendações da avaliação da operacionalização do PO Centro; conclusões e recomendações da avaliação da operacionalização das formações modulares certificadas.
- 01 mar.** - 23ª Reunião da **Comissão Directiva** para apresentação do Projecto “Parque Tecnológico Internacional do Algarve (PTIA)”.
- 24 mar.** - Sessão de Esclarecimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos dirigida a potenciais beneficiários em Tavira.
- 31 mar.** - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos na Conferência “O Algarve” em Faro, promovido pela AEHTA.
- 05 abr.** - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no Seminário ADENE em Portimão.
- 2º Reembolso de despesas FEDER efectuado pela Comissão Europeia.
- 07 abr.** - Sessão de Esclarecimento no âmbito dos Sistema de Incentivos dirigida a potenciais beneficiários em Lagoa.
- Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no consultório Empreendedor integrado na Feira INFORMA, em Loulé.
- 15 abr.** - 24ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 11 candidaturas - Sistemas de Incentivos (1 SI - Vale Inovação; 9 SI - Qualificação PME e 1 SI - I&DT) e de 2 candidaturas integradas no Programa de Acção para as Parcerias de Regeneração Urbana - PRU (Olhão). Foram ainda aprovadas 4 reprogramações (1 - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento; 3 - Assistência Técnica). Foi igualmente aprovado o descomprometimento de 1 candidatura de Rede de Equipamentos Culturais.
- 03 mai.** - 25ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 12 candidaturas – Sistemas de Incentivos (12 SI – Vale Inovação) e de 1 candidatura integrada no Programa Acção para as Parcerias de Regeneração Urbana – PRU Tavira. Aprovadas reprogramações de 2 candidaturas de Acções de Valorização e Qualificação Ambiental. Foram apresentadas 11 candidaturas no âmbito da Energia e que reuniam as condições de admissibilidade.

- 05 mai.** - Conferência inserida no grande evento anual “Inovação e Competitividade” – Daniel Bessa.
- 09 mai.** - Abertura oficial das comemorações do Maio – Mês da Europa (Grande Evento do PO).
- Hastear da bandeira da Europa em Faro.
- 14 mai.** - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos na Expo Ambiente e Energia, em Quarteira.
- 23 mai.** - Sessão de I&DT – 7º Programa Quadro e PO Algarve 21 – inserida no Grande Evento Anual.
- 24 mai.** - Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 4 candidaturas (1 candidatura de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa; 2 candidaturas de Promoção e Capacitação Institucional e 1 candidatura de Acções de Valorização e Qualificação Ambiental). Foram igualmente admitidas 2 candidaturas de Energia.
- 26 mai.** - 3º Pedido de Certificação entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (IFDR) com corte a 31/03/2011.
- 26 mai. - 30 mai.** – Road Show – Visita a empresas pelos membros da Comissão Directiva (inserido no Grande Evento Anual do PO).
- 09 jun.** - 5ª Reunião da **Comissão de Acompanhamento** do Programa (Faro), onde foi aprovado o Relatório de Execução de 2010, efetuado o ponto de situação actualizado do PO 21 e Iniciativa JESSICA e feita a apreciação da proposta de reprogramação do PO 21. Foi ainda aprovada a proposta de clarificação dos critérios de selecção dos Vales I&DT e Vales Inovação.
- Sessão de apresentação de resultados do PO – “Resultados, impacto no Turismo e Estratégia Futura.
- 21 jun.** – Aprovação pelos membros da Comissão de Acompanhamento da Reprogramação do PO 21.
– Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos nas Jornadas Empresariais do Baixo Guadiana, em Alcoutim.
- 01 jul.** - Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação da rectificação dos procedimentos previstos na RCM nº 25/2008 de 13 de Fevereiro e da aprovação de novas CAE elegíveis no âmbito da Linha de Crédito PME Invest II.
- 13 jul.** – Consulta escrita à Comissão de Acompanhamento para aprovação dos Critérios de Selecção do regulamento Reabilitação Urbana.
- 18 Jul.** – Envio à Comissão Europeia (por parte do IFDR) da proposta de Reprogramação do PO 21.
- 20 jul.** – 26ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 5 candidaturas de Sistemas de Incentivos (1 SI – I&DT e 4 SI – Qualificação PME), 1 candidatura de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, 10 candidaturas de Energia, 3 de Saúde e reprogramações de 3 candidaturas de Sistemas de Incentivos (1 SI Inovação, 1 SI I&DT), 1 candidatura integrada no Programa de Acção para as Parcerias para a

Regeneração Urbana – PRU Tavira e descomprometimento de 1 candidatura no âmbito do PRU Loulé.

Aprovação de 3 Orientações de Gestão – OG 4/2011 “Modalidade de apresentação de candidaturas – Operações com projectos de execução aprovados previamente”; OG 5/2011 “Prazos de execução de operações aprovadas” e OG 6/2011 “Rede Escolar – execução e gestão de overbooking”.

- 29 jul.** - Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação do reforço da dotação orçamental no AAC nº6/2011 Inovação – Empreendedorismo, de 3 candidaturas de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa e de 7 reprogramações (1 - Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, 5 - Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e 1 - PRU Loulé).
- Aprovação pela IGF da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do PO incluindo descrição da AMAL.
- 11 ago.** - 3º Reembolso de despesas FEDER efectuado pela Comissão Europeia.
- 30 ago.** - Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 1 candidatura de Acções de Valorização do Litoral.
- 11 out.** - Assinatura dos Acordos Operacionais com as entidades responsáveis pela implementação dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU) JESSICA.
- 14 out.** - Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 1 alegação contrária e 1 ajuste à decisão (Sistemas de Incentivos).
- 20 out.** – Reunião com Autarquias do Algarve e Turismo de Portugal para ponto de situação de Iniciativas a apresentar à Iniciativa Jessica.
- 26 out.** - 4º Pedido de Certificação entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (IFDR) com corte a 30/06/2011.
- Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no Seminário na Feira Empresarial Baixo Guadiana, em VRSA.
- 27 out.** - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no Workshop na Feira Empresarial Baixo Guadiana, em VRSA.
- 03 nov.** – 12ª reunião da **Rede de Avaliação do QREN** - avaliação da operacionalização dos sistemas de incentivos – POFC; avaliação da operacionalização dos Cursos de Especialização Tecnológica – CET; implementação das avaliações planeadas e follow-up das avaliações concluídas; avaliação dos fundos no próximo período de programação; avaliação contrafactual de impactos; preparação/implementação do ciclo de avaliações intercalares previsto; revisão dos Planos de Avaliação.
- 08 nov.** – **Encontro Anual** entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013).
- 15 nov.** – 5º Pedido de Certificação entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (IFDR) com corte a 30/09/2011.
- 24 nov.** – 4º Reembolso de despesas FEDER efectuado pela Comissão Europeia.
- 25 nov.** – 27ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 18 candidaturas (3 de Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, 10 de Energia – Iluminação Pública, 1 de

Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, 2 no âmbito do PRU Loulé, 1 no âmbito do RUCI – Programa Estratégico “Algarve Central” e 1 de Assistência Técnica) e 13 reprogramações (3 de Sistemas de Incentivos (SI Inovação), 1 de Promoção e Capacitação Institucional, 1 de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, 3 de Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, 1 de Rede de Equipamentos Culturais, 1 de Mobilidade Territorial e 3 de Assistência Técnica). Aprovação das reprogramações dos Programas de Acção de Olhão e Tavira no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sem alteração de valores globais.

Aprovação de 3 descomprometimentos (1 de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, 1 de Energia e 1 de Acções de Valorização do Litoral) e aprovação da OG 7/2011 – “Apresentação de candidaturas de assistência Técnica”.

07 Dez. - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no Seminário Faro Empreendedor, promovido pela ESGHT, em Faro.

13 Dez. - 28ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 1 descomprometimento - Sistemas de Incentivos (SI Inovação) e das reprogramações das candidaturas da Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (atualizações dos custos de referência).

- Comunicação sobre Sistemas de Incentivos na Comissão de Acompanhamento da Rede EEN, realizada na CCDR Algarve.

15 Dez. - Aprovação pela Comissão Europeia da Proposta de Reprogramação do PO Algarve 21 com a Decisão nº C (2011) 9358 de 15/12/2011.

- O Presidente da CCDR Algarve e Gestor do PO Algarve 21 tomou posse noutras funções.

Para além das tarefas habituais de Gestão referentes à admissão, aprovação e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projectos aprovados, nomeadamente através da análise dos pedidos de pagamento recebidos, validação de despesas, execução no terreno e emissão de ordens de pagamento ao IFDR para reembolso dos promotores, destacam-se ainda alguns aspectos mais relevantes da atuação de gestão do Programa:

Em Maio/Junho de 2011, foi preparada uma **Reprogramação Técnica** dos vários PO do QREN que assumida “*como uma revisão programática de natureza técnica e de programação financeira promovida na sequência de alterações sócio económicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução por força de restrições orçamentais*”.

Esta reprogramação que resultou da conjugação das orientações superiores aplicadas às particularidades da situação do Algarve, e da experiência adquirida nos primeiros anos de execução do QREN, concretizou-se da seguinte forma:

0. **Aumento das taxas de co-financiamento de forma generalizada** (ao nível dos Eixos do PO) para **85%** e passagem da **base de cálculo** da comparticipação comunitária para **Despesa Pública**.
1. **Alteração das dotações do Eixo 1 e do Eixo 4** (transferência entre Eixos):
 - a. Redução ligeira do **Eixo 1** com **reforço previsível dos Sistemas de Incentivos**
 - b. **Reforço do Eixo 4 – Assistência Técnica até ao limite previsto em Regulamento Comunitário**
2. **Alargamento de elegibilidades no POVT e no PO Algarve**.
3. **Atualização/alteração dos quadros financeiros** relativos à repartição indicativa da despesa pelas várias **dimensões do PO**:
 - a. Dimensão 1 – Temas prioritários
 - b. Dimensão 2 – Formas de Financiamento
 - c. Dimensão 3 – Território
4. **Ajustamento de texto e indicadores de Eixo e Comuns Comunitários** decorrentes de ajustamentos estratégicos, de alteração de elegibilidades de adaptações aos modelos de Regulamentos Específicos, ou da revisão do sistema de indicadores resultante da experiência de monitorização, ou de desenvolvimentos recentes do sistema de monitorização do QREN.

Montagem de iniciativas e de projectos estruturantes especiais

A montagem de iniciativas que contribuam para a implementação da estratégia de desenvolvimento regional que suporta o período de programação do QREN é um dos desígnios da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e tem merecido particular atenção por parte da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21.

Com efeito é objectivo da CCDR Algarve e em particular do PO ajudar a **dinamizar**, conjuntamente com outras entidades públicas e privadas, **projectos de natureza estruturante com significativo impacto económico na região do Algarve** que poderão vir a ser apoiados através dos instrumentos disponíveis no âmbito do PO.

Só o efeito conjugado de diversas iniciativas planeadas com uma dimensão de relevo mas executadas integradamente, poderão produzir efeitos numa Região onde a dispersão e a reduzida dimensão caracterizam o panorama das empresas não ligadas ao sector do Turismo.

Neste sentido, têm vindo a ser desenvolvidas um conjunto de iniciativas com vista a reforçar e consolidar os conceitos de um parque tecnológico na região, incubadora de empresas, rede de mobilidade eléctrica entre outros.

No que diz respeito ao **parque tecnológico**, agora designado por PTIA, Parque Tecnológico Internacional do Algarve, foi promovido o envolvimento de diversas entidades, através da elaboração e assinatura de um Memorando de entendimento com a Universidade do Algarve, o Município de Faro e a ANA, Aeroportos de Portugal, SA. Esse entendimento deu origem à consolidação da localização preferencial e a um conjunto de outros pressupostos elencados em relatório utilizado na preparação do necessário Plano de Urbanização (PU) para a zona, já em elaboração, após adjudicação, estando a CCDR Alg a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. Foi ainda desenvolvido um estudo de oportunidades de iniciativas empresariais relacionadas com o Aeroporto desenvolvido pelo parceiro ANA, Aeroportos de Portugal, SA. A Comissão Directiva do PO21, tem acompanhado a evolução destes desenvolvimentos.

Quanto ao alargamento da **rede de mobilidade eléctrica Mobi-e**, promoveu-se o entendimento entre o Gabinete de Apoio à Mobilidade Eléctrica em Portugal, e os diversos municípios do Algarve, tendo-se realizado diversas reuniões de trabalho e divulgação, inclusive com a AMAL, Associação de Municípios do Algarve. Foi, neste âmbito, preparado um Acordo para a Mobilidade eléctrica, a ser assinado entre o Estado e os Municípios. Pretende-se vir a apoiar nomeadamente os diversos Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica (PMME). No entanto, embora considerado um projeto de muita relevância para a região, o impasse surgido com a mudança de governo e a consequente extinção da estrutura de missão que corporizava a concepção do modelo de desenvolvimento que vinha a ser seguido, conduziu inevitavelmente a uma suspensão da ideia que só recentemente está a ser retomada.

Entendeu-se também que a futura existência de um **parque tecnológico** na região será factor determinante para a criação de um **fundo de capital de risco** que promova e dinamize os projectos a instalar no primeiro com efeitos de sinergia mútuos. Esta ambição de fomentar a criação de um **fundo de capital de risco** que promova e dinamize os projectos a instalar na região sofreu algum atraso com o anúncio de novas orientações para o sector, aguardando-se ainda o futuro posicionamento político nesta matéria que concretize a anunciada concentração do capital de risco público e a anunciada dinamização do capital de risco privado.

A criação de massa crítica que viabilize em particular a implementação do Fundo de capital de risco, obriga a dinamizar e incentivar o aparecimento de, por exemplo, projectos nos sectores das **energias solares** e de **outras energias alternativas**, tendo o PO Algarve 21 concretizado já

o apoio a um projecto de demonstração de **energia solar** que vinha acompanhando e que se enquadra no desígnio de estabelecer na região alguma massa crítica na produção de **energias alternativas**.

Também se pretende dinamizar os projectos que dizem respeito ao sector estratégico da **mobilidade eléctrica**, quer estejam associados à ampliação da rede Mobi.e já instalada, quer à dos **sectores emergentes** associados, que irão necessariamente surgir com a entrada em funcionamento da nova rede regional de carregamento eléctrico.

Decorrerá também, da implementação do PTIA e constituirá factor crucial de viabilização do projecto, a **criação de centros de investigação** e de formação a sediar no Pólo Tecnológico.

Esta prioridade da entidade que vier a dinamizar o PTIA será também prioridade da UALG reforçando as relações com outros centros de investigação internacional e aprofundando as ligações existentes no âmbito do “cluster do mar”.

Para além da concepção geral e da dinamização de projetos estruturantes o PO visa desenvolver os esforços necessários que conduzam à implementação dos projectos em causa.

Desejavelmente, o PO Algarve 21 fomentará novas ideias de projetos que sirvam de catalisador de empresas na região, dando ainda apoio, através dos Sistemas de Incentivos, e, eventualmente de novo instrumento financeiro de capital de risco que contribua para o investimento estratégico a desenvolver.

Em suma, o PO Algarve 21 poderá ter intervenção não só na preparação dos espaços de acolhimento para as empresas, como no apoio directo a cada empresa que se vier a instalar, através dos Sistemas de Incentivos, como ainda nos instrumentos de capital de risco que impulsionarão o investimento estratégico a desenvolver.

QREN – Empréstimo Quadro

Na sequência do contrato de Empréstimo Quadro celebrado entre a República Portuguesa e o BEI, para financiamento da contrapartida nacional de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão no âmbito do QREN, foi publicado em Abril de 2011, o Despacho que fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito do Empréstimo Quadro (EQ).

A utilização do EQ compreende dois tipos de mecanismos:

- **Financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas em PIDDAC, da responsabilidade de entidades beneficiárias da administração Central**

Conforme definido no Despacho, a Autoridade de Gestão verificou as condições de elegibilidade destas operações e enviou ao IFDR as propostas de financiamento destas candidaturas, tendo em vista a sua submissão a deliberação da CCS. Foram apresentadas 10 candidaturas no valor de 2,4 milhões de Euros, que foram aprovadas na 1ª Deliberação da Comissão de Coordenação e Supervisão.

- **Financiamento reembolsável da contrapartida nacional, das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do EQ**

A Autoridade de Gestão comunicou aos beneficiários do POALGARVE 21, o período para apresentação de candidaturas, as condições de acesso e de utilização do financiamento no âmbito do Empréstimo Quadro. Registou-se a submissão de 22 candidaturas através do formulário electrónico e a AG validou os campos preenchidos pelos beneficiários e preencheu os campos da sua responsabilidade.

Os pedidos de financiamento atingiam um valor de 5,1 milhões de euros. Foram aprovadas 2 candidaturas no montante de 1,2 milhões de euros, 1 registou decisão favorável condicionada, 4 com financiamento a decidir em momento posterior e 15 não aprovadas

Acompanhamento da execução dos projectos aprovados com visitas aos promotores

Durante o ano de 2011 a equipa de Sistemas de Incentivos realizou 34 visitas de acompanhamento a projectos aprovados e contratados no âmbito do PO Algarve21 – Sistemas de Incentivos.

Estas visitas tiveram como principal objectivo um melhor conhecimento do ponto de situação dos projectos, o esclarecimento de dúvidas e receios por parte dos Promotores, bem como a recomendação de medidas relacionadas com a execução dos projectos.

Desta forma, os promotores ficaram a conhecer o circuito de gestão dos projectos aprovados, os organismos intervenientes e a disponibilidade para apoio por parte da equipa técnica na Região. Foram igualmente divulgadas as obrigações e as eventuais boas práticas em matéria de comunicação e divulgação dos apoios comunitários.

Com a realização destas visitas têm sido obtidos os seguintes resultados: promotores melhor preparados para o planeamento físico e financeiro dos projetos, correção de algumas desconformidades relacionadas com a publicitação dos apoios, aceleração na execução dos investimentos.

Monitorização e reporte

Deu-se continuidade à **actualização mensal dos principais indicadores financeiros do Programa** no site www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/. A informação disponibilizada diz respeito à programação financeira, aprovações e execução por Eixo e tipologia de despesa (bem como os respectivos rácios), listagem de operações aprovadas por Eixo, Área de intervenção e tipologia e finalmente o mapa de concursos abertos desde o início do Programa, contendo a respectiva tramitação até à decisão.

Esta informação, que também é distribuída e analisada em cada Comissão Directiva do Programa, faz parte de um conjunto mais amplo de variáveis que são enviadas ao IFDR no Reporte Mensal que por sua vez alimenta o processo de monitorização do QREN cujo responsável é o Observatório.

Apesar de mecanizado, este processo continuou a ser efectuado manualmente. A partir de Dezembro de 2010 esta informação passou a ser submetida directamente no Sistema de Informação do IFDR.

Tal como tinha sido previsto inicialmente, não foi possível ainda durante o ano de 2011, o envio desta informação através do Sistema de Informação (*via webservice*), essencialmente devido à morosidade do processo de contratação no âmbito do Sistema de Informação. Prevê-se resolver esta questão durante o 1º semestre de 2012.

Trimestralmente, é também reportada a informação material através das várias tipologias de indicadores previstas para o efeito.

Desde Dezembro de 2010, procede-se ao envio de um reporte rápido quinzenal para o Observatório do QREN. Esta monitorização contém valores de aprovações e execução do **PO**.

Contratualização com os Municípios

No início de 2009 foi efectuado um trabalho de recolha de prioridades dos Municípios pelas Estruturas Técnicas da CCDR e da AMAL (concluído em Fevereiro) em continuidade do

trabalho já efectuado com a Rede Escolar no final de 2008. Este trabalho serviu de preparação do pacote de projectos que serviu de base à **contratualização com os Municípios** (contrato assinado em Maio 2009).

Tendo por base o Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto lei nº 74/2008, de 22 de Abril, e pelo Decreto-Lei nº 99/2009, de 28 de Abril, diploma legal que regula a governação do QREN, e as orientações emitidas pela CMC POR, por deliberação aprovada em 19 de Março de 2008 foi celebrado no dia 06 de Maio de 2009 e ratificado pela CMC POR a 24 de Julho de 2009, o contrato de delegação de competências, sem subvenção global, entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). Esta contratualização com a Associação de Municípios abrange toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21 e envolve um montante financeiro de 25 Milhões FEDER.

Após a assinatura de contrato tornava-se necessário proceder a adaptações no Sistema de Informação do **PO** e alterar o Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo.

As adaptações do sistema foram efectuadas e no final de 2010 tinham sido transferidos os processos dos projectos contratualizados.

Ao longo do ano 2010 foi efectuada formação estando a validação de despesa a ser efectuada em conjunto com a Autoridade de Gestão e sob a responsabilidade desta. A apreciação de candidaturas é da responsabilidade da Autoridade de Gestão (competência não delegada).

Durante o ano de 2011 foi concluído o processo de certificação da AMAL pela Autoridade de Auditoria no seguimento da revisão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo (DSGC), em Junho, o que permitiu assegurar a transferência de competências para aquela Associação.

No entanto, e apesar da entrada em vigor da nova DSGC em Julho de 2011, apenas a partir de Outubro passou a ser efectuada a validação de despesas da inteira responsabilidade da AMAL.

Em Novembro de 2011 foi aprovada uma nova Adenda à Contratualização que consistiu apenas no ajustamento do Plano de Acção anexo ao contrato, sem repercussão no valor global desta contratualização.

São efectuadas reuniões mensais de ponto de situação das questões que envolvem a contratualização (alterações de regulamentos, esclarecimentos sobre orientações de gestão, níveis de execução, análise da situação das operações em curso, etc).

Parceria e Subvenções Globais

Durante o ano de 2011, foi dado cumprimento aos preceitos nacionais e comunitários em matéria de parceria, tanto no que respeita à colaboração com as autoridades locais como com a sociedade civil.

Para além da participação dos agentes regionais mais representativos na **Comissão de Acompanhamento** do Programa (autarquias locais, associações empresariais e sindicais, organizações não governamentais) terem tido um papel activo na aprovação dos principais instrumentos operacionais para implementação do Programa, designadamente, regulamentos e critérios de selecção dos projectos, há que realçar a habitual estreita colaboração com a **Associação de Municípios do Algarve/Comunidade Intermunicipal de Municípios (AMAL)**.

Com efeito, a AMAL foi consultada com regularidade sobre o processo de programação e implementação do Programa, tendo sido concluído o processo de negociação e contratualização com aquela Associação.

Nos primeiros meses de 2009 estabilizou-se o Plano de Acção associado ao Contrato de Delegação de Competências, para o qual se realizaram reuniões entre a AG, a AMAL e cada um dos Municípios da região, com o objectivo de definir a lista de prioridades nos diferentes domínios a contratualizar.

O contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e a AMAL, no âmbito do Eixo 2 e 3 do Programa, foi assinado em 6 de Maio de 2009 envolvendo um total de cerca de 25 Milhões de Euros FEDER e abrangendo toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21. As tipologias previstas são as do Ensino Básico e Pré-escolar, Valorização e Requalificação Ambiental, Gestão Activa de Espaços Protegidos e Mobilidade Territorial.

Em 2010 foi preparada e instruída uma revisão do Plano de Acção solicitada pelos Municípios e efectuada em colaboração entre a Autoridade de Gestão do PO (CCDR) e a AMAL. Este processo culminou com a assinatura de uma Adenda ao contrato referido, em 7 de Novembro de 2011 que obteve a ratificação da CMC dos PO regionais já em 2012.

No âmbito da contratualização são efectuadas reuniões periódicas ao nível técnico para discussão e articulação sobre procedimentos e orientações de interesse comum.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, são funções delegadas nos **Organismos Intermédios** (IAPMEI, TP, AICEP e ADI) as relativas à análise dos projectos, à contratação dos incentivos,

ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projectos e à interlocução com os promotores.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN.

O trabalho técnico desenvolvido pelos Organismos Intermédios em 2011 encontra-se sintetizado na tabela seguinte:

Tabela 2.14 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios (ano 2011)

	IAPMEI	TP	AICEP	ADI	Total
Pareceres emitidos	43	28	15	2	88
Contratos celebrados com promotores	17	14	10	1	42
Pedidos de pagamento analisados	69	22	7	4	102

A parceria com os Organismos Intermédios também se materializou no trabalho desenvolvido no âmbito das Reuniões da Comissão de Seleção realizadas.

No âmbito das parcerias importa ainda fazer referência ao papel do **Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR)**.

De acordo com o previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, compete ao CODR o *“acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respectivos instrumentos de execução no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial das operações que são objecto de financiamento pelos PO e pelos instrumentos de programação do FEADER e do FEP”*.

As actividades do CODR são exercidas em articulação com o Observatório do QREN e apoiam o exercício de competências da Comissão de Aconselhamento Estratégico do PO Algarve21.

O modelo de governação do QREN define ainda que, as competências de promoção da prossecução das prioridades do QREN, assegurando designadamente a coerência da implementação dos PO no cumprimento da estratégia de desenvolvimento definida, e de elaboração dos relatórios anuais de monitorização estratégica do QREN, da responsabilidade

directa do Observatório do QREN, são exercidas em articulação com os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.

Adicionalmente, o texto dos Programas Operacionais estabelece que os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais serão parte integrante da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, coordenada pelo Observatório do QREN, e que integra todas as Autoridades de Gestão, o IFDR, I.P. e o IGFSE, I.P., bem como dos Centros de Racionalidade Temática.

A actividade do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Algarve é dinamizada pela CCDR, assegurando esta, a articulação das actividades realizadas pelo CODR com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo a que se refere o artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril.

O ano de 2011, marcou a operacionalização do funcionamento do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais com a estabilização da estrutura de recursos humanos, que permitiu consideráveis melhorias de eficiência e eficácia na capacidade de antecipar prazos de produção regular de um conjunto significativo de informação de apoio à Decisão Regional. Este processo foi ainda acompanhado pela manutenção de um conjunto de iniciativas de debate sobre temáticas regionais, particularmente no que concerne à competitividade, inovação e turismo. De realçar nesta dinâmica a continuidade e reforço das parcerias assumidas no contexto da recolha e tratamento da informação disponibilizada, destacando-se:

- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Centro Regional de Segurança Social do Algarve
- Ana, Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Faro;
- IMPACTUR, CIITT (Universidade do Algarve);
- CP -Comboios de Portugal;
- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
- EVA Transportes, SA;
- EP – Estradas de Portugal, SA;
- InIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, IP
- Secretariado Técnico do POPH
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- CCDR Algarve - Organismo Intermédio do POCTEP para o Algarve;
- Estrutura de Apoio do PRODER
- Direcção Geral das Pescas e Aquacultura
- Euroscut, SA
- Eva Transportes, SA
- Banco Alimentar – Algarve
- Direcção Regional de Educação do Algarve

- Direcção Regional de Economia do Algarve
- Comunidade Intermunicipal do Algarve
- Câmaras Municipais do Algarve
- Associações Empresariais
- Câmaras de Comércio e Indústria
- Restantes CODR'S Regionais

A actividade regular do CODR Algarve, desenvolveu-se essencialmente em 2011, nas áreas da **Produção de informação e documentação** mas também no **lançamento de temáticas para o debate regional**.

No que respeita à **Produção de informação e documentação** destacam-se:

- A produção e divulgação de **4 Boletins trimestrais de Conjuntura** (com perto de 5900 downloads e 13.000 visualizações em 2011);
- A produção e divulgação de **4 Boletins trimestrais de Conjuntura – Mobilidade e Transportes** (com perto de 600 downloads e 6.000 visualizações em 2011);
- Um Boletim anual de **Conjuntura das Dinâmicas Territoriais**;
- Cálculo de **Indicadores** para o relatório anual do Observatório do PROT, que serviu para alimentar os dois primeiros relatórios de monitorização;
- Apoio aos trabalhos do Observatório do QREN, na aplicação de Zoom's territoriais de monitorização do impacto do QREN nas políticas públicas;
- **Monitorização e relatórios temáticos** de aplicação das políticas públicas, em particular no impacto dos investimentos FEDER;

Relativamente ao **lançamento de temáticas para o debate Regional** foram reforçados durante o ano de 2011, os debates em torno de temas pertinentes para a agenda regional inseridos no **Fórum de Desenvolvimento Regional**. Neste âmbito foram levadas algumas iniciativas públicas das quais destacamos:

- Conferência Internacional - **Inovação em Turismo**, Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, (em conjunto com o EEN), Faro, 7 de Outubro de 2011;
- Conferência Internacional - **“Competitividade e Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Relação Inter-Disciplinar”**, **Annual Regional Conference of Network of European Regions for a Sustainable and Competitive Tourism**, Faro, 30 de Junho a 1 de Julho de 2011;

O tratamento e disponibilização crítica de informação, permitiu participar num conjunto de conferências e de publicações, destacando-se:

- Jornadas Andalusiadas II, subordinada ao tema: *Algarve Acolhe: Portal de localização de negócios*, Sevilha, Junta da Andaluzia (março 2011);
- *Ecovia do Algarve um percurso à procura de Afirmação*, Seminário – Projectos Rurais e Urbanos de melhoria Ambiental, no âmbito da II Semana do Ambiente, organização da Câmara Municipal da Golegã, Golegã (junho 2011).
- **Algarve Rural – Experiências Marcantes** – Fundação Viegas Guerreiro – Projecto Querença, Querença (setembro 2011);
- **Algarve Acolhe: Empresas e Articulação Regional na Euro Região Alentejo - Algarve – Andaluzia**, Seminário Internacional: Análises Territorial y Cooperación: Alentejo-Algarve-Andalucía. Especial atención a la Ordenación del Territorio y el Turismo, ESGHT, Faro (novembro 2011).
- **Território, Sustentabilidade e Turismo** – pela Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, Pólo de Faro, conferência para alunos e docentes (novembro 2011);
- *Desenvolvimento Regional da Utopia à Realidade - Notas de um exercício de planeamento Operacional no horizonte 2007-2013*, Programa de Doutoramento Gestão da Inovação e Território, FEU Algarve, Faro

Ainda no âmbito da dinâmica do CODR, temos que realçar o apoio ao trabalho desenvolvido em torno do projecto **Algarve Acolhe** e da dinâmica das áreas empresariais e o acompanhamento da **avaliação do contributo do PO Algarve 21 para a competitividade do Turismo na Região**.

A estratégia para 2012 é melhorar e aprofundar as parcerias formais estabelecidas e alargar a rede de discussão e debate dos resultados visíveis com base nos compromissos e execução dos projectos financiados e acompanhar a dinâmica do desempenho da região em termos socioeconómicos e estruturais.

Neste contexto, está previsto no plano nacional de avaliação, o lançamento em 2012 do exercício de avaliação do PO Algarve 21, a acompanhar pelo CODR, e o estreitamento das redes de contacto e de articulação com os CODR dos restantes PO Regionais e com o Observatório do QREN.

Flexibilidade inter-fundos – Despesas FSE

Para utilização da **flexibilidade inter-fundos** prevista nos Regulamentos Comunitários, foi publicado o Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional que estabelece que sejam apoiados os projectos que, conjuntamente com investimentos em outros domínios, incluam investimentos em formação profissional e sejam susceptíveis de ser apoiados nos eixos prioritários onde está previsto o accionamento de apoios a acções de formação profissional, designadamente no âmbito dos seguintes sistemas de apoios:

- Sistema de Incentivos à Inovação;
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME;
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa;
- Sistema de Incentivos a Acções Colectivas.

Em relação a esta componente, importa salientar que é assegurado o seu acompanhamento específico ao longo de todo o ciclo de vida dos projectos, que permite obter um apuramento autónomo, dos respectivos níveis de execução, necessário ao controlo da flexibilidade inter-fundos prevista no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Com efeito, logo em sede de candidatura é recolhida a informação própria necessária ao apuramento e aprovação das respectivas despesas elegíveis, de acordo com as regras de elegibilidade estabelecidas, sobre as quais incidem taxas de apoio específicas (designadamente no âmbito dos sistemas de incentivo às empresas), sendo que em sede de acompanhamento e encerramento de projectos serão igualmente recolhidos os dados de execução correspondentes.

Em relação a cada projecto e em qualquer fase do processo, será sempre possível apurar os montantes aprovados e realizados em formação profissional separadamente dos correspondentes valores globais.

A flexibilidade inter-fundos é alvo de monitorização por Eixo prioritário por parte da Autoridade de Gestão através de Pontos de Situação periódicos.

Até ao final de 2011, foram aprovados 10 projectos com despesa FSE, resultando num saldo FEDER disponível de 17.317.541 euros, para utilização na flexibilidade inter-fundos.

Tabela 2.15 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos

euros				
Nº Projecto	Promotor	Data aprovação	FEDER aprovado	Saldo FEDER
Dotação PO ALGARVE21 na flexibilidade inter-fundos (10%)			17.495.201,60	17.495.201,60
1.998	Garrafeira Soares, S.A.	18-07-2008	52.809,60	17.442.392,00
2.039	Algardata, S.A.	18-07-2008	3.600,00	17.438.792,00
6.674	ALL DOMOTICS SA	30-07-2009	17.058,54	17.421.733,46
7.754	BÖER & SIEBERT, LDA	20-05-2010	2.116,00	17.419.617,46
16.537	GYRAD, LDA	17-09-2010	1.123,84	17.418.493,62
16.643	PRONTIQUEST, LDA	17-09-2010	13.674,40	17.404.819,22
16.670	ALGARESTRADAS, SA	17-09-2010	45.975,82	17.358.843,40
16.694	CANANA & FILHOS, LDA	17-09-2010	37.942,33	17.320.901,07
16.778	CONCEPTEK, SA	17-09-2010	2.560,00	17.318.341,07
16.784	PROJECTO 2, LDA	17-09-2010	800,00	17.317.541,07
TOTAL			177.660,53	17.317.541,07

* prevista no nº 2 do artigo 34º do regulamento (CE) nº 1083/2006.

Encontro Anual

Em Novembro de 2011 realizou-se em Lisboa o Encontro Anual de 2011 entre as Autoridades Nacionais do QREN, Autoridades de Gestão e os serviços da Comissão Europeia para acompanhamento das questões relacionadas com a implementação/execução do QREN.

Os temas abordados foram a execução dos PO, a meta N+3, as medidas adoptadas para reforçar a execução, a Reprogramação Técnica e as transferências de projetos entre o PO, as missões de Auditoria, a contratação pública, o empréstimo quadro do BEI, os eventos anuais do PO, um ponto de situação do JESSICA e outros.

O PO do Algarve participou numa reunião temática sobre o Jessica realizada no âmbito do encontro anual.

Comissão de Acompanhamento

Durante o ano 2011 a Comissão de Acompanhamento do Programa reuniu uma vez, em Faro, no dia 9 de Junho e teve como principais objectivos a análise e aprovação do Relatório de Execução de 2010, a análise do ponto de situação actualizado do Programa e da iniciativa Jessica, a apreciação da proposta de Reprogramação Técnica do PO. Foi ainda aprovada a proposta de clarificação dos critérios de Seleção dos Vales I&DT e Vales Inovação (Sistemas de Incentivos).





Os membros da Comissão de Acompanhamento foram ainda convidados a participar, nesse mesmo dia, na sessão pública de apresentação de resultados do PO que se realizou também em Faro e foi a sessão de encerramento das comemorações de Maio – mês da Europa (grande evento anual do PO). Nesta sessão de encerramento para além dos resultados do Programa, foi apresentada a metodologia da avaliação do impacto do PO no turismo e apresentadas as perspectivas da Estratégia Futura 2020.

A Comissão de Acompanhamento do Programa foi consultada por escrito em 13 de Julho com o objectivo de apreciar e aprovar os Critérios de Selecção definidos para o Regulamento Específico “Reabilitação Urbana”. Este Regulamento foi aprovado por deliberação da CMC dos PO Regionais em 16 de Junho e veio substituir os anteriores Regulamentos da Política de Cidades – “Parcerias para a Regeneração Urbana” e “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”.

Manual de Procedimentos / Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo

O Decreto Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional, confere às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 46º, as competências para propor regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

Os documentos mais relevantes que contém as orientações técnicas do Programa são os seguintes:

Documento	Resumo
Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo – PO Algarve 21	Descreve os sistemas de gestão e controlo criados para o PO Algarve 21 tendo como objectivo ajuizar da sua eficácia.
Manual de Procedimentos – PO Algarve 21	Define o conjunto de regras e procedimentos a observar pelos beneficiários do Programa, desde a instrução das candidaturas ao encerramento das operações, pautando a articulação entre estes e a Autoridade de Gestão.
Manual de Procedimentos –Sistemas de Incentivos QREN	Define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN.
Manuais dos Organismos Intermédios – Sistemas de Incentivos	Definem os procedimentos inerentes às funções de cada um dos Organismos Intermédios do Sistema de Incentivos.
Plano de Comunicação do PO Algarve 21	Define a estratégia de comunicação cujos principais objectivos são divulgar, promover, informar e valorizar o PO e a União Europeia.
Manual de Identidade PO Algarve 21	Define normas básicas de utilização da marca Algarve21 e QREN.
Guia de Informação e publicidade para Beneficiários	Define as obrigações de informação e publicidade dos Beneficiários.

No prazo de doze meses a contar da data de aprovação do PO Algarve 21, foi apresentada à Comissão Europeia uma **descrição dos sistemas de gestão e controlo**, abrangendo designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos:

- Das autoridades de gestão e de certificação e dos organismos intermédios;
- Da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Esta descrição foi acompanhada de um relatório, elaborado pela autoridade de auditoria (Inspeção Geral de Finanças) do qual constaram os resultados da avaliação dos sistemas criados e que dava parecer quanto à sua conformidade. Em resultado do exame efectuado na altura à descrição dos sistemas de gestão e controlo do PO Algarve 21, a Inspeção-Geral de Finanças concluiu que os sistemas estabelecidos respeitavam os requisitos aplicáveis, tendo emitido um parecer sem reservas.

O Relatório e Parecer emitidos pela Inspeção-Geral de Finanças sobre a conformidade do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional Algarve 21 foram transmitidos à Comissão Europeia a 10-10-2008, via SFC 2007.

O documento foi revisto em 3 fases:

- Foi efectuada em *Fevereiro 2009* uma primeira versão de resposta aos comentários da Comissão Europeia feitos sobre a versão enviada em *Outubro de 2008*.
- Os comentários da Comissão incidiram sobre questões como: sistema de informação, estrutura de organização dos organismos intermédios, recursos humanos afectos à estrutura, verificações administrativas de gestão, segregação de funções e pista de auditoria.

A Autoridade de Gestão teve estes comentários em consideração e em *Agosto/Setembro 2009* o documento foi revisto com base em indicações superiores, no sentido de seguir o modelo do PO Norte para os PO regionais.

- Foram enviados os últimos elementos solicitados pela IGF em *Dezembro de 2009*, quando terminou o trabalho de transferência de dados do Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos para o Sistema de Informação do PO Algarve 21.
- O documento final foi enviado para a Comissão Europeia em *Fevereiro de 2010*, após parecer final positivo da IGF. Foi aceite em *Março de 2010*.

No final de 2010, foram iniciados os trabalhos de revisão da DSGC para, entre outros aspectos, actualizar e integrar as funções da AMAL enquanto entidade intermédia no acompanhamento das operações contratualizadas. Esta revisão foi concluída em *Junho de 2011* e aprovada pela Inspeção Geral de Finanças em *Julho* (Autoridade de Auditoria) passando a vigorar a partir daí.

Em *Setembro de 2011* foi ainda efectuada uma nova actualização (enviada em *7/11/2011*) que incluía a informação sobre a gestão e controlo das iniciativas SAFPRI e JESSICA, a qual não foi ainda aprovada superiormente.

Durante o ano 2008, foi elaborada uma primeira versão do **Manual de Procedimentos** do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (PO Algarve 21), com o objectivo de criar um conjunto de disposições/orientações de gestão e respectivos circuitos, organizados para utilização de todos os intervenientes no processo de análise de candidaturas, decisão de financiamento, acompanhamento, execução e encerramento das operações financiadas em todos os Eixos do Programa, à excepção daqueles que se encontram abrangidos pelos regulamentos específicos dos Sistemas de Incentivos às Empresas – QREN.

Trata-se de documento de carácter normativo directamente subordinado aos Regulamentos Comunitários, ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão e aos Regulamentos

Específicos, bem como à legislação nacional e comunitária aplicável, não dispensando o conhecimento e cumprimento do disposto naqueles documentos e diplomas.

O Manual de Procedimentos encontra-se estruturado na óptica do utilizador final (beneficiário), estando a informação organizada de acordo com o percurso expectável das operações. A estrutura aprovada na sua última versão é a seguinte:

- Secção A – Breve Caracterização do PO Algarve 21
- Secção B – Instrução da Candidatura
- Secção C – Decisão de Financiamento
- Secção D – Execução e Acompanhamento
- Secção E – Encerramento da Operação
- Secção F – Certificação de Despesa do Programa
- Secção G – Controlo Interno
- Secção H – Recuperações e Comunicação de Irregularidades
- Secção I – Publicidade e Informação
- Secção J – Avaliação do Programa
- Secção K – Quadros de Monitorização
- Secção L – Quadro Síntese dos Procedimentos
- Secção M – Legislação e Documentação Relevante

Trata-se de um documento dinâmico que deverá ser periodicamente alvo de revisão e actualização em função das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se vão introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Seguindo este princípio, durante o ano 2009, o documento foi todo revisto e completado com a inclusão de formulários e check-list adaptadas. Esta revisão foi efectuada em função de novas orientações de gestão, observações relativas à Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo. A última versão foi aprovada pela Comissão Directiva em Agosto de 2009.

Em 2010 e logo que foi possível disponibilizar meios libertados das tarefas de encerramento do QCA III, iniciou-se um novo exercício de revisão, que deveria incluir as alterações do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão e as novas orientações decorrentes da assinatura dos Memorandos de Entendimento assinados entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com implicações em curso ao nível de alterações de Regulamentos Específicos.

Este processo prolongou-se durante o ano de 2011 e uma vez que se pretendeu incluir as alterações decorrentes da actualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo

(incluindo a contratualização com a AMAL), aprovada em Julho, foi preparada uma primeira revisão do documento no final de Outubro.

As mais recentes alterações aprovadas em final de 2011 (Regulamento Geral) e no início de 2012 (Deliberações da CMC de janeiro, março, abril, etc) não permitiram ainda estabilizar e aprovar uma nova versão do documento.

Como parte integrante do Manual de Procedimentos do PO Algarve 21, foi elaborado o **Manual de Procedimentos - Sistemas de Incentivos QREN**, que pretende garantir a coerência de actuação dos Organismos Intermédios com as Autoridades de Gestão, no que respeita à definição de procedimentos e orientações a executar por cada interveniente da rede de sistema de incentivos visando o completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais e a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Este manual define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes **na rede dos sistemas de incentivos às empresas do QREN**. Aplica-se aos projectos candidatos ao Sistema de Incentivos do QREN, criados para dar cumprimento às atribuições em matéria de Factores de Competitividade - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização e integrados no Eixo 1 do PO Algarve 21, nos seguintes regulamentos específicos:

- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, que visa intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação, que visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, que visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

A elaboração do presente manual de procedimentos teve por base a proposta apresentada pelo grupo de trabalho, constituído para o efeito por elementos de várias Autoridades de Gestão, cujo trabalho decorreu numa primeira fase a partir de Março 2008 até ao final do ano.

Na sua elaboração foram tidos em consideração os contributos e validações das Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores da Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais pelas Autoridades de Gestão e dos Organismos Intermédios intervenientes.

Durante o ano 2010 e 2011 foram efectuados ajustamentos a alguns capítulos entretanto introduzidos no Manual de Procedimentos. A 3ª versão do Manual foi ratificada pela Comissão Directiva do PO Algarve em 25-11-2011.

O “**Plano de Comunicação**”, o “**Manual de Identidade**” do PO Algarve 21 e o “**Guia de Informação e Publicidade**” a utilizar pelos beneficiários foram igualmente concluídos e aprovados em 2008.

Supervisão dos Organismos Intermédios (Sistema de Incentivos)

O procedimento contínuo de supervisão das funções delegadas pela Autoridade de Gestão do PO ALGARVE21 nos Organismos Intermédios (OI) associados à gestão dos sistemas de incentivos foi desenvolvido conforme previsto em várias dimensões ao longo das diferentes fases do ciclo de gestão dos projectos:

- **Dimensão – Supervisão do trabalho** desenvolvido pelos OI nas fases de “*avaliação e selecção de candidaturas*” e de “*verificação de despesa*”

a) Na fase **de avaliação e selecção de candidaturas**

A Autoridade de Gestão supervisiona controlado o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “*avaliação e selecção de candidaturas*” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Como exemplo, por solicitação da Unidade Factores de Competitividade foram corrigidos vários pareceres dos OI sobre candidaturas (correção do texto do parecer, correção do montante de incentivo, correção de valores minimis, etc.).

Nesta fase têm também importância, enquanto momentos de troca de impressões com os vários OI, as reuniões de Comissão de Selecção (realizaram-se treze reuniões em 2011).

b) Na fase de **verificação de despesa**

A Autoridade de Gestão supervisiona o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “*verificação de despesa*” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Em 2011, a Unidade Factores de Competitividade concluiu a verificação sobre mais de 3% do acumulado de despesa entre 01/01/2007 e 30/06/2011 e procedeu ao envio do relatório aos OI para contraditório. Esta verificação, dada como totalmente satisfeita, foi já concluída em 2012.

- **Dimensão – Supervisão Geral** através da avaliação periódica da actividade dos OI, da normalização de critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos, e ainda da definição e uso de ferramentas informáticas normalizadas.

a) Avaliação periódica da actividade dos OI

A Unidade Factores de Competitividade monitoriza diariamente a actividade dos OI utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN, mas também através de mapas de alerta de incumprimentos e de contactos por e-mail e telefónicos. Como exemplo, é monitorizado o cumprimento de prazos pelos OI (no âmbito de emissão de pareceres, alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações, celebração de contratos, pagamentos, etc.).

b) Normalização de critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos

Neste âmbito, a Unidade Factores de Competitividade define o critério regional a pontuar para os projectos, emite Orientações Técnicas e de Gestão (em 2011, foram publicadas 4 Orientações Técnicas e 5 Orientações de Gestão) e promove a harmonização de procedimentos entre os vários OI (ao nível da análise de candidaturas, de análise de pedidos de pagamento, etc.)

c) Definição e uso de ferramentas informáticas normalizadas

A Unidade Factores de Competitividade promove junto dos OI as solicitações para atualização da ferramenta informática (pedidos de correcção de erros ao nível de incoerências em diferentes módulos, pedidos de dados em falta no sistema de informação, etc.).

Actividades de Controlo Interno

No âmbito da alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº1083/2006 de 11 de Julho a Autoridade de Gestão é responsável pela verificação de que os produtos e os serviços co-financiados foram fornecidos, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Conforme descrito no nº2 do artigo 13º do Regulamento (CE) 1828/2006 de 8 de Dezembro as verificações a realizar pelas Autoridade de Gestão, nos termos da alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, consoante o caso.

A Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do POAlgarve 21 prevê que a **Unidade de Controlo Interno** seja responsável pelas **verificações no local de operações singulares** (*on-the-spot*) a realizar por amostragem, que incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos.

Para além da realização destas verificações, são ainda acompanhadas as **acções de controlo** realizadas ao PO Algarve 21 por **entidades externas** (Tribunal de Contas Europeu, Comissão Europeia, Autoridade de certificação – IFDR, Autoridade de Auditoria – IGF).

Com a saída do chefe de projecto, em Janeiro de 2009, a equipa da Unidade de Controlo Interno ficou reduzida a apenas 1 técnica, não tendo a mesma sido reforçada, até ao momento.

Neste contexto, e de acordo com o conteúdo funcional da Unidade de Controlo Interno, previsto na pág. 17 deste documento, o trabalho desenvolvido, no ano de 2011, incidiu essencialmente nas seguintes actividades:

- **Execução das Ações previstas no 1º Plano Anual de Controlo**

Foi elaborado, em 2010, o 1º Plano Anual de Controlo, com base num universo de operações com despesa elegível acumulada até 31.10.2010. A amostra de operações foi calculada de forma a integrar todas as tipologias de operação, tendo sido estabelecido, para o efeito, um limiar mínimo de esforço de controlo de 10% para as operações financiadas no âmbito do Sistema de Incentivos e de 5% para as restantes operações.

Assim sendo, foram programadas, para o ano 2011, 19 ações de controlo com a seguinte distribuição:

Tabela 2.16 – Planos de Controlo Interno

Unidade: Euros

Fundo Estrutural FEDER	Uníverson			Amostra 2007-2010			Esforço de Controlo %	Despesa Irregular 1)	Taxa Erro
	Investimento Elegível Aprovado 31.12.2011	Despesa Elegível Realizada 31.12.2011	Nº de Projectos	Investimento Elegível Aprovado	Nº de Projectos	Despesa Pública Total Controlada no Local 31.12.2011			
		(1)				(2)			
Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	143.624.729	53.625.530	159	52.158.667	12	1.411.452	2,63%	13.499	0,96%
Eixo II - Protecção e Qualificação Ambiental	25.486.023	8.470.131	57	1.520.371	2	880.507	10,40%	0	0,00%
Eixo III - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	68.258.879	35.391.245	68	6.846.725	4	1.197.926	3,38%	0	0,00%
Eixo IV - Assistência Técnica	3.850.639	3.077.168	8	1.752.033	1	667.414	21,69%	609	0,09%
Total	241.220.270	100.564.074	292	62.277.796	19	4.157.299	4,13%	14.108	0,34%

1) Despesa irregular resultante dos relatórios finais de controlo emitidos em Abril 2012

Durante o ano 2011, recorreu-se à contratação de auditores externos para a execução da totalidade das acções previstas no Plano Anual de Controlo.

A execução das auditorias teve início apenas em Setembro de 2011 uma vez que o procedimento para aquisição dos Serviços de Controlo foi objecto de parecer prévio por parte do Ministério das Finanças. O parecer positivo é datado de 14.06.2011 tendo o convite para apresentação de propostas sido enviado em 21.06.2011 e a contratação efectuada apenas em Setembro de 2011.

Desta forma, as 19 acções de controlo programadas para o ano de 2011, foram realizadas durante o período de Setembro a Novembro tendo sido emitidos os respetivos relatórios preliminares, para efeito do exercício do contraditório, até 31.12.2011, à exceção do projeto SAFPRI (Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha Risco da Inovação), que pelas suas especificidades foi emitido, posteriormente, a 31.01.2012.

No final de 2011, o número de acções realizadas no terreno embora ainda sem despacho de decisão final²⁸ representam 6,5% face ao total dos 292 projetos aprovados a 31.12.2011. O total da despesa pública controlada no local²⁹ representava um esforço de controlo de 4,1% face à totalidade da despesa executada àquela data.

²⁸ A ausência de nomeação definitiva de Gestor do PO durante 2 meses atrasou este processo.

²⁹ O total da despesa controlada no local não inclui o programa SAFPRI.

A despesa irregular resultante dos relatórios finais, emitidos em Abril de 2012, representa uma taxa de erro (0,34%), muito abaixo do limiar de materialidade (2%) referido na COCOF n° 1104101 de 07.12.2011.

- **Elaboração do Plano Anual de Controlo 2012**

A elaboração dum segundo plano de auditoria (a realizar após a emissão dos relatórios finais de auditoria do 1º PAC) não se concretizou ainda em 2011 devido à limitação de meios existentes na estrutura de controlo. Este processo está previsto ser realizado até ao final do 1º semestre.

- Acompanhamento de **auditorias externas** e “*follow up*” das recomendações.

Até ao final de 2011 foram realizadas ao PO Algarve 21 as seguintes auditorias levadas a cabo por entidades externas que foram acompanhadas pela Unidade de Controlo Interno:

- a) Auditorias do Tribunal de Contas Nacional
“*Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN*” (Abril 2009) – Relatório de Auditoria n°50/2009 – 2ª Secção (Dezembro 2009).
- b) Auditorias da Inspeção Geral de Finanças
“*Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21)*” (Junho 2010) – Relatório n° 2010/1745) - Processo n°2010/12/A2/547 (Dezembro 2010).

“*Auditoria aos Procedimentos Aplicados pela Autoridade de Gestão do POAlgarve na verificação de despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos*” (Junho 2011). Processo n. ° 2011/12/A2/658 – Relatório Preliminar de Setembro 2011.
- c) Auditorias do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
“*Acção de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia*” (Outubro 2009) – 1º Pedido de certificação de Despesa do POAlgarve21 – Relatório Final – Informação n°09/00742 (Dezembro 2009).

“*Acção de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia*” (Outubro 2010) – 2º Pedido de certificação de Despesa do POAlgarve21 – Relatório preliminar n° Inf. IFDR n°IN-11/000484 de 04.11.2011.

Foi efectuado igualmente o “*follow up*” às seguintes auditorias já realizadas no Programa com relatórios finais aprovados:

Auditorias realizadas por entidades externas

Unidade: Euros

Organismo Controlo	Nº Relatório final	Descrição	Data Relatório Final	Consequências Financeiras	Situação das Recomendações(*)
TCN - Tribunal Contas Nacional	Relatório nº50/2009 2ª secção Processo nº11/09 AUDIT	Auditoria ao Modelo e Governação e Controlo do Qren – Req. Nº	10-12-2009	-	Em implementação
IGF	Processo nº2010/12/A2/547 Relatório nº 2010/1745)	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POAlgarve 21. Auditoria englobada na auditoria conjunta "Avaliação do sistema Comum constituído pelo POFC e regionais FEDER"	10.12.2010	500,00	O Relatório Final da Auditoria foi integrado no Relatório Anual da IGF realizado nos termos do nº2 do artigo18ºdo Reg.(CE) nº 1828/2006. Das 14 recomendações efetuadas, 8 foram satisfeitas e 6 encontram-se em curso. Correção financeira efetuada
	Relatório Preliminar Processo n.º 2011/12/A2/658	Auditoria aos Procedimentos Aplicados pela Autoridade de Gestão do POAlgarve na verificação de de despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos) (Junho 2011).	23.09.2011	(ni)	Aguarda-se conclusão final do relatório após apresentação de elementos adicionais.
IFDR - Unidade certificação	- Inf. IFDR nº09/00742	Ação de Controlo Previa ao envio de Declaração de Despesas e Pedido Pagamento à Comissão Europeia –1º Pedido de Certificação	29.12.2009	8 829,56	Correcção financeira efetuada. A irregularidade identificada ficou sem efeito (reprogramação na comissão directiva de 16.07.2010). Restantes recomendações satisfeitas.
	Relatório Preliminar Inf. IFDR nºIN-11/000484	Ação de Controlo Previa ao envio de Declaração de Despesas e Pedido Pagamento à Comissão Europeia –2º Pedido de Certificação	04.11.2011	(ni)	Aguarda-se conclusão final do relatório após apresentação de elementos adicionais.

(*) Nas pág. 60 a 62 deste Relatório encontram-se discriminadas as acções de “follow up” das Auditorias efectuadas ao PO. (n.i) não identificadas

• **Sistema Contabilístico da Dívida e Comunicação de Irregularidades**

Procedeu-se à actualização do Sistema Contabilístico de Dívidas (SCD), tendo sido organizado, de acordo com a norma nº02/2008 de 16 de Outubro do IFDR, o sistema de contingência do “registo de Dívidas” com uma rotina de “report” à Autoridade de Pagamento e de Certificação (IFDR).

Para os montantes indevidamente pagos foram desencadeados os procedimentos de recuperação, em conformidade com a referida norma do Sistema Contabilístico da Dívida.

Não foram detectadas ineligibilidades que se enquadrem no conceito de irregularidade e que fossem susceptíveis de comunicação de irregularidades ao OLAF, por não atingirem o limiar de comunicação estabelecido no artigo 36º do Regulamento (CE) nº 1828/2006 de 8 de Dezembro.

Foi implementado um guia Prático para a “Gestão da Dívida” que reflete com um conjunto de procedimentos internos a adoptar, por cada interveniente, nas diferentes fases do percurso da dívida, desde a sua deteção, constituição, recuperação, registo em sistema de informação e encerramento do processo.

Ao nível do Sistema de Informação da Autoridade de Gestão, existe um módulo de Controlo e Gestão da Dívida que foi testado e implementado mas não se encontra ainda em pleno funcionamento. Foram efetuados testes de ligação ao IFDR com sucesso, em Julho de 2011, embora esteja previsto a sua entrada em funcionamento apenas no 2º semestre de 2012, após introdução dos melhoramentos identificados pela empresa de informática³⁰ e afinada a ligação com o IFDR através de “*web services*”.

Sistemas de Informação

No final de 2007, o PO Algarve desenvolveu em colaboração com o PO Alentejo uma aplicação de contingência para recepção de candidaturas, bem como o respectivo “Guião de apoio ao preenchimento” disponível no nosso site www.ccdr-alg.pt.

Esta aplicação ficou disponível “*on-line*” a partir do início de 2008 ou seja foi utilizada para todos os avisos lançados, excepto para os sistemas de incentivos (Eixo 1), que utilizaram também um formulário “*on line*” no âmbito do Sistema de Informação gerido pelo PO Factores de Competitividade, o qual é utilizado para a gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN em rede com as estruturas dos Programas Operacionais.

Durante o ano 2008 e parte de 2009 foi utilizado o **sistema de contingência** que contou com alguns aperfeiçoamentos decorrentes da evolução das regras e da utilização prática.

Durante o 1º Semestre de 2009, foram igualmente assinados protocolos com a Comissão de Coordenação da Região do Norte e com a Autoridade de Gestão do PO de Valorização do Território no sentido de poder utilizar os desenvolvimentos já efectuados nos respectivos Sistemas de Informação em relação ao Sistema base da Madeira.

Durante o 2º semestre de 2009 procedeu-se à adaptação do sistema em funcionamento no PO Norte à realidade do PO Algarve 21. Esta fase decorreu até à entrada em funcionamento do SI

³⁰ Ver nota 27 – Sistemas de Informação

para o exterior e operacionalidade dos módulos que cumprem os requisitos previstos nos Artº 58 a 61 do Reg. (CE) nº 1083 e do Anexo III do Reg. (CE) nº 1828.

Em Setembro/Outubro de 2009 foi recuperado o histórico de todas as candidaturas que até ao momento tinham sido submetidas ao Programa, nas várias fases em que se encontravam.

Em finais de Outubro foi efectuada a primeira certificação de despesa do Programa com transmissão para o IFDR, dentro do Sistema de Informação.

Em Novembro de 2009 entrou em funcionamento para o exterior, o **Sistema de Informação definitivo** do PO Algarve 21 denominado **SIGA.21**, tendo sido substituído o sistema de contingência.

Após a entrada em produção do Front Office SIGA.21 e até ao final do ano foi finalizado o desenvolvimento das interfaces de interoperabilidade com SIQREN e foram efectuados com êxito testes de certificação de despesa incluindo incentivos.

Durante o ano de 2010 foram efectuados desenvolvimentos necessários ao ajustamento do Sistema a algumas especificidades do PO Algarve 21, para permitir uma maior agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento das operações, reprogramações, validações/alertas e procedimentos de contratação, entre outros. Foram igualmente corrigidos erros da aplicação que foram sendo identificados ao longo do ano.

Em Julho realizou-se nas instalações da CCDR uma acção de formação para todos os elementos do Secretariado Técnico do PO, desenvolvida pela empresa responsável pela concepção da aplicação informática.

Em Novembro o Sistema foi implementado na AMAL, como entidade intermédia nos circuitos de validação da despesa e em Dezembro, após conclusão da recuperação de histórico, foi efectuado um primeiro exercício de certificação incluindo os Sistemas de Incentivos integrado com êxito no SI do IFDR em 28/12. Esta certificação foi enviada com sucesso aos serviços da Comissão Europeia, pelo IFDR, já em Março de 2011.

Durante o ano de 2011 realizaram-se mais três exercícios de certificação, dentro do Sistema de Informação, com cortes de despesa reportados a 31 de Março, 30 de Junho e 30 de Setembro.

Em 2011 foram efetuados novos desenvolvimentos no Sistema, nomeadamente ao nível dos Módulos de Monitorização Mensal, de Controlo e Gestão da Dívida e Indicadores. No entanto, e face à inexistência de contrato de Manutenção do Sistema de Informação a partir de 31/07/2011, não foi possível concluir os trabalhos iniciados³¹.

Assim, durante o primeiro semestre de 2011, o Módulo de Monitorização Mensal foi implementado, não tendo sido possível, no entanto, tirar partido dessa funcionalidade uma vez que não ficou operacional a sua interoperabilidade com o sistema do IFDR, impossibilitando desta forma o envio da informação via *webservice*. Prevê-se que esta situação fique resolvida no 1º semestre de 2012.

O Módulo de Controlo e Gestão da Dívida foi igualmente implementado dentro do Sistema, não tendo sido possível, em tempo, efectuar todos os ajustamentos às especificidades do POAlgarve21, nem garantir o envio do Sistema Contabilística do Dívida (SCD) via *webservice*, situação esta que deverá igualmente ocorrer durante o ano de 2012.

Relativamente ao Módulo de Indicadores, foram efectuados em 2011 melhoramentos no Sistema estando em estudo a forma de reporte da informação para o IFDR.

Durante o ano de 2011 foi ainda produzido e disponibilizado para os utilizadores, o Manual de Procedimentos do SIGA.21, completo com todas as áreas activas do Sistema.

O POAlgarve21 utiliza os seguintes sistemas de informação referenciados nos pontos seguintes:

- Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve (SIGA.21)
- Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN-OI (SiQREN)
- Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SIGA – AC)

O Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve21 – SIGA.21 foi arquitectado em dois subsistemas interoperantes:

- SIGA.21.FO: FrontOffice
- SIGA.21.BO: BackOffice

O SIGA.21.FO está publicado num servidor da CCDR-ALGARVE para acesso ao público em geral, tendo por objectivo a captação de candidaturas.

³¹ No 2º semestre de 2011 foi desencadeado um procedimento de contratação para a aquisição de serviços de Desenvolvimento Aplicacional do Sistema de Informação da Gestão do PO Algarve 21 (SIGA.21), com o objetivo de garantir a manutenção evolutiva e corretiva do Sistema que sofreu atrasos significativos devido às novas regras de autorizações financeiras por parte do Ministério das Finanças e que acabou por ser adjudicado já em 2012.

Através deste módulo, os Beneficiários podem submeter candidaturas, pedidos de pagamento de operações aprovadas ou relatórios, consultar o estado de um pedido ou operação a que tenha permissões, produzir extractos, entre outras tarefas.

A vertente operacional do Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve 21, o subsistema SIGA.21.BO, tem como objectivo principal implementar e gerir as candidaturas de projectos (gestão e acompanhamento de operações públicas ou equiparadas e operações de incentivo).

O SIGA.21.BO tenta agregar toda a informação relativa a um ciclo de vida de uma operação desde a sua fase de candidatura, permitindo um acompanhamento da execução.

Este sistema compreende mecanismos de *workflow* semi-estruturado e de auditoria que permitem definir mecanismos de segurança no acesso à informação e de rastreabilidade sobre as operações efectuadas no Sistema.

O **Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN OI (SIQREN)** funciona em rede integrando as estruturas de gestão do POFC e dos Programas Regionais. Este Sistema de Informação é gerido pelo POFC e é utilizado pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais para gerir os Sistemas de Incentivos dos respectivos Programas. A Autoridade de Gestão do PO Algarve21 comunica com o Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos através de uma VPN-IP.

Apesar de seguir procedimentos normalizados e utilizar a mesma rede em termos físicos e tecnológicos, encontra-se assegurada a segregação de informação relativa a cada PO. A informação por PO relativa aos Sistemas de Incentivos às empresas é disponibilizada à respectiva Autoridade de Gestão que a integra nos respectivos sistemas de informação que incluem informação relativa a outros instrumentos de apoio de cada programa.

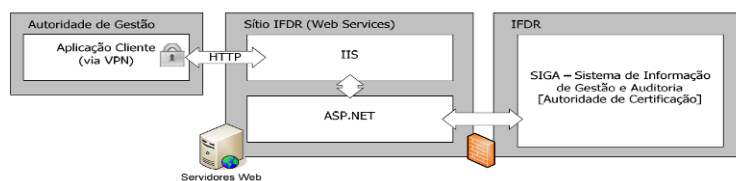
Sem detrimento da interoperabilidade e da passagem de dados mantém-se o acesso da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 ao Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, através de um login e password, sendo que este acesso lhe permite um acompanhamento de todas as fases do ciclo de vida dos projectos.

O modelo de **Sistema de Gestão e Auditoria da Autoridade de Certificação FEDER/Fundo de Coesão (SIGA AC)** corresponde a um plano vertical do Sistema de Informação do QREN e pretende corresponder às funcionalidades de certificação, pagamento, controlo e auditoria.

O SIGA-AC cumpre as exigências quanto à comunicação com o sistema de informação da Comissão Europeia – SFC2007. Assim, sempre que possível, a informação circulante em SIGA-AC tem uma agregação ao nível do eixo prioritário do PO.

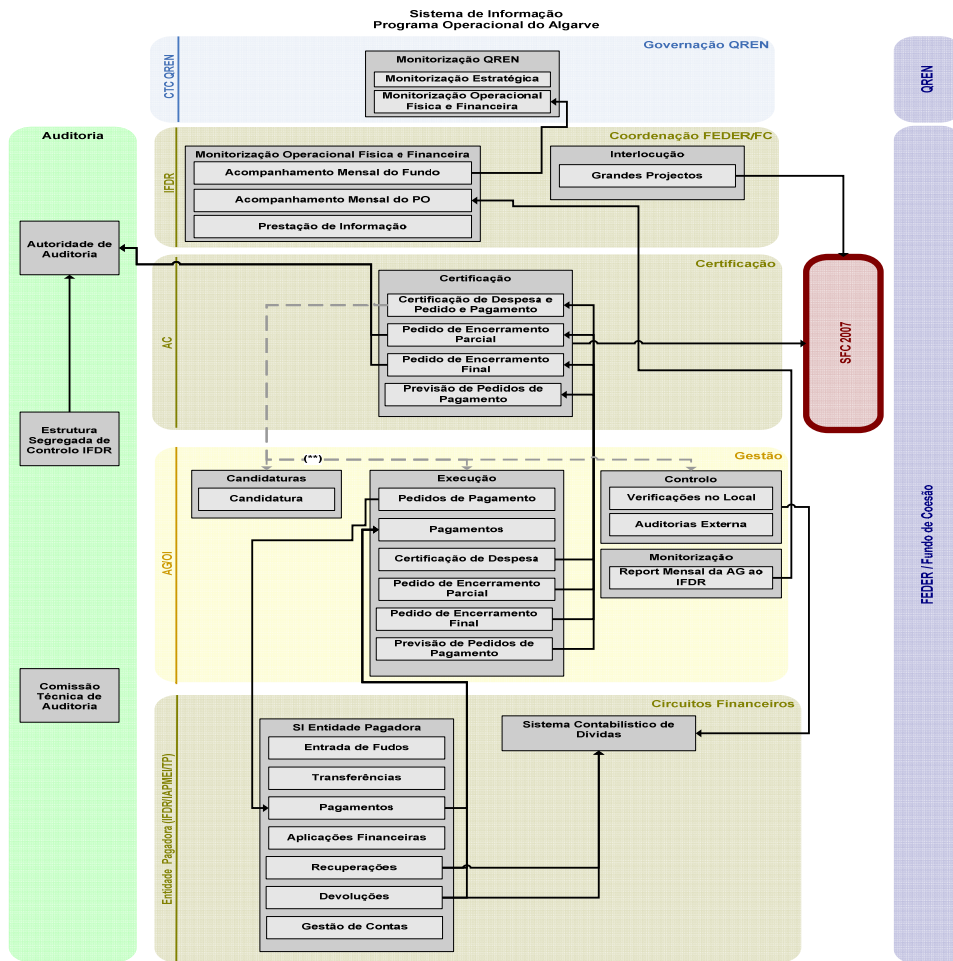
Outro aspecto importante que caracteriza o SIGA-AC releva da segregação clara das funções da Entidade Pagadora FEDER/FC (neste caso, o IFDR). Em conformidade, o modelo prevê a existência de uma área específica para a mesma, com a preocupação de segregação clara entre as funções da Autoridade de Certificação e as funções de gestão de recebimentos e pagamentos da Entidade Pagadora.

Na imagem seguinte pretende-se ilustrar de uma forma generalizada as principais componentes aplicacionais e características que suportam a solução de comunicação com a Autoridade de Certificação:



Os pedidos de certificação de despesa, bem como os pedidos de previsão de pagamento, pedidos de encerramento parcial e final, serão apresentados à Autoridade de Certificação, através de *webservices* publicados pelo IFDR cujo o acesso será realizado via “VPN IPSec”, no âmbito do Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SI FEDER/FC). Este serviço permite à Autoridade de Gestão registar e enviar os pedidos de certificação de despesas e respectivos anexos normalizados para o SI FEDER/FC.

Abaixo segue fluxograma dos Sistemas de Informação:



Legenda:
(*) - Neste fluxograma não se encontram espelhados os acessos para consulta
(**) - AC assinala verificações efectuadas no SI AG

2.7.2 Avaliação

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Coesão (Regulamento n.º 1083/2006 de 11 de Julho) define como objectivo geral da avaliação o de “melhorar a qualidade, eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objectivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica”.

O que difere, em matéria de concepção geral da avaliação, neste actual quadro de programação relativamente aos anteriores, tem essencialmente que ver com uma perspectiva mais flexível do modelo de avaliação. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido *à priori* – consubstanciado no período 2000-2006, num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Com esse objectivo foi constituído um grupo “Rede de Avaliação do QREN 2007-2013”, composto pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes das Autoridades de Certificação e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Dando sequência ao trabalho desenvolvido nos anos 2008/2009 e 2010, a **Rede de Avaliação do QREN 2007-2012**, durante o ano 2011, realizou duas reuniões:

Reunião	Data	Assunto /Ordem de trabalho
11.ª Reunião da Rede	17/02/2011	<ul style="list-style-type: none">• Follow-up das avaliações concluídas – ponto da situação• Implementação do PGA (Ponto da situação da execução das avaliações programado; apresentação e discussão das especificações técnicas da Avaliação dos Equipamentos de Proximidade; apresentação e discussão das especificações técnicas da Avaliação das EEC; meta-avaliação do QREN – procedimentos internos e preparação da avaliação externa)• Apresentação das principais conclusões e recomendações da avaliação da operacionalização do PO Centro• Apresentação das principais conclusões e recomendações da avaliação da operacionalização das formações modulares certificadas

Reunião	Data	Assunto /Ordem de trabalho
12.ª Reunião da Rede	03-11-2011	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação sobre a avaliação da operacionalização dos sistemas de incentivos – POFC • Apresentação sobre a avaliação da operacionalização dos Cursos de Especialização Tecnológica - CET • Implementação das avaliações planeadas e follow-up das avaliações concluídas • Avaliação dos fundos no próximo período de programação • Avaliação contrafactual de impactos • Preparação/implementação do ciclo de avaliações intercalares previsto • Revisão dos Planos de Avaliação

O calendário de avaliações previsto no PO Algarve 21, (constante na revisão/aditamento ao Plano Global e Avaliação do QREN e dos PO (PGA), referente ao ano de 2011 e aprovada pela CMC do QREN a 27 de Janeiro de 2012), é o seguinte:

Designação	Incidência	Principais Objectivos e Finalidades	Lançamento do procedimento	Conclusão do estudo
Avaliações da operacionalização dos PO no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008)	PO/Fundo	<p>Avaliar o modo de operacionalização dos PO's na prossecução das prioridades estratégicas do QREN. Conteúdos específicos a definir em função das necessidades de cada PO/Fundo.</p> <p>Esta avaliação no caso do Algarve concretizou-se através do documento “Modelo Institucional do PO Algarve 21 – Contributos para uma Avaliação”.</p> <p>A Gestão do PO Algarve 21 integrou o exercício de avaliação efectuado pelo IFDR tendo, os respectivos contributos sido integrados na avaliação desenvolvida pelo IFDR no que respeita a questões de avaliação comuns</p>	Agosto 2007	Julho 2009
Avaliação Intercalar dos Programas Operacionais (2007-2010)	PO	Avaliar a performance e o impacto dos PO a meio do seu período de vigência, tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação no interior de cada PO	Até ao final do 2º trimestre de 2012	Até ao final do 4º trimestre de 2012
Avaliação Temática do Sector Turismo “Competitivetur”	PO / Sector Turismo	Avaliar a performance e o impacto do PO no Sector do Turismo na Região	Dez. 2009	Dez. 2012

A revisão do Plano de Avaliação em 2010/2011 foi fundamentada nas seguintes razões:

- Crise financeira e alterações subsequentes nas condições sócio-económicas da Região que determinaram um atraso visível na execução do Programa, generalizadas também na maioria dos PO do QREN.

- Alterações ao Reg. (CE) nº 1083/2006 DE 11 de Julho, através do Reg. (UE) nº 539/2010 de 16 de Junho, motivados pelo reconhecimento da gravidade da crise financeira e económica instalada, as quais apontavam para uma maior flexibilidade nalguns procedimentos em particular os referentes ao artigo nº48, nº 3.
- As alterações no contexto político português em 2011 com mudança de Governo, que culminaram com a mudança de presidência da autoridade de gestão, motivaram o adiamento do lançamento do procedimento de Avaliação Intercalar do PO para o ano de 2012.

As principais conclusões do “Estudo de Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão” desenvolvida pelo IFDR são as seguintes:

- a) Revisão global do modelo regulamentar vigente, de forma a uniformizar a sua estrutura, definindo claramente qual o papel e o conteúdo de cada instrumento regulamentador (R1 Regulamento Geral; Regulamentos Específicos; Avisos);
- b) Simplificação do modelo regulamentar através da transferência de um conjunto de normas de natureza horizontal dos actuais Regulamentos Específicos para o Regulamento Geral, conduzindo a maior uniformização dos conceitos e normativos aplicáveis, sempre que tal se justifique;
- c) Reforço da estabilidade/previsibilidade do modelo regulamentar através da determinação clara no Regulamento Geral de quais as matérias que poderão ser ajustadas por Regulamento Específico e quais as que serão objecto de adaptação em sede de Aviso;
- d) Revisão dos Critérios de Selecção, no sentido de os adequar melhor aos objectivos dos Programas Operacionais. Ao nível da harmonização, evidenciaram-se disparidades na estrutura dos Critérios de Selecção, bem como quanto à sua qualidade e objectividade. Neste contexto, a equipa de avaliação recomendou a diferenciação, por Programa Operacional, dos Critérios de Selecção em cada Regulamento, sempre que se justifique. Os subcritérios de selecção e as respectivas ponderações não deverão ser inseridos no texto ou nos anexos dos Regulamentos Específicos, garantindo-se assim a flexibilidade da gestão dos Programas ao longo do tempo, constituindo os Avisos, a sede apropriada para tal publicitação;
- e) Ponderação das modalidades de selecção de candidaturas, em particular da modalidade concursal, num conjunto significativo de casos em que outras soluções parecem mais adequadas. (1. Contratualização com entidades públicas de âmbito sub-regional; 2. Regiões com base económica débil incapazes de gerar uma verdadeira concorrência entre projectos em determinado domínio de intervenção; e 3. Escassez de dotações financeiras, o que pode justificar a preferência por investimentos estruturantes indispensáveis ao desenvolvimento do território). No caso das Assistências Técnicas recomenda-se uma flexibilização do modelo, com a passagem à apresentação de candidaturas em contínuo;
- f) Ponderação de diversas questões ligadas à elaboração dos regulamentos Específicos e à relação entre eles (fusões, cisões, sobreposições, lacunas, fronteiras ou sobreposições com outros fundos). Linhas divisórias mal definidas (Equipamentos Desportivos, Ambiente e Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos). Sobreposições FEADER e Fundo Social Europeu (sobretudo no caso de equipamentos colectivos de natureza social);
- g) Garantia da razoabilidade dos prazos de tramitação processual, bem como do seu cumprimento por parte das entidades decisoras. (1. A determinação de prazos para a emissão de pareceres sectoriais e a atribuição de pontuações aos projectos (nos casos em que tal está previsto). 2. Um melhor planeamento das publicações dos Avisos e das datas limites para apresentação dos projectos; 3. A revisão dos prazos de decisão sendo que os 90 dias parecem um período razoável para decisão);
- h) Promoção em articulação com as Entidades Gestoras, de acções de formação aprofundadas, focalizadas em áreas sensíveis da implementação dos Fundos Estruturais e de Coesão, e concentração, num centro de excelência, dos conhecimentos necessários à gestão do FEDER e FC. Casos identificados no Estado: entidades – Autoridades de Gestão e Comunidades Intermunicipais – e áreas temáticas a privilegiar, sobretudo, contratação pública, ambiente e análise e gestão de projectos);

- i) Revisão das condições de admissibilidade e aceitabilidade tanto das operações como dos beneficiários e à forma de designação das categorias de beneficiários nos diversos Regulamentos Específicos, de modo a obter uma maior harmonização entre si, na sequência do trabalho efectuado no quadro da Avaliação;
- j) Valorização formal da regulamentação do QREN – FEDER e Fundo de Coesão. A Equipa propõe elevar o Regulamento Geral a condição de Decreto-lei, passando a Regulamentos Específicos a Portarias dele emanadas.

Relativamente à avaliação temática – “**Competitivetur**” – o objectivo deste exercício é identificar o contributo que cada uma das áreas de intervenção do PO Algarve 21 pode ter na competitividade do Turismo e seleccionar uma bateria de indicadores que nos permita avaliar o desempenho dos projectos aprovados em cada uma delas. A avaliação global deste trabalho, irá permitir no final do exercício de programação, medir o impacto do PO Algarve 21 na eventual melhoria de competitividade da Região com as outras Regiões Nacionais e face às restantes Regiões do Mediterrâneo.

Durante o ano 2011, foram realizadas várias reuniões de acompanhamento do Estudo, tendo ficado estabilizada a metodologia do modelo a utilizar.

No conjunto dos exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, decorreu durante o ano de 2010, o estudo de Avaliação da “Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao Investimento Empresarial” no contexto da Agenda Factores de Competitividade do QREN, desenvolvido pela empresa Augusto Mateus & Associados. Durante o ano de 2011 foi apresentado o relatório final. As principais recomendações do estudo de Avaliação da “Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao Investimento Empresarial” são as seguintes:

- a) Reforçar a indução de "procuras" mais qualificadas, valorizando o papel dos SI no surgimento de mais e melhor iniciativa empresarial;
- b) Aprofundar o carácter estrutural e sustentável das intervenções, com focalização nos ganhos de competitividade e orientação das actividades para os bens e serviços transaccionáveis;
- c) Reforçar da selectividade e concentração de recursos;
- d) Adotar melhorias incrementais ao modelo de governação dos SI, reforçando os elementos de flexibilidade e adaptabilidade, para articular mais estreitamente as prioridades estratégicas a especificidades sectoriais e a particularidades territoriais;
- e) Adotar reformas mais significativas, para garantir as responsabilidades dos SI na promoção do investimento;
- f) Clarificar as regras de afectação dos projectos de investimento entre Programas Operacionais, privilegiando a consideração da natureza e características específicas dos projectos de investimento;
- g) Agilizar e aprofundar o processo de análise das candidaturas aos SI QREN, com particular incidência no aumento da coerência e capacidade discriminatória global (promotor e projecto) dos critérios de notação do mérito dos projectos de investimento.

2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica - Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PO Algarve 21

A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2011 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO - e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Algarve 21, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações inscritas no Relatório Ambiental da AAE³².

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE³³.

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

³² A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

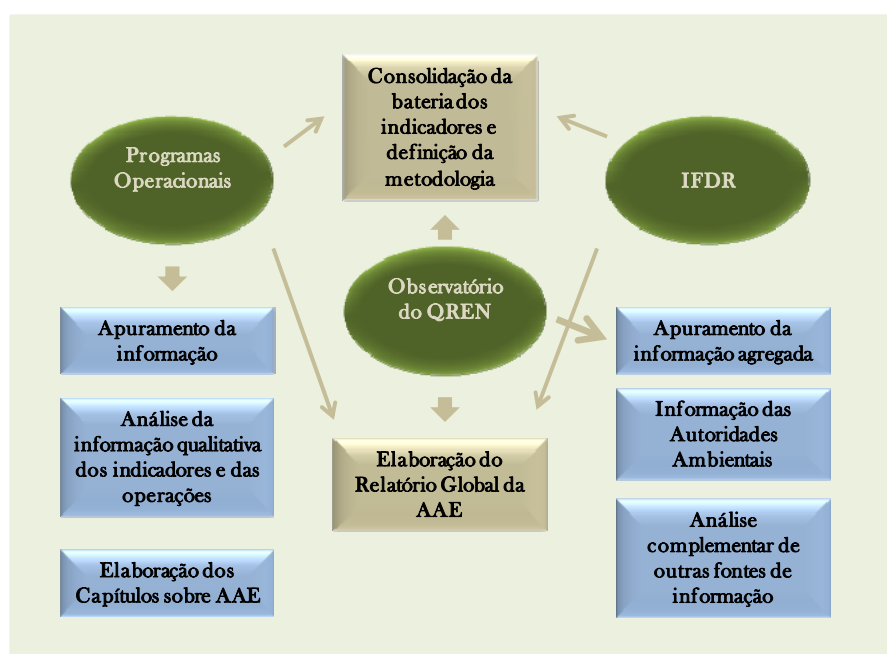
³³ De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos³⁴. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação

³⁴ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afectação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014);
- O estudo contribuirá para:
 - identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados;
 - identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégicos³⁵ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projectos apoiados; intensidade de materiais dos projectos apoiados; padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; intensidade energética dos projectos apoiados; padrão de consumo de água dos projectos apoiados.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e a aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do Programa Operacional Regional Algarve 21

A integração de considerações ambientais no PO Algarve 21 não se limitou à fase de programação, através da realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A AG do PO Algarve 21, em linha com o trabalho iniciado no final do QCA III³⁶, considerou o

³⁵ A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

³⁶ A CCDR Algarve foi a primeira e única Região do País a criar um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS), que criando e mantendo um sistema operacional de monitorização do desempenho ambiental da região (com 130 indicadores) e que funciona como uma ferramenta de apoio à decisão. (<https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/>)

ambiente como um importante pilar da sua actividade de gestão, e como factor de competitividade regional, realizando processos de seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica e recorrendo a mecanismos e ferramentas cujo principal objectivo é o de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas consubstanciam-se em instrumentos sistematizadores de cumprimento das exigências comunitárias e nacionais no domínio ambiental, num envolvimento, sempre que necessário, das autoridades ambientais no processo de avaliação de admissibilidade e de mérito de operações submetidas no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e na incorporação de critérios e ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

Mecanismos de gestão com o envolvimento de autoridades ambientais

A parceria com as Autoridades Ambientais encontra-se activa desde a fase de elaboração dos Regulamentos Específicos. Salienta-se a este respeito, a participação das Autoridades Ambientais na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos inscritos nos Regulamentos Específicos na fase da sua elaboração.

Esta parceria não assumiu, no entanto, uma formalização expressa no caso do PO Algarve 21. Sempre que necessário, nomeadamente na fase de análise de candidaturas, foram envolvidos técnicos da CCDR Algarve e ARH Algarve especializados no domínio do Ambiente e Ordenamento do Território. Deste modo, a AG do PO não desenvolveu parcerias mais formais, uma vez que usufruiu dos conhecimentos de especialistas “*in-house*”, ao nível da entidade de acolhimento do Programa, a CCDR Algarve.

Na gestão do PO tem sido também desenvolvido um esforço importante na adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias por parte dos proponentes de candidaturas nos seus restantes domínios de intervenção, designadamente a adopção de Sistemas de Gestão Ambiental e/ou métodos de Construção Sustentável, ou pela introdução de componentes de produção de energias renováveis como factores de valorização dos seus projectos.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

A AG do PO Algarve 21 aplica um conjunto de mecanismos que incorporam, em diversas fases do ciclo da vida das operações, medidas que garantem o cumprimento da legislação de carácter

ambiental, bem como medidas que elevam o nível de protecção ambiental das operações apoiadas por este PO.

No que respeita à fase de selecção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Num nível mais particular, os **Regulamentos Específicos** de cada área de intervenção em que o PO Algarve 21 intervém, incorporam um conjunto de critérios de carácter ambiental que visam constituir um enfoque mais reforçado, por tipologia de operações, de ponderações ambientais mais restritivas.

Numa análise mais específica, e tendo em conta cada área de intervenção em concreto, foram integradas nos Regulamentos Específicos, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- **Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas (exemplos.):**
 - Prosseguir objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais (*Acções de Valorização do Litoral*);
 - Valorizar acções previstas em documentos estratégicos de enquadramento ambiental (*Acções de Valorização e Qualificação Ambiental*);
 - Valorizar as que demonstrem ganhos ambientais e de sustentabilidade e contribuição para uma redução de dependência energética (*Mobilidade Territorial*);

- **Apresentação de pareceres de entidades com responsabilidade em matérias ambientais:**
 - Parecer da Estrutura de Apoio e Coordenação do Documento de Enquadramento Estratégico (DEE).

- **Demonstração de enquadramento específico e do cumprimento de normas específicas nacionais:**
 - Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral (*Acções de Valorização do Litoral*);
 - PDM – Planos Directores Municipais (*todos os regulamentos no que respeita a acções materiais*);

➤ **Utilização das melhores práticas ambientais**

- Usando as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD)/Best Available Techniques (BAT) publicados pelo European Integrated Pollution Prevention and Control Bureau (European IPPC Bureau) (OGR, EXT).

Para além de critérios exigidos ao nível dos Regulamentos Específicos, são igualmente fonte de normas de carácter ambiental, o disposto ao nível dos **avisos de abertura de concursos**, que para além de enumerarem os critérios de selecção já apresentados nos Regulamentos a aplicar nas candidaturas, fornecem conforme as tipologias de intervenção, diferentes ponderações a que os mesmos são sujeitos para a sua classificação final.

Neste contexto, e com aplicação na fase de análise das candidaturas e com um maior enfoque na verificação física e documental no local, existe uma **check-list** que respeita a mecanismos de controlo do domínio ambiental. Esta *check-list* será utilizada igualmente nos controlos *expost*.

Durante o ano de 2011, na fase de instrução das candidaturas e no acompanhamento das Operações no local, foram realizadas as verificações necessárias para salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente sendo verificadas, para além de aspectos já referidos, a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de Impacto Ambiental ou Declaração da Autoridade competente em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental que confirme ou não o seu enquadramento;
- Apresentação dos documentos que comprovem os licenciamentos e autorizações ambientais necessários no que respeita à fase em que se encontra a candidatura, sendo que a montante o cumprimento da legislação em matéria ambiental se encontra salvaguardado pelas autoridades competentes no decorrer da preparação da candidatura ao Programa.

Sempre que estes mecanismos sejam considerados insuficientes são desencadeadas consultas e pedidos de parecer às entidades competentes.

Em termos de mecanismos de gestão tendentes a assegurar o cumprimento das regras ambientais e de ordenamento do território, os **Sistemas de Incentivos** estabelecem procedimentos verificados pelos Organismos Intermédios em sede de admissibilidade dos projectos. Em sede de candidatura, os promotores dos projectos de investimento enquadrados no sector do Turismo terão que demonstrar que os seus projectos de arquitectura estão

previamente aprovados pelos organismos competentes, nomeadamente pelos Municípios e, obviamente, pelo Turismo de Portugal, IP. Já no caso dos restantes sectores, o IAPMEI, em termos de admissibilidade, obriga os promotores a comprovarem o licenciamento dos projectos, ou em alternativa a entrega na Direcção Geral da Economia de todos os requerimentos de licenciamento necessários para o efeito.

Na fase do acompanhamento das operações, são assim evidentes as recomendações formuladas no âmbito das questões ambientais.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica:

1. Aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO Algarve 21;
2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO Algarve 21 é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíssem, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO Algarve nos mencionados objectivos estratégicos.

1. Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PO Algarve 21

O PO Algarve 21 integra nos seus objectivos estratégicos as preocupações da Política Comunitária no domínio do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, visível em particular no **Eixo 2 – Protecção e Valorização Ambiental**, através de um conjunto de regulamentos dirigidos à protecção à biodiversidade, à protecção de zonas ambientalmente sensíveis e à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

No entanto, uma leitura mais atenta da formulação estratégica do Programa mostra uma preocupação com a componente ambiental transversal aos outros dois eixos do PO. Esta abordagem centra-se na assunção de que, numa região fortemente dependente da atividade

turística, o desempenho da competitividade regional, passa inevitavelmente pela excelência e qualidade dos recursos ambientais. Para atingir este pressuposto, seria fundamental a capacidade de mobilizar os restantes sectores de actividade para esse objectivo. Esta preocupação materializou-se na definição de algumas tipologias na área Ambiental e nos requisitos de majoração ao nível das candidaturas de projectos. Como exemplo destacam-se: O estabelecimento de tipologias de investimento específicas no SI Qualificação das PME e no Sistema de Apoio às Acções Colectivas (SIAC) nos domínios do Ambiente e da diversificação e eficiência energéticas; ou em alguns dos Regulamentos Específicos, nomeadamente a Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial, Energia ou Parcerias para a Regeneração Urbana, onde a metodologia de apuramento do mérito dos projectos prevê critérios ou subcritérios que valorizem a problemática da eficiência energética ou o desenvolvimento sustentável.

No que respeita aos projectos aprovados **até final de 2011** e tendo presente a relação estabelecida entre os objectivos estratégicos definidos em AAE e os indicadores para a mensurabilidade dos resultados esperados com concretização dessas operações, apresentamos, de seguida, algumas conclusões em matéria de desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do Programa.

O contributo do PO Algarve 21 para o objectivo **“Promover a Transparência, Participação, Responsabilidade, Eficácia e Coerência dos Serviços Públicos”** resulta de 2 projectos (*Tavira e Portimão*) de *“lojas de cidadão/centros multi-serviços/balcão único”*, com contrato celebrado no final de 2011, e é avaliado através do indicador *“População servida”*, 74.000 habitantes. Os projectos de modernização dos serviços públicos, autarquias e serviços regionais, permitirão aumentar em 89 os *“serviços on-line orientados para as empresas”*.

A prossecução do Objectivo Estratégico **“Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”**, na vertente de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar constitui um dos domínios de particular responsabilidade do PO Algarve 21, que com as 18 escolas contratadas, abrange 5.946 alunos desses níveis de ensino. Com estes projectos o PO Algarve 21 contribui igualmente para a **“Redução da Pobreza e Promoção da Equidade, Igualdade de Oportunidades e da Coesão Social”**. Para este objectivo Estratégico é também relevante o contributo do PO Algarve 21 nas suas intervenções de Regeneração Urbana (3 Programas de Acção aprovados com 27 Operações contratadas) e da Saúde (intervenções em 2 Unidades de Cuidados Continuados e em 1 Unidade de Saúde Familiar).

O indicador “população beneficiada por intervenções de regeneração urbana apoiadas”, traduz o contributo do PO Algarve 21 para a “**Promoção da Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano**” abrange 10 185 pessoas das 3 cidades da Região com Programas de Acção aprovados no final de 2011.

Para atingir o objectivo “**Reforçar a Competitividade Territorial**” o PO Algarve 21 concorre com duas estratégias de eficiência colectiva – PROVERE, duas Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e três Parcerias para a Regeneração Urbana, no âmbito das quais se encontram 38 operações contratadas.

O objectivo estratégico “**Limitar o Crescimento de GEE**”, aferido através do indicador relativo às “Emissões de GEE dos projectos apoiados” (estimativas de redução) é aplicável exclusivamente aos grandes projectos. No caso do PO Algarve 21 não é aplicável.

O Eixo 2 do PO Algarve 21 inicialmente previa o financiamento de projectos no domínio do **Estímulo à redução, reutilização, e reciclagem de resíduos sólidos urbanos**, mas em 2011, na sequência da Reprogramação Técnica do PO, esta tipologia de operação transitou para o POVT.

O PO Algarve 21, no seu **Eixo 2**, apoia projectos noutros domínios ambientais, dos quais destacamos:

- **Intervenções em Áreas Classificadas e Biodiversidade:** com 4 projectos aprovados que abrangem 87,87 hectares, 0,2% das áreas sensíveis da Região. Trata-se de intervenções que concorrem para o objectivo “**Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas**”³⁷;
- **Reabilitação de locais contaminados**, concorre para o objectivo estratégico “**Controlar o Risco de Contaminação do Solo e Recuperar os Passivos Ambientais**” e será avaliado através do indicador “Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)” abrangida por acções de reabilitação e descontaminação ambiental. Até final de 2011 esta tipologia teve intervenção em 7,1 km²;
- A “**Redução do Risco de Erosão Costeira**” é concretizada, fundamentalmente, através de operações de regeneração dunar, com estruturas de engorda dunar e plantações de espécies autóctones, e caminhos de madeira sobrelevados e de reforço e valorização de falésias com requalificação na sua envolvente (1 projecto aprovado até final de 2011 com

³⁷ Foram apenas consideradas as “Áreas protegidas” (43 663 ha no Algarve – 8,7% do território)

área de 4 ha). Destaca-se aqui o papel do Fundo de Coesão que através do POVT tem apoiado este tipo de iniciativas na Região.

No âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais, destaca-se também o contributo do PO Algarve 21 para o objectivo estratégico “**Minimizar os Danos Decorrentes de Efeitos Extremos Climáticos**”, medido através do indicador população abrangida pelos planos de emergência de protecção civil, que até ao final de 2011 abrangia toda a população do Algarve (434.023 hab).

Destacamos ainda com particular relevo o papel da Área de Intervenção: “**Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética**”, que não obstante a incapacidade de meios para grandes intervenções, procura ter forte dinâmica demonstrativa em projectos de eficiência energética e na implementação das Agendas Locais 21 nas autarquias do Algarve. Relativamente ao primeiro caso, em 2011, foi aberto o segundo concurso directamente relacionado com esta temática e foram aprovadas 21 operações, embora até ao final do ano só uma se encontrasse contratada. No caso da implementação das Agendas Locais 21 mantém-se uma aprovação no âmbito do concurso “Acções de Valorização Ambiental”.

2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, e para as recomendações de carácter geral e que constam da Agenda da Valorização do Território, atribuiu uma atenção particular a esta matéria, prestando a informação recolhida ao nível das candidaturas apresentadas, e das operações contratadas até final de Dezembro de 2011 (quando aplicável).

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos

Todos os Regulamentos aplicados no PO Algarve 21 prevêm a verificação do cumprimento, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território. A verificação é registada nas ferramentas de análise de admissibilidade, técnico e de mérito (quando aplicável) e está prevista até à fase de encerramento das operações.

A aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 33,6% das candidaturas aprovadas.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75 % do total elegível, incluem 163 operações constituindo 62,2 % do número de operações aprovadas e 27,5 % do valor total de investimento. Encontram-se neste grupo projectos relativos a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, operações de demonstração e promoção, bem como acções de monitorização ambiental e de protecção de espaços protegidos, modernização administrativa, incentivos às empresas (I&DT e QPME), assistência técnica, entre outros.

Recomendação (R7): *Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas*

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 milhões de Euros.

Nesta perspectiva, os investimentos em infra-estruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, não foram aqui considerados por não atingirem este montante.

Recomendação (R8): *As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem*

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo acções destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas. As operações seleccionadas dizem respeito a projectos de valorização e qualificação ambiental e de acções de valorização do litoral.

Foram financiadas 62 acções abrangendo 434 023 pessoas (população residente na Região).

Recomendação (R9): *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proativa na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.*

Os regulamentos e tipologias que fornecem informação para este indicador dizem respeito ao Eixo 2 e Sistemas de incentivos (SI Qualificação PME e SI Inovação).

O indicador que sustenta esta recomendação visa quantificar as medidas de prevenção e/ou proativas previstas no total de operações de protecção e valorização ambiental, tendo-se atingido até 45,8 % (considerou-se por exemplo projectos de medidas preventivas de controlo de erosão costeira e medidas de redução de vulnerabilidade a cheias).

Recomendação (R10): *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas*

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infra-estruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, tipologias de intervenção do Eixo 3, concretamente a requalificação da rede escolar, os equipamentos de saúde, a mobilidade territorial e as intervenções de regeneração urbana e redes urbanas para à competitividade e inovação. Nesta perspectiva 59,5 % das intervenções em infra-estruturas correspondem a projectos de requalificação, remodelação ou adaptação³⁸.

A análise de avaliação ambiental estratégica aqui efectuada será complementada no reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente dos apoios ao QREN.

³⁸ Não são considerados os projectos imateriais.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Na sequência da análise geral do Programa efectuada no ponto 2.1 deste Relatório e antes de passar a uma análise detalhada de cada Eixo, recordam-se os principais rácios de desempenho do Programa por Eixo, à data de 31/12/2011 com base nos elementos constantes no *Anexo III* e *XII*.

Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso

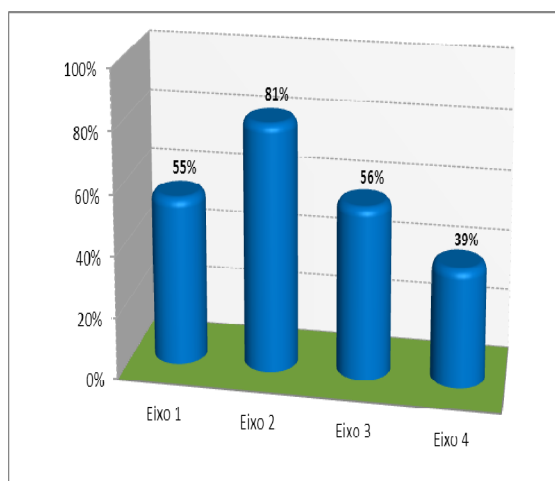


Gráfico 3.2 – Taxa de Execução

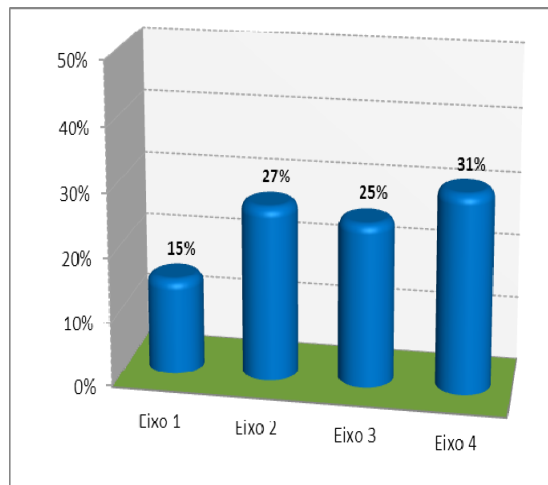


Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade

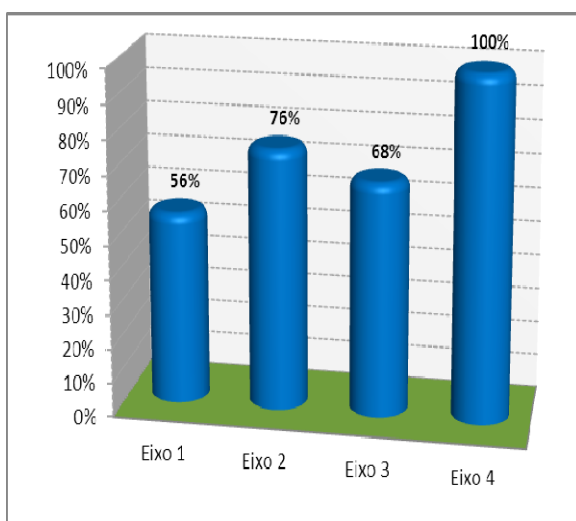


Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta

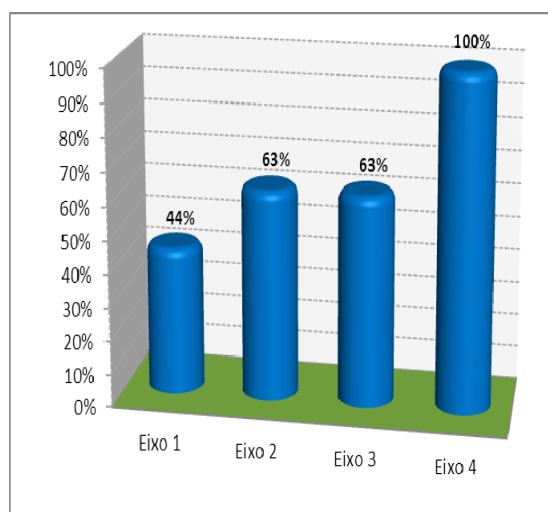


Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão

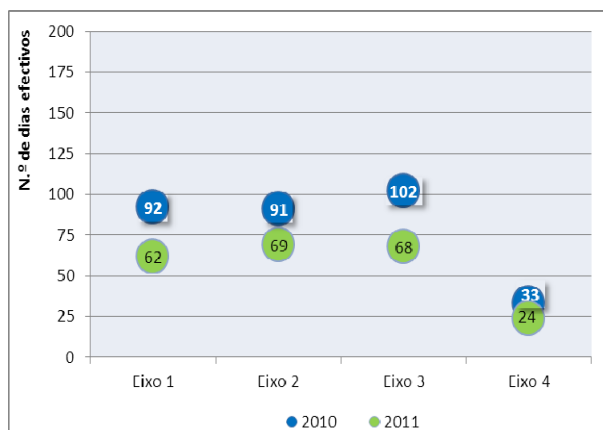
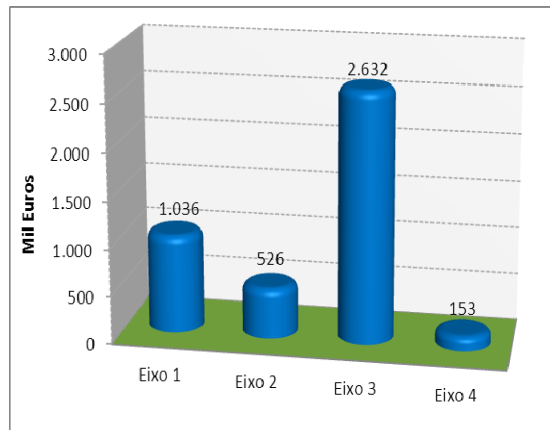


Gráfico 3.6 – Investimento Médio por operação



3.1 Eixo Prioritário 1:

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Em resultado do avanço do nível de compromisso do Eixo 1 e da execução dos projectos aprovados é possível registar alguns progressos significativos nos resultados e realização física face às metas estabelecidas para o horizonte 2015 (*Tabela 3.1*).

Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Realização Contratada		5	10	21	39			49%
	Realização Executada		0	0	0	3			4%
	Metas				30		80		
	Valor de Referência	0							
PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Realização Contratada		73	124	136	147			98%
	Realização Executada		0	0	0	0		150	0%
	Metas				50		150		
	Valor de Referência	0							
Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		-	-	0	1			33%
	Realização Executada				0	0			0%
	Metas				1		3		
	Valor de Referência	0							
Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização Contratada		33	35	35	89			178%
	Realização Executada		0	1	18	70			140%
	Metas				20		50		
	Valor de Referência	0							

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Taxa de sobrevivência das novas empresas apoiadas que contribuem para a consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer	Realização Contratada		-	-	-	-			-
	Realização Executada		-	-	-	-			-
	Metas				60		60		
	Valor de Referência	40							
Proporção de investimento empresarial em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia, apoiado pelo PO	Realização Contratada		-	40,3	53,84	46,50			85%
	Realização Executada		-	0	0	0,58			1%
	Metas				50		55		
	Valor de Referência	0							
Taxa de ocupação dos parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		-	-	-	0			0%
	Realização Executada		-	-	-	0			0%
	Metas				n.d		30		
	Valor de Referência	0							

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16		53%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						30	
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3	4		50%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						8	
6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62	67		112%	
	Realização - Executada				0	0		0%	
	Metas						60		
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231	273		99%
		Realização - Executada				0	4		1%
		Metas						275	
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17		68%
		Realização - Executada				0	1		4%
		Metas						25	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674	872		291%
		Realização - Executada					22		7%
		Metas						300	
	10. Investimento total induzido (em M.Euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,5	87,25		44%
		Realização - Executada				0	0,53		0%
		Metas						200	
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29	35		65%
		Realização - Executada				0	8		15%
		Metas						54	

n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Destacam-se como mais significativos os resultados obtidos nos seguintes indicadores:

- ❖ *147 PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiadas pelo PO*
Grau de concretização: **98%** (meta 2015)
- ❖ *89 serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas*
Grau de concretização: **178%** (meta 2015)
- ❖ *47% do investimento concentrado em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia*
Grau de concretização: **85%** (meta 2015)
- ❖ *39 projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster Turismo/Laser*
Grau de concretização: **49%** (meta 2015)
- ❖ *35 projectos no âmbito da Sociedade de Informação*
Grau de concretização: **65%** (meta 2015)
- ❖ *67 empregos criados na investigação – na fase de contrato*
- ❖ *872 empregos criados nas PME (em equivalente tempo inteiro) – na fase de contrato*

De registar também a existência de 1 projecto contratado no que diz respeito a “Parques empresariais e tecnológicos apoiados”, o que representa ainda 33% da meta de 2015, mas evidencia o arranque desta tipologia de investimento em 2011. Não é ainda possível, nesta data, quantificar taxas de ocupação referentes a este indicador.

No seguimento do exercício de reprogramação do PO no final de 2011, será de referir ainda que, no que diz respeito aos Indicadores Comuns Comunitários, o programa deixou de contribuir para o “Acréscimo de população com acesso à banda larga”, uma vez que o investimento potencial nesta área será financiado no âmbito do FEADER (*veja-se ponto 2.6.1*)

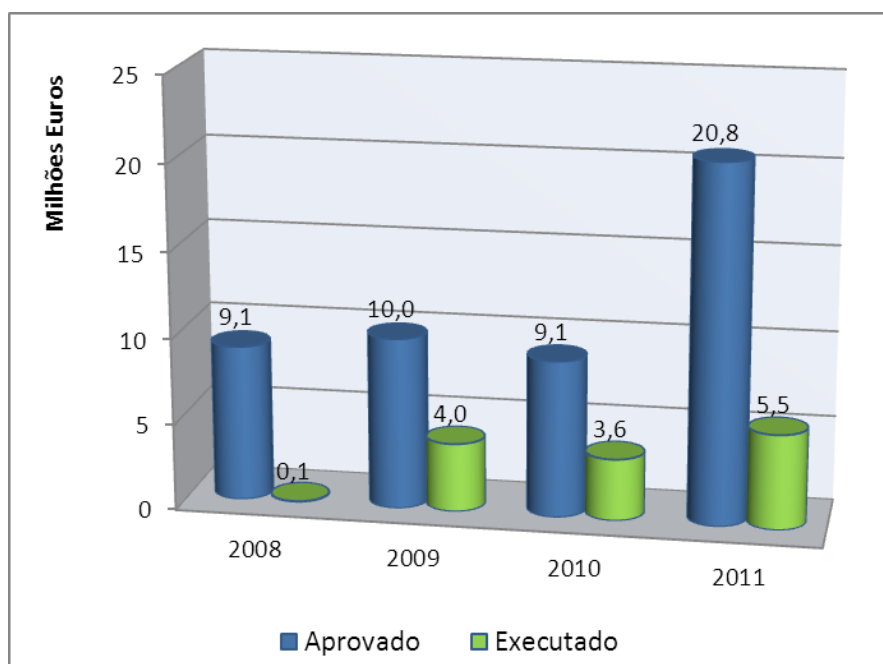
3.1.2. Análise qualitativa

Até ao final do ano 2011, tinha sido colocado a concurso no Eixo 1, um montante de FEDER de cerca de 126,5 milhões de Euros em concursos encerrados a 31/12/2011, nos quais foram admitidas 241 candidaturas e aprovadas 189 candidaturas com um custo total previsto de 189,2 milhões de Euros (*anexo XII e gráfico 3.8*).

Durante o ano 2011, deram entrada no programa no âmbito do Eixo 1, 98 candidaturas das quais 69 foram admitidas e 57 aprovadas num montante de 39,3 milhões de Euros de investimento, envolvendo cerca de 24,2 milhões de Euros FEDER.

Cerca de 83% da totalidade das candidaturas aprovadas no Eixo tinham sido contratadas até ao final do ano.

Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Programação, Aprovações e Execução



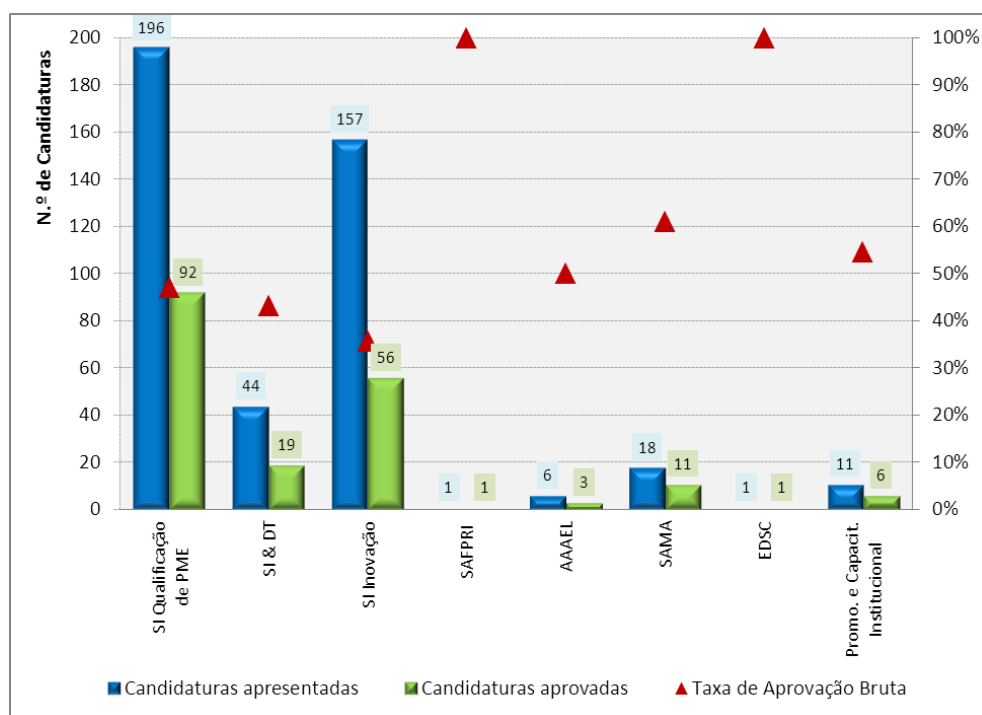
De acordo com o Anexo III, o Eixo 1 registava no final de 2011 um investimento total aprovado acumulado de cerca de 143,6 milhões de euros ao qual está associado um custo elegível de 64,7 milhões de euros e um FEDER de cerca de 49 milhões, estes valores situam a taxa de compromisso face ao programado nos 55,2%. A execução em 31/12/2011 rondava os 53,6 milhões de euros de custo total, com um FEDER de 13,2 milhões de euros correspondente a uma taxa de execução de 14,9% e de realização de 27%. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 14,5 milhões de euros FEDER.

Da análise do gráfico 3.7. é de destacar o volume de aprovações em 2011. O aumento significativo face aos anos anteriores, não se prende apenas com o aumento de projetos aprovados, mas também com o impacto financeiro das operações aprovadas no âmbito das Áreas de Acolhimento Empresarial e de alguns projetos de carácter supramunicipal aprovados no âmbito do SAMA. A execução tem vindo a aumentar mantendo, no entanto, um ritmo mais regular.

Os bons progressos nos Sistemas de Incentivos têm sido o resultado de procedimentos de gestão flexíveis e céleres adaptados ao modo de funcionamento empresarial.

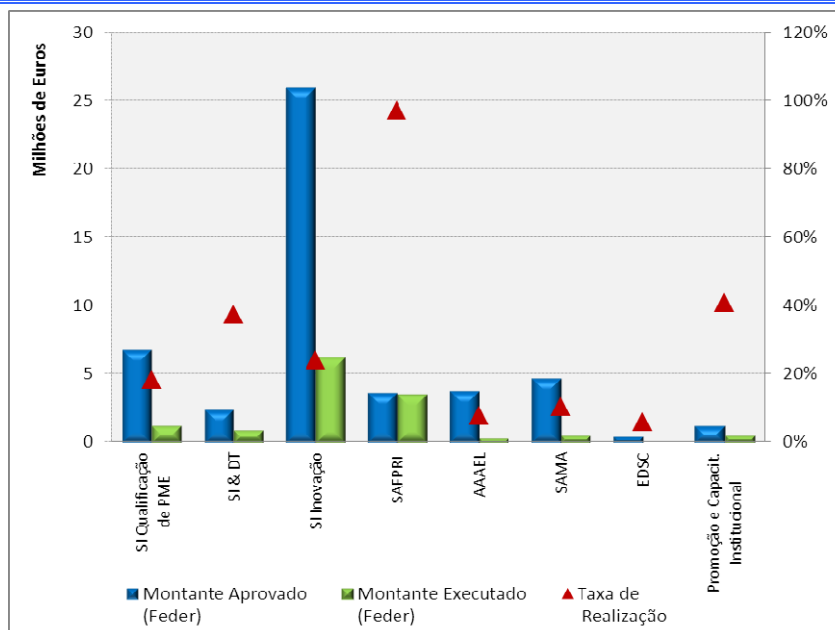
Em 2011 existiu boa dinâmica de procura nos Sistemas de Incentivos apesar do atraso na abertura de concursos do 2º semestre. Na linha PME Investe II registou-se baixa procura tendo sido encerrada nesse ano.

Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



Até 31 de Dezembro, o Eixo 1 foi o que registou maior número de aprovações: 159 operações (*Anexo III*), repartidas pelas seguintes áreas de intervenção:

- 139 operações no Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas;
- 2 operações de Melhoria da Envolve para a Inovação Empresarial;
- 12 operações de Modernização e Qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da Sociedade de Conhecimento;
- 6 operações de Promoção Institucional da Região.

Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação

Os principais **resultados** e **realizações** no âmbito do Eixo 1 encontram-se sistematizados de acordo com o modelo previsto no Reg. (CE) n° 846/2009, nos *anexos VIII e IX*. A tabela 3.1, apresentada anteriormente, sintetiza a aproximação às metas destes indicadores.

Área de Intervenção: Apoio à competitividade e inovação das empresas

Nesta Área de Intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial” estão incluídos por um lado, os 3 Sistemas de Incentivos às Empresas, designadamente, Incentivos à Qualificação das PME, Incentivos à I&DT e Incentivos à Inovação, e por outro, 1 sistema de Engenharia Financeira correspondente a uma candidatura às Linhas de Crédito PME Investe I e II, no âmbito do SAFPRI.

Até 31/12/2011 foram abertos 93 concursos nos **Sistemas de Incentivos**³⁹, com uma dotação global de 122 milhões de euros de fundo, dos quais foram decididos 84. Os desvios dos tempos médios de decisão previstos e efectivos foram pouco significativos, tendo sido registado um tempo médio de decisão de 64 dias, inferior ao verificado até final do ano anterior. (*Anexo XII – ótica dos concursos*).

Durante o ano de 2011 foram abertos 17 concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, respeitando 7 ao SI I&DT, 4 ao SI Inovação e 6 ao SI QPME, nas suas diversas

³⁹ Não entra em consideração com o Investimento de Engenharia Financeira (SAFPRI) cuja análise qualitativa específica se encontra no ponto 2.6.2, conforme norma IFDR n°2/2012 – “Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2012”.

tipologias. De salientar a publicação de Avisos de Abertura de Concursos dirigidos a sectores/temas específicos – propriedade industrial, mobilidade elétrica, estratégia de eficiência coletiva PROVERE.

Em 2011 registaram-se 50 candidaturas aprovadas nos Sistemas de Incentivos às Empresas, 47 candidaturas reprovadas, 14 desistências, 12 anulações e 42 contratações.

Desde o início do Programa, até final de 2011 (*Anexo XII*), foram apresentadas, 397 candidaturas nos Sistemas de Incentivos (sem SAFPRI), tendo sido admitidas apenas 215. Destas, foram aprovados 167 projectos, envolvendo um apoio comunitário de 39 milhões de euros. Se retiramos as operações anuladas posteriormente e rescindidas obtemos um valor líquido de aprovações de 138 projetos e 35 milhões de euros FEDER (*Anexo III*).

Nos Sistemas de Incentivos às Empresas há a salientar, no âmbito do Regime Especial (SI Inovação), a aprovação de dois projectos, um referente ao Autódromo Internacional do Algarve em Portimão, com um investimento elegível de 34,4 milhões de euros, e outro a um empreendimento turístico – Martinhal Resort, com um investimento elegível de 26,1 milhões de euros. O Autódromo compreende investimentos em infra-estruturas, redes viárias, pista, edifícios de apoio, equipamento e parque tecnológico. O Martinhal Resort compreende investimentos em infra-estruturas, arranjos exteriores, equipamento, mobiliário, decoração, hardware e software, painéis solares, estudos técnicos, certificações e marketing.

De um total de 86 concursos encerrados até 31/12/2011 foram colocados a concurso, nos Sistemas de Incentivos, cerca de 114 milhões de euros (FEDER) – *Anexo XII*, tendo sido aprovados cerca de 35 milhões de euros FEDER – *Anexo III*, o que corresponde a uma taxa de utilização do fundo a concurso de 31%. (*Anexo XII*)

Comparando o número de candidaturas admitidas na **Área de Intervenção: Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial** (216) com as apresentadas (398), temos uma *taxa de admissibilidade* de 54% (contra 45% no final de 2010). Apesar do progresso em relação aos dados de 2010, este valor reflecte ainda um número relativamente elevado de projectos não elegíveis, maioritariamente devido à insuficiência de mérito das candidaturas e, também, ao não cumprimento de normas de elegibilidade do promotor e do projecto. Entre estas, o exemplo mais relevante é a candidatura não corresponder à despesa mínima elegível prevista no Regulamento/Aviso.

Em contrapartida, relacionando o número de candidaturas aprovadas (139) com as admitidas (216), obtém-se uma *taxa de aprovação* de 64%. Por outro lado, e tendo presente o número de

contratos assinados (133) face aos projectos aprovados (139), a *taxa de contratação* situava-se nos 96%. Esta informação refere-se a dados líquidos de anulações/rescisões.

A realização financeira ao longo de 2011, referente especificamente aos Sistemas de Incentivos às Empresas, registou um aumento considerável, cifrando-se no final do ano em 8,3 milhões de euros de fundo comunitário executado, correspondendo a uma *taxa de realização financeira* de 23,6%.

Comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (10 milhões de euros) com a execução FEDER (8,3 milhões de euros), temos que a *taxa de reembolso* no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, ascendia no final de 2011 a 120%.

Por último, relacionando os montantes FEDER das candidaturas aprovadas com o correspondente valor total previsto na programação para o horizonte 2007-2013, temos uma *taxa de compromisso* FEDER de 78%, nos Sistemas de Incentivos e de 24% no SAFPRI.

Nos Sistemas de Incentivos, enquanto o SI Qualificação das PME concentra o maior número de projectos (73), o SI Inovação apresenta o valor mais elevado em termos de investimento elegível. Daí as diferenças significativas no indicador *Investimento elegível médio por candidatura*. Assinale-se, a propósito, que o valor deste indicador no SI Inovação (2 milhões de euros por candidatura), está largamente influenciado pelos projectos do Regime Especial que, só por si, concentram mais de metade do investimento elegível aprovado no SI Inovação.

A implementação dos Sistemas de Incentivos durante o ano 2011 registou um progresso significativo ao nível dos indicadores de resultado e de realização associados, com destaque particular para o “*número de PME abrangidas por sistema de garantias*” apoiado pelo PO, que se aproxima já da concretização da meta de referência para 2015 (grau de concretização de 98%). Este indicador reflecte o significativo contributo do instrumento de engenharia financeira (SAFPRI / Linhas de Crédito PME Investe I e II) para a execução do PO⁴⁰.

O “*investimento empresarial concentrado em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia*” representava no final de 2011 cerca de 46,5% do total do investimento aprovado (diminuição da proporção face a 2010, tendo em conta a facilitação na entrada de setores menos inovadores face aos constrangimentos económicos vigentes), designadamente por via dos projectos do setor do turismo no SI Inovação que configuram serviços com forte intensidade de conhecimento (grau de concretização do indicador de 85%).

⁴⁰ Ver ponto 2.6.2 para mais informação, conforme norma IFDR n°2/2012.

Os projectos aprovados contribuíram igualmente para bons graus de concretização dos indicadores comuns comunitários, sendo de salientar que os “*projectos de ajudas directas ao investimento nas PME*” concretizam já 99% da meta prevista para 2015. O “*número de start-ups apoiadas*” também apresenta um bom grau de concretização da meta para 2015 (68%).

Dos 30 projectos de I&DT previstos já se encontravam aprovados 16 (53% da meta).

Em geral o grau de concretização dos indicadores relacionados com a área de apoio à competitividade e inovação das empresas já alcançado, antevê o cumprimento da meta fixada para 2015.

Área de Intervenção: *Incentivo ao reordenamento de actividades económicas*

Esta área de intervenção passa fundamentalmente pelo apoio à deslocalização de algumas das actividades que se encontram nos centros urbanos e em áreas de vocação turística, para espaços especificamente vocacionados para o efeito.

O facto de não existirem operações aprovadas nesta área resulta da não existência ainda de regulamento específico para este tipo de intervenção.

Área de Intervenção: *Melhoria da Envolvente para a inovação empresarial*

No âmbito da tipologia “**Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística**” e no seguimento de concurso aberto no 3º trimestre de 2011, foram até 31/12/2011 aprovadas duas operações cujo objecto se prende com a criação de espaços de acolhimento empresarial. Refira-se que a definição das condições do concurso, bem como a análise efectuada às candidaturas submetidas, teve em conta o trabalho de levantamento e planeamento/ordenamento regional deste tipo de infra-estrutura efectuada pela CCDR, no âmbito do projecto “Algarve Acolhe”.

As duas operações aprovadas totalizam um investimento elegível de cerca de 5,4 milhões de euros, com um FEDER associado de 3,7 milhões de euros. Vale a pena informar ainda que uma das operações se refere, nesta fase, apenas à componente de estudos e projecto técnico, sendo espectável que a candidatura da infra-estrutura se venha a concretizar durante o primeiro semestre de 2012.

No que diz respeito aos “**Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Base Tecnológica**”, e face às limitações financeiras de que o PO dispõe, tornou-se necessário que este tipo de projecto, de cariz estruturante, resultasse de um processo de planeamento participado, com o envolvimento de diversas entidades da região, no sentido de garantir a sua

concretização e contribuição para o reforço da competitividade regional. Nesse sentido, tem sido dinamizado um trabalho de planeamento com a participação da CCDR, da Universidade do Algarve, do Município de Faro e a ANA, Aeroportos de Portugal, com o objectivo de consolidar alguns dos pressupostos de base para a implementação de um futuro Parque Tecnológico do Algarve (*veja-se informação detalhada no ponto 2.7.1*).

Área de Intervenção: Valorização do cluster do Turismo e Lazer

Esta área de intervenção prevê um conjunto integrado de acções que, pela sua natureza, têm enquadramento em diferentes tipologias e regulamentos do Programa. Com efeito trata-se de uma estratégia de eficiência colectiva de cariz sectorial, pelo que grande parte das operações que darão resposta aos objectivos desta Área de Intervenção, serão apoiadas através dos diferentes Regulamentos Específicos do Programa em que forem enquadrados.

É possível nesta fase identificar um conjunto de operações aprovadas no âmbito do Sistemas de Incentivos à Inovação, que se enquadram naquilo que se considera a Valorização do Cluster Turismo e lazer.

Encontravam-se assim aprovados até 31-12-2011, no âmbito da “Valorização do cluster Turismo Lazer”, 14 projectos na área do turismo, com um incentivo associado que ascende a cerca de 10,4 milhões de euros, de acordo com a lista que se segue.

Tabela 3.2 – Projectos aprovados no âmbito do Cluster do Turismo e Lazer (31/12/2011)

Nº Proj	Nome Promotor	Regulamento Especifico / Tipologia	Descrição	Investimento	Elegivel	Incentivo	Concelho
ALG-01-0203-FEDER-001639	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	2.1.2 - SI Inovação/Projectos do Regime Especial	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	40.000.000,00	34.424.321,00	2.000.000,00	Portimão
ALG-01-0403-FEDER-002751	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	PRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS COM ELEVADO CONTEUDO TECNOLÓGICO, UTILIZANDO AS NOVAS TECNOLOGIAS E ADOPT	278.203,00	277.453,00	152.599,15	Albufeira
ALG-01-0203-FEDER-002769	MONTE DAS ESCANXINAS - CULTURA E TURISMO, LDA	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	MONTRA DE QUALIDADE DE PORTUGAL PARA O MUNDO	1.018.658,00	555.019,00	360.762,35	Loulé
ALG-01-0203-FEDER-004870	EQUINOSTRUM - CLUBE EQUESTRE E DE LAZER DE FARO, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	criação de centro equestre	766.660,07	713.697,06	463.903,09	Faro
ALG-01-0203-FEDER-004907	MARES MARAVILHOSOS - ACTIVIDADES MARITIMO-TURÍSTICAS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA PASSEIOS MARITIMO-TURÍSTICOS	657.535,00	645.335,00	419.467,75	Portimão
ALG-01-0403-FEDER-005180	SAGRIMAR - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SA	2.1.2 - SI Inovação/Projectos do Regime Especial	IMPLEMENTAÇÃO DE APARTAMENTOS TURÍSTICOS, ALDEAMENTO TURÍSTICO E HOTEL	26.759.115,06	26.113.087,07	2.000.000,00	Vila do Bispo
ALG-01-0203-FEDER-006863	SINGULAR CONCEITO, LDA	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	criação de HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	1.098.882,82	1.087.757,82	815.818,37	Faro
ALG-01-0403-FEDER-006875	GOOD MOMENTS - INDÚSTRIA CRIATIVA DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL	2.1.4 - SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	TERTÚLIA ALGARVIA	379.037,04	379.037,04	246.374,08	Faro
ALG-01-0203-FEDER-013175	DESCOBERTAS MIL, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	QUINTA EVENTOS E DESCOBERTAS ? TRADIÇÃO E DIVERSO.	424.229,44	389.569,73	292.177,30	Tavira
ALG-01-0403-FEDER-017649	ROCHA DA GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPessoal, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	RECONVERSÃO DE ALOJAMENTO LOCAL EM HOTEL E REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE	442.472,82	422.429,44	316.822,08	São Brás de Alportel
ALG-01-0403-FEDER-017942	CASAS DO MOINHO - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	REQUALIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CASAS DO MOINHO	354.661,57	216.413,39	162.310,04	Aljezur
ALG-01-0403-FEDER-017987	QUINTA DA FONTE DO BISPO - TURISMO RURAL, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	criação e remodelação de produto turismo no âmbito do turismo em espaço rural	4.490.500,00	3.408.500,00	2.000.000,00	Tavira
ALG-01-0203-FEDER-018018	ANIMARIS - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	ANIMAÇÃO TURÍSTICA - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	935.930,69	835.100,00	626.325,00	Faro
ALG-01-0103-FEDER-022471	VARZEAMAR - ACTIVIDADES MARITIMO TURÍSTICAS, LDA	2.1.1 - SI Inovação/Inovação Produtiva	BELIZE II	758.219,85	758.219,85	568.664,89	Albufeira
				78.364.105,36	70.225.939,40	10.425.224,10	

Unidade: Euros

Está igualmente previsto no âmbito da “Valorização do cluster do Turismo e Lazer” o apoio a projectos públicos com impacto no Turismo.

Área de Intervenção: *Modernização e Qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento*

No âmbito da tipologia **Sistema de Apoio à Modernização Administrativa**, foram abertos em 2011 dois concursos para a aprovação de novas operações. O primeiro concurso teve como destinatários a Administração central e local do estado, do qual resultou uma operação aprovada com um investimento elegível de 1,3 milhões de euros e um FEDER associado de 665 mil euros.

O segundo concurso destinou-se a operações enquadradas no âmbito do Simplex Autárquico e contou com 3 operações aprovadas, sendo que duas delas representam projectos de carácter supra municipal. Neste concurso foi aprovado um investimento elegível de cerca de 4,1 milhões de euros, com um FEDER associado de cerca de 2,5 milhões de euros, envolvendo 14 dos 16 municípios da Região.

Em termos financeiros o investimento acumulado elegível associado às operações aprovadas na área da **Modernização Administrativa** rondava, no final de 2011, os 8,2 milhões de euros, com um FEDER associado de cerca de 4,7 milhões de euros. A execução situava-se nos 896 mil euros de investimento, sendo expectável que no ano 2012 as grandes operações aprovadas em 2011 atinjam a velocidade cruzeiro.

O conjunto das aprovações permitiu que o indicador do Eixo 1, associado ao *Apoio à Modernização Administrativa*, “*Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas*”, atingisse no final de 2011, uma realização contratada de 89 serviços, com 70 serviços em funcionamento. Refira-se que o indicador “*número de processos submetidos através do serviço já disponível*”, foi eliminado, aquando da reprogramação do PO, tendo presente a complexidade associada à sua monitorização e indisponibilidade de informação.

Do único concurso aberto (em 2009) para a tipologia de operação “**Economia Digital e Sociedade do Conhecimento**” associada à área de intervenção **Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento** resultou a contratação de um projecto da responsabilidade da

CIM (AMAL), “Apetreçamento Tecnológico da EB1 do Algarve”, com um investimento associado de 829 mil euros e um FEDER de 414 mil euros. Esta operação apresentou até ao final de 2011 uma execução ainda baixa, prevendo-se que em 2012 recupere o atraso apresentado.

Refira-se que a operação em apreço destaca-se como boa prática uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala e simplificando do processo de aprovação (uma operação em vez de 16).

Finalmente e no que diz respeito aos Indicadores Comuns Comunitários, encontravam-se aprovados no final de 2011, 34 “*projectos associados à Sociedade de Informação*”, a que corresponde um grau de concretização da meta para 2015 de 63%.

Área de Intervenção: *Promoção Institucional da Região*

As operações aprovadas no âmbito da ***Promoção e Capacitação Institucional*** representavam, no final de 2011, um investimento total elegível de 1,8 milhões de euros com um financiamento associado de cerca de 1,2 milhão de euros, contribuindo directamente para o tema prioritário *Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local*.

Das 6 operações aprovadas, 5 estão associadas à implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva – PROVERE, sendo que 3 operações, já concluídas em 31/12/2010, estavam relacionadas com as Acções Preparatórias das EEC e as outras 2, ainda em curso, dizem respeito aos Projectos de Animação, Gestão e Coordenação das Parcerias das EEC PROVERE reconhecidas para o Algarve (Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana).

A execução, nesta data, situava-se nos 762 mil euros de investimento a que corresponde uma taxa de realização de 41%.

Em 31/12/2011 ainda não existiam operações aprovadas no âmbito das ***Acções Colectivas***, que visam a criação ou melhoria das condições envolventes ao meio empresarial, prevendo-se a abertura de um concurso para apresentação de candidaturas durante o primeiro semestre de 2012.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No âmbito dos **Sistemas de Incentivos (SI)** e em resultado quer do desenvolvimento crescente das candidaturas entradas, dos investimentos aprovados e da execução dos mesmos, quer do acompanhamento regular dos promotores, detectaram-se alguns constrangimentos que dificultaram o andamento e encerramento dos projectos e que a seguir se enumeram:

Relacionamento dos promotores com as instituições de crédito, em matéria de financiamento adicional

Durante o ano de 2011 agravou-se a dificuldade sentida pelas empresas no acesso a crédito bancário para financiarem complementarmente os seus projetos aprovados. De facto, as instituições bancárias, num contexto económico e legal mais restritivo, viram-se na obrigação de desalavancarem as suas operações, com reflexos na disponibilização de crédito ao mundo empresarial. Esta dificuldade no acesso a crédito bancário resultou em atrasos na contratação e na execução dos projetos, bem como em desistências e anulações de projetos por caducidade da decisão de aprovação.

Atrasos e quebras no encerramento dos investimentos / projetos

A disponibilização tardia de algumas ferramentas de análise para encerramento de investimento e para encerramento de projetos, por parte do POFC/Organismos Intermédios associada a um certo peso burocrático nesta fase, tem provocado atrasos no encerramento de investimentos e de projetos nos Sistemas de Incentivos. A par desta situação, também a dificuldade sentida pelos promotores no acesso a garantias bancárias para apresentação em fase de encerramento de investimentos com incentivo reembolsável tem atrasado os encerramentos.

Paralelamente, em 2011 verificou-se que muitos projetos têm sentido dificuldades em concluir os investimentos com uma alta taxa de execução por dificuldades de gestão de tesouraria. Não só porque consumiram os capitais próprios em despesas não elegíveis imprevistas, mas também porque o contexto económico desfavorável refletiu-se negativamente nas contas financeiras das empresas obrigando-as a recorrer a capital alheio/bancário que se tornou de acesso mais dificultado.

Incumprimento do plano anual de concursos

Em 2011, o plano de abertura de concursos que previa 2 fases de candidaturas aos Sistemas de Incentivos não foi cumprido por decisão governamental. Os concursos programados para o 2º

semestre de 2011 não tiveram lugar, frustrando as expectativas dos potenciais promotores que assim sentiram dificuldades em acertar o calendário dos seus investimentos com o calendário dos concursos.

Esta situação acabou também por penalizar a trajectória ascendente dos Sistemas de Incentivos na Região, prejudicando o comportamento de indicadores como a taxa de compromisso e a taxa de execução.

Transferência de verbas para os Organismos Pagadores (IAPMEI e Turismo de Portugal) e beneficiários finais de projectos públicos

Em 2011 e em resultado de um volume acumulado de projectos já considerável nos Sistemas de Incentivos e do acompanhamento regular dos promotores, o ritmo de execução aumentou. Desse modo aumentou também a frequência dos reembolsos aos executores pelos Organismos Intermédios (Pagadores), o que originou maior frequência nas solicitações junto do IFDR em ordem a garantir a transferência de verbas para os OI a fim de reporem os respectivos saldos e poderem, por essa via, satisfazer em tempo útil os pedidos de reembolso dos promotores.

Por vicissitudes de diversa natureza a transferência de verbas para os Organismos Intermédios (Pagadores) registou atrasos que, nalguns casos, penalizaram o ritmo de execução de projectos.

Os tempos de pagamento por parte do IFDR junto dos beneficiários finais também aumentaram, o que, face ao actual contexto económico e ao constrangimento financeiro sentido por alguns beneficiários, veio igualmente prejudicar a execução.

Dificuldades na concretização da estratégia prevista para o Eixo 1 e baixo nível de aprovação

O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, tornaram mais complexa a concretização de alguns domínios previstos no Eixo, espartilhando por sectores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções integradas, ou não viabilizando o tipo de instrumentos necessários para o apoio das iniciativas pretendidas.

Por outro lado, a exigência de maior selectividade motivada pela limitação das dotações do Programa tem contribuído para um nível de aprovações genericamente menos elevado do que a média do QREN.

Medidas tomadas para resolver os problemas

As dificuldades sentidas pelos promotores relativamente às exigências colocadas pelas instituições de crédito para a **concessão de financiamento complementar**, ficaram em parte atenuadas com a introdução no mercado de novas linhas de crédito bonificadas (PME Investe VI - Aditamento, com uma dotação global de 1.500 milhões de euros, protocolada a 23 de dezembro de 2010).

Relativamente aos **atrasos e quebras no encerramento dos investimentos / projetos**, desde o final de 2011 tem sido feito um esforço acrescido no sentido de completar e atualizar as ferramentas de análise para os encerramentos. Em matéria de encerramentos, também os Organismos Intermédios e a Autoridade de Gestão têm adotado uma postura mais flexível tendo em conta o contexto económico desfavorável vigente, no sentido de aprovar encerramentos com taxas de execução baixas mas cujos projetos demonstrem ter alcançado os seus objetivos.

Relativamente ao **incumprimento do plano anual de concursos** e à não abertura no 2º semestre dos concursos gerais do SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação, assim que o conteúdo dos concursos ficou estabilizado a Equipa dos Sistemas de Incentivos realizou sessões de esclarecimento já em janeiro de 2012 no sentido de informar os potenciais candidatos das novas regras de acesso e prepará-los para a adequação dos seus calendários de investimento e para a apresentação de projetos de qualidade.

Quanto aos **fluxos financeiros**, a Autoridade de Gestão adoptou uma atitude mais pró-activa e prudente, produzindo ordens de transferência junto do IFDR quase imediatas perante saldos nos Organismos Pagadores abaixo de 50% do montante de pré-financiamento. No caso do IAPMEI, foi revisto para cima o montante de pré-financiamento, dado que os projectos acompanhados por este Organismo, são grandes consumidores de verbas (Sistema de Incentivos à Inovação).

Não existe informação específica decorrente do Relatório Anual da Autoridade de Auditoria, para além da já referida no ponto 2.3 – Tabela 2.11.

Boas práticas

No âmbito dos **Sistemas de Incentivos**, podemos apontar alguns projectos e também algumas metodologias de trabalho como boas práticas.

Ao nível dos projectos, de realçar os investimentos aprovados na área da eficiência energética (solar térmico), maioritariamente no setor do turismo (empreendimentos e equipamentos), que conferem um carácter demonstrador na região e têm reflexos bastante positivos na redução da fatura energética destas empresas. O bom desempenho energético conseguido com a instalação de painéis solares para aquecimento de águas em alguns hotéis (de várias categorias) e parques de campismo, associado a procedimentos administrativos de gestão dos projetos céleres e desburocratizados, tem servido como bom exemplo a replicar na região.

Quanto a metodologias de trabalho, de referir a contínua disponibilidade da Equipa dos Sistemas de Incentivos no auxílio a potenciais candidatos (prestação de esclarecimentos) e a promotores de projetos aprovados (apresentação de contactos, prestação de esclarecimentos, orientação no preenchimento de formulários, resolução de questões na contratação, pagamentos, publicitação, devoluções, reembolsos, encerramentos).

De realçar também que os bons progressos nos Sistemas de Incentivos têm sido o resultado de procedimentos de gestão flexíveis e céleres, adaptados ao modo de funcionamento empresarial.

No que diz respeito à tipologia **Economia Digital e Sociedade do Conhecimento** destaca-se como boa prática o projecto da responsabilidade da CIM (AMAL), “Apetrechamento Tecnológico da EB1 do Algarve”, uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, esta foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala, nomeadamente no âmbito da aprovação (uma operação em vez de 16). No âmbito da mesma operação houve também lugar à simplificação de alguns processos ao nível da contratação pública para a aquisição dos quadros interativos de alguns municípios em que a AMAL desencadeou processos de pré seleção conjuntos.

Refira-se que estes modelos foram igualmente utilizados, em 2011, na tipologia **Modernização Administrativa**, em dois projectos da responsabilidade dos municípios: “Municípios do Algarve Central em Rede”, envolvendo 6 beneficiários e “CRM – Gestão de Relacionamento com os Municípios” no qual participam 8 municípios.

Quanto à recetividade dos beneficiários, nos Sistemas de Incentivos é de realçar a boa dinâmica de procura apesar do atraso na abertura de concursos do 2º semestre. Na Linha PME Investe II registou-se baixa procura, tendo sido encerrada nesse ano.

3.2 Eixo Prioritário 2:

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Até 31 de Dezembro de 2011, o Eixo 2 já tinha realizado concursos no âmbito de todas as tipologias previstas nesta Área de Intervenção.

Relativamente ao ano anterior, registam-se progressos quer em termos de realização, quer de resultados, embora não muito significativos uma vez que as metas são relativamente exigentes nestas áreas.

Tabela 3.3 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 2

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC)	Realização Contratada		4	4	11	17			49%
	Realização Executada		0	2	4	5			14%
	Metas				30		35		
	Valor de Referência	0							
Acções imateriais promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal	Realização Contratada		1	6	9	8			18%
	Realização Executada		0	0	0	0			0%
	Metas				20		45		
	Valor de Referência	0							

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Proporção de orla costeira valorizada ¹⁾	Realização Contratada		28	28,26	29,39	29,75			54%
	Realização Executada		0	28,15	28,64	29,02			53%
	Metas				50		55		
	Valor de Referência	25							
Poupança de energia primária (Tep/ano) ²⁾	Realização Contratada		-	-	-	8,39			84%
	Realização Executada		-	-	-	0			0%
	Metas						10		
	Valor de Referência								

1) (Km de orla costeira onde foram implementados a 100% planos dos POOC / km totais de orla costeira abrangida pelos POOC) x 100

2) No Universo das candidaturas aprovadas no Regulamento Específico da Energia (este indicador é novo e foi aprovado em Dezembro de 2011 aquando da reprogramação do PO)

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Energias Renováveis	23. N.º de projectos ³⁾	Realização - Contratada		-	0	0	33		165%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						20	
Ambiente	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ⁴⁾	Realização - Contratada		-	1	1	1		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						1	
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		-	5,23	6	7,1		71%
		Realização - Executada				0	0,2		2%
		Metas						10	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada		-	-	1	20		400%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						5	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ⁵⁾	Realização - Contratada		-	-	434.023	434.023		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						434.023	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ⁵⁾	Realização - Contratada		-	-	434.023	434.023		100%
		Realização - Executada				0	0		0%
		Metas						434.023	

3) Σ (14 projectos dos "incentivos" + 1 "Energia" 18 projectos do "RUCI")

4) Referente ao Regulamento Específico "Acções de Valorização Ambiental"

5) As operações aprovadas abrangem todo o território Algarvio

Observações: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo. Não foram colocados os Core Indicators n.ºs 23, 24 e 30 por serem transversais a vários Eixos.

n.d - não disponível

n.a - não se aplica

Os indicadores onde se registaram acréscimos, embora pouco expressivos, são os seguintes:

- ❖ Cerca de 30% da orla costeira abrangida pelos POOC, tinha sido intervencionada (ou seja 54% da meta prevista para 2015)
- ❖ Contratadas 17 das 35 intervenções de valorização da orla costeira previstas – planos de praia (representando 49% da meta para 2015)
- ❖ Regista-se a reabilitação de 7 Km² de áreas degradadas (71% da meta prevista para 2015).
- ❖ Prevista uma poupança de energia primária de 8 Tep/ano nas operações aprovadas o que representa 84% da meta prevista para 2015.

A aprovação de 1 projecto de “melhoria das condições de monitorização da qualidade do ar” que contribui expressivamente para o cumprimento dos Indicadores Comuns Comunitários.

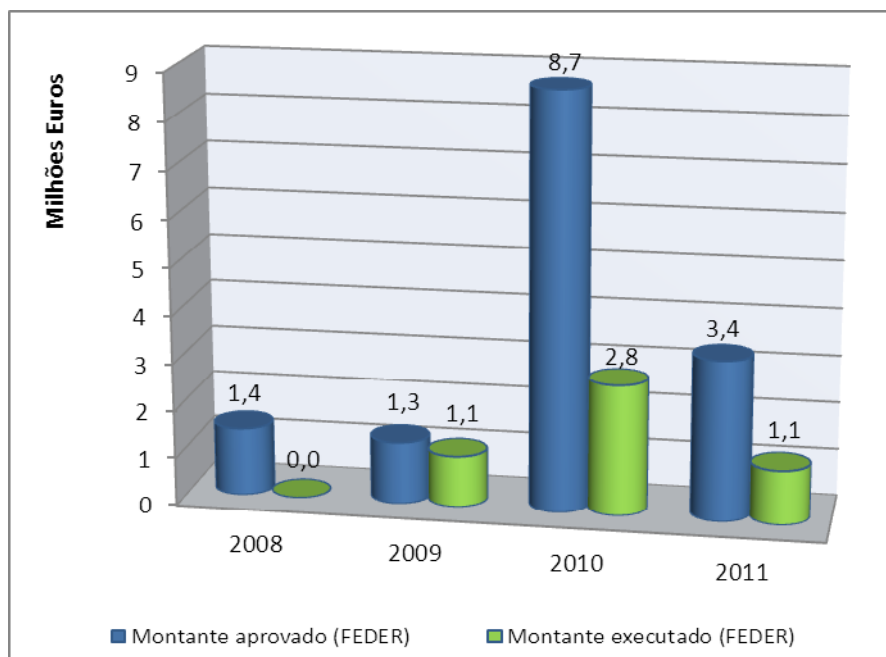
Na Área de Intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”, estão previstas 20 intervenções nas operações aprovadas o que já ultrapassa a meta prevista para 2015. Considera-se a população servida a população do Algarve, uma vez que se trata de projectos relacionados com os sistemas de comunicação que abrangem toda a Região.

3.2.2 Análise qualitativa

Até final de 2011, tinha sido colocado a concurso no Eixo 2 um montante FEDER de 16,6 milhões de Euros em concursos encerrados até 31/12/2011, nos quais foram admitidas 71 candidaturas, com um custo total previsto de 36,8 milhões de Euros (*Anexo XII*).

O Eixo 2, representa 11% do total da programação do PO Algarve 21.

Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Aprovações e Execução



Em 2011, registou-se uma quebra do volume de aprovações face a 2010, motivada essencialmente pelo atraso de lançamento do Plano de Concursos do 2º semestre de 2011.

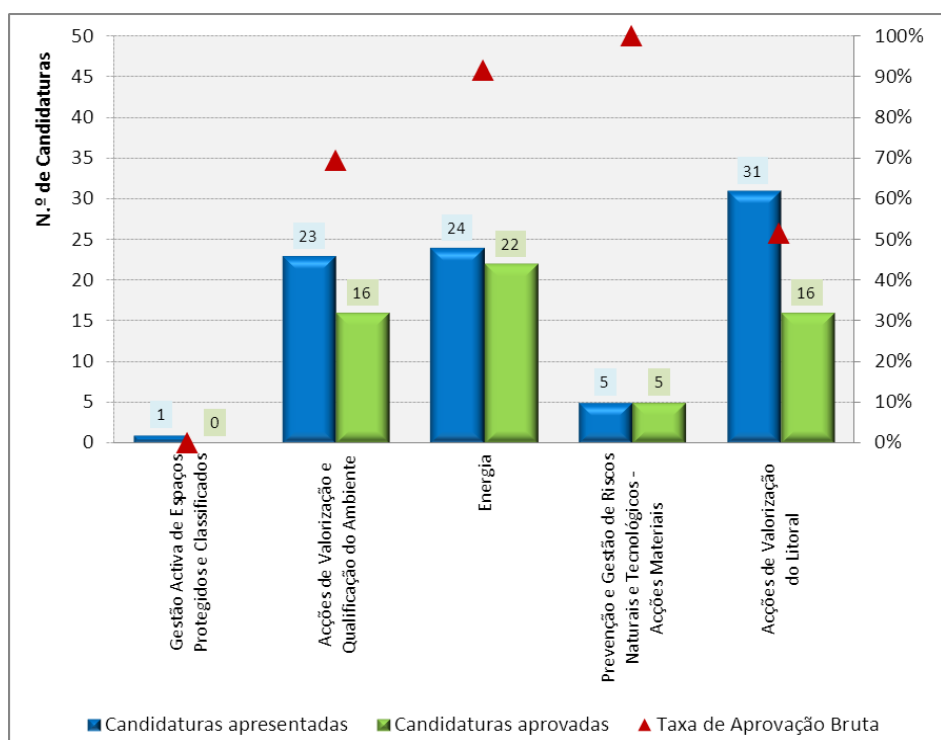
O lançamento tardio deste Plano não permitiu que as respetivas aprovações ocorressem em 2011.

As dificuldades administrativas e financeiras que afetam as entidades públicas, provocou uma quebra na execução e originou que o montante executado, em 2011, fosse equivalente ao executado no ano de 2009.

Até 31/12/2011 e na *ótica dos concursos*, foram apresentadas 93 candidaturas, foram admitidas 71 e aprovadas 59 com um montante de cerca de 25,6 milhões de Euros de investimento elegível e uma comparticipação FEDER de 14,9 milhões de Euros (*Anexo XII e Gráfico 3.11*).

O tempo médio de decisão melhorou de finais de 2010 (91 dias) para finais de 2011 (69 dias).

Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



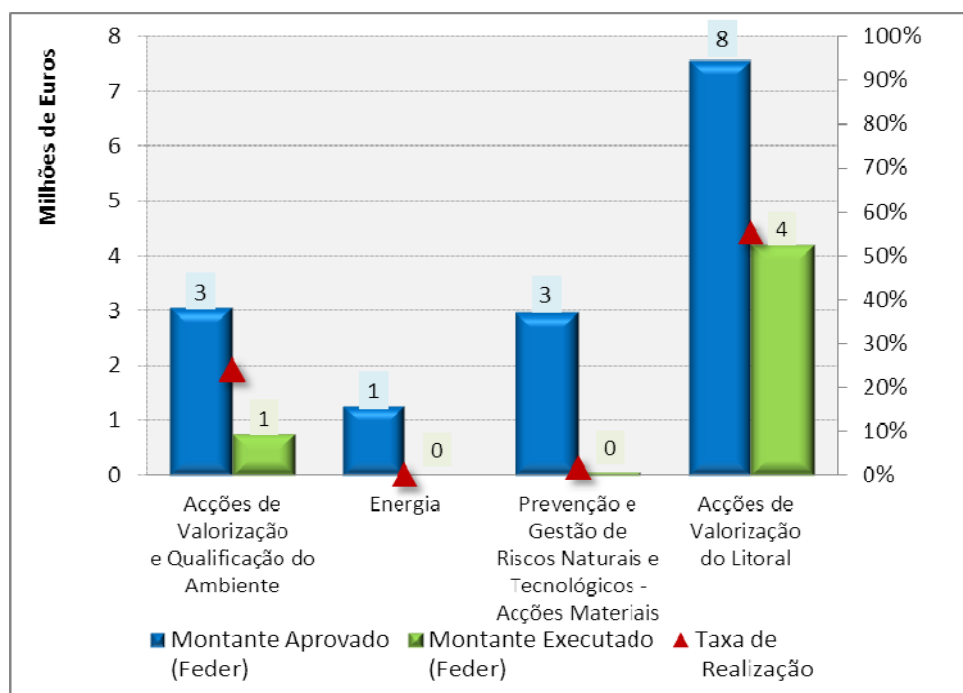
Retirando as rescisões e anulações, o montante aprovado em finais de 2011 ascendia a 25,5 milhões de euros de investimento elegível que corresponde a 14,8 milhões de euros dos 18,3 programados. (*Anexo III*)

A taxa de compromisso do Eixo atingia assim no final de 2011, o valor mais elevado do PO (81 %) com 57 operações aprovadas.

A taxa de execução e de realização do Eixo representavam respectivamente 27,15% e 33,5%. (*Anexo III*).

As tipologias com maior taxa de aprovação (Aprovadas/apresentadas) é a “Energia” e a “Prevenção de riscos”.

Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação



As “Acções de Valorização do Litoral” apresentam a maior taxa de realização do Eixo e uma das maiores do PO (55,26%).

Área de Intervenção: *Áreas Classificadas e Biodiversidade*

Na sequência de reuniões com entidades com responsabilidade nesta área de intervenção, com o objectivo de identificar as acções previstas, em Dezembro de 2011, foi aberto um 2º concurso para a tipologia “*Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados*”. O 1º concurso tinha sido aberto em 2010 e apenas entrou uma candidatura que não teve enquadramento nas tipologias postas a concurso.

Área de intervenção: *Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos*⁴¹

No ano de 2011, decorreu a reprogramação do QREN e dos PO, que previa a inclusão nos Eixos do POVT co-financiados pelo Fundo de Coesão de todos os projectos previstos e enquadráveis no âmbito da, “**Optimização da Gestão de Resíduos**”, incluindo a transição de projectos já aprovados, com encerramento dessas elegibilidades no âmbito do FEDER.

⁴¹ No âmbito da Reprogramação do PO em curso esta Área de Intervenção deixou de ser elegível ao PO regional e passou a ser apoiada no PO Valorização do Território.

Área de Intervenção: Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética

Durante o ano 2011 registou-se a assinatura de 4 contratos de operações submetidas nos concursos encerrados em 2010 no âmbito da tipologia “**Ações de Valorização e Qualificação Ambiental**” o que permitiu atingir uma taxa de contratação de 100%.

Em 31/12/2011 e na ótica dos concursos, as aprovações atingiam um investimento total elegível de 5,4 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 3 milhões Euros (*Anexo XII*).

No final de 2011, registou-se uma execução de 1,4 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação FEDER de 0,7 milhões de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 24% (*Anexo III*).

Em 2010, tinha ocorrido a abertura de um concurso no âmbito da tipologia “**Energia – Eficiência Energética de Edifícios**” destinado a IPSS. Face ao encerramento tardio do concurso, iniciou-se em 2011 o processo de análise destas operações. Foram submetidas 13 candidaturas com um custo total de 1 milhão de Euros e registou-se uma taxa de admissibilidade de 100%.

Após análise do mérito das operações admitidas, 2 candidaturas desistiram e as restantes 11 foram aprovadas pela Comissão Directiva. As aprovações atingem um investimento total de 540 mil Euros e uma comparticipação FEDER de 270 mil Euros.

Relacionando o número de candidaturas aprovadas (11) com as admitidas (13), obtém-se uma taxa de aprovação de 85% neste concurso.

Face às dificuldades destas entidades – Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) pouco habituadas à preparação/instrução de processos de candidatura a fundos comunitários (FEDER) e ao carácter estratégico destes projetos (operações que visam a eficiência energética) as operações foram aprovadas com condicionantes até à assinatura dos contratos.

Realizaram-se diversas reuniões com os beneficiários e os serviços técnicos do PO, para prestar esclarecimentos relativamente ao sentido e forma de ultrapassar estas condicionantes, tendo até ao final de 2011 sido assinado apenas um contrato.

Em 2011, efectuou-se a abertura de um concurso no âmbito da tipologia “**Energia – Iluminação Pública**” que decorreu de 25/03/2011 a 15/07/2011, com uma dotação de 1 milhão

de Euros. Foram submetidas 11 candidaturas com um custo total de 2 milhões de Euros e registou-se uma taxa de admissibilidade de 100%.

Após análise do mérito das operações admitidas, 1 candidatura obteve parecer desfavorável na sequência de não atingir o limite mínimo (mérito) exigido, e as restantes 10 foram aprovadas pela Comissão Directiva. As aprovações neste concurso atingiram um investimento total de 1,9 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 980 mil Euros. Relacionando o número de candidaturas aprovadas (10) com as admitidas (11), obtém-se uma taxa de aprovação neste concurso de 90%.

Nesta Tipologia de Operação, encontram-se aprovadas 21 candidaturas que atingem um investimento total elegível de 2,5 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 1,26 milhões de Euros (*Anexo III*).

Face à complexidade técnica subjacente à análise das candidaturas, nomeadamente no que respeita ao cálculo do mérito, face aos critérios de selecção fixados, foi necessário recorrer a entidades externas (ADENE) o que atrasou o processo de análise, não se tendo registado assinaturas de contratos em 2011.

Área de Intervenção: *Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos*

Durante o ano 2011, foram assinados 3 contratos de operações submetidas no concurso encerrado no final de 2010 no âmbito da tipologia “*Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materias*”⁴². As operações contratadas atingem um investimento elegível de 4 milhões de Euros e um co-financiamento de 2,5 milhões de Euros (*Anexo XII*)

Em 31/12/2011, as aprovações atingiam um investimento total elegível de 4,9 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 2,9 milhões Euros (*Anexo III*).

No final de 2011, registou-se uma execução de 85 mil Euros de despesa pública e uma comparticipação de 51 mil Euros atingindo-se uma taxa de realização de 1,7% (*Anexo III*)

No âmbito desta tipologia, existe uma operação da responsabilidade do Governo Civil de Faro, que face à redução de funções desta entidade, aguarda a cedência de posição contratual para outra entidade para concretizar a assinatura do contrato.

⁴² Embora no âmbito da “Reprogramação Técnica” aprovada, esta tipologia tenha passado a ser apoiada pelo Fundo de Coesão no âmbito do POVT, mantêm-se no PO Algarve 21, as intervenções que já se encontravam aprovadas em 2010.

Trata-se de um setor estratégico a nível regional “*Proteção Civil e combate a incêndios*” sendo este investimento complementar de outros que estão a ser desenvolvidos pelos Municípios (AMAL) e portanto fundamental para o efeito integrado das intervenções nesta área. As metas para 2015 já se encontram ultrapassadas.

No âmbito da “**Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos**”, destaca-se o contributo das operações contratadas (sistemas de comunicações) para os “*Core Indicators*” através do indicador *População abrangida pelos planos de emergência de protecção civil*”, que atingiu as metas previstas para 2015 uma vez que abrange a população total da Região (434.023 pessoas servidas).

Área de Intervenção: Ordenamento e Valorização da Orla Costeira

Face à meta de execução definida para 2011, a Autoridade de Gestão considerou necessário a introdução de mecanismos que permitissem acelerar a execução.

Para operacionalizar os mecanismos referidos, foi aprovada uma Orientação de Gestão, que permitiu a abertura de um concurso em contínuo no âmbito da tipologia “**Ações de Valorização do Litoral**” para a submissão das candidaturas das obras previstas em projectos de execução aprovados em concursos anteriores desta tipologia de operação.

As candidaturas a financiar no âmbito deste concurso em contínuo, para além de respeitarem as condições previstas no Regulamento Geral do FEDER e no Regulamento Específico, tinham que obedecer às seguintes condições:

- Encerramento físico e financeiro das candidaturas iniciais relativas aos projectos técnicos de execução, com apresentação do relatório final;
- Aprovação do projecto técnico de execução, com os necessários pareceres técnicos;
- Processo de concurso para execução das obras preparado para lançamento.

O concurso decorreu de 01-08-2011 a 31-12-2011, com uma dotação de 3 milhões de Euros e registou-se a submissão de 1 candidatura com um custo total de 3,4 milhões de Euros..

A candidatura reuniu as condições de admissibilidade e após a análise do mérito foi aprovada pela Comissão Directiva. A aprovação atingiu um investimento elegível de 3,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 1,9 milhões Euros.

A 31/12/2011 encontrava-se assinado o contrato, o que significa uma taxa de contratação de 100%.

No âmbito desta tipologia, ocorreu a rescisão de uma operação com um montante FEDER de 26,5 mil Euros.

A 31/12/2011, encontram-se aprovadas 15 candidaturas que atingem um investimento total elegível de 12,6 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 7,6 milhões de Euros (*Anexo III*).

Em 2011 registou-se uma execução de 7 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 4,2 milhões de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 55%.

Destaca-se a importância das acções a desenvolver nesta tipologia para a valorização do produto turístico “sol-praia” e “turismo de natureza”, através de intervenções que melhoram a segurança nestas zonas litorais e a qualificação e usufruto de alguns espaços urbanos adjacentes.

Estas intervenções públicas têm efetivamente um impacto significativo nas actividades económicas privadas do litoral (pequeno comércio, hotelaria e restauração) reforçando a atratividade dos espaços e a qualificação da oferta turística.

3.2.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Não existe informação específica decorrente do Relatório Anual da Autoridade de Auditoria, para além da já referida no ponto 2.3 – Tabela 2.11.

A limitação de verbas deste Eixo, tornava indispensável no caso do Algarve, uma pré-definição das prioridades regionais para as áreas do Ambiente, a desenvolver com as entidades públicas com responsabilidades nesta área.

Realização de reuniões com entidades com responsabilidade nestas áreas de intervenção, com o objectivo de identificar a complementaridade e a prioridade das acções previstas nos instrumentos de política como sejam os Planos das Áreas protegidas (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Ria Formosa) e os Programas POLIS e PROVERE. Foram igualmente efectuados contactos com as entidades públicas competentes

com vista à concretização de um investimento conjunto e concertado em equipamentos de Protecção Civil.

A complexidade técnica subjacente à análise das candidaturas, nomeadamente sobre o mérito das candidaturas, face aos critérios de selecção fixados.

Sempre que necessário, o Secretariado Técnico recorreu à parceria com especialistas “in-house” ao nível da CCDR Algarve, ou a outras entidades com conhecimentos especializados nas áreas a analisar. Ex: Litoral e Energia.

Dificuldades administrativas por parte dos beneficiários

As dificuldades administrativas e financeiras que afetam em particular os Organismos da Administração Central correspondentes às regras excecionais introduzidas na sequência do cumprimento dos objetivos orçamentais, que originaram um elevado tempo de espera para desbloqueamento de autorizações prévias e contrapartidas nacionais da parte do Ministério das Finanças.

Dificuldades financeiras por parte dos beneficiários, decorrentes da situação financeira global, das baixas taxas de comparticipação e do aumento do tempo médio de pagamento por parte do IFDR

Para este efeito foi aprovada e aplicada em 2010 uma Orientação de Gestão que prevê a possibilidade de concessão de adiantamentos iniciais de 30% do financiamento aprovado. Foram agilizados procedimentos para aumentar a celeridade na verificação dos Pedidos de Pagamentos. Foi incrementado o pagamento contra-factura.

Necessidade de articular, aquando do lançamento de avisos de abertura de concurso, os investimentos enquadrados na Estratégia de Eficiência Colectiva – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Realização de reuniões periódicas com as entidades líderes dos consórcios no sentido de identificar e operacionalizar as intenções de investimento, já que os investimentos âncoras previstos em cada um dos PROVERE serão financiados maioritariamente pelo FEDER.

Como **boa prática**, destacamos os procedimentos adoptados no Eixo 2 pela Autoridade de Gestão para garantir o cumprimento das questões ambientais.

Na apreciação técnica das candidaturas são aplicadas ponderações mais limitativas de cariz ambiental nos critérios de selecção das candidaturas e solicitados pareceres/licenciamentos obrigatórios de acordo com a tipologia da operação, nomeadamente:

- Pareceres das Direcções de Serviços de Ambiente e Ordenamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (nos casos aplicáveis);
- Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Algarve no caso das intervenções no domínio hídrico;
- Pareceres do ICNB no caso de intervenções em áreas protegidas.

Para além dos pareceres e para reforçar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente, quando aplicável, estas Entidades validam o preenchimento inicial da “*check list*” ambiental, que permite monitorizar todas as verificações necessárias na fase de apreciação, acompanhamento e encerramento das candidaturas.

No âmbito da tipologia “**Acções de Valorização do Litoral**”, destaca-se como boa prática o projecto “Requalificação da Frente de Mar de Armação de Pêra”, dado que corresponde a uma intervenção urbanística conjugada com uma componente ambiental (reforço da arriba) em toda a frente urbana em contacto com o mar do concelho de Silves, e permitiu reforçar, valorizar e qualificar Armação de Pêra como centro de animação urbano-turístico.

Na tipologia “**Acções de Valorização e Qualificação Ambiental**” destaca-se a operação “Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite”, que visa definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente para a defesa dos recursos e valores naturais.

Os elementos previstos na operação integram um Plano de execução e financiamento que, tendo por base o conjunto das apostas estratégicas definidas, identificou um conjunto de ações no domínio da qualidade da água, floresta, conservação da natureza, turismo e lazer, que traduzem as propostas a considerar no âmbito da implementação do Plano.

3.3 Eixo Prioritário 3:

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A execução física do Eixo 3, tanto dos indicadores de Eixo Prioritário como dos Indicadores Comuns Comunitários consta da Tabelas 3.5.

À semelhança do registado no Eixo 1 e acompanhando o avanço dos níveis de compromisso, registaram-se progressos significativos nos resultados e na realização física do Eixo, face às metas de 2015.

Tabela 3.4 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3

Indicadores de Realização Física	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Escolas do pré-escolar, EB1 e EB2,3 intervencionadas	Realização Contratada		5	9	17	18		60%
	Realização Executada		0	4	7	9		30%
	Metas				15		30	
	Valor de Referência	0						
N.º de Projectos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana	Realização Contratada		0	2	2	9		60%
	Realização Executada		0	0	0	0		0%
	Metas				-		15	
	Valor de Referência	0						
Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervencionados	Realização Contratada			-	36,44	53,8		90%
	Realização Executada			-	0	0,85		1%
	Metas				20		60	
	Valor de Referência	0						
Projectos inseridos em estratégias (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada			3	3	27		90%
	Realização Executada			0	0	18		60%
	Metas				-		30	
	Valor de Referência	0						
Projectos de reabilitação urbana apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada			-	-	0		0%
	Realização Executada			-	-	0		0%
	Metas						8	
	Valor de Referência	0						

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Proporção de alunos do pré-escolar e EB1 (rede pública) integrados em regime lectivo normal	Realização Contratada		66	67	82,6	84,34			89%
	Realização Executada			63	67	71			75%
	Metas				80		95		
	Valor de Referência	60							
Redução do Tempo de percurso nos troços rodoviários intervencionados ¹⁾	Realização Contratada		-	-	-	40,26			268%
	Realização Executada		-	-	-	0,95			6%
	Metas				-		15		
	Valor de Referência	100							
% de população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade	Realização Contratada		-	54	60	60			75%
	Realização Executada		-	0	0	0			0%
	Metas				40		80		
	Valor de Referência	0							
População residente beneficiada por projectos integrados de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		-	10.185	10185	10.185			51%
	Realização Executada		-	0	0	0			0%
	Metas				5000		20.000		
	Valor de Referência	0							
Emprego criado pelos projectos integrados apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada		-	-	-	0			0%
	Realização Executada		-	-	-	0			0%
	Metas				60		70		
	Valor de Referência	0							

1) (somatório dos tempos de percurso em minutos nos troços após intervenção) / (somatório dos tempos de percurso em minutos nos troços antes da intervenção) x 100

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3	5			33%
		Realização - Executada				1	1			7%
		Metas						15		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85	3,85			77%
		Realização - Executada				0	0,85			17%
		Metas						5		
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59	49,76			90%
		Realização - Executada				0	0			0%
		Metas						55		
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		-	n.a	n.a	n.d			n.d
		Realização - Executada				n.a	n.d			n.d
		Metas						n.d		
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		-	n.d	n.d	n.d			n.d
		Realização - Executada				n.d	n.d			n.d
Metas							n.d			
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15935	23.214			116%	
	Realização - Executada				12902	12.902			65%	
	Metas						20.000			
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17	18			72%
		Realização - Executada				7	9			36%
		Metas						25		
37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1840	2849	5583	5.946			85%	
	Realização - Executada				1962	2.447			35%	
	Metas						7000			
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	-	3			100%
		Realização - Executada				0	2			67%
		Metas						3		
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		-	0	24	27			77%
		Realização - Executada				5	18			51%
		Metas						35		
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		-	0	5	3			20%
		Realização - Executada				0	0			0%
		Metas						15		
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	18	18			64%
		Realização - Executada				10	9			32%
		Metas						28		

Observação: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo. Os indicadores 20 e 21 aguardam a definição de uma metodologia comum para a sua quantificação.
n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Educação

- ❖ *18 escolas intervencionadas até final de 2011.*
Grau de concretização: 60% (taxa de realização: 30%) (meta 2015)
- ❖ *5946 alunos beneficiam das intervenções*
Grau de concretização: 85% (meta 2015)
- ❖ *84,34% dos alunos integrados em regime lectivo normal*
Grau de concretização: 89% (meta 2015)

Política de cidades

- ❖ *9 Projectos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana*
Grau de concretização: 60% (meta 2015)
- ❖ *60% da população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade urbana*
Grau de concretização: 75% (meta 2015)
- ❖ *10 185 residentes beneficiados por projectos de regeneração urbana apoiados*
Grau de concretização: 51% (meta 2015)
- ❖ *27 projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades*
Grau de concretização: 90% (meta 2015); Taxa de realização: 60%

Transportes

- ❖ *53,6 Km de troços novos ou existentes*
Grau de concretização: 89% (meta 2015)
- ❖ *Redução de 40% do tempo de percurso nos troços rodoviários intervencionados*
Grau de concretização 268% (meta 2015).

Inclusão Social

- ❖ *18 projectos dirigidos aos jovens que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social*
Grau de concretização: 64% (meta 2015); Taxa de realização: 32%

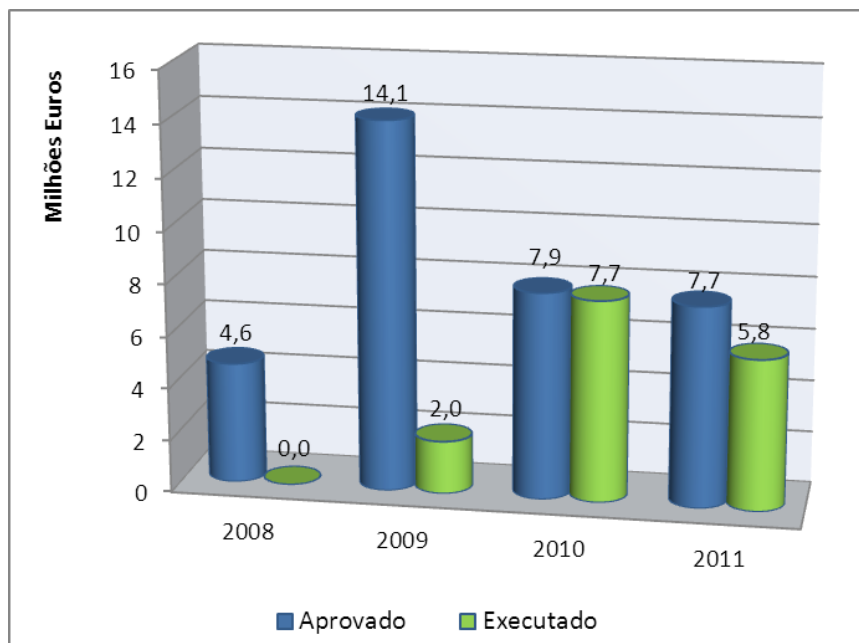
De referir as quantificações nulas nos 2 indicadores referentes às Áreas de Baixa Densidade, devido a algum atraso verificado nas aprovações de operações no âmbito dos PROVERE e também devido ao facto das iniciativas nas Áreas de Baixa Densidade estarem mais vocacionadas para os apoios do PRODER (FEADER).

3.3.2 Análise qualitativa

Até ao final de 2011, tinha sido colocado a concurso no Eixo 3 um montante FEDER de 49,6 milhões de Euros em concursos encerrados, nos quais foram admitidas 44 candidaturas, com um custo total previsto de 127 milhões de Euros (*Anexo XII*).

O Eixo 3, representa 35% do total da programação do PO Algarve 21.

Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Aprovações e Execução



Até 31/12/2011, foram abertos no Eixo 3, 16 concursos, nos quais foram apresentadas 65 candidaturas e aprovadas 41, com um montante de investimento total de 117 milhões de Euros⁴³ (investimentos elegível 74,3 milhões de euros) e uma comparticipação FEDER de 38,5 milhões de Euros¹⁸. A taxa de aprovação relativamente às candidaturas admitidas, atingia, no final do ano, 93% (*Anexo XII*) e a taxa de compromisso situava-se em 55,41%⁴⁴ (*Anexo III*). O tempo

⁴³ Inclui o valor aprovado na totalidade dos Planos de Acção aprovados (ótica dos concursos).

⁴⁴ Inclui apenas o valor das operações aprovadas no âmbito dos Planos de Acção.

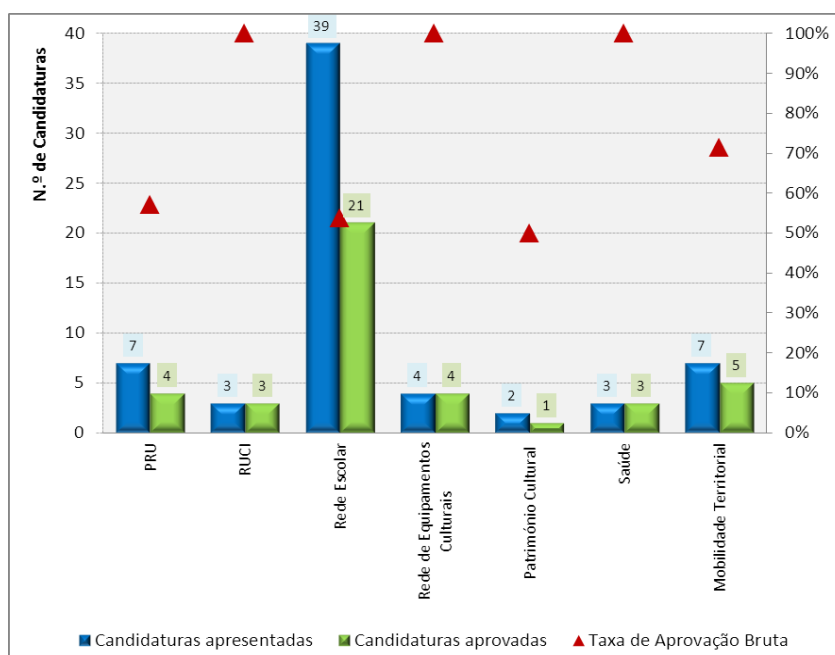
médio de decisão neste Eixo melhorou significativamente de 102 dias para 68 respetivamente em finais de 2010 para finais de 2011.

No Eixo 3, o volume de aprovações de 2009 deve-se à aprovação dos Programas de Ação previstos nos Regulamentos RUCI e PRU, que não se traduziram em execução.

Ao longo de 2010 e 2011, registaram-se as aprovações das operações individuais previstas nos Programas o que permitiu equilibrar o ritmo da execução.

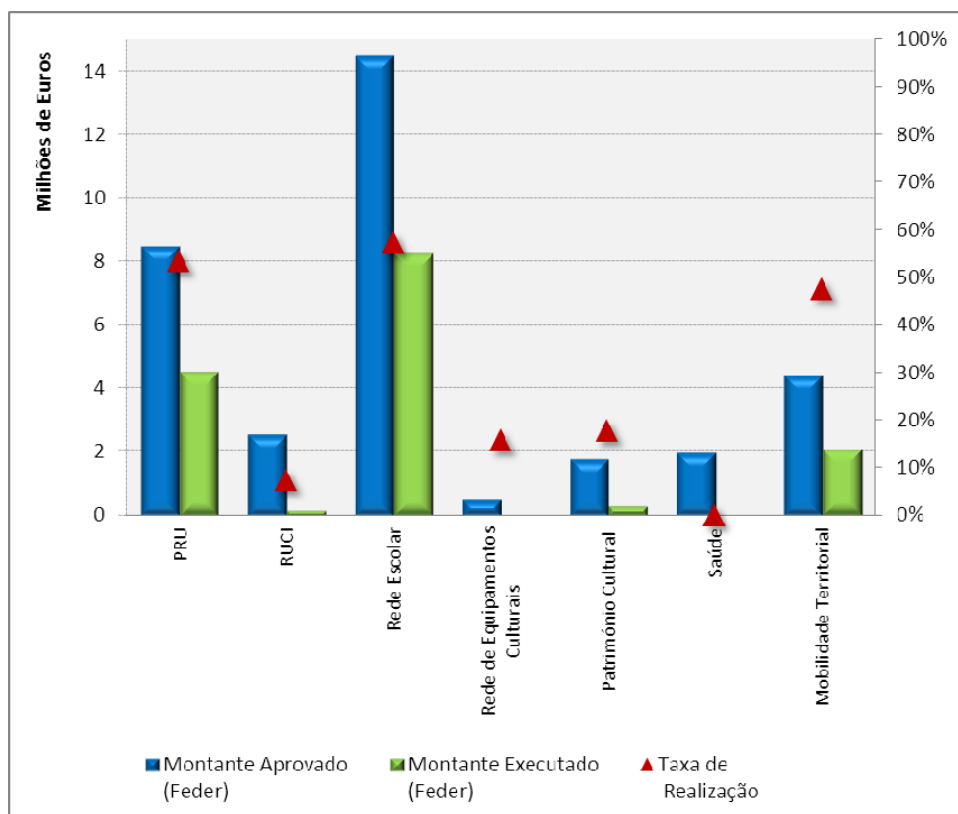
A quebra registada em 2011, quer em termos de aprovações quer de execução, resulta do atraso de lançamento dos concursos e das dificuldades financeiras dos promotores.

Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



A execução em 31/12/2011 atingia os 30,4 milhões de Euros de custo total com uma despesa pública de 29,1 milhões de euros e um FEDER de 15,5 milhões de euros correspondente a uma taxa de execução de 25,4% e de realização de 45,23%. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 13,9 milhões de euros FEDER (*Anexo III*).

Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação



A tipologia de operação que apresenta um maior montante aprovado e uma taxa de realização mais elevada é a “Rede escolar”.

As operações apoiadas neste Eixo, dão um forte contributo para a igualdade homens/mulheres conforme já foi explicado no ponto 2.2.

Área de Intervenção: *Parcerias para a Regeneração Urbana*

As Parcerias para a Regeneração Urbana, caracterizam-se por requererem uma delimitação coerente da área de intervenção, incluírem vários parceiros e intervenções materiais e imateriais com perspectivas de longo prazo.

Os três Programas de Acção aprovados no âmbito PO Algarve 21, têm previsto como área de intervenção dois centros históricos e uma zona ribeirinha

Os Programas de Acção aprovados previam a apresentação de 36 operações com um montante FEDER comprometido de 4 milhões de Euros para um investimento elegível de 6,7 milhões e um investimento total previsto de 26 milhões de Euros.

Durante o ano de 2011 decorreu a aprovação de 5 operações, que representam um compromisso FEDER de 1,5 milhões de Euros.

A 31/12/2011 encontravam-se aprovadas 28 operações que atingem um investimento total elegível de 5,8 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 3,5 milhões de Euros (*Anexo III*)

As aprovações englobam 17 operações imateriais com um valor FEDER de 740 mil Euros e 11 materiais que atingem 2,7 milhões de Euros.

A maioria das acções materiais centra-se na recuperação e valorização de edifícios com o objectivo de criar condições de atração e desenvolvimento de actividades culturais. As acções imateriais prevêm a divulgação e dinamização do comércio local e das áreas abrangidas pelos Programas de Acção.

Até final de 2011, registou-se uma execução de 3,4 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 2 milhões de Euros, atingindo-se uma *taxa de realização* de 57,8% e uma *taxa de reembolso* de 64,92% (*Anexo III*).

Em Julho de 2011 realizou-se uma consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento do PO ALGARVE 21 para aprovação dos critérios de selecção das operações da tipologia “**Reabilitação Urbana**”, que foram aprovados a 26 de Julho. Em Dezembro de 2011, foi aberto um concurso com uma dotação FEDER de 7 milhões de Euros.

Área de Intervenção: *Competitividade da Rede Urbana Regional*

No início de 2011, no âmbito da tipologia **Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação** encontravam-se aprovados 3 Programas Estratégicos com um investimento, relativo aos beneficiários do Algarve, de 11,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 5 milhões de Euros, estando contratados apenas 2 destes Programas (50% da meta de realização do Eixo).

Estas aprovações incluem 2 candidaturas interregionais (Programas Estratégicos) em que a Região “leader” é o Alentejo. Uma relativa a Redes Ambientais ligadas à eficiência energética em que participa o Município de Silves, cujo Protocolo foi assinado a 18/12/2009, não se tendo registado a submissão de nenhuma candidatura e outra que diz respeito a uma “Rede de Marinas e Portos de recreio”, onde são parceiros no Algarve os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e VRSA para além de outros parceiros nas regiões do Alentejo, Lisboa e Centro. O Protocolo não foi assinado face à ausência de decisão das Comissões Directivas dos restantes PO regionais envolvidos.

Com a aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente em 16 de Junho de 2011 do Regulamento Específico “**Reabilitação Urbana**”, que veio substituir o Regulamento específico “ Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, não será possível manter a fase transitória de análise e aprovação das operações enquadradas nos regulamentos revogados, pelo que foi decidido que em 2012 a Autoridade de Gestão comunicaria aos líderes das candidaturas inter regionais que os Programas Estratégicos a sua intenção de descomprometer as operações aprovadas no Algarve libertando os beneficiários para as submeter em caso de interesse no âmbito de próximos concursos.

A candidatura regional “Algarve Central” privilegiou projectos orientados para o aproveitamento de sinergias de investimento na relação material/imaterial, para o estímulo de actuações de carácter intermunicipal e para a valorização de parcerias técnicas de gestão e execução.

As componentes de investimento ligadas à gestão/animação de equipamentos culturais, e ao marketing turístico representam um investimento total de 4,8 milhões de Euros, 63% do investimento previsto, os investimentos noutros domínios nomeadamente na qualificação e modernização dos serviços prestados à população e dinamização dos centros urbanos atingem um montante 2,8 milhões de Euros.

A 31/12/2011, registava-se a aprovação de 9 operações no âmbito da candidatura regional “Algarve Central” que atingem um investimento total elegível de 5,7 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 2,6 milhões de Euros (*Anexo III*).

Apesar de se ter atingido uma elevada *taxa de compromisso* do Programa verificou-se ainda uma baixa execução (424 mil euros de investimento e 191 mil euros de FEDER). A *taxa de reembolso*, ascendia no final de 2011 a 74,15% (*Anexo III*).

Área de Intervenção: “Equipamentos Colectivos / Estruturantes”⁴⁵

Enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências celebrado em Maio 2009 entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e dada a prioridade nacional estabelecida para a Rede Escolar, no âmbito do plano de combate à crise, deu-se continuidade à política, seguida em anos anteriores, com a abertura em Junho de 2011 de um concurso em contínuo na tipologia “**Requalificação da Rede Escolar**” com uma dotação FEDER de 4,9 milhões de Euros.

Face à morosidade na submissão das operações previstas na contratualização que para além de outros critérios técnicos definidos, tinham sido seleccionadas em função da sua prioridade e exequibilidade a curto/médio prazo, no pressuposto de constituírem um forte contributo para a rápida execução do Programa, foi aprovada uma Orientação de Gestão estabelecendo um prazo para a submissão das candidaturas (30/10/2011), data a partir da qual seriam aprovadas as escolas previstas em “overbooking” na contratualização e actualizados os custos de referência.

Foram submetidas 2 candidaturas com um investimento proposto de 3,7 milhões de Euros. Uma candidatura não reuniu as condições de admissibilidade, registando-se uma taxa de admissibilidade de 50% e após análise do mérito a operação admitida foi aprovada com um investimento total de 1,7 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 860 mil euros.

A 31/12/2011 encontravam-se aprovados 18 projectos com um montante total de investimento elegível de 29 milhões de Euros e comparticipação FEDER de 14,5 milhões de euros (*Anexo III*). A esta data encontravam-se assinados todos os contratos, o que representa uma taxa de contratação de 100% para esta Tipologia de Operação.

O montante FEDER aprovado a 31/12/2011 no valor de 14,5 milhões de euros, representava 85% do previsto na contratualização.

A execução financeira desta tipologia de operação registava, no final do ano, uma despesa pública de 16,5 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 8,3 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 57% (*Anexo III*).

Comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (7,4 milhões de euros) com a execução FEDER (8,3 milhões de euros), a *taxa de reembolso* ascendia, no final de 2011, a 88,89% (*Anexo III*).

⁴⁵ Corresponde a uma autonomização de um conjunto de Regulamentos Específicos, cujas tipologias aquando da feitura do PO se encontravam integrados na Política de Cidades.

Estas intervenções na tipologia “Requalificação da rede escolar”, permitiram ainda que “5946 alunos fossem beneficiados” pela criação das 18 escolas contratadas, atingindo-se um grau de concretização de 84% face à meta prevista para 2015. Por sua vez estas intervenções apontam já para que 89% dos alunos se encontrem integrados em regime lectivo normal (89% da meta prevista para 2015) o que representa sem dúvida um forte contributo para a melhoria das condições de aprendizagem e para as condições da vida familiar.

No âmbito da tipologia “**Rede de Equipamentos Culturais – Programação em Rede**” foi rescindida uma operação em 2011 pelo que se encontravam aprovados, a 31/12/2011, 3 projectos que atingiam o montante de 1,3 milhões de Euros de investimento e uma comparticipação FEDER de cerca 500 mil euros.

No final de 2011, face às dificuldades financeiras e às prioridades definidas por parte dos principais beneficiários, não foi possível ir além de 198 mil euros de despesa pública de execução a que corresponde uma comparticipação comunitária de 80 mil euros. A *taxa de realização* em 31/12/2011 era de 15,77% (*Anexo III*).

Relativamente à tipologia “**Valorização e Animação do Património Cultural**”, encontra-se aprovado 1 projecto com um investimento de 3,6 milhões de Euros e um co-financiamento de 1,8 milhões de Euros.

A execução financeira desta operação registava, no final do ano, uma despesa pública de cerca de 633 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 317 mil euros e uma *taxa de realização* de 17,7% (*Anexo III*). Os pagamentos FEDER efectuados ascendem a 586 mil euros.

No âmbito da tipologia “**Saúde**” efectuou-se a abertura de um concurso que decorreu de 06/04/2011 a 26/05/2011, com uma dotação de 2 milhões de Euros. Foram submetidas 3 operações com uma taxa de admissibilidade de 100%.

Após análise do mérito, as operações foram aprovadas pela Comissão Directiva atingindo-se um investimento total de perto de 4 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 2 milhões Euros.

Em Dezembro de 2011, encontravam-se assinados os 3 contratos (*taxa de contratação de 100%*).

De salientar que os projectos aprovados abrangem 40 unidades de saúde (29 USF, 1 USP e 10 USC), que asseguram uma cobertura em cuidados de saúde a um total de 502.763 utentes.

Área de Intervenção: *Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano*

Relativamente à tipologia “**Mobilidade Territorial**”, encontram-se aprovados 5 projectos com um investimento de 8,9 milhões de Euros e um co-financiamento de 4,4 milhões de Euros (*Anexo III*).

A execução financeira registava, no final do ano, uma despesa pública de cerca de 4,2 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 2,1 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 47,6% (*Anexo III*). Os pagamentos FEDER efectuados ascendem a perto de 2 milhões de Euros atingindo uma taxa de reembolso de 93,58%.

Pelo facto de se tratar de um Regulamento com grandes solicitações no âmbito da contratualização, e tendo em conta que em 2011 tinham passado mais de 2 anos sobre a elaboração do Plano de Acção e que tinham decorrido mudanças de mandatos autárquicos, foram efectuadas propostas de revisão do Plano por parte dos municípios envolvidos.

Nesta sequência a 07 de Novembro foi celebrada uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências e em 15 de Dezembro foi aberto um concurso em contínuo para a submissão das operações previstas.

Área de Intervenção: *Coesão Territorial nas Áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos*⁴⁶

Esta área de intervenção é operacionalizada através de *programas integrados de acções* que em conformidade com a sua natureza são enquadradas em diferentes tipologias/regulamentos do PO. Foram assim criadas *estratégias de eficiência colectiva* de cariz territorial que enquadram as operações que por sua vez são apoiadas através de vários Regulamentos Específicos sectoriais.

⁴⁶ Na reprogramação do PO, aprovada em Dezembro de 2011, as Áreas de Intervenção territoriais, *Coesão Territorial nas Áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos* e *Valorização do Guadiana e do Arade* pela semelhança da sua natureza, foram fundidas para permitir uma melhor integração dos espaços a interencionar.

Esta abordagem que foi considerada a mais adequada para a intervenção em territórios com debilidades específicas, deu origem no âmbito desta Área de Intervenção ao PROVERE “Algarve Sustentável” e “Âncoras do Guadiana” no âmbito dos quais já foram aprovadas as seguintes operações:

Designação do Projecto	Concelho	Montantes Aprovados		EEC - PROVERE	Tipologia/Reg. Específico
		Fundo Comunitário	Investimento Elegível		
Valorização dos Açudes de Alcaria Cova, Galaxos, Várzea	Alcoutim	213.485,50	426.971,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Sinalização da Rede Natura 2000 - Algarve interior	Multi concelhos	70.461,50	140.923,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de Loulé	Loulé	15.000,00	30.000,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Alcoutim	148.252,00	228.080,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Pólo Museológico da Água - Equipamento e Conteúdos	Loulé	145.704,00	224.160,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Via Algarviana 2	Multi concelhos	950.947,40	1.462.996,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	12.753,00	19.620,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Remodelação do Sistema de Comportas e reparação dos Açudes do Parque Municipal do Sítio das Fontes	Lagoa	29.750,00	59.500,00	PA "Algarve Sustentável"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Subtotal Algarve Sustentável		1.586.353,40	2.592.250,00		
Recuperação do Sapal de Venta Moinhos Sul	Castro Marim	112.057,40	172.396,00	PA "Âncoras do Guadiana"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Cultivo Sustentável de Halófitas na RNSCM/VRSA	Castro Marim e VRSA	109.671,25	168.725,00	PA "Âncoras do Guadiana"	Ações de valorização e Qualificação Ambiental
Subtotal Âncoras do Guadiana		221.728,65	341.121,00		
TOTAL GERAL (PROVERE)		331.399,90	509.846,00		

Área de Intervenção: *Iniciativa JESSICA*⁴⁷

Conforme referido no ponto 2.6.2, no âmbito da implementação da iniciativa JESSICA, em Novembro de 2010 foi lançado um procedimento público, seguido de um processo negocial iniciado em Abril de 2011 para a selecção dos Fundos de Desenvolvimento Urbanos, e respectivas entidades gestoras.

A Entidade seleccionada para gerir os Fundos de Desenvolvimento Urbano para o Algarve – foi o **Turismo de Portugal**.

Em Dezembro de 2011, a Autoridade de Gestão, efectuou a 2ª transferência para a criação do JESSICA HOLDING FUND, no valor de 2,5 milhões de euros, que apenas ficou disponível para o Fundo em Janeiro de 2012 e como tal não conta para efeitos de execução de 2011.

⁴⁷ Ver ponto 2.6.2 para mais informação – conforme norma IFDR nº 2/2012.

3.3.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Problemas gerais

O acentuar da crise económica e financeira acentuou as dificuldades dos promotores em dispor de capacidade financeira suficiente para pagamento dos compromissos decorrentes das aprovações do PO Algarve 21.

O **aumento do prazo médio de pagamentos** por parte do IFDR, não ajudou a esta situação.

Não existe informação específica decorrente do Relatório Anual de Autoridade de Auditoria, para além da já referida no ponto 2.3 – Tabela 2.11.

Problemas específicos

- ❖ **Dificuldade de gerir um elevado número de solicitações no âmbito da contratualização, aliado à escassez de recursos do Programa**, sentido em particular no âmbito da Mobilidade Territorial.

Para facilitar a solução deste problema a Autoridade de Gestão elaborou um documento técnico orientador com o objectivo de indicar prioridades para as intervenções face à estratégia definida para o PO.

Foi proposta pelos Municípios e assinada em Novembro de 2011 uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com um ajustamento do Plano de Ação face às novas prioridades municipais.

- ❖ A **baixa taxa de execução** deste Eixo deve-se, de forma mais específica, ao peso significativo das aprovações dos **Programas de Acção** e dos **Programas Estratégicos**, onde existe um desfasamento temporal entre a aprovação dos Planos e a submissão e posterior execução das operações. Algumas regras demasiado rígidas previstas nos Regulamentos da Política de Cidades dificultam a gestão operacional no sentido de após análise e ponderação dos objectivos a cumprir, permitir à Autoridade de Gestão poder viabilizar a substituição ou ajustamento de operações flexibilizar prazos. Esta rigidez atrasa a operacionalização de soluções para os problemas, atrasa a execução e dificulta a obtenção de resultados.

Foi aprovado o Regulamento Específico “Reabilitação Urbana” mais simplificado na sua aplicação em Junho de 2011.

- ❖ No âmbito do Regulamento “**Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação**”, têm surgido atrasos significativos, na assinatura de protocolos pelo facto das operações integrarem, entidades beneficiárias de várias Regiões, e exigirem a articulação de procedimentos entre os vários Programas Operacionais. Por outro lado são operações com vários beneficiários o que obriga sempre a um tempo de preparação e montagem da operação, incluindo os procedimentos de contratação, substancialmente superior ao de uma operação individual, uma vez que cada decisão necessita de validação de todos os parceiros (nomeadamente com reuniões para discussão e articulação de posições).

Deverá haver uma maior tolerância de prazos relativamente a este tipo de operações que implicam vários beneficiários ou seja vários decisores.

Boas práticas

Ao nível dos *projectos*, de realçar o projecto “Centro Escolar EB1/JI de Vale de Rãs” que se considera não só um bom exemplo da política de **Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Algarve** dado que irá permitir a passagem de 3 escolas a funcionar em regime duplo para regime normal e suspender o funcionamento das escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico de reduzidas dimensões, como constitui uma boa prática no que respeita ao **desempenho ambiental e eficiência energética** do Edifício.

O projecto de arquitectura, teve por base uma estratégia de desenho solar passivo e de desenho verde, que abarca grandes pontos de intervenção (aquecimento/arrefecimento, iluminação, ventilação) com o objectivo de recorrer a energias renováveis e reduzir os custos energéticos do edifício.

Operações em Parceria: Trata-se de operações que visam a implementação de iniciativas conjuntas intermunicipais (plataformas comuns, promoção conjunta de iniciativas culturais em rede, processos de aquisições conjuntas, entre outras) como forma de ultrapassar a dimensão municipal das iniciativas, dando-lhes uma escala regional ou sub-regional. Representam soluções estratégicas mais integradas e mais sustentáveis no futuro.

4. GRANDES PROJECTOS E PROJECTOS AMBIENTAIS

4.1 Grandes Projectos

Aquando da apresentação do Programa Operacional à Comissão Europeia, não foi preenchida a lista indicativa de grandes projectos por não se encontrar prevista a ocorrência dos mesmos. Caso se venha a concretizar algum projecto deste tipo, serão cumpridas as disposições legais previstas nomeadamente na Secção 2 do Capítulo II do Reg. (CE) n° 1083/2006 (Art° 39°, 40° e 41°).

4.2 Projectos Ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros

Não se encontra prevista a ocorrência de projectos ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros, nos termos do previsto no Reg. (EU) n° 539/2010.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Inicialmente, pela Decisão de Aprovação do Programa (Decisão CE (2007) 5067 de 10 de Outubro) a dotação da Assistência Técnica (Eixo 4) atribuída ao PO Algarve 21 representava 3,25% no total da dotação do Programa, ou seja, era inferior aos 4% previstos no n.º 1 do artigo 46º do regulamento (CE) n.º 1083/2008 alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009.

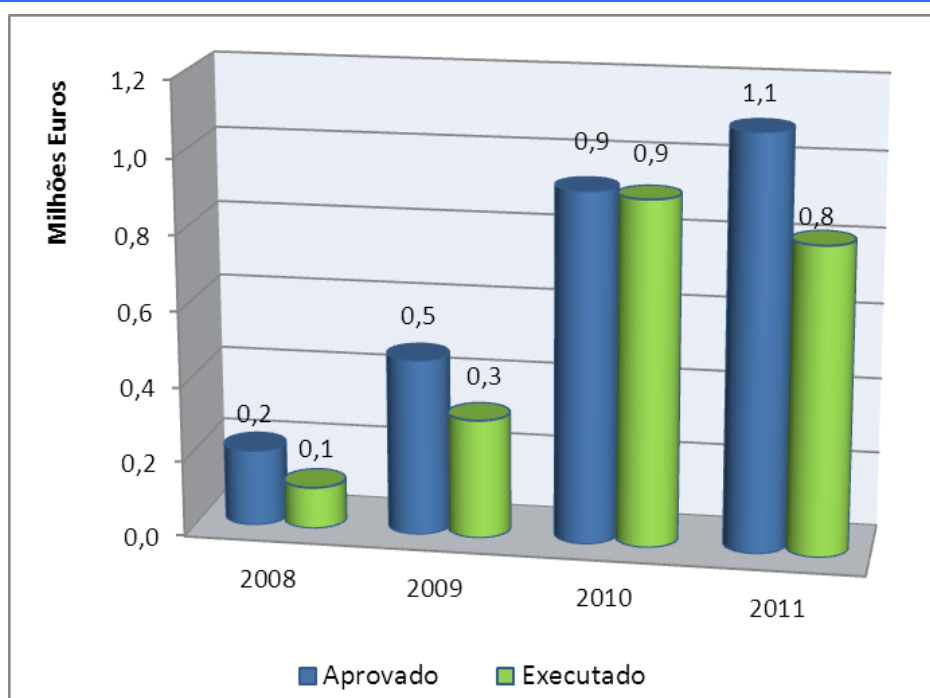
Tal significava que a disponibilidade FEDER de 5,7 Milhões de Euros de FEDER a distribuir por 6 beneficiários (Autoridade de Gestão, Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito da contratualização e os 4 organismos intermédios) era claramente insuficiente para cobrir as despesas regulamentares previstas.

Tendo em conta estas limitações agravadas com a necessidade de consolidação orçamental, a Autoridade de Gestão, na sua proposta de Reprogramação Técnica do PO, preparada em Maio/Junho de 2011, solicitou um reforço do Eixo 4 por contrapartida do Eixo 1.

Desta forma, a reprogramação do PO aprovada no final de 2011, integra já este reforço, passando o Eixo 4 a ter uma dotação FEDER de 6.998.080 €

No final de 2011 a *taxa de compromisso* (AP/PR) neste eixo era de 39% com uma *taxa de realização* (EX/AP) de 80%.

Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Aprovações e Execução



As operações ALG-04-1873-FEDER-000003 e 4, aprovadas em 2009 e as operações ALG-04-1873-FEDER-000005 e 6 aprovadas em 2010 foram reforçadas com o orçamento para o ano 2011, tendo em conta o previsto na alínea b) do ponto 8 do aviso de concurso “*cada candidatura aprovada poderá ser sucessivamente reprogramada para exercícios seguintes, mediante aprovação da Comissão Directiva do PO* “. Esta possibilidade decorre também da última alteração ao Regulamento Específico no qual foi eliminada a referência a candidaturas anuais.

Em Outubro de 2011 foi assim aberto um último concurso, onde se aprovou a candidatura do IAPMEI (que era o único organismo intermédio que não tinha ainda apresentado a sua candidatura).

Atendendo às especificidades deste tipo de candidaturas, a Comissão Directiva aprovou uma Orientação de Gestão (OG nº 7/2011) que permitiu clarificar as regras de execução destas operações assim como os “*plafonds*” a atribuir a cada beneficiário.

Verifica-se através da tabela 5.1 que a execução em 2011 foi significativamente inferior a 2010, fruto das restrições orçamentais da Administração Pública agravadas este ano.

Tabela 5.1 – Assistência Técnica – Aprovação e Execução a 31/12/2011

COMPONENTES	APROVAÇÃO		EXECUÇÃO						TOTAL Execução		TAXA DE REALIZAÇÃO
	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (1)	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	Despesa	FEDER	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (2)	(2)/(1)
			2008 e 2009	2010	2011						
DESPESAS COM PESSOAL	2.678.806 €	1.875.164 €	229.060 €	160.342 €	1.125.577 €	787.904 €	857.480 €	600.236 €	2.212.117 €	1.548.482 €	83%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.113.506 €	779.454 €	36.281 €	25.396 €	510.935 €	357.655 €	295.692 €	206.984 €	842.908 €	590.036 €	76%
DESPESAS DE CAPITAL	58.327 €	40.829 €	117 €	82 €	12.448 €	8.714 €	9.578 €	6.705 €	22.143 €	15.500 €	38%
TOTAL DESPESA	3.850.639 €	2.695.447 €	265.457 €	185.820 €	1.648.961 €	1.154.273 €	1.162.750 €	813.925 €	3.077.168 €	2.154.018 €	80%

Relativamente à execução por grandes componentes, sistematizada na tabela 5.2, verificamos que a maior fatia (72%) corresponde à componente “despesas com pessoal”.

Isto deve-se essencialmente à forte limitação dos orçamentos que por vezes não cobrem outras obrigações das AG e OI, optando estas entidades por não incluir nestas candidaturas algumas despesas que embora regulamentares são suportadas com orçamentos próprios.

Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por componentes

Euros

COMPONENTES	Despesa Executada até 31/12/2011				TOTAL	OBSERVAÇÕES
	CCDR Algarve ALG-04-1873-FEDER-000001 ALG-04-1873-FEDER-000004	AMAL ALG-04-1873-FEDER-000003	AICEP ALG-04-1873-FEDER-000002 ALG-04-1873-FEDER-000002	ADI ALG-04-1873-FEDER-000006		
DESPESAS COM PESSOAL	1.992.757 €	159.265 €	47.880 €	12.214 €	2.212.117	Incluiu todos os encargos obrigatórios com pessoal afecto ao PO Algarve 21
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	822.277 €	20.630 €	0 €	0 €	842.908	Incluiu despesas obrigatórias com Estudos de Avaliação do PO, implementação do Sistema de Informação, sistema de controlo interno, divulgação e comunicação do PO e despesas gerais de funcionamento da Estrutura Técnica (viaturas e deslocações para verificações físicas das operações e outras)
DESPESAS DE CAPITAL	14.856 €	7.288 €	0 €	0 €	22.143	Valor residual para renovação de equipamento (informático e administrativo/básico) afecto à Estrutura Técnica.
TOTAL DESPESA	2.829.890 €	187.184 €	47.880 €	12.214 €	3.077.168	
FEDER ASSOCIADO (70%)	1.980.923 €	131.029 €	33.516 €	8.550 €	2.154.018	

Prevê-se que as despesas com “aquisições de serviços” venham a ser superiores em 2012 uma vez que para além do 2º Plano de Acção de Controle será necessário adjudicar o Estudo de Avaliação Intercalar.

As realizações físicas e de resultado encontram-se retratadas na tabela seguinte:

Tabela 5.3 – Indicadores do PO (realização e resultado) – Eixo 4

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	Realização - Contratada		100	100	100	100			100%
	Realização - Executada		100	100	100	100			100%
	Metas				60		100		
	Valor de Referência	0							
Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total	Grau de concretização 2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
Cumprimento das regras n+3 e n+2	Realização - Contratada		-	-	n.a	n.a.			n.a.
	Realização - Executada		-	-	n.a	49,9			28,5
	Metas				- ¹⁾	31	100 ²⁾		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0							

1) A meta de 2010 deixou de existir porque a alteração do Regulamento Comunitário n.º 1083/2006 de 11 de Julho, através do reg (CE) n.º 539/2010 de 16 de Julho, alterou a meta n+3 que passou a ser aplicável apenas e 2) Meta N+3 a cumprir no final de 2015 (174.952.016 €) - total da programação.

O indicador “Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa” já apresenta os níveis de concretização previstos para 2015.

No que respeita à Meta N+3 o grau de concretização da meta 2015 é de **28,5** tendo sido ultrapassado o objetivo para 2011 (160%).

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Para execução do programado no Plano de Comunicação do PO Algarve 21, no âmbito do cumprimento das obrigações dispostas no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, “...avaliação dos resultados das medidas de informação e publicidade em termos de visibilidade e notoriedade dos programas operacionais...” foram desenvolvidas medidas de informação e divulgação que seguiram as orientações e a estratégia nacional de comunicação do QREN.

Durante o ano de 2011, as acções de Informação e Divulgação estiveram centradas na divulgação dos projetos em curso, na abertura de novos concursos e na divulgação dos resultados das políticas comunitárias (PO Algarve 21) junto dos cidadãos.

Web site

O site do PO ALGARVE 21 www.poalgarve21.qren.pt, disponibilizou informação permanente actualizada, nomeadamente sobre os avisos de abertura de concursos, projetos aprovados e conteúdos noticiosos sobre as principais realizações.

No capítulo «Projetos Aprovados», foram publicados os resultados dos concursos com a explicitação da lista dos beneficiários, montantes, tipologias de operação e designação das operações. O site permitiu, igualmente, efectuar inscrições online em todas as iniciativas realizadas. O número total de visitas à página web do PO Algarve 21, em 2011, foi de 55 mil.



Anúncios de Imprensa

Foram realizadas campanhas, publicados anúncios na imprensa para promover as sessões, seminários, para divulgar a abertura de novas fases de concursos, para aumentar a visitação em Feiras, bem como publicitar resultados. Os eventos mencionados foram publicitados em jornais regionais e no Correio da Manhã.

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL2007.2013

Sistemas de Incentivos às Empresas

Sessão de Divulgação

24 Março - TAVIRA (Hotel Porta Nova)
7 Abril - LAGOA (Auditório Municipal)

Programa e inscrições:
www.poalgarve21.qren.pt

Mais informações:
Gabinete de Comunicação e Imagem da CCDR-Algarve
Tel.: 289 895 220

Maio mês da Europa
Seminário Resultados, Impacto no turismo e Estratégia futura

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

9 Junho 2011 - CCDR Algarve

Programa

14h30 - Recepção aos participantes

15h00 - Início dos Trabalhos

- . Apresentação de resultados do PO Algarve 21
Presidente da Comissão Directiva - João Faria
- . Metodologia Competitivtur - Impacto do PO no sector do Turismo
Fernando Perna (CIITT - Universidade do Algarve)

16h00 - Comentários - Vogais da Comissão Directiva

- Maçano Correia - Presidente da AMAL e do Município de Faro
- Francisco Leal - Presidente do Município de Olhão
- Vitor Nelo - Presidente do NERA
- António Covas - Professor da Universidade do Algarve

16h30 - A nova Política de Coesão e a Estratégia futura 2020

Luis Madureira Pires - Consultor Internacional

17h00 - Debate

17h30 - Encerramento

A sessão é uma organização conjunta do PO Algarve 21 e do Europe Direct do Algarve.

Eventos, mostras e feiras

➤ *Sessões realizadas pelo PO Algarve 21, dirigidas a potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos:*

- **24 março** – Hotel Porta Nova em Tavira.
- **31 março** – Conferência Jornal O Algarve na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve em Faro.
- **5 abril** – Seminário ADENE no Teatro Municipal de Portimão.
- **7 abril** – Sessão promovida pelo PO no Auditório Municipal de Lagoa.
- **7 abril** – Feira Informa no NERA em Loulé.
- **14 maio** – Expo Ambiente e Energia em Quarteira.
- **23 maio** – Seminário 7º Programa-Quadro nas instalações da CCDR em Faro.

- **21 junho** – Jornadas Empresariais do Baixo Guadiana na Estalagem do Guadiana em Alcoutim.
- **26 outubro** – Seminário Feira Empresarial do Baixo Guadiana no Centro Cultural António Aleixo em Vila Real de Santo António.
- **27 outubro** – Workshop Feira Empresarial do Baixo Guadiana no Centro Cultural António Aleixo em Vila Real de Santo António.
- **7 dezembro** – Seminário Faro Empreendedor na Universidade do Algarve em Faro.



Sessão em Tavira

➤ *Grande Evento Anual*

O momento alto do ano e considerado o Grande Evento Anual do PO ocorreu durante as comemorações de “**Maio - mês da Europa**”, através de uma campanha de divulgação das políticas europeias junto de públicos diversificados (beneficiários efetivos e potenciais, público em geral e público jovem).

Estas iniciativas contaram com cerca de 500 participantes, foram desenvolvidas em parceria com o Centro Europe Direct e Enterprise Europe Network da CCDR Algarve e terminaram na tarde do dia da Comissão de Acompanhamento com a Sessão Pública de Apresentação de Resultados do PO.

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

Maio mês da Europa 2011

5 Maio
Conferência Inovação e Competitividade
convidado Daniel Bessa, COTEC Portugal

9 Maio
Dia da Europa
hastear da bandeira e actividades de rua

23 Maio
Sessão I & DT 7º Programa Quadro e PO Algarve 21

26 e 30 Maio
Road show _ visita a empresas

9 Junho
Seminário Resultados, Impacto no turismo e Estratégia futura
convidado Luís Madureira Pires

Inscrições e programas:
www.ccdr-alg.pt | www.poalgarve21.qren.pt

CCDR Alg
europe direct
enterprise europe network
ALGARVE 21
GR
EUROPEAN UNION

Esta campanha assumiu um carácter nacional uma vez que o PO Algarve 21, em conjunto com a Rede de Comunicação do QREN, promoveu uma campanha em todo o território nacional, durante este mês, através da distribuição de postais gratuitos em universidades, escolas, cinemas, restaurantes, etc. No total foram distribuídos 200.000 postais, que abrangeram cerca de 600 mil pessoas em todo o país.



Foto do postal tirada no Mercado Municipal de Loulé, um projecto que beneficiou de fundos comunitários.

As iniciativas organizadas em parceria pelo PO Algarve 21 foram as seguintes:

- **5 de Maio** – Conferência “Inovação e Competitividade” – Prof. Daniel Bessa.

Esta conferência teve o intuito de sensibilizar beneficiários e não beneficiários sobre o papel da gestão da inovação para a competitividade presente e futura das empresas regionais.



- **9 de Maio**, em Faro - hastear da bandeira da União Europeia, pela Comissão Directiva.



- **Road Show** – Visitas programadas da Comissão Directiva do Programa a projetos empresariais.



- **9 de Junho** – Comissão de Acompanhamento – 10 h
Seminário público de Apresentação de Resultados – 15 h – a avaliação de impacto no Turismo e o futuro da Política de Coesão, inserida na estratégia 2020.



➤ **Outros Eventos**

27 de Junho - Projeto TASA - Técnicas Artesanais Saberes Ancestrais – Evento final do projeto, na Escola de Hotelaria e Turismo, em Faro, o qual contou com a participação de cerca de 100 pessoas. Depois de uma retrospectiva das actividades desenvolvidas, ilustrada por vídeos realizados no âmbito do projeto TASA, esteve em debate o futuro do artesanato da região do Algarve. Por fim, inaugurou-se a exposição do TASA com os 20 produtos finais do projeto, o qual esteve patente até ao final de junho.

Recorda-se que, este projeto, centra-se na inovação estratégica do produto artesanal na perspectiva da sua valorização, re-identificação e re-interpretação tendo em conta as suas necessidades contemporâneas, bem como a reabilitação do seu estatuto comercial e cultural.



5 de Julho – Lançamento do livro “Algarve – Arquiteturas e Espaços Recuperados”, no Museu Municipal de Portimão. O livro é da autoria do Arq.º José Manuel Fernandes e da fotógrafa Ana Janeiro, e centra-se no estudo e divulgação das intervenções de recuperação e valorização do património edificado.

23 de Setembro - Cientistas ao Palco - Noite Europeia dos Investigadores – Esta iniciativa, dirigida à comunidade académica e organizada pela Universidade do Algarve através do CRIA, teve lugar no dia 23 de Setembro no Centro Comercial Ria Shopping, em Olhão. O PO Algarve 21 participou com a presença de um stand.

7 de Outubro - Conferência Internacional sobre Inovação em Turismo: “Inovar em Turismo pelo Conhecimento e Criatividade” - O PO Algarve 21 colaborou nesta conferência, integrada na Campanha Europeia de sensibilização para a Inovação de Serviços. O tema em foco foi «Inovar em Turismo pelo Conhecimento e Criatividade». Contou com a presença da Dr.ª Cecília Meireles, Secretária de Estado do Turismo, na sessão de abertura. Foram abordados temas tais como o papel das redes de conhecimento e da gestão da inovação para a melhoria da competitividade do sector turístico, através dos contributos de peritos do Turismo de Portugal e da COTEC (Associação Empresarial para a Inovação). Foram apresentados casos de sucesso do Grupo Tivoli Hotels & Resorts e das Ilhas Baleares, de Espanha, entre outros.



➤ **Exposições:**

- **Exposição sobre a Via Algarviana** - Exposição de fotografia patente entre **14 Janeiro a 14 de Fevereiro** na CCDR-Algarve, pretendeu mostrar algum do Património existente ao longo dos 14 setores percorridos. Percurso realizado em 2009 por Pedro Monteiro, fotojornalista da revista Visão. Iniciativa promovida pela Almagem com o apoio do PO Algarve 21. Em paralelo, o projeto **TASA expôs uma pequena mostra do trabalho em curso com três artesãos** cuja localização cruzava o percurso da Via Algarviana.

- “Algarve Verde amigo do Ambiente” e “Ecocentros – Boas práticas gestão de resíduos em autarquias”: Foram os temas da conferência e da mostra fotográfica dos projetos empresariais de resíduos, co-financiados/ apoiados pelo PO Algarve 21, patente entre **2 de Junho e 22 Agosto**, na CCDR-Algarve.



- “Algarve Arquitecturas e Espaços Recuperados” - Exposição de Ana Janeiro, fotografa do livro “Algarve Arquitecturas e Espaços Recuperados” patente na sala de exposições da CCDR-Algarve de 2 de Dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012. Em simultâneo, esteve a **Exposição fotográfica de Arquitectura dos Edifícios da CCDR e do Palácio Doglioni**, por Clara Moura e maquetas de António Fantasia.

➤ Feiras

Participação do Stand do PO Algarve 21 com a divulgação do Programa apresentação de resultados:

- **Expomar** em Olhão (Abril 2011) - É a Feira do Mar e das Actividades Náuticas de Olhão, a qual em 2011 o tema foi o Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras. O PO Algarve 21 esteve presente nesta iniciativa com um pequeno stand.

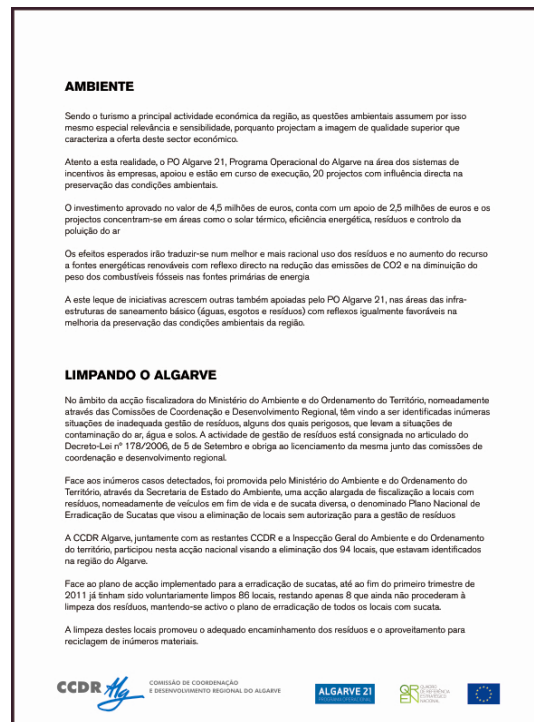


- **Fatacil** em Lagoa (Agosto 2011)
 - É uma feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria que atrai milhares de visitantes provenientes de vários pontos do país, para visitarem os cerca de 800 expositores e os seus produtos. Neste ano, o Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, foi um dos ilustres visitantes.



As mais representativas Feiras regionais. O número total de visitantes recebidos nas Feiras situou-se na ordem das 80 mil pessoas.

Exemplo de materiais de Comunicação produzidos: Cartaz, Cartaz Sinopse, Convite, Roll-up:



SEMANA DO AMBIENTE NO ALGARVE

CCDR Algarve
2 a 5 de Junho de 2011

Programa completo dos eventos da Semana do Ambiente www.ccdr-alg.pt

+ info 289 895 220

CONVITE

O Presidente da CCDR Algarve e gestor do PO Algarve 21, Dr. João Faria convida-o (a) a participar no Workshop Regional "Gestão de Sucatas - Resultados 2008-2011" que irá realizar-se no dia 2 de Junho, na CCDR Algarve, em Faro, a partir das 10h00 da manhã.

A participação é gratuita e a inscrição obrigatória. A lotação de sals é limitada e as inscrições são aceites por ordem de chegada. Está ainda convidado a visitar a Exposição fotográfica Limpando o Algarve "sucatas antes e depois", patente até 31 de Julho. Agradecemos a confirmação da inscrição até ao dia 31 de Maio www.ccdr-alg.pt

CCDR Algarve Praça da Liberdade, 21.8000-164 Faro

SEMANA DO AMBIENTE NO ALGARVE

CCDR Algarve
2 a 5 de Junho de 2011

CONVITE

Exposição fotográfica Limpando o Algarve "sucatas antes e depois" 2 de Junho a 31 Julho

Workshop Regional "Gestão de Sucatas - Resultados 2008-2011" 2 de Junho, 10h00, CCDR Algarve

+ info 289 895 220 • www.ccdr-alg.pt • www.poaalgarve21.geres.pt

➤ *Comunicação Social*

No que respeita ao relacionamento com a comunicação social, durante o ano foram distribuídos *18 comunicados* e publicadas *67 notícias* na imprensa relacionadas com a actividade do PO Algarve 21 e para divulgação dos projetos apoiados. Os principais canais de comunicação media utilizados foram a internet, a imprensa escrita e a televisão.

PO Algarve 21 – Resultados 2010

Nos 49 finais de 2010 concluídos no Programa Operacional Regional do Algarve (PO ALGARVE 21) foram de 420 candidaturas, tendo sido aprovadas 227 projectos, com um volume de investimento agregado superior a 185 milhões de euros e um apoio financeiro da ordem dos 68 milhões de euros.

Son termos qualitativos, a distribuição do investimento aprovado encontra-se predominantemente no eixo 1, área temática de apoio directo às empresas - "Médias de Investimento que representam 29% do total dos investimentos do Programa. Nos eixos 2 e 3 destacam-se os domínios "Programa para a Regeneração Urbana" (17%) e "Plano de Investimento do Interior" (1%). Os investimentos com maior volume de aprovação foram Portugal (22,2%), seguida de Vila do Real (17,2%) e Faro (15,3%).

Durante 2010 estiveram em fase de execução, foram aprovadas 125 projectos com um investimento agregado de 121 milhões de euros e uma participação FEDER de 42,1 milhões de euros.

Projectos aprovados entre 16/01/2010 e 31/12/2010

Designação do Projecto	Procedimento	Localização	Investimento Total	Apoio Financeiro FEDER	Designação do Projecto	Procedimento	Localização	Investimento Total	Apoio Financeiro FEDER
Programa Operacional (POAL)	POAL		185.950.000	68.000.000					
POAL - Interiores (POAL-INT)			102.550.000	37.500.000	POAL - Turismo (POAL-TUR)			52.400.000	19.500.000
POAL - Turismo (POAL-TUR)			45.550.000	17.000.000	POAL - Apoio Empresarial (POAL-AP)			48.300.000	18.000.000
POAL - Apoio Empresarial (POAL-AP)			17.000.000	6.300.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			17.150.000	6.200.000
POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000
POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000
POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000
POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000
POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000	POAL - Regeneração Urbana (POAL-RU)			10.000.000	3.700.000

ALGARVE 21 • **MAIO 2010** • **FEDER**

+ info www.ccdr-alg.pt
www.poaalgarve21.geres.pt

PO Algarve já financiou 283 projectos de investimento

No âmbito do PO Algarve – Programa Operacional Regional do Algarve, até ao final do terceiro trimestre deste ano foram aprovados 283 projectos, com um investimento total elegível de 226,5 milhões de euros e um apoio financeiro de 92,2 milhões de euros, informa a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve.

Segundo a mesma fonte, foram realizados 122 concursos e recebidas 596 candidaturas.

Para o período 2007 – 2013,

estão disponíveis cerca de 175 milhões de euros de fundos comunitários.

Do total do investimento aprovado, 39 por cento foi para o apoio directo às empresas, as tipologias «Rede Escolar» absorveram 12 por cento dos fundos, as «Parcerias para a Regeneração Urbana» (incluindo iniciativa comunitária Jessica) 8,4 por cento, as «Acções de Valorização do Litoral» 8,2 por cento e «Mobilidade Territorial» 4,6 por cento.

Os concelhos com maior volume de investimento aprovado foram Portimão (20 por cento), Faro (15 por cento), Vila do Bispo (14 por cento) e Loulé (7 por cento).

Com este registo, o PO Algarve 21 ultrapassou a meta mínima prevista, no âmbito da regulamentação comunitária. Esta meta, denominada «N+3», prevê o corte das dotações de qualquer programa que não execute no final do ano a sua programação desfasada de três anos.

o algarve 04|11|11



Articulação do PO com a Estratégia Nacional

A articulação entre o Plano de Comunicação do PO Algarve 21 e o Plano de Comunicação do QREN, decorrente da nossa participação regular nas reuniões da rede do Observatório do QREN, para além da troca de ideias, de experiências e da monitorização constante, permitiu a concretização das seguintes iniciativas conjuntas:

- **Suplemento QREN OJE** – Na rubrica “Casos de Sucesso” foram publicadas reportagens sobre beneficiários sobre a Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres.



. Estes suplementos, para além da tiragem habitual do jornal, de 25 025 exemplares, existe ainda uma tiragem extra de 3 000 exemplares que são enviados para as mailing lists dos vários organismos do QREN, perfazendo um total de cerca de 28 mil leitores por cada edição. Os suplementos são ainda disponibilizados no sítio da internet do OJE, bem como nos sítios dos organismos do universo QREN. cujos conteúdos contam com mais de 30 mil visitantes em 2011. Este é um dos instrumentos que permite atingir directamente o público empresarial, um dos alvos preferenciais da comunicação QREN, uma vez que se constituem, por excelência, como o grupo dos potenciais beneficiários destes apoios comunitários.

- Acompanhamento do Serviço de **clipping** e da Análise Qualitativa do QREN, dos Fundos e do Programa Operacional - PO Algarve 21, através do serviço da Cision.

Obrações de Informação e Publicidade a beneficiários

As **acções de comunicação** direccionaram-se, essencialmente, para os beneficiários, para os potenciais beneficiários do PO e para a comunicação social, não sendo possível calcular nesta fase a respectiva percentagem. Com regularidade é feito um acompanhamento aos beneficiários sobre o **Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários** e apoio ao cumprimento do Manual de Identidade da Marca. Para além do atendimento diário pelo telefone, e-mail e presencial, realizaram-se reuniões periódicas com visita a projetos nas instalações das empresas.

Durante o ano 2011 foram efectuadas 34 visitas de acompanhamento a projectos aprovados e contratados no âmbito do PO Algarve21 – Sistemas de Incentivos, algumas com a presença do

gestor. As visitas presenciais tiveram por objectivo monitorizar a execução dos projetos e fornecer explicações personalizadas de carácter prático sobre a política de Comunicação e Imagem do PO Algarve 21.

Visitas a empresas



Indicadores de Comunicação

Até final de 2011 foram apurados os seguintes resultados para os indicadores previstos no Plano de Comunicação:

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação

Indicadores de Realização	Unid	Metas		Até 31/12/2011		Observações Realizações efectivas em 2011
		2010	2013	Realização (b)	Grau de concretização (b)/(a)	
			(a)			
Potenciais beneficiários						
Participantes em acções face aos convites enviados	%	40	40	40	100%	40
Beneficiários						
Downloads do manual de procedimentos de comunicação	N.º	100	145	2334	1610%	880
Público						
Iniciativas realizadas (exposições, participação em feiras, visitas organizadas)	N.º	6	9	27	300%	12
Comunicados de imprensa emitidos para a comunicação social	N.º	30	40	71	178%	18
Grandes eventos	N.º	3	5	4	80%	1
Comunicação Social						
Notícias publicadas na imprensa escrita	N.º	15	20	222	1110%	67
Reportagens na rádio e tv	N.º	3	5	33	660%	5

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

Durante o ano 2011, participaram em média nas acções realizadas, cerca de 40% das entidades convidadas (grau de concretização de 100%). O Manual de procedimentos de comunicação esteve ao dispor dos beneficiários, os quais superaram largamente o número previsto de “downloads”. No que respeita ao público, realizaram-se 3 *Sessões Públicas* para divulgação do PO Algarve 21 e 9 *Iniciativas Públicas* com larga visibilidade apoiadas pelo PO.

Todas as comunicações que foram enviadas para a imprensa foram igualmente publicadas como notícias no site do PO. No final de 2011 tinham sido *publicados no site 18 comunicados*.

O *grande evento anual* do PO Algarve 21 ocorreu nos meses maio e junho, durante as comemorações do mês da Europa. Foi hasteada a bandeira da União Europeia no dia 9 de maio.

Na totalidade, foram emitidos 18 *comunicados de imprensa* e publicadas 67 *notícias* sobre o Programa Operacional do Algarve, na imprensa escrita e realizadas cerca de 5 *reportagens* de Rádio e Tv.

Foram efectuadas visitas a mais de 50% das empresas beneficiárias do sistema de incentivos do PO – QREN, para explicação das regras de publicitação.

Cerca de 60 mil pessoas visitaram o site www.poalgarve21.qren.pt.

Destes 60 mil visitantes, estima-se que 25 mil são *potenciais beneficiários* que consultaram a página do PO e efectuaram *downloads* de documentos, atingindo-se 73% da meta prevista até final de 2011.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (cont.)

Indicadores de Resultado	Unid	Metas		Até 31/12/2011		Observações Realizações efectivas em 2011
		2010	2013	Realização (b)	Grau de concretização	
		(a)			(b)/(a)	
Potenciais beneficiários						
Acessos à página internet do PO Algarve e descargas	N.º	35.000	75.000	55.000	73%	25.000
Comunicados publicados no site	N.º	36	54	57	106%	4
Beneficiários						
Comunicados de imprensa por projecto aprovado (*)	N.º	50	60	29	48%	6
Público						
Participantes em sessões de inauguração	N.º	300	750	870	116%	370
Comunicação Social						
Artigos/ reportagens em órgãos de comunicação social regional em que o PO é referido	N.º	12	18	15	83%	3

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

Todas as comunicações que foram enviadas para a imprensa foram igualmente publicadas como notícias no site do PO. No final de 2011 tinham sido *publicados no site 18 comunicados*, sendo ultrapassada a meta proposta.

Igualmente as participações do público em sessões de inauguração ultrapassaram o previsto. Contabilizaram-se ao todo *370 participantes em sessões de inauguração: do Cine-Teatro de Loulé co-financiado pelo PO Algarve 21, 1 projeto do Sistema de Incentivos a Empresas e 6 exposições apoiadas pelo programa da região.*

O grau concretização nos *artigos/reportagens, em órgãos de comunicação social regional, em que o PO é referido* atingiu o previsto até final de 2011.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (cont.)

Indicadores de Impacto	Unid	Metas		Até 31/12/2011	
		2010	2013	Realização (b)	Grau de concretização (b)/(a)
		(a)			
Inquiridos que identificam PO Algarve 21/ FEDER	%	15	20	100 (*)	500%
Inquiridos que sabem que o projecto teve apoio de fundos comunitários	%	20	25	100	400%

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

As componentes com gastos mais significativos são as referentes aos *recursos humanos com cerca 60%* do total da despesa em 2011. Quanto à *divulgação e publicitação* relativas a anúncios de imprensa e outras contrapartidas por publicitação do PO estão nos 10% e os *materiais de comunicação diversos 9%*, que inclui não só cartazes, convites, *banners, roll-up* e folhetos, como também material específico relativo aos stands, produzido para participação em eventos e feiras.

Orçamento do Investimento Financeiro em Informação e Publicidade.

Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação

COMPONENTES	TOTAL				ANO 2008				ANO 2009				ANO 2010				ANO 2011			
	Orçamento Previsto no Plano 2007-2015		Orçamento executado (2007-2011)		Orçamento Previsto no Plano 2008		Orçamento Executado 2008		Orçamento Previsto no Plano 2009		Orçamento Executado 2009		Orçamento Previsto no Plano 2010		Orçamento Executado 2010		Orçamento Previsto no Plano 2011		Orçamento Executado 2011	
	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER
					(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
LOGOTIPO E MAT. COMUNICAÇÃO	93.000,00	65.100,00	44.577,93	31.204,55	60.000,00	42.000,00	22.299,93	15.609,95	12.000,00	8.400,00	10.878,00	7.614,60	3.000,00	2.100,00	11.400,00	7.980,00	3.000,00	2.100,00	3.156,30	2.209,41
DIVULGAÇÃO E PUBLICITAÇÃO (anúncios de imprensa e outros)	19.000,00	13.300,00	20.338,38	14.236,87	5.000,00	3.500,00	472,38	330,67	4.000,00	2.800,00	6.044,00	4.230,80	3.000,00	2.100,00	13.822,00	9.675,40	3.000,00	2.100,00	3.759,50	2.631,65
BOLETINS/ PUBLICAÇÕES	30.000,00	21.000,00	5.000,00	3.500,00	10.000,00	7.000,00			10.000,00	7.000,00			10.000,00	7.000,00	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRODUÇÃO DIGITAL	10.500,00	7.350,00	0,00	0,00	2.000,00	1.400,00			2.000,00	1.400,00			2.000,00	1.400,00		0,00	1.500,00	1.050,00	0,00	0,00
INTERNET e PUB ON LINE	20.000,00	14.000,00	3.224,76	2.257,33	5.000,00	3.500,00			3.000,00	2.100,00	1.071,96	750,37	3.000,00	2.100,00	2.152,80	1.506,96	3.000,00	2.100,00	2.152,57	1.506,80
EVENTOS E FEIRAS	40.000,00	28.000,00	25.137,01	17.595,91	5.000,00	3.500,00	6.471,10	4.529,77	10.000,00	7.000,00	8.769,00	6.138,30	10.000,00	7.000,00	9.896,91	6.927,84	5.000,00	3.500,00	2.373,90	1.661,73
REPORTAGENS MULTIMEDIA	33.000,00	23.100,00	10.489,60	7.342,72	4.000,00	2.800,00	4.840,00	3.368,00	5.000,00	3.500,00	2.100,00	1.470,00	6.000,00	4.200,00	3.549,60	2.484,72	6.000,00	4.200,00	0,00	0,00
TRANSPORTES E LOGISTICA	7.200,00	5.040,00	1.090,13	763,09	1.200,00	840,00			1.200,00	840,00			1.200,00	840,00	1.090,13	763,09	1.200,00	840,00	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO PAPEL E ELECTRONICA	6.000,00	4.200,00	0,00	0,00	1.000,00	700,00			1.000,00	700,00			1.000,00	700,00		0,00	1.000,00	700,00	0,00	0,00
RECURSOS HUMANOS / CUSTOS DE PESSOAL	230.961,00	161.672,70	50.084,38	35.059,07	24.000,00	16.800,00	0,00	0,00	32.400,00	22.680,00	18.621,73	13.035,21	33.210,00	23.247,00	31.462,65	22.023,85	34.040,00	23.828,00	23.888,57	16.722,00
RELAÇÕES PÚBLICAS	6.000,00	4.200,00	0,00	0,00	1.000,00	700,00			1.000,00	700,00			1.000,00	700,00		0,00	1.000,00	700,00	0,00	0,00
AVALIAÇÃO EXTERNA DO PLANO	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00		0,00							0	0,00		0,00	3.000,00	2.100,00	0	0,00
TOTAL	500.661,00	350.462,70	159.942,19	111.959,53	118.200,00	82.740,00	34.083,41	23.858,39	81.600,00	57.120,00	47.484,69	33.239,28	73.410,00	51.387,00	78.374,09	54.861,86	61.740,00	43.218,00	35.330,84	24.731,59
% Execução (FEDER) relativamente ao orçamento anual previsto (2)/(1)				32%				29%				58%				107%				57%

O montante indicativo do orçamento do Plano de comunicação para 2007 - 2013 é de 500 mil euros de despesa pública a que corresponde uma dotação de 350 mil euros de FEDER.

Verifica-se que, no ano de 2011, as despesas de comunicação efectuadas, foram inferiores em relação aos respectivos orçamentos previstos, ou seja, foram utilizados apenas 57% do montante total previsto.

Esta situação decorre das restrições orçamentais nacionais, as quais têm impedido a realização de despesa nos montantes previstos.

No entanto, e apesar desta limitação orçamental, têm-se cumprido os objetivos propostos para a comunicação, conforme se pode verificar no decorrer deste ponto, optando-se pela utilização de meios menos dispendiosos.

Avaliação do Plano de Comunicação

Face às limitações de verbas da Assistência Técnica do PO Algarve 21, foi decidido incluir a avaliação das medidas de informação e divulgação do Programa no exercício de Avaliação Intercalar como forma de minimizar custos. Este exercício está previsto no Plano de Avaliação do PO para lançamento de procedimento no primeiro semestre deste ano, com resultados ainda no ano 2012.

Sem prejuízo desta avaliação externa a efectuar no âmbito da Avaliação Intercalar, foram efectuados durante o ano 2011 e em complemento ao presente Relatório, um conjunto de 40 inquéritos online, numa amostra representativa a dois públicos alvo relevantes dentro do Plano de Comunicação do PO Algarve 21⁴⁸.

Foram executados dois inquéritos diferentes: com dados qualitativos, um sobre a unidade de comunicação do PO e outro sobre o website do PO. Estes, foram disponibilizados em formulário electrónico e enviados a uma amostra de 22 beneficiários e a 18 jornalistas, profissionais de comunicação social de jornais diários, jornais regionais, jornais regionais online, a rádios e TV's,

⁴⁸ Os resultados foram enviados aos serviços da CE, no cumprimento do previsto no artº 4º do Reg. (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8/12.

É importante sublinhar os impactos que as medidas de contenção orçamental impostas pela administração pública estão a gerar na dinâmica da implementação e avaliação do Plano de Comunicação do PO, levando ao adiamento de algumas actividades previstas.

Boa Prática de Comunicação:

Visitas às empresas

Com o objetivo de conhecer mais de perto o andamento dos projetos a equipa técnica do Sistemas de Incentivos às Empresas acompanhada do técnico da comunicação, efetuou regularmente ao longo do ano visitas às empresas, por norma às quartas-feiras, com frequência quinzenal, para verificar a execução, esclarecer e informar os beneficiários e para identificar os projetos mais promissores. Estas visitas têm também como objetivo a divulgação de política de comunicação.

Durante as Celebrações do mês da Europa, na última semana de Maio, as visitas foram alargadas aos membros da Comissão Directiva do PO Algarve 21 e a jornalistas convidados. No barlavento foram visitados os projetos da Vidreira Algarvia, SPAST e no sotavento, a VisualForma, Flesk e a Boer & Siebert (Marisol). Como retorno mediático deste “road show” foram publicadas várias notícias e reportagens, específicas.

Uma parte significativa dos projetos empresariais apoiados têm como objetivo a internacionalização. *(ver fotos em páginas anteriores)*

Múltiplas iniciativas integradas nas Celebrações do mês da Europa

Na sequência de práticas semelhantes em anos anteriores, o Grande Evento Anual do PO foi associado às comemorações do Dia da Europa (9 de Maio).

No ano 2011, estas comemorações foram alargadas tendo concretizado em parceria um conjunto de iniciativas, que se desenvolveram ao longo de um mês, subordinadas ao tema “Maio – Mês da Europa”. Este evento teve como principal objetivo a divulgação das políticas europeias junto do cidadão, apresentando os resultados dos apoios do Programa Operacional.

Foi considerado como uma boa prática de comunicação, uma vez que as acções de comunicação das iniciativas foram programadas, tiveram um mote criativo, imagem e linguagem comuns, uma lógica integrada, abrangendo os eventos públicos, as visitas presenciais, as inserções publicitárias, a presença nos web sites, a distribuição de notas de imprensa, assumindo um papel relevante junto dos potenciais beneficiários e interessados e permitiu atingir um número substancial da população.

As acções foram organizadas pelo PO Algarve 21 e algumas desenvolvidas em parceria com o Centro Europe Direct, Enterprise Europe Network, Associações e Autarquias, entre outros e a campanha foi encerrada com a realização no dia da reunião da Comissão de Acompanhamento do PO Algarve 21 de um seminário aberto ao público para a apresentação de Resultados do Programa e sobre o futuro da Política de Coesão. Foi igualmente apresentada a metodologia da avaliação temática sobre principal atividade económica da Região do Algarve.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2012

Conclusões

Se o ano 2008 foi o ano de arranque das aprovações e execução do Programa e em 2009/2010 foi concretizado o processo de implementação dos procedimentos internos de gestão e controlo 2011, deverá ser considerado como o verdadeiro ano de cruzeiro do PO, mesmo apesar da instabilidade que a grave crise económico-financeira veio introduzir com algumas inevitáveis perturbações nos resultados esperados.

Conforme previsto no Artº 71º do RE (CE) 1083/2006, “*os Estados Membros apresentam à Comissão uma descrição dos sistemas de gestão e controlo, que deve abranger designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos*” (...). Esta descrição, foi enviada (1ª versão) no caso do Algarve, em Outubro de 2008 aos serviços da Comissão Europeia e após a produção de mais 2 versões (Fevereiro e Outubro de 2009), foi finalmente aprovada pelos serviços da Comissão Europeia em Março de 2010.

Em 2011, foi concluído e aprovado o processo de actualização da *Descrição de Sistemas* integrando a AMAL e oficializando-se assim o processo de transferência de processos no âmbito da contratualização de funções que já tinha ocorrido em 2010.

Embora tenham ficado, em 2009, estabilizadas as funções e procedimentos de relacionamento externo e interno do Programa, bem como a definição do sistema de informação, o sistema de controlo, o manual de procedimentos interno e externo, ao longo do ano de 2010, foram ainda desenvolvidos aperfeiçoamentos significativos do **Sistema de informação** para agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários (procedimentos de contratação, reprogramações, validações/alertas e produção de relatórios, entre outros), integração da AMAL enquanto entidade intermédia nos circuitos da validação de despesa e melhoria do módulo de Certificação de despesa.

Em 2011 foi completado o conjunto dos módulos do SI em particular a operacionalização dos módulos de controlo e gestão de dívidas e indicadores. Por razões que se prendem com a morosidade de processos imposta pelas regras de consolidação orçamental não foi possível adjudicar com mais celeridade uma 2ª fase do Sistema de Informação pelo que terão de ser ainda concretizados os melhoramentos previstos nestes módulos que permitam em particular as comunicações *Web Services* para o IFDR.

Uma segunda preocupação, na linha do já referido no *ponto 2.3* deste Relatório, prende-se com a necessidade de completar a **reflexão estratégica** e operacionalizar medidas sobre a concretização regional dos instrumentos criados, de forma a garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais, num contexto de recursos financeiros escassos.

Esta reflexão foi iniciada na Avaliação contratada pelo IFDR, no 2º semestre de 2009, subordinada ao tema “Modo de operacionalização dos PO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN – Estudo de avaliação do Modelo de elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO Regionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013)”. Faltaria avançar com um modelo de operacionalização das Áreas de Intervenção com maior especificidade regional, passando necessariamente por afinar instrumentos já implementados (Regulamentos Específicos), o que não chegou a concluir-se.

Uma 1ª fase desta reflexão concretizou-se já através da Reprogramação Técnica ocorrida em 2011, conforme descrito no *ponto 2.7* a qual necessita ainda de operacionalização em particular no caso do Algarve, no que respeita ao aumento das taxas de comparticipação, ao nível das operações.

A 2ª fase de reflexão será retomada com a preparação da Reprogramação Estratégica que deverá concretizar-se ao longo do ano 2012, apoiada no processo de Avaliação Intercalar e através da definição de regras gerais para o QREN, que enquadrem as soluções de reanimação da economia nacional, com especial atenção para a situação particularmente grave da Região do Algarve.

A fase de **reembolsos** dos incentivos reembolsáveis no âmbito do SI Inovação é uma questão com que a gestão do PO se irá deparar no futuro, antevendo-se algumas previsíveis situações de incumprimento, por parte dos beneficiários, por força de um prolongamento da actual crise económica. Para tal a estrutura da Autoridade de Gestão deverá dotar-se de meios para gerir eventuais “contenciosos” (área jurídica).

“O impacto da crise financeira na economia real, no mercado de trabalho e nos cidadãos” levou os serviços da Comissão Europeia em 2010 a modificar a metodologia de cálculo da **Regra N+3/N+2**, através da aprovação do Reg. (EU) nº539/2010 de 16/06, que altera o Reg. (CE) nº1083/2006. Esta modificação, remetia a primeira aplicação desta Regra para 2011 (antes o efeito de corte automático previsto aplicava-se logo em 2010). Por sua vez em 2011, foi ainda criado um mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (EU) nº 1311/2011 de 13/12 que altera o Regulamento (CE) nº 1083/2006 no que diz respeito às *disposições de gestão financeira* relativamente a *Estados Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades de*

estabilidade financeira. Este mecanismo vulgarmente chamado “*top-up*” e que pôde ser aplicável ao Algarve, permitiu incrementar em 10% o montante do Fundo (pagamento) a solicitar aos serviços da Comissão Europeia com a mesma despesa certificada, o que poderá tornar mais célere a disponibilização dos reembolsos FEDER aos beneficiários pelas Autoridades Nacionais do QREN, melhorando a tesouraria dos beneficiários e facilitando a implementação das operações.

Desta forma e antes de analisar o cumprimento da **regra N+3**, convém observar a tabela 7.1 para se concluir que as previsões da Autoridade de Gestão para 2011, efetuadas em Abril de 2011 foram ultrapassadas com as certificações ao longo do ano.

Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efectuadas para 2011

unid: euro

	Total de Pedidos de Pagamento previstos para 2011 (*)		Total de Despesa Certificada em 2011 (**)	
	Custo Total	Fundo	Custo Total	Fundo
Eixo 1	30.168.262	14.507.917	51.186.472	18.877.171
Eixo 2	13.721.676	7.135.272	7.284.402	6.827.117
Eixo 3	34.345.280	17.172.640	23.922.757	21.508.916
Eixo 4	2.963.653	2.074.557	2.491.341	2.282.983
TOTAL	81.198.871	40.890.386	84.884.973	49.496.187

Nota: os valores respeitam apenas aos períodos indicados, ou seja não são acumulados

(*) Informação de despesa prevista certificar durante o ano de 2011 que serviu de suporte à última versão de previsões enviada pela AG a 12/04/2011.

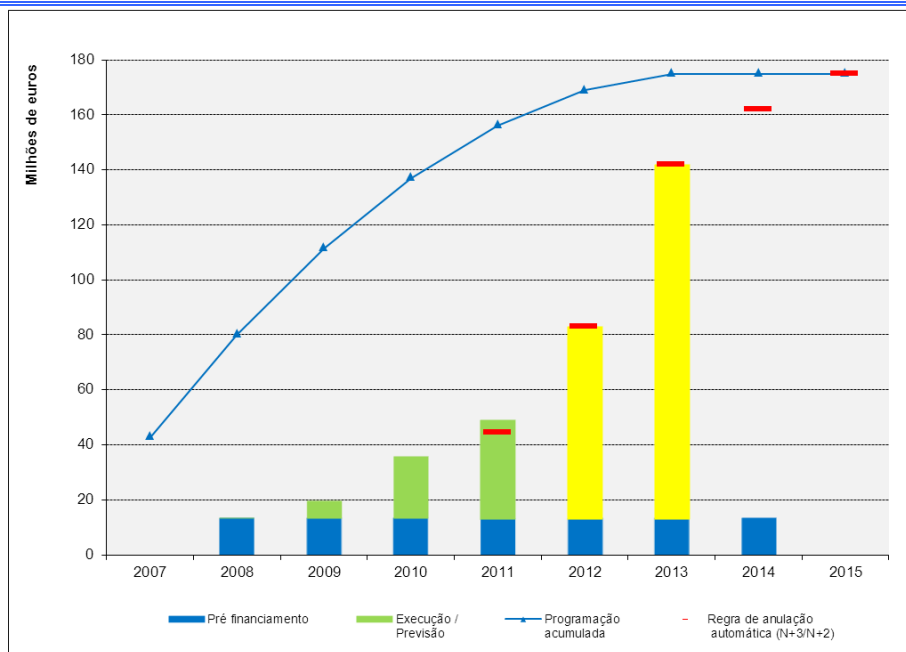
(**) Certificações/ PP efectuados à CE em 2011

Para o cálculo da tabela 7.1 foi efectuada a comparação entre as Previsões e a Despesa Certificada durante o ano 2011. No global **as previsões efectuadas foram ultrapassadas** em 21%. Com efeito, conforme já referido, no ano 2011 foi retomado o processo de rotina de certificações tendo gerado um maior volume de despesa certificada ao longo do ano. De referir no entanto que esta situação só aconteceu porque os resultados da subida de taxa dos Eixos resultante da Reprogramação e do efeito *top-up* incrementaram expressivamente o FEDER associado à Despesa Certificada.

O Gráfico 7.1, que ilustra o perfil de programação acumulada, bem como o limite mínimo de execução admitido, de forma a evitar cortes devidos às regras de anulação automática, permite verificar o **cumprimento da Regra N+3 no ano 2011**.

Efetivamente mesmo expurgando o efeito dos incrementos de taxa do Eixo e do *top-up* utilizados para as certificações efetuadas à CE, foi possível cumprir a regra apenas com o montante FEDER que decorre da execução das operações aprovadas no Programa, como é visível através da coluna 2011 do gráfico que foi efetuada com esta base de cálculo (a coluna verde ultrapassa o limite de “guilhotina” vermelho).

Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática



Previsões e perspetivas

Antes de perspetivar o próximo ano e os desafios que se lhe colocam, importa, através do Gráfico 7.1, rever a evolução dos primeiros anos do Programa.

No ano 2008, foi possível a operacionalização efectiva das aprovações do Programa, com abertura de todos os Eixos. Em 2009 estas aprovações já efectuadas, começaram a produzir efeitos ao nível da execução. Em face da necessidade de executar totalmente o QCA III, não foi exercida grande pressão, junto dos beneficiários, para execução na 1ª metade de 2009, no âmbito do PO Algarve 21 (QREN).

Finalmente em 2010 iniciou-se uma “fase de cruzeiro” no que respeita à execução do QREN. Com efeito, apesar do agravamento da crise, no final de 2010, os níveis de execução quase tinham quadruplicado o nível do final de 2009, passando a taxa de execução de 3,8% para 12,9%.

Em 2011 e essencialmente devido ao acentuar da crise e à maior instabilidade económica e financeira nacional e internacional, a execução cresceu a um ritmo ligeiramente inferior, quando seria desejável o contrário.

Em matéria de **execução**, o PO manteve-se no entanto alinhado com os restantes PO regionais embora a um nível mais baixo, essencialmente motivado pela estratégia de contenção ao nível das aprovações (compromisso) assumida em face das baixas dotações atribuídas à Região no âmbito do QREN. Note-se, no entanto, que (em sentido contrário) as *taxas de realização* (execução do que se encontra aprovado) são normalmente as mais elevadas. Os atrasos verificados na concretização do Plano de Concursos de 2011, não permitiu no entanto elevar as aprovações para um nível compatível com os prazos do QREN já neste ano, relegando este objetivo para o 1º semestre de 2012.

Retomando o Gráfico 7.1, verifica-se que o limite de execução certificada necessário para evitar cortes automáticos, cresce significativamente já em 2012, e em particular de 2012 para 2013, ano em que a Regra N+3 passa a N+2. A execução em 2012 deverá assim obrigatoriamente crescer a um ritmo superior ao do último ano, com intensificação clara para 2013 desse esforço relativo.

**Tabela 7.2 – Previsão de Pedidos de Pagamento para 2012 e 2013
(Período de Programação 2007-2013)**

unidade: euro

	Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2012		Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2013	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo 1	8.241.738	7.005.475	24.294.514	20.650.337
Eixo 2	3.296.695	2.802.190	9.717.806	8.260.135
Eixo 3	11.067.474	9.407.352	32.624.061	27.730.452
Eixo 4	941.915	800.626	2.776.516	2.360.038
TOTAL	23.547.822	20.015.643	69.412.897	59.000.962

Nota: os valores respeitam apenas aos períodos indicados, ou seja não são acumulados

(*) Informação de despesa prevista validada durante os anos de 2012 e 2013 que serviu de suporte à última versão de previsões enviada pela AG a 18/04/2012.

A tabela 7.2 mostra as previsões de execução/certificação necessárias para o cumprimento da Regra N+2/N+3, sendo claro pelos números apresentados que, ao contrário do que se verificou no ano 2011 (cálculo constante da coluna respetiva do Gráfico) não será possível cumprir as metas apenas com a execução FEDER contabilizada ao nível das operações com base nas

condições existentes em 31/12/2011. Será assim indispensável utilizar todos os mecanismos previstos nos Regulamentos Comunitários, trabalhando com taxas máximas teóricas e subindo as *taxas reais das operações* em níveis compatibilizados com as disponibilidades e as perspetivas estratégicas futuras, que possam apoiar as entidades beneficiárias no seu esforço de cumprimento dos compromissos assumidos.

Em 2012, prevê-se assim a conclusão dos trabalhos iniciados em 2011 (Plano de Concurso 2011) e o lançamento de concursos nas seguintes Tipologias por Eixo:

Eixo 1:

- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2011/2012)
- Sistema de Incentivos à Inovação (2011/2012)
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (2011/2012)
- Áreas de acolhimento empresarial / Parques de Ciência e Tecnologia (2012)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (2012)
- SIAC (2012)

Eixo 2:

- Acções de Valorização do Litoral (2011/2012)
- Gestão Activa de espaços Protegidos e Classificados (2011)
- Energia (Mobilidade eléctrica) (2012)

Eixo 3:

- Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e pré-escolar (2011)
- Mobilidade territorial (2011)
- Reabilitação Urbana (parte pública) em complemento da Iniciativa Jessica (2011/2012)

Eixo 4:

- Assistência Técnica (reprogramações)

Os **desafios para 2012** centram-se na capacidade de, em situação de recessão económico-financeira e contexto de forte consolidação orçamental, com efeitos visíveis nas dificuldades em cumprir compromissos por parte de beneficiários e fornecedores, vir a contribuir para o relançamento da economia, ultrapassando os principais problemas identificados:

- Avançar na regulamentação e abertura de concursos nas Áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia (áreas de apoio à competitividade, inovação e

internacionalização das empresas, áreas de intervenção públicas em áreas inovadoras e/ou complementares das iniciativas privadas num contexto do cluster turismo/lazer).

- Aumentar o nível de aprovações concretizando as que decorrem do Plano de Concursos 2011 e maximizar os efeitos na economia, com subida do nível geral das taxas de comparticipação, ao nível das operações, em aplicação da Reprogramação Técnica aprovada.
- Aumentar a execução dos projectos públicos e privados aprovados reduzindo os tempos de arranque dos investimentos e de pagamento por parte dos beneficiários públicos em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo os limites mínimos da regra N+3.
- Cumprir as disposições regulamentares em matéria de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as limitações comunitárias e em particular nacionais ao orçamento da Assistência Técnica, em particular no caso específico do PO do Algarve.

GLOSSÁRIO e SIGLAS

A.E. - Atividade Económica
AAAL – Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logístico
AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
ADENE – Agência para a Energia
ADI - Agência de Inovação
AG - Autoridades de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
AP – Áreas Protegidas
AP/PR – Aprovação sobre Programação
ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve
BEI – Banco Europeu de Investimento
CAE – Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP – Código dos Contratos Públicos
CE – Comunidade Europeia
CIITT – Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo
CIM - Comunidade Intermunicipal
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CMC - Comissão Ministerial de Coordenação
CODR – Centro de Observação das Dinâmicas Regionais
CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve
D.L. – Decreto-lei
DEE – Documento de Enquadramento Estratégico
DGTF – Direcção Geral do Tesouro e Finanças
DSGC – Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo
EDSC - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
EEC – Estratégias de Eficiência Colectiva
EEN – Enterprise Europe Network
EU – União Europeia
FBCF – Formação Bruta de Capital de Risco
FDU – Fundos de Desenvolvimento Urbano
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP – Fundo Europeu das Pescas
FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE – Fundo Social Europeu
GAT – Gabinete de Apoio Técnico
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ICT – Índice do Custo do Trabalho
IDT – Investigação Desenvolvimento Tecnológico
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGF – Inspeção-Geral de Finanças
IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
IMPACTUR – Indicadores de Monitorização e Previsão da Atividade Turística
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
JESSICA - *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*
MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
MAOTDR – Ministério Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MEA – Monitorização Ambiental Estratégica
MEE – Ministério da Economia e do Emprego
MEID – Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
MOPTC – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
N.a. – Não aplicável
N.d. – Não disponível
NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais
OI – Organismos Intermédios
OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude
ONG - Organizações Não Governamentais
PAC – Plano Anual de Controlo
PAE – Programa de Apoio aos Equipamentos
PAECEPE - Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego
PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PDM – Plano Diretor Municipal
PDR – Programas de Desenvolvimento Rural
PEPAL - Programa Estágios Profissionais na Administração Local
PIB - Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PMME – Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica
PO – Programa Operacional
PO ALGARVE – Programa Operacional Regional do Algarve
POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha -Portugal
POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade
POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POPH – Programa Operacional do Potencial Humano
POR – Programa Operacional Regional
POVT – Programa Operacional Valorização do Território
PROALGARVE – Programa Operacional do Algarve
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana
PTIA – Parque Tecnológico Internacional do Algarve
PU – Plano de Urbanização
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência de Estratégia Regional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
Regulamento (CE) – Regulamento (da Comunidade Europeia)
RGIC – Regulamento Geral de Isenção por Categoria
RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SAFPRI – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCD – Sistema Contabilístico de Dívidas
SEAD – Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento
SEOTC – Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades
SGC – Sistemas de Gestão e Controlo
SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação
SI QPME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME)
SIAC – Sistema de Apoio às Acções Colectivas
SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve
SiQREN – Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN
TASA – Técnicas Artesanais Saberes Ancestrais
TEP – Tonelada Equivalente de Petróleo
TP – Turismo de Portugal, IP
Tx. – Taxa
UCGO – Unidade de Coordenação da Gestão. Operacional
VPN – Virtual Private Network
ZEC – Zonas Especiais de Conservação
ZPE – Zona de Protecção Especial

ANEXOS



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21
OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)
CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2011) 9358 de 15-12-2011

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Fatores de Competitividade									
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	4	132				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projetos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projetos de IDT Coletiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projeto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	1	46				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projetos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projetos de IDT Coletiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projeto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC- ICN-Tri-002_a	Realização	Euros	Investimento total nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	1.301.081	127.486.317				→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC- ICN-Tri-002_b	Realização	Euros	Investimento elegível nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	1.238.324	110.939.762				→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	1	17				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	1	11				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
FC-ICN-Anual-003_a	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projeto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	4.297.976			A diminuição face a 2010 prende-se com proj da CAE 77 (13560 SPAST) que deixou de ser de forte intensidade conhecimento	→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência
FC-ICN-Anual-003_b	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projeto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	322.835	31.399.146			A diminuição face a 2010 prende-se com proj da CAE 77 (13560 SPAST) que deixou de ser de forte intensidade conhecimento	→ Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transacionável e internacionalizável	1	28				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projetos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projetos de IDT Coletiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projeto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-ICN -Anual-005_a	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	1.404.818,00	40.033.925,49				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência
FC-ICN -Anual-005_b	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projeto	2.186.454	99.861.901				→ Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
FC-ICN -Anual-006_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pré-projecto	1.634.481	16.332.961				→Sistema de Incentivos à Inovação →Sistemas de Incentivos do Proconvergência
FC-ICN -Anual-006_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto	2.720.714	51.940.845				→Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
FC-ICN -Anual-007_a	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	0	381.758			A diminuição face a 2010 prende-se com proj da CAE 77 (13560 SPAST) que deixou de ser de forte intensidade conhecimento	→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-007_b	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	405.653	17.147.083			A diminuição face a 2010 prende-se com proj da CAE 77 (13560 SPAST) que deixou de ser de forte intensidade conhecimento	→ Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
FC-ICN - Anual-008_a	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pré-projecto	1.945.692	83.219.022				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
FC-ICN - Anual-008_b	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projecto	3.175.036	162.763.323				
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	0	155				
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	0	147				→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	0,00	0,00				
FC-ICN-Tri-006_a (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	0	4.292.323				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN-Tri-006_b (**)	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	0	3.715.907				NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "4. Nº de projetos de I&DT". De acordo com o Working Document nº 7 da CE entende-se por "Projetos de I&DT: projetos que visam criar novos conhecimentos (investigação) ou adaptar/aplicar conhecimentos existentes (desenvolvimento). Inclui também projetos que visam desenvolver infraestruturas de apoio à investigação." (vide Norma IFDR 09/2011 - Monitorização Física).

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-012_a	Realização	Euros	Investimento total em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	1.691.610				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "5. Nº de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação". De acordo com o Working Document nº 7 da CE inclui-se os projetos de I&D onde participam, pelo menos, uma empresa e/ou uma instituição de investigação. A cooperação deve manter-se enquanto dura o projeto. * Empresa: Organização produzindo produtos ou serviços para satisfazer necessidades do mercado tendo em vista alcançar o lucro. * Instituições de investigação: organizações onde o I&D é a principal atividade". (vide Norma IFDR 09/2011 - Monitorização Física).
FC-ICN - Anual-012_b			Investimento elegível em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	1.626.405				
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Coletivas	0	0				
FC-ICN - Anual-014_a	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Coletivas	0	0			Não foi aberto concurso para o SIAC	→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Ações Coletivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
FC-ICN - Anual-014_b			Investimento elegível nas Ações Coletivas	0	0				
FC-ICN - Anual-015_a	Realização	m2	Área infraestruturada nos Parques de C&T	-	-	-	-		
FC-ICN - Anual-015_b	Realização	m2	Área infraestruturada nas Incubadoras de empresas	-	-	-	-		→ Regulamento Específico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
FC-ICN - Anual-015_c	Realização	m2	Área infraestruturada nas áreas de acolhimento empresarial	195.496	195.496	287.000	3.500.000		
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projetos pilotos de eficiência energética	0	0	0	0		→ Regulamento Específico "Energia"

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-017_a (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projeto						→ Regulamento Específico "Energia"
FC-ICN - Anual-017_b (****)	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projeto						
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	1	2	66.895	994.387	Tavira e Portimão	→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
FC-ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	24.997	74.000			Tavira e Portimão	→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência
FC-ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	70	89				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
FC-ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d	n.d				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
FC-ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	0	21			Nas EEC dos Sistemas de Incentivos não estão contabilizadas as que não têm âmbito territorial no Algarve.	→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/retificada	0,85	53,6	2.108.474	4.429.786		→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de coletores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-018	Realização	nº	ETAR construídas	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	0	0				→ Regulamento Específico Otimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infraestruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0				→ Regulamento Específico Otimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infraestruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0				→ Regulamento Específico Otimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infraestruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	0	0				→ Regulamento Específico Gestão Ativa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	0	0				→ Regulamento Específico Gestão Ativa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
VT-ICN-Tri-013_a	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	n.d	n.d				
VT-ICN-Tri-013_b	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	0	20	50.826	2.493.479	Por lapso, na contabilização dos ind Trim de 31/12/2011, não foi contabilizado uma operação que contribui com 17 projectos (16 autarquias + AMAL)	→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais
VT-ICN-Tri-013_c	Realização	nº	Projetos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	2	10	39.038	2.771.820	A incluir para a contabilização deste indicador o Regulamento Específico das Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, temos um contributo de 10 projectos contratados. Caso contrário, o indicador mantém-se a zero.	→ Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	0	434.023				→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	3	3	2.025.363	4.000.000	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de acção. O valor executado corresponde à execução dos projectos dentro os programas de acção	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	13	13				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	0	10.185				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	6.568	51.928				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	0	2	190.782	3.460.000	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de acção. O valor executado corresponde à execução das operações dentro dos programas de acção	
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	6	12				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	4	8			Só incluímos os beneficiários do Programa	
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	n.d	n.d			não foi aberto concurso para esta tipologia	
		nº	Equipamentos desportivos	n.a	n.a			O Algarve não prevê esta tipologia	→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	1	1	648.900	648.900	cine-teatro de Loulé (PRU)	→ Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Unidades de saúde	4	5	0	1.999.998		

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	0	0				→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde à população a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento" (VT-ICN-Tri-014).
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	n.a	n.a				
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	66.085	66.085			população residente do Concelho de Loulé - dados de 2009	
		nº	População abrangida por unidades de saúde	434.023	434.023			Todo o território Algarvio coberto.	
VT-ICN-AAE-018	Resultado	%	Varição na taxa de desvio de RUB para aterro	0	0			→ Regulamento Específico Infraestruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Específico Otimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência	
VT-ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	0	0,8			→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Ações de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+	
VT-ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	0	0			→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Ações de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+	
VT-ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100	100			→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+	

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2011)		Execução Financeira (FEDER) (euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano									
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	9	18	8.271.041	14.476.419		→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	n.d	n.d				
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	2.447	5.946				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao número de alunos a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Estabelecimentos de ensino" (PH-ICN-Tri-015).
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				

Notas

- (*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-001.
 (**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-011.
 (***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao FC-ICN-Anual-013.
 (****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2011 (valores acumulados)

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Nº Operações	Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	205.825.902	205.825.902	174.952.016	292	299.551.972	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	34.991.691	786.048	2.859.533	31.346.110	57,61%	20,47%	35,53%	34,72%	97,72%
FEDER	205.825.902	205.825.902	174.952.016	292	299.551.972	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	34.991.691	786.048	2.859.533	31.346.110	57,61%	20,47%	35,53%	34,72%	97,72%
(Fundo de Coesão)	0	0	0	0	0	0	0	0												
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	104.289.448	104.289.448	88.646.031	159	174.173.403	64.733.120	64.733.120	48.945.962	23.202.935	23.202.935	13.166.409	14.462.417	786.048	1.744.131	11.932.237	55,22%	14,85%	26,90%	29,55%	109,84%
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	21.555.359	21.555.359	18.322.055	57	31.785.290	25.486.023	25.486.023	14.846.426	8.470.131	8.470.131	4.973.574	4.441.846	0	20.140	4.421.707	81,03%	27,15%	33,50%	29,92%	89,31%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	71.748.059	71.748.059	60.985.850	68	89.668.822	65.548.631	65.548.631	34.299.805	29.070.202	29.070.202	15.515.477	13.936.837	0	1.057.671	12.879.166	56,24%	25,44%	45,23%	40,63%	89,83%
EP4 - Assistência Técnica	8.233.036	8.233.036	6.998.080	8	3.924.458	3.850.639	3.850.639	2.695.447	3.077.168	3.077.168	2.154.018	2.150.591	0	37.591	2.112.999	38,52%	30,78%	79,91%	79,79%	99,84%

Notas
 * Programação em vigor a 31 de Dezembro 2011

Anexo III - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário e por Regulamento Específico até 31.12.2011 (valores acumulados)

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Nº Operações	Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional FEDER (Fundo de Coesão)	205.825.902	205.825.902	174.952.016	292	299.551.972	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	34.991.691	786.048	2.859.533	31.346.110	57,61%	20,47%	35,53%	34,72%	97,72%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	104.289.448	104.289.448	88.646.031	159	174.173.403	64.733.120	64.733.120	48.945.962	23.202.935	23.202.935	13.166.409	14.462.417	786.048	1.744.131	11.932.237	55,22%	14,85%	26,90%	29,55%	109,84%
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial				139	144.427.466	48.557.740	48.557.740	38.830.710	21.087.117	21.087.117	11.862.190	13.448.646	786.048	1.660.699	11.001.899			30,55%	34,63%	113,37%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)				73	21.487.331	6.817.499	6.817.499	6.817.499	1.238.499	1.238.499	1.238.499	1.348.517	183.552	110.018	1.054.947			18,17%	19,78%	108,88%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)				17	4.317.323	2.647.753	2.647.753	2.410.724	913.375	913.375	896.656	945.912	229.254	49.257	667.402			37,19%	39,24%	105,49%
Incentivos à Inovação (3)				48	105.478.811	25.948.488	25.948.488	25.948.488	6.181.493	6.181.493	6.181.493	7.682.917	373.242	1.501.424	5.808.251			23,82%	29,61%	124,29%
SAFPRI (23)				1	13.144.000	13.144.000	13.144.000	3.654.000	12.753.750	12.753.750	3.545.543	3.471.300	0	0	3.471.300			97,03%	95,00%	97,91%
03 - Melhorias da Envolvente para a Inovação Empresarial				2	17.028.891	5.357.000	5.357.000	3.749.900	410.000	410.000	287.000	0	0	0	0			7,65%	0,00%	0,00%
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (63)				2	17.028.891	5.357.000	5.357.000	3.749.900	410.000	410.000	287.000	0	0	0	0			7,65%	0,00%	0,00%
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento				12	10.863.151	8.989.452	8.989.452	5.117.395	943.872	943.872	508.280	433.364	0	0	433.364			9,93%	8,47%	85,26%
SAMA (26) (a)				11	10.034.059	8.160.361	8.160.361	4.702.849	896.158	896.158	484.423	424.273	0	0	424.273			10,30%	9,02%	87,58%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)				1	829.091	829.091	829.091	414.546	47.714	47.714	23.857	9.092	0	0	9.092			5,75%	2,19%	38,11%
06 - Promoção e Capacitação Institucional				6	1.853.896	1.828.928	1.828.928	1.247.957	761.946	761.946	508.938	580.406	0	83.432	496.974			40,78%	46,51%	114,04%
Promoção e Capacitação Institucional (27)				6	1.853.896	1.828.928	1.828.928	1.247.957	761.946	761.946	508.938	580.406	0	83.432	496.974			40,78%	46,51%	114,04%
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	21.555.359	21.555.359	18.322.055	57	31.785.290	25.486.023	25.486.023	14.846.426	8.470.131	8.470.131	4.973.574	4.441.846	0	20.140	4.421.707	81,03%	27,15%	33,50%	29,92%	89,31%
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética				37	8.384.847	7.925.284	7.925.284	4.309.982	1.408.838	1.408.838	736.798	679.914	0	20.140	659.775			17,10%	15,78%	92,28%
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)				16	5.584.288	5.411.320	5.411.320	3.053.000	1.408.838	1.408.838	736.798	679.914	0	20.140	659.775			24,13%	22,27%	92,28%
Energia (65)				21	2.800.559	2.513.964	2.513.964	1.256.982	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0
10 - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos				5	5.787.287	4.934.918	4.934.918	2.960.951	84.709	84.709	50.826	0	0	0	0			1,72%	0,00%	0,00%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Ações Materiais (36)				5	5.787.287	4.934.918	4.934.918	2.960.951	84.709	84.709	50.826	0	0	0	0			1,72%	0,00%	0,00%
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira				15	17.613.155	12.625.821	12.625.821	7.575.493	6.976.584	6.976.584	4.185.950	3.761.932	0	0	3.761.932			55,26%	49,66%	89,87%
Ações de Valorização do Litoral (32)				15	17.613.155	12.625.821	12.625.821	7.575.493	6.976.584	6.976.584	4.185.950	3.761.932	0	0	3.761.932			55,26%	49,66%	89,87%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	71.748.059	71.748.059	60.985.850	68	89.668.822	65.548.631	65.548.631	34.299.805	29.070.202	29.070.202	15.515.477	13.936.837	0	1.057.671	12.879.166	56,24%	25,44%	45,23%	40,63%	89,83%
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana				29	21.015.393	13.134.773	13.134.773	8.507.013	7.054.562	7.054.562	4.548.739	3.838.162	0	33.341	3.804.821			53,47%	45,12%	84,38%
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (a)				28	11.015.393	5.845.021	5.845.021	3.507.013	3.375.605	3.375.605	2.025.363	1.314.786	0	33.341	1.281.445			57,75%	37,49%	64,92%
Parcerias para a Regeneração Urbana (98)				1	10.000.000	7.289.752	7.289.752	5.000.000	3.678.957	3.678.957	2.523.376	2.523.376	0	0	2.523.376			50,47%	50,47%	100,00%
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional				9	9.651.077	5.761.375	5.761.375	2.592.619	423.959	423.959	190.782	141.468	0	58.561	82.907			7,36%	5,46%	74,15%
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (a)				9	9.651.077	5.761.375	5.761.375	2.592.619	423.959	423.959	190.782	141.468	0	58.561	82.907			7,36%	5,46%	74,15%
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes				25	49.882.830	37.792.911	37.792.911	18.770.388	17.374.733	17.374.733	8.667.483	7.984.107	0	932.613	7.051.494			46,18%	42,54%	92,12%
Rede Escolar (44)				18	40.394.857	28.952.838	28.952.838	14.476.419	16.542.081	16.542.081	8.271.041	7.352.211	0	555.218	6.796.993			57,13%	50,79%	88,89%
Rede de Equipamentos Culturais (52)				3	1.612.758	1.260.678	1.260.678	504.271	198.835	198.835	79.534	46.180	0	0	46.180			15,77%	9,16%	58,06%
Valorização e Animação do Património Cultural (47)				1	3.579.399	3.579.399	3.579.399	1.789.700	633.817	633.817	316.908	585.717	0	377.395	208.322			17,71%	32,73%	184,82%
Saúde (48)				3	4.295.816	3.999.996	3.999.996	1.999.998	0	0	0	0	0	0	0			0,00%	0,00%	0,00%
15 - Acessibilidades e mobilidade para reforço do sistema urbano				5	9.119.521	8.859.572	8.859.572	4.429.786	4.216.947	4.216.947	2.108.474	1.973.099	0	33.156	1.939.944			47,60%	44,54%	93,58%
Mobilidade Territorial (50)				5	9.119.521	8.859.572	8.859.572	4.429.786	4.216.947	4.216.947	2.108.474	1.973.099	0	33.156	1.939.944			47,60%	44,54%	93,58%
EP4 - Assistência Técnica	8.233.036	8.233.036	6.998.080	8	3.924.458	3.850.639	3.850.639	2.695.447	3.077.168	3.077.168	2.154.018	2.150.591	0	37.591	2.112.999	38,52%	30,78%	79,91%	79,79%	99,84%
18 - Assistência Técnica				8	3.924.458	3.850.639	3.850.639	2.695.447	3.077.168	3.077.168	2.154.018	2.150.591	0	37.591	2.112.999			79,91%	79,79%	99,84%
Assistência Técnica (73)				8	3.924.458	3.850.639	3.850.639	2.695.447	3.077.168	3.077.168	2.154.018	2.150.591	0	37.591	2.112.999			79,91%	79,79%	99,84%

Notas

* Programação em vigor a 31 de Dezembro 2011



PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2011) 9358 de 15-12-2011

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.2011 (valores acumulados)

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	292	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	35,53%
FEDER	292	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	35,53%
Fundo de Coesão								
Regiões Convergência								
Regiões Competitividade								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE	292	159.618.413	159.618.413	100.787.640	63.820.436	63.820.436	35.809.478	35,53%
Região Autónoma dos Açores								
Região Autónoma da Madeira								
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) (31/12/2011)

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado Montante	Nº Proj.	Aprovação		Execução	
				Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		59.903.895,00	112	40.770.284	68,06%	11.419.139	28,01%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	2.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	4.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação entre PME, entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	3.436.364	4	1.209.810	35,21%	97.141	8,03%
4	Apoio à I&DT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços a serviços de IDT em centros de investigação)	3.280.519	11	756.073	23,05%	508.738	67,29%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	2.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
6	Ajuda às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	3.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	20.000.000	50	26.393.328	131,97%	6.472.270	24,52%
8	Outros investimentos nas empresas	7.000.000	44	5.007.172	71,53%	508.448	10,15%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	15.000.000	3	7.403.900	49,36%	3.832.543	51,76%
Sociedade da Informação		11.709.091	29	7.445.423	63,59%	1.183.520	15,90%
10	Infra-estruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)	1.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
11	Tecnologias da informação e comunicação	3.677.922	4	1.998.650	54,34%	73.900	3,70%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	5.000.000	10	4.037.555	80,75%	484.423	12,00%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	1.000.000	15	1.409.218	140,92%	625.196	44,36%
Transportes		19.443.768	5	4.429.786	22,78%	2.108.474	47,60%
16	Transporte ferroviário	1.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
22	Estradas nacionais	2.062.338					
23	Estradas regionais/locais	11.394.416	5	4.429.786	38,88%	2.108.474	47,60%
24	Pistas para ciclistas	2.062.338					
25	Transportes Urbanos	500.000	0	0	0,00%	0	0,00%
26	Transportes multimodais	1.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
30	Portos	1.124.676	0	0	0,00%	0	0,00%
31	Transporte por via navegável (regional e local)	300.000					
Energia		3.000.000	36	1.959.666	65,32%	154.512	7,88%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	3.000.000	36	1.959.666	65,32%	154.512	7,88%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		17.805.447	25	11.121.148	62,46%	4.473.124	40,22%
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	557.532	0	0	0,00%	0	0,00%
47	Qualidade do ar	462.468	1	200.000	43,25%	21.900	10,95%
48	Prevenção integrada e controlo da poluição	462.468					
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	340.304					
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	241.714					
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	3.585.117					
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	3.124.675	5	2.960.951	94,76%	50.826	1,72%
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	8.000.000	19	7.960.197	99,50%	4.400.398	55,28%
Turismo		7.424.208	10	2.447.946	32,97%	500.450	20,44%
55	Promoção dos recursos naturais	4.523.377	10	2.447.946	54,12%	500.450	20,44%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	1.124.675	0	0	0,00%	0	0,00%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	1.776.156	0	0	0,00%	0	0,00%
Actividades culturais		6.500.000	8	3.367.314	51,80%	487.524	14,48%
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	2.000.000	1	1.789.700	89,48%	316.908	17,71%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	3.000.000			0,00%		
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	1.500.000	7	1.577.615	105,17%	170.616	10,81%



ALGARVE 21

PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2011) 9358 de 15-12-2011

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) (31/12/2011)

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado	Aprovação			Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Reabilitação urbana e rural		14.422.904	29	8.507.013	58,98%	4.548.740	53,47%
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	14.422.904	29	8.507.013	58,98%	4.548.740	53,47%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		531.169	0	0	0,00%	0	0,00%
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização de trabalho	531.169	0	0	0,00%	0	0,00%
Investimento em infra-estruturas sociais		24.213.454	21	16.476.417	68,05%	8.271.041	50,20%
75	Infra-estruturas educativas	19.213.454	18	14.476.419	75,35%	8.271.041	57,13%
76	Infra-estruturas de saúde	3.000.000	3	1.999.998	66,67%	0	0,00%
77	Infra-estruturas de assistência à criança	1.000.000					
79	Outras infra-estruturas sociais	1.000.000					
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		3.000.000	7	1.395.742	46,52%	508.938	36,46%
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	3.000.000	7	1.395.742	46,52%	508.938	36,46%
Assistência técnica		6.998.080	10	2.866.903	40,97%	2.154.018	75,13%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	5.248.560	8	2.695.447	51,36%	2.154.018	79,91%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	1.749.520	2	171.456	9,80%	0	0,00%
Total Temas Prioritários (a)		174.952.016	292	100.787.640	57,61%	35.809.478	35,53%
Total EARMARKING		116.618.565	229	76.119.755	65,27%	25.627.776	33,67%
% de Earmarking noTotal				75,52%		71,57%	94,76%

 categorias de earmarking

ANEXO VI (I) - Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Template 1: Financial Engineering Instruments operations implemented with Holding Fund

No.	Required information/data	Required data/information format	Comments
I. Description of the financial engineering instrument (FEI) and implementation arrangements (Article 67(2)(j)(i) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
I.1	Holding Fund (name and registered place of business)	FINOVA - FUNDO DE APOIO AO FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO	
I.2	Legal status of Holding Fund	////////////////////////////////////	
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders	X	
	separate block of finance within a financial institution		
I.2.1	name, legal status and registered place of business of co-financing partners	The investors in FINOVA are only public entities: IAPMEI, Turismo de Portugal, Instituto de Emprego e Formação Profissional and AICEP Portugal Global	
I.3	Holding Fund manager	////////////////////////////////////	
	European Investment Bank (EIB)		
	European Investment Fund (EIF)		
	financial institution other than the EIB/EIF		
	other body	X	
I.3.1	name, legal status and registered place of business of other body	PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A. (Decree Law No. 175/2008 of 26 august)	
I.4	Procedure for selecting the Holding Fund manager	////////////////////////////////////	
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law		
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)	X	
	award of a contract directly to the EIB or the EIF		
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	29-12-2008	
I.6	Number of FEI(s) implemented under this specific Holding Fund	2	
II. Identification of the entities which implement the financial engineering instrument (FEI) (Article 67(2)(j)(ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
II.1	FEI (name and registered place of business)	PME Investe I and II	
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006?	////////////////////////////////////	
	(a) financial engineering instruments for enterprises	X	
	(b) urban development funds		
	(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing		
II.3	Type of financial product offered by FEI to final recipients	////////////////////////////////////	
II.3.1	equity	No	
II.3.2	loans	Yes	
II.3.3	guarantees	Yes	
II.3.4	other (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)	Yes	
II.4	FEI manager (its name, legal status and registered place of business)	PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	
II.5	Procedure for selecting the FEI manager	////////////////////////////////////	
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law		
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)	X	
	award of a contract directly to the EIB or the EIF		
II.6	Date of signature of funding agreement with Holding Fund	08/07/2008 (PME Investe I) 14/10/2008 (PME Investe II)	
III. Amounts of assistance from the Structural Funds and national co-financing paid to the financial engineering instrument (FEI) (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
III.1	ASSISTANCE COMMITTED TO HOLDING FUND FROM ALL OPERATIONAL PROGRAMMES		
III.1.1	Operation Programme	CCI 2007PT161PO005 OP ALGARVE	
III.1.2	Priority axis	Priority Axis 1	
III.1.3	Contribution to Holding Fund	2%	
III.2	AMOUNTS OF ASSISTANCE COMMITTED AND PAID TO HOLDING FUND UNDER THIS SPECIFIC OPERATIONAL PROGRAMME		
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds		
III.2.1.1	ERDF amounts committed in funding agreement (in EUR)	3.654.000	
III.2.1.2	ERDF amounts effectively paid to Holding Fund (in EUR)	3.471.300	
III.2.1.3	ESF amounts committed in funding agreement (in EUR)	0	
III.2.1.4	ESF amounts effectively paid to Holding Fund (in EUR)	0	
III.2.2	Amounts of national public and private assistance		
III.2.2.1	National public co-financing committed in funding agreement (in EUR)	9.490.000	
III.2.2.2	National public co-financing effectively paid to Holding Fund (in EUR)	9.282.550	
III.2.2.3	National private co-financing committed in funding agreement (in EUR)	0	

III.2.2.4	Private co-financing effectively paid to Holding Fund (in EUR)	0	
III.3	AMOUNTS OF OTHER ASSISTANCE PAID TO HOLDING FUND OUTSIDE OPERATIONAL PROGRAMME (in EUR)	0	
III.4	MANAGEMENT COSTS AND FEES OF HOLDING FUND in the meaning of Article 78(2)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006 (in EUR)	157.739	
III.5	AMOUNTS OF ASSISTANCE PAID FROM HOLDING FUND TO FEI	////////////////////	
III.5.1	Amount of Holding Fund resources legally committed to FEI (in EUR)	13.144.000	
III.5.2	Amount of Holding Fund resources effectively paid to FEI (in EUR)	12.753.850	
III.5.3	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	3.471.300	
III.6	MANAGEMENT COSTS AND FEES OF FEI (in the meaning of Article 78(2)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	157.739	
IV. Amounts of assistance from the Structural Funds and national co-financing paid by the financial engineering instrument (FEI) (Article 67(2)(j)(i)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
IV.1	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH LOANS (per financial product)		
IV.1.1	Name of product	PME Investe I	PME Investe II
IV.1.2	Number of final recipients supported, per type:	////////////////////	////////////////////
IV.1.2.1	large enterprises	0	0
IV.1.2.2	SMEs	34	121
IV.1.2.2.1	out of which micro-enterprises	1	35
IV.1.2.3	individuals	0	0
IV.1.2.4	urban development funds	0	0
IV.1.2.5	other	0	0
IV.1.3	Number of loan contracts signed with final recipients	34	121
IV.1.4	Total loan amount committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	22.811.483	23.622.392
IV.1.4.1	out of which Operation Programme contribution	705.355	438.985
IV.1.5	Total loan amount effectively disbursed to final recipients (in EUR)	22.782.866	21.700.003
IV.1.5.1	out of which Operation Programme contribution	705.355	438.985
IV.2	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH GUARANTEES (per financial product)	////////////////////	
IV.2.1	Name of product	PME Investe I	PME Investe II
IV.2.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////	////////////////////
IV.2.2.1	large enterprises	0	0
IV.2.2.2	SMEs	34	119
IV.2.2.2.1	out of which micro-enterprises	1	34
IV.2.2.3	individuals	0	0
IV.2.2.4	urban development funds	0	0
IV.2.2.5	other	0	0
IV.2.3	Total amount blocked for guarantee contracts signed (in EUR)	953.000	4.500.000
IV.2.4	Total amount of guarantees actually committed for disbursed loans in accordance with contracts signed (in EUR)	11.405.742	11.426.196
IV.2.4.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	705.355	437.013
IV.2.5	Number of loans actually disbursed in relation to guarantees contracts	34	119
IV.2.6	Total value of loans actually disbursed in relation to guarantees contracts (in EUR)	22.782.866	20.930.003
IV.3	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH EQUITY / VENTURE CAPITAL (per financial product)	////////////////////	
IV.3.1	Name of product	text	
IV.3.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////	
IV.3.2.1	large enterprises	number	
IV.3.2.2	SMEs	number	
IV.3.2.2.1	out of which micro-enterprises	number	
IV.3.2.3	urban development funds	number	
IV.3.2.4	other	number	
IV.3.3	Number of investments made in line with agreements signed	number	
IV.3.4	Total amount of investments effectively made in line with agreements (in EUR)	number (amount)	
IV.3.4.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	number (amount)	
IV.4	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH OTHER TYPE OF FINANCIAL PRODUCT (per financial product)	////////////////////	
IV.4.1	Name of product	PME Investe I e II - bonificação de taxa de juro	PME Investe I e II - bonificação de comissão de garantia
IV.4.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////	////////////////////
IV.4.2.1	large enterprises	0	0
IV.4.2.2	SMEs	153	150
IV.4.2.2.1	out of which micro-enterprises	36	34
IV.4.2.3	individuals	0	0
IV.4.2.4	urban development funds	0	0
IV.4.2.5	other	0	0
IV.4.3	Total amount effectively disbursed to final recipients (in EUR)	834.801	309.539
IV.4.3.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	834.801	309.539
IV.4.4	Number of products effectively provided to final recipients	1	1
IV.5	INDICATORS	////////////////////	
IV.5.1	Number of jobs created or safeguarded	884	

ANEXO VI (I) - Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Template 1: Financial Engineering Instruments operations implemented with Holding Fund

No.	Required information/data	Required data/information format	Comments
I. Description of the financial engineering instrument (FEI) and implementation arrangements (Article 67(2)(j)(i) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
I.1	Holding Fund (name and registered place of business)	JESSICA Holding Fund Portugal: Largo Cónego José Maria Gomes, 4804-534 Guimarães, Portugal	
I.2	Legal status of Holding Fund	////////////////////////////////////	
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders separate block of finance within a financial institution	X	De acordo com Funding Agreement
I.2.1	name, legal status and registered place of business of co-financing partners	Direcção Geral do Tesouro e Finanças - Rua da Alfândega nº5, 1149-008, Lisbon Portugal POVT - Av. D. João II, Lote 1.07.2.1 - 2º, 1998-014 Lisboa PO Norte - Rua Rainha D.Estefânea, 251, 4150-304 Porto PO Centro - Rua Bernardim Ribeiro, 80, 3000-069 Coimbra PO Lisboa - Rua Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa PO Alentejo - Av. Eng.º Arantes e Oliveira, 193, 7004-514 Évora PO Algarve - Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro	
I.3	Holding Fund manager	////////////////////////////////////	
	European Investment Bank (EIB)	X	
	European Investment Fund (EIF)		
	financial institution other than the EIB/EIF other body		
I.3.1	name, legal status and registered place of business of other body	Not Applicable	
I.4	Procedure for selecting the Holding Fund manager	////////////////////////////////////	
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law		
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) award of a contract directly to the EIB or the EIF	X	
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	20-07-2009	
I.6	Number of FEI(s) implemented under this specific Holding Fund	3	
II. Identification of the entities which implement the financial engineering instrument (FEI)(Article 67(2)(j)(ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
II.1	FEI (name and registered place of business)	////////////////////////////////////	
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006?	////////////////////////////////////	
	(a) financial engineering instruments for enterprises		
	(b) urban development funds	X	
	(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing		
II.3	Type of financial product offered by FEI to final recipients	////////////////////////////////////	
II.3.1	equity	N	
II.3.2	loans	Y	
II.3.3	guarantees	N	
II.3.4	other (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)	N	
II.4	FEI manager (its name, legal status and registered place of business)	Turismo de Portugal, I.P., Rua Ivone Silva Lote 6, Lisboa, Portugal	
II.5	Procedure for selecting the FEI manager	////////////////////////////////////	
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law	X	
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) award of a contract directly to the EIB or the EIF		
II.6	Date of signature of funding agreement with Holding Fund	11-10-2011	
III. Amounts of assistance from the Structural Funds and national co-financing paid to the financial engineering instrument (FEI) (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
III.1	ASSISTANCE COMMITTED TO HOLDING FUND FROM ALL OPERATIONAL PROGRAMMES		
III.1.1.1	Operation Programme	2007PT16UPO001 - PO Valorização do Território	
III.1.1.2	Priority axis	Eixo prioritário V - Infraestruturas e equipamentos para valorização territorial e o desenvolvimento urbano	
III.1.1.3	Contribution to Holding Fund	30%	
III.1.2.1	Operation Programme	CCI 2007 PT 16 1 PO 002 - Programa Operacional Regional do Norte	
III.1.2.2	Priority axis	Eixo prioritário IV - Coesão Local e Urbana	
III.1.2.3	Contribution to Holding Fund	30%	
III.1.3.1	Operation Programme	CCI 2007 PT 16 1 PO 003 - Programa Operacional Regional do Centro	
III.1.3.2	Priority axis	Eixo prioritário III - Coesão Local e Urbana	
III.1.3.3	Contribution to Holding Fund	20%	
III.1.4.1	Operation Programme	CCI 2007PT162PO001 - Programa Operacional Regional de Lisboa	
III.1.4.2	Priority axis	Eixo prioritário III - Coesão Social	
III.1.4.3	Contribution to Holding Fund	5%	

III.1.5.1	Operation Programme	CCI 2007PT161PO004 - Programa Operacional Regional do Alentejo	
III.1.5.2	Priority axis	Eixo prioritário III - Coesão Local e Urbana	
III.1.5.3	Contribution to Holding Fund	10%	
III.1.6.1	Operation Programme	CCI 2007 PT 16 1 PO 005 - Programa Operacional Regional do Algarve	
III.1.6.2	Priority axis	Eixo prioritário III - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	
III.1.6.3	Contribution to Holding Fund	5%	
III.2	AMOUNTS OF ASSISTANCE COMMITTED AND PAID TO HOLDING FUND UNDER THIS SPECIFIC OPERATIONAL PROGRAMME	////////////////////////////////////	
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds	////////////////////////////////////	
III.2.1.1	ERDF amounts committed in funding agreement (in EUR)	5 000 000	
III.2.1.2	ERDF amounts effectively paid to Holding Fund (in EUR)	2 523 376	
III.2.1.3	ESF amounts committed in funding agreement (in EUR)	0	
III.2.1.4	ESF amounts effectively paid to Holding Fund (in EUR)	0	
III.2.2	Amounts of national public and private assistance	////////////////////////////////////	
III.2.2.1	National public co-financing committed in funding agreement (in EUR)	2 289 752	
III.2.2.2	National public co-financing effectively paid to Holding Fund (in EUR)	0	
III.2.2.3	National private co-financing committed in funding agreement (in EUR)	0	
III.2.2.4	Private co-financing effectively paid to Holding Fund (in EUR)	0	
III.3	AMOUNTS OF OTHER ASSISTANCE PAID TO HOLDING FUND OUTSIDE OPERATIONAL PROGRAMME (in EUR)	0	
III.4	MANAGEMENT COSTS AND FEES OF HOLDING FUND in the meaning of Article 78(2)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006 (in EUR)	2.160.973,52	
III.5	AMOUNTS OF ASSISTANCE PAID FROM HOLDING FUND TO FEI	////////////////////////////////////	
III.5.1	Amount of Holding Fund resources legally committed to FEI (in EUR)	14 621 422,14	
III.5.2	Amount of Holding Fund resources effectively paid to FEI (in EUR)	0	
III.5.3	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	0	
III.6	MANAGEMENT COSTS AND FEES OF FEI (in the meaning of Article 78(2)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	0	
IV. Amounts of assistance from the Structural Funds and national co-financing paid by the financial engineering instrument (FEI) (Article 67(2)(j)(i)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
IV.1	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH LOANS (per financial product)		
IV.1.1	Name of product	text	
IV.1.2	Number of final recipients supported, per type:	////////////////////////////////////	
IV.1.2.1	large enterprises	number	
IV.1.2.2	SMEs	number	
IV.1.2.2.1	out of which micro-enterprises	number	
IV.1.2.3	individuals	number	
IV.1.2.4	urban development funds	number	
IV.1.2.5	other	number	
IV.1.3	Number of loan contracts signed with final recipients	number	
IV.1.4	Total loan amount committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	number (amount)	
IV.1.4.1	out of which Operation Programme contribution	number (amount)	
IV.1.5	Total loan amount effectively disbursed to final recipients (in EUR)	number (amount)	
IV.1.5.1	out of which Operation Programme contribution	number (amount)	
IV.2	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH GUARANTEES (per financial product)	////////////////////////////////////	
IV.2.1	Name of product	text	
IV.2.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////////////////////	
IV.2.2.1	large enterprises	number	
IV.2.2.2	SMEs	number	
IV.2.2.2.1	out of which micro-enterprises	number	
IV.2.2.3	individuals	number	
IV.2.2.4	urban development funds	number	
IV.2.2.5	other	number	
IV.2.3	Total amount blocked for guarantee contracts signed (in EUR)	number (amount)	
IV.2.4	Total amount of guarantees actually committed for disbursed loans in accordance with contracts signed (in m EUR)	number (amount)	
IV.2.4.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	number (amount)	
IV.2.5	Number of loans actually disbursed in relation to guarantees contracts	number	
IV.2.6	Total value of loans actually disbursed in relation to guarantees contracts (in EUR)	number (amount)	
IV.3	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH EQUITY / VENTURE CAPITAL (per financial product)	////////////////////////////////////	
IV.3.1	Name of product	text	
IV.3.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////////////////////	
IV.3.2.1	large enterprises	number	
IV.3.2.2	SMEs	number	
IV.3.2.2.1	out of which micro-enterprises	number	
IV.3.2.3	urban development funds	number	
IV.3.2.4	other	number	
IV.3.3	Number of investments made in line with agreements signed	number	
IV.3.4	Total amount of investments effectively made in line with agreements (in EUR)	number (amount)	
IV.3.4.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	number (amount)	
IV.4	ASSISTANCE COMMITTED AND PAID BY THE FEI TO FINAL RECIPIENTS THROUGH OTHER TYPE OF FINANCIAL PRODUCT (per financial product)	////////////////////////////////////	
IV.4.1	Name of product	text	

IV.4.2	Number of final recipients supported, per type	////////////////////////////////////	
IV.4.2.1	large enterprises	number	
IV.4.2.2	SMEs	number	
IV.4.2.2.1	out of which micro-enterprises	number	
IV.4.2.3	individuals	number	
IV.4.2.4	urban development funds	number	
IV.4.2.5	other	number	
IV.4.3	Total amount effectively disbursed to final recipients (in EUR)	number (amount)	
IV.4.3.1	out of which Operation Programme contribution (in EUR)	number (amount)	
IV.4.4	Number of products effectively provided to final recipients	number	
IV.5	INDICATORS	////////////////////////////////////	
IV.5.1	Number of jobs created or safeguarded	number	



Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Refº Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2011)
FCOMP-04-025	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	
FCOMP-04-026	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	
FC-ICN-Anual-017	MWh	Variação do consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.a
FC-ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	74.000
FC-ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	89
FC-ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d
FC-ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, por tipo de estratégia (polos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	21
VT-ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	-
VT-ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados	0
VT-ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	434.023
VT-ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	10.185
VT-ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	51.928
VT-ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	434.023
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	23.214
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	-
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	-
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	7,1
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
VT-ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	-
VT-ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	0,8
VT-ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	0
VT-ICN-AAE-025	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	5.946
CORE - 041	Nº	Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	18

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) O Observatório propõe tentativa de quantificação deste indicador através de estudo específico a realizar em 2013

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Realização Física	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
Eixo Prioritário 1	Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Realização - Contratada		5	10	21	39					
		Realização - Encerramento		0	0	0	3					
		Metas				30					80	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Realização - Contratada		73	124	136	147					
		Realização - Encerramento		0	0	0	0					
		Metas				50					150	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização - Contratada		-	-	0	1					
		Realização - Encerramento			-	0	0					
		Metas				1					3	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização - Contratada		33	35	35	89					
		Realização - Encerramento		0	1	18	70					
		Metas				20					50	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
Eixo Prioritário 2	Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC)	Realização - Contratada		4	4	11	17					
		Realização - Encerramento		0	2	4	5					
		Metas				30					35	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Acções promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal	Realização - Contratada		1	6	9	8					
		Realização - Encerramento		0	0	0	0					
		Metas				20					45	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Realização Física	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 3	Escolas do pré-escolar e EB1 e EB2, 3 intervenções	Realização - Contratada		5	9	17	18					
		Realização - Encerramento		0	4	7	9					
		Metas				15					30	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Projectos inseridos em estratégias para a competitividade da rede urbana	Realização - Contratada		0	2	2	9					
		Realização - Encerramento		0	0	0	0					
		Metas				-					15	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervenções	Realização - Contratada			-	36,44	53,6					
		Realização - Encerramento			-	0	0,85					
		Metas				20					60	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Projectos inseridos em estratégias (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada			3	3	27					
		Realização - Encerramento			0	0	18					
		Metas				-					30	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Projectos de reabilitação urbana apoiadas nas áreas de baixa densidade	Realização - Contratada			-	0	0					
		Realização - Encerramento			-	0	0					
Metas					-					8		
Valor de Referência / Situação de Partida		0										
Eixo Prioritário 4	Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	Realização - Contratada		100	100	100	100					
		Realização - Encerramento		100	100	100	100					
		Metas				60					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Resultado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
------------------	--------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)

Eixo Prioritário 1	Indicadores de Resultado	Indicadores de Resultado										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 1	Taxa de sobrevivência das novas empresas apoiadas que contribuem para a consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer	Realização - Contratada		-	-	-	-					
		Realização - Encerramento		-	-	-	-					
		Metas				60					60	
		Valor de Referência / Situação de Partida	40									
	Proporção de investimento empresarial em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia, apoiado pelo PO	Realização - Contratada		-	40,3	53,84	46,50					
		Realização - Encerramento		-	0	0	0,58					
		Metas				50					55	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	Taxa de ocupação dos parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização - Contratada		-	-	-	0					
		Realização - Encerramento		-	-	-	0					
		Metas				n.d					30	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

Eixo Prioritário 2	Indicadores de Resultado	Indicadores de Resultado										
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 2	Proporção de orla costeira valorizada	Realização - Contratada		28	28,26	29,39	29,75					
		Realização - Encerramento		0	28,15	28,64	29,02					
		Metas				50					55	
		Valor de Referência / Situação de Partida	25									
Eixo Prioritário 2	Poupança de energia primária (Tep/ano)	Realização - Contratada		-	-	-	8,39					
		Realização - Encerramento		-	-	-	0					
		Metas				-					10	
		Valor de Referência / Situação de Partida	100									

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário	Indicadores de Resultado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Eixo Prioritário 3	Proporção de alunos do pré-escolar e EB1 (rede pública) integrados em regime lectivo normal	Realização - Contratada		66	67	82,6	84,34					
		Realização - Encerramento		0	63	67	71					
		Metas				80					95	
		Valor de Referência / Situação de Partida	60									
	Redução do tempo de percurso nos troços rodoviários intervençionados	Realização - Contratada		–	–	–	40,26					
		Realização - Encerramento		–	–	–	0,95					
		Metas				–					15	
		Valor de Referência / Situação de Partida	100									
	% de população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade	Realização - Contratada		–	54	60	60					
		Realização - Encerramento		–	0	0	0					
		Metas				40					80	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									
	População residente beneficiada por projectos integrados de regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada		–	10.185	10.185	10.185					
		Realização - Encerramento		–	0	0	0					
		Metas				5.000					20.000	
Valor de Referência / Situação de Partida		0										
Emprego criado pelos projectos integrados apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização - Contratada		–	–	–	–						
	Realização - Encerramento		–	–	–	–						
	Metas				60					70		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0										
Eixo Prioritário 4	Cumprimento das regras n+3 e n+2	Realização - Contratada		–	n.a	n.a.						
		Realização - Encerramento		–	n.a	49,9						
		Metas			– ¹⁾	31					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida	0									

a formula usada no calculo do indicador foi alterada

1) A meta de 2010 deixou de existir porque a alteração do Regulamento Comunitário n.º 1083/2006 de 11 de Julho, através do reg (CE) n.º 539/2010 de 16 de Julho, alterou a meta n+3 que passou a ser aplicável apenas em 2011.

2) Meta N+3 a cumprir no final de 2015 (174.952.016 €) - total da programação.

Anexo IX - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)												
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	n.d	926	997					
		Realização - Executada				(a)	22					
		Metas									1.050	
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d					
		Realização - Executada										
		Metas									n.d	
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada		–	n.d	n.d	n.d					
		Realização - Executada										
		Metas									n.d	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14	16					
		Realização - Executada				0	0					
		Metas									30	
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		–	2	3	4					
		Realização - Executada				0	0					
		Metas									8	
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		–	0	62	67					
		Realização - Executada				0	0					
		Metas									60	
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231	273					
		Realização - Executada				0	4					
		Metas									275	
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13	17					
		Realização - Executada				0	1					
		Metas									25	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	674	872					
		Realização - Executada				0	22					
		Metas									300	

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	10. Investimento total induzido (em Milhões de euros)	Realização - Contratada		–	50,70	73,50	87,25				
		Realização - Executada				0	0,53				
		Metas									200
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29	35				
		Realização - Executada				0	8				
		Metas									54
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada		–	–	–	n.a				
		Realização - Executada				–	n.a				
		Metas									n.a
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	3	5				
		Realização - Executada				1	1				
		Metas									15
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		–	–	0,85	3,85				
		Realização - Executada				0	0,85				
		Metas									5
	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE	Realização - Contratada		–	–	n.a	n.a				
		Realização - Executada				n.a	n.a				
		Metas									n.a
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		–	–	35,59	49,76				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									55
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				
		Realização - Executada				n.a	n.a				
		Metas									n.a
	18. Nº de Km de novas ferrovias nas RTE	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				
		Realização - Executada				n.a	n.a				
		Metas									n.a
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d				
		Realização - Executada				n.d	n.d				
		Metas									n.d
20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d					
	Realização - Executada				n.d	n.d					
	Metas									n.d	
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d					
	Realização - Executada				n.d	n.d					
	Metas									n.d	

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935	23.214				
		Realização - Executada				12.902	12.902				
		Metas									20.000
Energias Renováveis	23. Nº de projectos ^{b)}	Realização - Contratada		-	0	0	33				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									20
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				
		Realização - Executada				n.a	n.a				
		Metas									n.a
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				
		Realização - Executada					n.a				
		Metas									n.a
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				
		Realização - Executada					n.a				
		Metas									n.a
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		-	-	0	n.a				
		Realização - Executada				0	n.a				
		Metas									n.a
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ^{c)}	Realização - Contratada		-	1	1	1				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									1
29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		-	5,23	6	7,1					
	Realização - Executada				0	0,2					
	Metas									10	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada		-	n.d	n.d	n.d				
		Realização - Executada					n.d				
		Metas									n.d
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	1	20				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									5
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ^{d)}	Realização - Contratada		-	-	434.023	434.023				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									434.023
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ^{d)}	Realização - Contratada		-	-	434.023	434.023				
		Realização - Executada				0	0				
		Metas									434.023
34. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	11	27	47					
	Realização - Executada				0	4					

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Turismo	Metas									50		
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	360	464					
		Realização - Executada					15					
	Metas									250		
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17	18					
		Realização - Executada				7	9					
		Metas									25	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1.840	2.849	5.583	5.946					
		Realização - Executada				1.962	2.447					
		Metas									7.000	
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	n.d	3					
		Realização - Executada				n.d	2					
		Metas									3	
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		–	0	24	27					
		Realização - Executada				5	18					
		Metas									35	
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		–	0	5	3					
		Realização - Executada				0	0					
		Metas									15	
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	17	18					
		Realização - Executada				7	9					
		Metas									28	

Notas:

- a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação
b) Inclui 18 operações enquadradas no Regulamento Especifico "RUCI"
c) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Especifico "Acções de valorização do Litoral"
d) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio
n.d - não disponível
n.a - não se aplica



Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2011 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
TOTAL PO ALGARVE 21	292								241.220.270	159.618.413	100.787.640	177.661
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	159								143.624.729	64.733.120	48.945.962	177.661
Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas	139								127.449.349	48.557.740	38.830.710	177.661
ALG-01-0123-FEDER-000001	Linhas de Crédito PME Investe I e II	Engenharia Financeira	Aprovada	Algarve	Administração Pública	600000362	IAPMEI, I.P./ Turismo de Portugal, I.P.	13.144.000	13.144.000	3.654.000		
ALG-01-0101-FEDER-000361	Reforço das capacidades de desenvolvimento e comercialização com vista à internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	501427678	CESA CORREIA LIMITADA	62.112	21.739	21.739		
ALG-01-0101-FEDER-000437	Melhoria do sistema de controlo de gestão e de logística, certificação de serviços e internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503420344	Verdesul - Técnicas Agrícolas, Lda.	245.835	110.626	110.626		
ALG-01-0101-FEDER-000590	Certificação Sistema Gestão Qualidade pela Norma ISO 9001:2000, modernização e reforço do recurso a TIC na Organização e Gestão, inserção activa na Economia Digital, promoção internacional	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505133300	Ecosistemazol - Construção de Espaços Verdes, Lda	75.123	33.805	33.805		
ALG-01-0101-FEDER-000704	Projecto de investimento na qualificação e promoção turística	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505997215	Monte da Quinta Club, Actividades Hoteleiras, S.A.	352.765	123.468	123.468		
ALG-01-0101-FEDER-000915	Vocacionar a empresa para o modelo de negócio do futuro	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503171310	Turismo Motivatoours Lda	89.440	40.248	40.248		
ALG-01-0101-FEDER-001998	Investimentos em TIC, economia digital e comercialização/marketing, para reforço da posição de líder regional do sector	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501496912	GARRAFEIRA SOARES - Comércio de Bebidas, SA	256.783	119.579	119.579	52.810	
ALG-01-0101-FEDER-002038	ECOSALT - Rotulagem ecológica do sal marinho tradicional e da flor de sal, para promover uma ética de consumo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504032194	Necton - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.	97.309	43.789	43.789		
ALG-01-0101-FEDER-002039	Divulgação/implementação dos produtos e serviços no mercado Argentino (Algardata Hotelaria e Algardata Aurorasoft)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502420227	Algardata - Sistemas Informáticos, S.A.	72.900	27.540	27.540	3.600	
ALG-01-0101-FEDER-002256	Gestão de qualidade e internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503550841	Hubel Industria da Água, Ambiente e Obras Públicas, S.A.	174.442	78.499	78.499		
ALG-01-0101-FEDER-003136	Optimização de Sistemas de Controlo de Produção e Marcação CE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503363243	ROFICER - Cerâmica da Fonte Salgada, Lda.	5.000	3.750	3.750		
ALG-01-0101-FEDER-003808	Caracterização Ambiental da Exploração	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	Eduardo Pinto Contreiras & Filhos, Lda	31.500	23.625	23.625		
ALG-01-0101-FEDER-004072	Apolonia Supermercados, S.A.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502442786	Apolonia Supermercados, S.A.	220.249	77.087	77.087		
ALG-01-0101-FEDER-005895	ECOSOLAR-Valorização ecológica para um turismo sustentável	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508733235	SUNQUAYS Lda	247.442	111.349	111.349		
ALG-01-0101-FEDER-005978	Estudo geo-económico de pedra de calcário	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	Eduardo Pinto Contreiras & Filhos, Lda	26.800	20.100	20.100		
ALG-01-0101-FEDER-006009	Informação para Gestão e Economia Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508779294	IMPRUV - Design & Web Information Technology, Lda	203.840	91.728	91.728		
ALG-01-0101-FEDER-006118	Competitividade e Sustentabilidade rumo à Excelência	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502217235	Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, SA	187.710	75.084	75.084		
ALG-01-0101-FEDER-006237	Internacionalização e Competitividade	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501464441	Sienave - Sienitos do Algarve, Lda.	471.826	212.322	212.322		
ALG-01-0101-FEDER-006325	Identificação e análise de produtos e processos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507344731	Algarstone - Mármore e Granitos, Lda.	5.680	4.260	4.260		
ALG-01-0101-FEDER-006341	Reorganização, Expansão e Internacionalização do Joro, Lda	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501942785	JORO Importação Comercialização Distribuição Equipamentos e Assistência Técnica, Lda	266.085	119.738	119.738		
ALG-01-0101-FEDER-006431	Produção de chouriço de atum com elevado teor de antioxidantes: viabilização do projecto e transferência de conhecimento	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507094417	Conservas de Peixe Dâmaso, Unipessoal, Lda.	25.000	18.750	18.750		
ALG-01-0101-FEDER-006674	Central de Projectos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507850963	All Domotics S.A.	76.790	42.019	42.019	17.059	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0101-FEDER-006702	Gestão de reservas, call centre e TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502142693	Algarve T - Cooperativa de Automóveis de Turismo do Algarve CRL	95.556	43.000	43.000	
	ALG-01-0101-FEDER-006739	Internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	107647176	RUI FRANCISCO NEVES DIAS	58.734	26.430	26.430	
	ALG-01-0101-FEDER-007857	CONQUISTAR- PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	n.d.	501090665	ACRAL - ASSOC. DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DA REGIÃO DO ALGARVE	114.534	56.694	56.694	
	ALG-01-0101-FEDER-011438	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS UTILIZADOS EM PROGRAMAS DE ECOTURISMO NA RIA FORMOSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508455316	NATURANAUTICA, LDA	21.774	16.330	16.330	
	ALG-01-0101-FEDER-011609	PLANO DE PORMENOR DE ÁREA INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	EDUARDO PINTO CONTREIRAS & FILHOS, LDA	35.625	25.000	25.000	
	ALG-01-0101-FEDER-012280	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	158311035	Domingos Manuel Páscoa dos Reis Silva	38.669	17.401	17.401	
	ALG-01-0101-FEDER-012325	Qualificação da Visualforma	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	Visualforma - Form. E Programação em novas Tecnologias, Lda.	724.407	325.983	325.983	
	ALG-01-0101-FEDER-012432	Qualificação TURALVOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501577602	Turalvor - Exploração Apartamentos Turísticos, Lha.	77.317	34.793	34.793	
	ALG-01-0101-FEDER-012468	Exploração Turística do Empreendimento EDEN RESORT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509231012	Duarte & Filhos VI, Unipessoal, Lda.	58.414	24.747	24.747	
	ALG-01-0101-FEDER-012593	Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos, novo sistema de gestão total	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	501072160	Marreiros, Lda.	26.901	12.105	12.105	
	ALG-01-0101-FEDER-012653	Palavras Sem Fronteiras	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504400576	Inpokulis - Traduções e eventos, Unipessoal, Lda.	163.703	73.666	73.666	
	ALG-01-0101-FEDER-012879	INOANGOLA2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	Informat Soluções para a Gestão, Lda	74.250	33.413	33.413	
	ALG-01-0101-FEDER-012880	Internacionalização e Qualificação do Empreendimento LONGEVITY WELLNESS RESORT Monchique	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500386960	Montinho de Monchique (Construções), Lda.	494.819	247.409	247.409	
	ALG-01-0101-FEDER-016206	Eficiência Energética: Certificação Energética; Certificação Qualificada	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	Alisios II - Imobiliária e Turismo, SA	28.995	13.048	13.048	
	ALG-01-0101-FEDER-016273	Internacionalização D.Medeiro	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	504714422	Dmedeiro Equipamentos Eléctricos, Lda.	358.880	152.467	152.467	
	ALG-01-0101-FEDER-016323	Inovação na Área da Gestão, Comercialização e aposta na Economia Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502711868	Ave de Oiro - Soc. De Comércio de Aves e Carnes, Lda.	55.392	24.926	24.926	
	ALG-01-0101-FEDER-016528	Frustock Sul Ibérico	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502899581	FRUSTCK - Produtos Alimentares, SA	103.970	43.663	43.663	
	ALG-01-0101-FEDER-016537	RADPROTEC 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507428170	GYRAD - Controlo Qualidade e Protecção Radiológica, Lda.	56.659	25.988	25.988	1.124
	ALG-01-0101-FEDER-016571	Implementação e Certificação de um Sistema de Qualidade e melhoria na Organização e Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501305475	VAJRA, Emp. Solar de Alimentação e Energias Renováveis, Lda.	157.911	71.060	71.060	
	ALG-01-0101-FEDER-016643	LANÇAMENTO DA PRONTIQUEST	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509467458	PRONTIQUEST - Distribuição, Lda.	608.378	279.753	279.753	13.674
	ALG-01-0101-FEDER-016656	Internacionalizar para Espanha e Itália	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507859448	SYSTEMSIT - Sistemas Informáticos, Lda.	840.123	378.055	378.055	
	ALG-01-0101-FEDER-016668	Internacionalizar para Brasil e Argentina	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508845815	BPO Consulting, Unipessoal, Lda.	836.027	376.212	376.212	
	ALG-01-0101-FEDER-016670	Internacionalização e Dinamização Comercial da ALGARESTRADAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501386548	Algarestradas - Construção de Estradas e Obras Públicas, SA	386.934	182.736	182.736	45.976
	ALG-01-0101-FEDER-016678	Realização da Auditoria Energética e Auditoria da Qualidade do Ar Interior	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501549072	Grampiam - Investimentos Hoteleiros, SA	28.000	14.000	14.000	
	ALG-01-0101-FEDER-016681	Qualificação e Internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508838754	Blue Seven - Business Solutions, Lda.	241.150	108.518	108.518	
	ALG-01-0101-FEDER-016683	Realização da Auditoria Energética e Auditoria da Qualidade do Ar Interior	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501181695	Vale do Garrão - Urbanização e Construção, Lda.	26.000	13.000	13.000	
	ALG-01-0101-FEDER-016694	Internacionalização da Empresa	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501312463	Canana & Filhos - Empreiteiros, Lda.	320.298	152.815	152.815	37.942
	ALG-01-0101-FEDER-016740	Reforço das capacidades de Comercialização, Marketing, Distribuição e Logística	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508295157	Releve - Recursos Energéticos, Lda.	70.660	31.797	31.797	
	ALG-01-0101-FEDER-016778	Descrever Sucientemente o Tipo de Projecto/Investimento	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508910587	Conceptek - Sistemas de Informação, SA	115.462	53.078	53.078	2.560
	ALG-01-0101-FEDER-016784	Certificação da Empresa pela ISO 9001: 2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502012064	Projecto 2 - Gabinete de Engenharia e Arquitectura, Lda.	76.660	34.847	34.847	800

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-01-0101-FEDER-016813		Internacionalização LEIKEN SUL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508187699	Leiken (Sul) - Equip. Proj. Instalações e Construção, Lda.	385.146	173.316	173.316	
ALG-01-0101-FEDER-016853		ALGARVE... GOLF I LOVE IT, AND YOU?	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Associação	506436535	Assoc. Turismo do Algarve	918.883	444.127	444.127	
ALG-01-0101-FEDER-016991		INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PARQUE DE CAMPISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506583864	PARQUE DE CAMPISMO RIA FORMOSA, LDA	97.280	43.776	43.776	
ALG-01-0101-FEDER-017000		INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM ALDEAMENTO TURISTICO VERDE PINO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	501967176	MOURA E SILVA E FILHOS, LDA	48.340	21.753	21.753	
ALG-01-0101-FEDER-017020		IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA SOLAR TÉRMICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501244336	SOARES & NETO, LDA	76.650	34.493	34.493	
ALG-01-0101-FEDER-017172		INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500624640	SEEC, SOC. DE EXPLORAÇÃO HOTELEIRA E SIMILARES, LDA	50.179	22.580	22.580	
ALG-01-0101-FEDER-017173		INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502753315	CERRO DA MARINA, EXPLORAÇÕES TURÍSTICAS E HOTELEIRAS	32.915	14.812	14.812	
ALG-01-0101-FEDER-017195		INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RESTAURAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505169274	RESTAURAÇÃO GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPESSOAL, LDA	45.056	20.275	20.275	
ALG-01-0101-FEDER-017231		INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HOTELARIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500273383	SONINTUR - SOCIEDADE NACIONAL DE INVESTIMENTOS E TURISMO, SA	70.754	31.839	31.839	
ALG-01-0101-FEDER-017232		INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM HOTELARIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500273383	SONINTUR - SOCIEDADE NACIONAL DE INVESTIMENTOS E TURISMO, SA	56.381	25.372	25.372	
ALG-01-0101-FEDER-017576		DPH DE PORTUGAL PARA O MUNDO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505571161	NAIMEXPORT - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	654.219	285.443	285.443	
ALG-01-0101-FEDER-017892		XPTO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508088542	XPTO MARKETING E SERVIÇOS, LDA	65.030	29.264	29.264	
ALG-01-0101-FEDER-018144		CONSOLIDAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505681447	GEO EXPLORER - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO, SA	416.045	180.560	180.560	
ALG-01-0101-FEDER-018223		IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATEGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DE COMPETITIVIDADE PARA 2011 E 2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506838315	A TUBOS - COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CANALIZAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, LDA	253.398	114.029	114.029	
ALG-01-0101-FEDER-018234		ROLEAR MAIS - NOVAS ENERGIAS EM ÁFRICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509100562	ROLEAR MAIS-SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, SA	321.455	137.720	137.720	
ALG-01-0101-FEDER-018328		INTERNACIONALIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO E NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503935387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	350.355	151.025	151.025	
ALG-01-0101-FEDER-018348		INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARTINHAL BEACH RESORT & HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507261992	FOUR GOLD WINDS RESORTS - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA	530.000	265.000	265.000	
ALG-01-0101-FEDER-018387		LONGEVITY WELLNESS RESORT MONCHIQUE ? HOTEL- APARTAMENTO DE 5 ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500386960	MONTINHO DE MONCHIQUE (CONSTRUÇÕES), LDA	462.916	217.533	217.533	
ALG-01-0101-FEDER-019143		BIRDWATCHING FOR YOU (BIRD4U)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500213666	PEDRAS DEL REI, SA	32.500	24.375	24.375	
ALG-01-0101-FEDER-021706		MONTE DO MALHÃO - DIFERENCIAÇÃO E COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509106811	DELAURENT - TURISMO, COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	34.822	17.411	17.411	
ALG-01-0101-FEDER-021748		QUALIFICAÇÃO DA MULTI TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507247620	MULTI TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA	92.296	41.533	41.533	
ALG-01-0101-FEDER-021936		PELCOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501773622	NOVACORTIÇA - INDUSTRIA CORTICEIRA, SA	509.390	229.226	229.226	
ALG-01-0102-FEDER-001460		ANYFISH - Desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de alimentos para peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS LDA	264.029	184.086	184.086	
ALG-01-0102-FEDER-001519		Best Mobile Hub - Portal Agregador de Serviços Móveis	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504924907	Inesting - Marketing Tecnológico, S.A.	211.140	95.013	95.013	
ALG-01-0102-FEDER-001586		GreenDiets - Formulação e teste de novas dietas à base de concentrados de microalgas para aplicação no sector da aquacultura	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504032194	Necton - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.	296.007	265.531	210.801	
ALG-01-0102-FEDER-002590		Desenvolvimento de projectos na área de IT (sistema de suporte e atendimento ao cliente, sistema de posicionamento georeferenciado dos colaboradores e clientes, ferramenta de gestão integrada para a empresa)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502420227	Algardata - Sistemas Informáticos, S.A.	318.991	127.596	127.596	
ALG-01-0102-FEDER-003397		ALFAETILICO - Estudo da viabilidade técnica e económico-financeira de uma biorrefinaria de polpa de alfarroba através do aproveitamento integral da sacarose e da celulose para biocombustível (inclui instalação de uma unidade piloto)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503673790	Agrupamento de Alfarroba e Amêndoa, C.R.L.	454.985	400.814	333.864	
ALG-01-0102-FEDER-004583		Clarificação da goma de alfarroba	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500002487	A Industrial Fareense, Lda.	32.000	24.000	24.000	
ALG-01-0102-FEDER-004670		BioOrnamental - diagnóstico de patologias ornamentais em peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503573140	Bioestratégia-Consultadoria, Formação, Management, Tecnologia e Inovação, Lda	33.000	24.750	24.750	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-01-0102-FEDER-004689	Produção de poliquetas como alimento para peixes reprodutores em aquacultura	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508498040	INOVSEA Lda.	20.000	15.000	15.000		
ALG-01-0102-FEDER-005495	ProTur Booking - Plataforma de Gestão de Reservas Turísticas On-line	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	VISUALFORMA - Formação e Programação em Novas Tecnologias, Lda	634.488	317.244	317.244		
ALG-01-0102-FEDER-006521	Óleos essenciais como enriquecimentos nutricionais no cultivo de larvas de peixes marinhos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507291565	Dandlen & Vasques, Lda	22.500	16.875	16.875		
ALG-01-0102-FEDER-006563	Potencial de aplicação de estímulos acústicos subaquáticos em aquacultura marinha	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508398614	MarSensing - Marine Sensing & Acoustic Technologies, Lda.	20.000	15.000	15.000		
ALG-01-0102-FEDER-006567	Caracterização nutricional e definição do tempo de vida de prateleira do chouriço de atum	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507094417	Conservas de Peixe Dâmaso, Unipessoal, Lda.	33.000	24.750	24.750		
ALG-01-0102-FEDER-006633	A4F-Algafuel, S.A.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508102391	A4F- ALGAFUEL, SA	288.999	231.199	231.199		
ALG-01-0102-FEDER-012733	Desenvolvimento e Integração no ERP da Informat de dois novos módulos para Apuramento de Resultados por Centros de Proveitos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	Informat Soluções para a Gestão, Lda.	197.352	106.650	106.650		
ALG-01-0102-FEDER-013380	Micala - Desenvolvimento de um alimento microencapsulado para larvas de peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS LDA	393.186	352.956	298.899		
ALG-01-0102-FEDER-019258	PRODUÇÃO DE DOURADA E ROBALO COM CERTIFICAÇÃO BIOLÓGICA: ADAPTAÇÕES TÉCNICAS E ORGANIZACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500987688	SOC. PISCICULTORA FARENSE, LDA	25.000	18.750	18.750		
ALG-01-0102-FEDER-021595	INUTR - DESENVOLVIMENTO DE UM ALIMENTO QUE REDUZA OS EFEITOS DA DOENÇA DE INVERNO NA DOURADA COM RECURSO A INDICADORES MOLECULARES DE CONDIÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS, LDA	482.228	427.538	366.247		
ALG-01-0103-FEDER-000966	Modernização e automatização de métodos / processos existentes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502835966	Quimiteste - Engenharia e Tecnologia, Lda	308.629	169.746	169.746		
ALG-01-0103-FEDER-001000	Upgrade de processos de fabrico	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - Indústria Corteira SA	167.117	75.203	75.203		
ALG-01-0103-FEDER-001639	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504395688	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	34.424.321	2.000.000	2.000.000		
ALG-01-0103-FEDER-002751	Produção de novos serviços com elevado conteúdo tecnológico, utilizando as novas tecnologias, e adopção de novos métodos de utilização dos recursos naturais e energéticos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	261.190	143.655	143.655		
ALG-01-0103-FEDER-002769	Espaço integrado de animação turística e cultural como "Montra de Qualidade de Portugal para o Mundo"	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508451957	MONTE DAS ESCANXINAS - CULTURA E TURISMO, LDA.	555.019	360.762	360.762		
ALG-01-0103-FEDER-004870	Criação de Centro Equestre	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507801113	Equinostum - Centro equestre e de lazer de Faro, Ldar	713.697	463.903	463.903		
ALG-01-0103-FEDER-004907	Aquisição de catamarã para passeios marítimo turísticos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508520770	Mares Maravilhosos - actividades marítimo turísticas, lda	641.858	417.208	417.208		
ALG-01-0103-FEDER-005180	Implementação de Apartamentos Turísticos, Aldeamento Turístico e Hotel	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501068228	SAGRIMAR - Empreendimentos Turísticos, SA.	26.113.087	2.000.000	2.000.000		
ALG-01-0103-FEDER-006853	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508688396	Reflexo do Progresso Resíduos, Lda.	1.008.484	756.363	756.363		
ALG-01-0103-FEDER-006863	CRIAÇÃO DE HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508963761	Singular Conceito, Lda.	1.087.758	815.818	815.818		
ALG-01-0103-FEDER-006867	CLEARWINDS - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLO DE POLUIÇÃO DO AR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	508472997	Clerawinds-Systems, S.A.	230.989	127.044	127.044		
ALG-01-0103-FEDER-006875	TERTÚLIA ALGARVIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508596734	Good Moments - Indústria Criativa de Cultura e Alimentação Tradicional	379.037	246.374	246.374		
ALG-01-0103-FEDER-007565	RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS TELEVISIVOS EM HD	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503688860	TAKE 5 - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, Lda.	239.913	155.944	155.944		
ALG-01-0103-FEDER-007569	INSTALAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO NOVO DATACENTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505304775	FLESK - Produções Digitais, Lda.	344.817	224.131	224.131		
ALG-01-0103-FEDER-007682	PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RC&D)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501425845	GRUPO SILVA & SILVA, LDA	1.315.298	854.944	854.944		
ALG-01-0103-FEDER-007754	Inovação na Transformação e Comercialização do Sal Marinho Artesanal	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507683072	Böer & Siebert, Lda.	180.591	117.781	117.781	2.116	
ALG-01-0103-FEDER-007775	CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE DE NEGÓCIO NO ALGARVE PARA PRESTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503565393	RENASCIMENTO - GESTÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS, LDA	393.478	255.760	255.760		
ALG-01-0103-FEDER-008218	Aquisição de Equipamento para Produção de Cinema Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505052989	Flavour Productions - Laborató. Audiov. E Multimédia, Lda.	208.045	156.033	156.033		
ALG-01-0103-FEDER-008248	Aquisição de Equipamento para Produção de Vídeo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501186972	Publ rádio - Publicidade Exterior, SA	71.306	53.479	53.479		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0103-FEDER-008263	Criação, Modernização, Requalificação ou Racionalização de Empresas	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506968669	Recipe - Soc. Farmaceutica, SA	245.982	184.487	184.487	
	ALG-01-0103-FEDER-008288	Criação, Modernização, Requalificação ou Racionalização de Empresas	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505026775	Farmácia Brito Oliveira, SA	298.795	224.096	224.096	
	ALG-01-0103-FEDER-013175	Quinta Eventos e Descobertas Tradição e Diversão	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503727962	Descobertas Mil, Lda.	389.570	292.177	292.177	
	ALG-01-0103-FEDER-013256	Expansão e Requalificação de Uma Unidade de Transformação de Vidro Plano	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500584095	Vidreira Algarvia, Lda.	360.102	234.067	234.067	
	ALG-01-0103-FEDER-013391	Capacitação para Desenvolvimento 3D e Plataforma de Marketing Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508257468	Sonha Pensa Imagina Comunica, Lda.	292.561	219.421	219.421	
	ALG-01-0103-FEDER-013425	Algareventos - Cozinha Industrial	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509290884	Algareventos, Lda.	688.650	516.488	516.488	
	ALG-01-0103-FEDER-013560	Projecto Algarve	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	502095857	SPAST - Soc. Portuguesa de Aluguer e Serviços de Textéis, SA	3.799.000	1.709.550	1.709.550	
	ALG-01-0103-FEDER-013604	SAFERAD 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507428170	GYRAD - Controlo Qualidade e Protecção Radiológica, Lda.	165.540	124.155	124.155	
	ALG-01-0103-FEDER-013608	Desenvolvimento de Nonas Soluções de Marketing Tecnológico para o Sector do Turismo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509266207	Algures no Percurso, Lda.	312.051	202.833	202.833	
	ALG-01-0103-FEDER-017444	AISOL - INOVAÇÃO CRESCIMENTO E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	502863145	AMORIM ISOLAMENTOS SA	862.700	474.485	474.485	
	ALG-01-0103-FEDER-017505	OPTIMIZAÇÃO DE CORTE E ACABAMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	500096872	LITOGRAFICA DO SUL, SA	676.260	304.317	304.317	
	ALG-01-0103-FEDER-017649	RECONVERSÃO DE ALOJAMENTO LOCAL EM HOTEL E REMODELAÇÃO DE RESTAURANTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505169274	ROCHA DA GRALHEIRA - EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, UNIPessoal, Lda	422.429	316.822	316.822	
	ALG-01-0103-FEDER-017726	AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO E PROJECCÃO DE HOLOGRAMAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508257468	SONHA PENSA IMAGINA COMUNICA, LDA	393.118	255.527	255.527	
	ALG-01-0103-FEDER-017782	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505630834	C. A. PRODUÇÕES - EQUIPAMENTOS DE SOM E ILUMINAÇÃO, UNIPessoal, Lda	2.308.353	1.500.430	1.500.430	
	ALG-01-0103-FEDER-017914	criação de empresa para o desenvolvimento de soluções inovadoras de comunicação e exploração de meios publicitários - PRODUITO 360º	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509720382	MEDIA 360, LDA	1.375.500	894.075	894.075	
	ALG-01-0103-FEDER-017942	REQUALIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO CASAS DO MOINHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508566215	CASAS DO MOINHO - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	216.413	162.310	162.310	
	ALG-01-0103-FEDER-017943	criação de rede de painéis publicitários electrónicos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509247822	PROSPERITAS - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, LDA	1.025.250	666.413	666.413	
	ALG-01-0103-FEDER-017945	PRODUÇÃO DE COPOS E SERINGAS DE PLÁSTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509694950	ALPLASTICS, LDA	3.527.693	2.000.000	2.000.000	
	ALG-01-0103-FEDER-017987	criação e remodelação de produto turismo no ambito do turismo em espaço rural	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504134582	QUINTA DA FONTE DO BISPO - TURISMO RURAL, LDA	3.408.500	2.000.000	2.000.000	
	ALG-01-0103-FEDER-018018	ANIMAÇÃO TURÍSTICA - QUALIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502519479	ANIMARIS - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	835.100	626.325	626.325	
	ALG-01-0103-FEDER-018028	INOVAÇÃO PRODUTIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503697109	VINILCONSTA PUBLICIDADE E SERVIÇOS, LDA	1.063.870	691.516	691.516	
	ALG-01-0103-FEDER-022266	criação e internacionalização de produtora de cinema	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509586880	FLUXO BANAL - PRODUÇÃO DE FILMES, LDA	489.940	367.455	367.455	
	ALG-01-0103-FEDER-022267	criação produtora audiovisual e internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509331416	KAMRAN PRODUCTIONS, UNIPessoal, LDA	207.220	155.415	155.415	
	ALG-01-0103-FEDER-022291	THERMOKEY CONSTRUÇÕES TECNICAS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509708986	THERMOKEY CONSTRUÇÕES METÁLICAS SA	328.128	246.096	246.096	
	ALG-01-0103-FEDER-022345	criação de produtora de cinema e audiovisual	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509840558	ORIGINAL FEATURES, LDA	647.113	420.624	420.624	
	ALG-01-0103-FEDER-022408	INTERNACIONALIZAÇÃO DO PRODUTO GEME	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	506146103	TELECERT - CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS UNIPessoal, LDA	280.200	182.130	182.130	
	ALG-01-0103-FEDER-022471	BELIZE II	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506574717	VÁRZEAMAR - ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA	758.220	568.665	568.665	
	ALG-01-0103-FEDER-022528	INSTALAÇÃO DE EMPRESA DE ALUGUER DE CÂMARAS DIGITAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509864570	HHA DIGITAL FILM, UNIPessoal, LDA	844.856	549.156	549.156	
	ALG-01-0103-FEDER-022570	STONE ID - RECONVERSÃO E INOVAÇÃO PRODUTIVA DE INDÚSTRIA EXTRACTIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504496506	STONE ID - INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, SA	715.856	465.306	465.306	
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística			2						5.357.000	5.357.000	3.749.900	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0363-FEDER-000002	Plataforma de Demonstração Solar	Público	Aprovada	Algarve	Associações Empresariais	510010490	Enercoutim - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim	357.000	357.000	249.900	
	ALG-01-0363-FEDER-000005	Área Industrial de Santa Margarida, Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505873567	Empet - Parques Empresariais de Tavira, E.M.	5.000.000	5.000.000	3.500.000	
Modernização e Qualificação da Administração Pública / Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento									8.989.452	8.989.452	5.117.395	
	ALG-01-0526-FEDER-000002	Facturação electrónica	Público	Aprovada	Algarve	Ent. Priv. Sem fins lucrativos	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	441.600	441.600	264.960	
	ALG-01-0526-FEDER-000003	Disponibilização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território na Internet	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	52.031	52.031	31.219	
	ALG-01-0526-FEDER-000004	Loja do município de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	106.854	106.854	53.427	
	ALG-01-0526-FEDER-000005	Desmaterialização e desburocratização de processos da CCDR Algarve	Público	Concluída	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	185.886	185.886	92.943	
	ALG-01-0526-FEDER-000007	Processo de Modernização Administrativa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	240.347	240.347	120.174	
PO303 (a)		Expansão das Lojas do Cidadão na Região do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.984.650	1.984.650	1.190.790	
	ALG-01-0526-FEDER-000014	Loja de Tavira - Rede de Expansão das Lojas do Cidadão de 2ª Geração	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	111.492	111.492	66.895	
	ALG-01-0526-FEDER-000015	Loja do Cidadão de Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.543.300	1.543.300	925.980	
	ALG-01-0526-FEDER-000016	Modernização administrativa da Universidade do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciência e Tecnologia	1.330.588,00	1.330.588,00	665.294,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000017	Municípios do Algarve Central em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	2.938.320,00	2.938.320,00	1.762.992,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000018	Consolidação das Plataformas de Interligação	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	70.000,00	70.000,00	35.000,00	
	ALG-01-0526-FEDER-000019	CRM - Gestão do Relacionamento com os Municípios	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	1.139.942,56	1.139.942,56	683.965,54	
	ALG-01-0566-FEDER-000001	Apetrechamento Tecnológico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	829.091	829.091	414.546	
Promoção Institucional da Região									1.828.928	1.828.928	1.247.957	
	ALG-01-0627-FEDER-000001	Âncoras do Guadiana	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	30.276	30.276	19.679	
	ALG-01-0627-FEDER-000002	Ações Preparatórias do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)	Público	Concluída	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	502091835	Associação Inn Loco	18.851	18.851	12.253	
	ALG-01-0627-FEDER-000003	Elaboração de Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	34.253	34.253	22.264	
	ALG-01-0627-FEDER-000004	Promoção Institucional da Região - ARTICULAR PARA INTERVIR	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	1.154.011	1.154.011	750.107	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0627-FEDER-000010	Âncoras do Guadiana - 3ª fase - Projecto de Animação, Gestão e Coordenação da Parceria	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	206.360	206.360	154.770	
	ALG-01-0627-FEDER-000011	Algarve Sustentável - 3ª fase - Projecto de Animação, Gestão e Coordenação da Parceria	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Associação Almargem (Lider)	385.178	385.178	288.883	
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	57								25.486.023	25.486.023	14.846.426	0
Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética	37								7.925.284	7.925.284	4.309.982	
	ALG-02-0931-FEDER-000001	Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	1.294.855	1.294.855	647.428	
	ALG-02-0931-FEDER-000002	Melhoria da Monitorização da Qualidade do Ar no Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	400.000	400.000	200.000	
	ALG-02-0931-FEDER-000004	Valorização dos Açudes de Alcaria Cova, Galaxos, Várzea	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	434.966	434.966	217.483	
	ALG-02-0931-FEDER-000005	Sinalização da Rede Natura 2000 - Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Centrais	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP	140.923	140.923	70.462	
	ALG-02-0931-FEDER-000006	Reconstrução dos Açudes junto às povoações de Bentos e Fernandinho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	185.613	185.613	92.807	
	ALG-02-0931-FEDER-000008	Estação de Biodiversidade de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	30.000	30.000	15.000	
	ALG-02-0931-FEDER-000009	Valorização das Margens da Ribeira da Torre e Recuperação do Dique - Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	419.833	419.833	209.916	
	ALG-02-0931-FEDER-000011	Agenda 21 Local de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município de Monchique	40.700	40.700	20.350	
	ALG-02-0931-FEDER-000015	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Centrais	503237965	Instituto da Água, IP	89.329	89.329	44.665	
	ALG-02-0931-FEDER-000017	Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	228.080	228.080	148.252	
	ALG-02-0931-FEDER-000018	Pólo Mudeológico da Água - Equipamento e Conteúdos	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	224.160	224.160	145.704	
	ALG-02-0931-FEDER-000019	Recuperação do Sapal de Venta Moinhos Sul	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP	212.020	212.020	137.813	
	ALG-02-0931-FEDER-000020	Via Algarviana 2	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	1.462.996	1.462.996	950.947	
	ALG-02-0931-FEDER-000021	Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	19.620	19.620	12.753	
	ALG-02-0931-FEDER-000022	Cultivo Sustentável de Halófitas na RNCSM/VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	503724645	Instituto Superior Dom Afonso III	168.725	168.725	109.671	
	ALG-02-0931-FEDER-000023	Remodelação do Sistema de Comportas e Reparação dos Açudes do Parque Municipal do Sítio das Fontes	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	59.500	59.500	29.750	
	ALG-02-0965-FEDER-000001	Eficiência energética SCM Estombar	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501417443	Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	53.944	53.944	26.972	
	ALG-02-0965-FEDER-000002	Eficiência Energética Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501069542	Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines	45.190	45.190	22.595	
	ALG-02-0965-FEDER-000003	Eficiência energética Centro de Apoio Idosos Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	500875839	Centro de Apoio a Idosos - CATRAIA	25.610	25.610	12.805	
	ALG-02-0965-FEDER-000004	Eficiência energéticoambiental Fundação Irene Rolo	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501426892	Fundação Irene Rolo	181.976	181.976	90.988	
	ALG-02-0965-FEDER-000006	Eficiência energética C C Nossa Sra Conceição	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502645580	Instituição de Solidariedade Social da serra do Caldeirão	23.786	23.786	11.893	
	ALG-02-0965-FEDER-000007	Centro Social e Paroquial de santa Maria	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501891552	Centro Paroquial de Santa Maria	25.826	25.826	12.913	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-02-0965-FEDER-000008	Energia - Sistema Solar Térmico - CNSC	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	500903662	Casa da Nossa Senhora da Conceição	37.924	37.924	18.962	
	ALG-02-0965-FEDER-000009	Energia - Centro Social N. S. do Carmo e C. de Dia	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501141391	O Centro Social Nossa Senhora do Carmo	24.912	24.912	12.456	
	ALG-02-0965-FEDER-000010	SCMP - melhoria de eficiência energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501226320	Santa Casa da Misericórdia de Portimão	37.286	37.286	18.643	
	ALG-02-0965-FEDER-000011	Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502512326	Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social Quinta S. Pedro	50.750	50.750	25.375	
	ALG-02-0965-FEDER-000013	Casa do Povo de Olhão - Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	500960216	Casa do Povo do Concelho de Olhão	30.550	30.550	15.275	
	ALG-02-0965-FEDER-000014	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	71.326	71.326	35.663	
	ALG-02-0965-FEDER-000015	Eficiência Energética em Iluminação Pública	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de Vila Real de Santo António	36.762	36.762	18.381	
	ALG-02-0965-FEDER-000016	Instalação Reguladores de Fluxos no Concelho Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	431.272	431.272	215.636	
	ALG-02-0965-FEDER-000017	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	52.550	52.550	26.275	
	ALG-02-0965-FEDER-000018	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	369.904	369.904	184.952	
	ALG-02-0965-FEDER-000019	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	239.496	239.496	119.748	
	ALG-02-0965-FEDER-000020	Aumento de Eficiência Energética na Ilum. Pública	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	215.498	215.498	107.749	
	ALG-02-0965-FEDER-000021	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	275.394	275.394	137.697	
	ALG-02-0965-FEDER-000022	Reguladores do Fluxo Luminoso no Concelho de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	219.286	219.286	109.643	
	ALG-02-0965-FEDER-000024	Instalação de Reguladores de Fluxo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	64.722	64.722	32.361	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos			5						4.934.918	4.934.918	2.960.951	
	ALG-02-1036-FEDER-000001	Veículos estratégicos e bombas de grande débito	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	680024379	Governo Civil de Faro	779.120	779.120	467.472	
	ALG-02-1036-FEDER-000002	Equipamentos de comunicação e apoio à decisão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	680024379	Governo Civil de Faro	86.808	86.808	52.085	
	ALG-02-1036-FEDER-000003	Centro Recursos Protecção Civil de Cachopo - Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	500.000	500.000	300.000	
	ALG-02-1036-FEDER-000004	Reequip. Estratégico da Protecção Civil do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	3.518.210	3.518.210	2.110.926	
	ALG-02-1036-FEDER-000005	Centro Municipal de Protecção Civil de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município de Monchique	50.780	50.780	30.468	
Ordenamento e Valorização da Orla Costeira			15						12.625.821	12.625.821	7.575.493	
	ALG-02-1132-FEDER-000001	Requalificação da Rua dos Pescadores e Largo Central de Salema	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	795.763	795.763	477.458	
	ALG-02-1132-FEDER-000002	Requalificação da Baixa do Carvoeiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	130.820	130.820	78.492	
	ALG-02-1132-FEDER-000003	Requalificação da frente de mar de Armação de Pêra Nascente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.428.973	1.428.973	857.384	
	ALG-02-1132-FEDER-000005	Projectos de valorização do litoral do concelho de Vila do Bispo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	44.208	44.208	26.525	
	ALG-02-1132-FEDER-000012	Requalificação do Litoral do Carvoeiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	626.676	626.676	376.006	
	ALG-02-1132-FEDER-000013	Passagens Deviveladas Pedonais na Meia-Praia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	24.800	24.800	14.880	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-02-1132-FEDER-000015	Planos de Praia da Ria Formosa - Projecto de Execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	275.520	275.520	165.312	
	ALG-02-1132-FEDER-000016	Requalificação dos Espaços Ribeirinhos - Projectos de Execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	506.140	506.140	303.684	
	ALG-02-1132-FEDER-000017	Requalificação Frente-Mar Armação Pêra-Poente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.556.040	1.556.040	933.624	
	ALG-02-1132-FEDER-000018	Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	2.133.000	2.133.000	1.279.800	
	ALG-02-1132-FEDER-000019	Valorização das zonas balneares do concelho de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	392.154	392.154	235.292	
	ALG-02-1132-FEDER-000020	Revisão do POOC Odeceixe/Vilamoura	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	456.200	456.200	273.720	
	ALG-02-1132-FEDER-000024	Requalificação do acesso e estacionamento da Praia do Barranco	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	159.010	159.010	95.406	
	ALG-02-1132-FEDER-000027	Qualidade e Segurança no Litoral do Algarve (QUASE)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	861.460	861.460	516.876	
	ALG-02-1132-FEDER-000030	Criação do Parque Ribeirinho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	3.235.057	3.235.057	1.941.034	
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	68								68.258.879	65.548.631	34.299.805	0
Parcerias para a Regeneração Urbana	29								15.845.021	13.134.773	8.507.013	
	PO104001135 (a)	Centro Histórico e Zona Ribeirinha de Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	2.240.000	2.240.000	1.344.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000001	Núcleo Museológico da Água e Requalificação da Envolvente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	313.386	313.386	188.032	
	ALG-03-1241-FEDER-000002	Reabilitação do Imóvel do Gaveto no Largo da Misericórdia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	38.769	38.769	23.261	
	ALG-03-1241-FEDER-000004	Núcleo Museológico Islâmico, Posto de Turismo e Galeria	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	503.276	503.276	301.966	
	ALG-03-1241-FEDER-000005	Promoção da Baixa de Tavira e Animação	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	507985435	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira	55.000	55.000	33.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000008	Promoção do Plano de Parceria para a Regeneração Urbana	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	20.192	20.192	12.115	
	ALG-03-1241-FEDER-000010	Recuperação da Igreja da Misericórdia - Restaus Diversos	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	58.003	58.003	34.802	
	ALG-03-1241-FEDER-000011	Arraiais do Mundo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	40.000	40.000	24.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000012	Música nas Igrejas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	55.200	55.200	33.120	
	ALG-03-1241-FEDER-000020	Igreja da Misericórdia - Equipamento	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	5.182	5.182	3.109	
	ALG-03-1241-FEDER-000021	Recuperação da Casa do Despacho	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	42.142	42.142	25.285	
	ALG-03-1241-FEDER-000022	Casa do Despacho - Equipamento	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	8.595	8.595	5.157	
	ALG-03-1241-FEDER-000026	Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	406.000	406.000	243.600	
	ALG-03-1241-FEDER-000033	Parque Verde do Séqua - 2ª Fase	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	625.277	625.277	375.166	
	PO104001136 (a)	Reintegrar o Centro Histórico Medieval no Centro de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.673.333	2.673.333	1.604.000	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-03-1241-FEDER-000003	Cine-teatro Louletano	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.081.500	1.081.500	648.900	
	ALG-03-1241-FEDER-000006	Projecto de Dinamização do Comércio Tradicional - Noite Branca	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	107.844	107.844	64.706	
	ALG-03-1241-FEDER-000007	Estudo da Sinalética no Centro Histórico de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	25.200	25.200	15.120	
	ALG-03-1241-FEDER-000009	Estudo Acerca da Imagem do Comércio de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	12.000	12.000	7.200	
	ALG-03-1241-FEDER-000014	Programa Universidade de Verão	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	41.986	41.986	25.192	
	ALG-03-1241-FEDER-000015	Programa de Requalificação/ Reordenamento da Publicidade Exterior	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	30.000	30.000	18.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000016	Programa de Requalificação das Portas e Montras dos Estabelecimentos Comerciais	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	24.000	24.000	14.400	
	ALG-03-1241-FEDER-000018	Estudo de Requalificação da Envolvente do Largo da Matriz e Jardim dos Amuados	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	9.950	9.950	5.970	
	ALG-03-1241-FEDER-000019	Projecto de Dinamização das Actividades Económicas e Culturais no Mercado de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505493870	Loulé Concelho Global, EM	63.260	63.260	37.956	
	ALG-03-1241-FEDER-000023	Acções de Comunicação e Divulgação	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	10.000	10.000	6.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000028	Largo Bernardo Lopes e Praça República - Iluminação - PRU Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	235.571	235.571	141.343	
	ALG-03-1241-FEDER-000034	Requalificação do Parque Municipal - PRU Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	961.261	961.261	576.757	
	PO104001137 (a)	Centro Histórico e Frente Ribeirinha de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.753.333	1.753.333	1.052.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000017	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	343.942	343.942	206.365	
	ALG-03-1241-FEDER-000030	Requalificação dos Largos da Zona Histórica de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	647.485	647.485	388.491	
	ALG-03-1241-FEDER-000031	Programa de Animação da Parceria Local	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	80.000	80.000	48.000	
	ALG-03-1298-FEDER-000001	Iniciativa JESSICA - Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Fundações, ONG e outras associações	375280503	JESSICA Holding Fund	10.000.000	7.289.752	5.000.000	
Competitividade da rede Urbana Regional			9						5.761.375	5.761.375	2.592.619	
	PO104002013 (a)	Algarve Central - Uma Parceria Territorial	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro (Líder)	7.622.124	7.622.124	3.429.956	
	ALG-03-1340-FEDER-000001	Formação e Criação Artística em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503704563	Devir - Associação de Actividades Culturais	600.000	600.000	270.000	
	ALG-03-1340-FEDER-000002	Produção e Internacionalização Cultural	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504043560	ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve	390.404	390.404	175.682	
	ALG-03-1340-FEDER-000004	Iniciativas de Marketing Turístico Baseada nas TIC	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	688.800	688.800	309.960	
	ALG-03-1340-FEDER-000006	Gestão Inter-Municipal do Programa Estratégico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	335.790	335.790	151.106	
	ALG-03-1340-FEDER-000007	Energias Renováveis e Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	670.167	670.167	301.575	
	ALG-03-1340-FEDER-000008	Museus em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	933.914	933.914	420.261	
	ALG-03-1340-FEDER-000009	Simplex Autárquico - Lojas dos Municípios em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	1.353.000	1.353.000	608.850	
	ALG-03-1340-FEDER-000010	Centros de Experimentação e Criação Artística	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	460.890	460.890	207.401	
	ALG-03-1340-FEDER-000011	Estudo da Mobilidade Interurbana	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	328.410	328.410	147.785	
	PO104002011 (b)	ECOS - Energia e Construção Sustentáveis	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local		Município de Moura (Líder) - entre outros Município de Silves	888.890	888.890	400.000	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	PO104002014 (b)	Rede de Cidades com Marinas - Via Marítima para a Qualidade	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local		Município de Grândola (Líder) - entre outros Municípios de Albufeira, Lagos, Lagos, Portimão e VRSA, IPTM	3.555.555	3.555.555	1.600.000	
Equipamentos Colectivos / Estruturantes		25							37.792.911	37.792.911	18.770.388	
	ALG-03-1444-FEDER-000001	Ampliação da EB 1 nº6 e construção de Jardim de Infância	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.528.070	1.528.070	764.035	
	ALG-03-1444-FEDER-000002	Jardim de Infância de Ferragudo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	247.372	247.372	123.686	
	ALG-03-1444-FEDER-000003	Nova Escola EB1 com Jardim de Infância (junto à EB2/3 José Carlos da Maia)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	2.505.142	2.505.142	1.252.571	
	ALG-03-1444-FEDER-000004	Centro Escolar EB1/JI de Vale de Rãs	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.981.621	2.981.621	1.490.810	
	ALG-03-1444-FEDER-000005	Construção da EB1 e JI de Vale de Pedras	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	2.342.514	2.342.514	1.171.257	
	ALG-03-1444-FEDER-000006	Escola de Santo António	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de VRSA	1.823.215	1.823.215	911.608	
	ALG-03-1444-FEDER-000007	EB 1 da Correeira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	43.200	43.200	21.600	
	ALG-03-1444-FEDER-000008	Centro Escolar EB1/JI de Al Mancil	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.667.000	2.667.000	1.333.500	
	ALG-03-1444-FEDER-000018	Escola EB 1 e JI do Pontal	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	3.463.400	3.463.400	1.731.700	
	ALG-03-1444-FEDER-000023	Ampliação da EB1 / JI de Algoz - Silves	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	763.805	763.805	381.903	
	ALG-03-1444-FEDER-000027	Ampliação da EB 1 nº1 de Lagos (Escola do Bairro Operário)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	912.525	912.525	456.263	
	ALG-03-1444-FEDER-000029	Ampliação da EB1 / JI de Moncarapacho - Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.261.755	1.261.755	630.878	
	ALG-03-1444-FEDER-000030	Requalificação e Ampliação da EB1 de Vale Carneiros - Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	625.452	625.452	312.726	
	ALG-03-1444-FEDER-000031	Centro Escolar da Horta do Carmo - Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	1.996.560	1.996.560	998.280	
	ALG-03-1444-FEDER-000034	Ampliação do Centro Escolar de Monte Gordo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de VRSA	592.668	592.668	296.334	
	ALG-03-1444-FEDER-000036	Centro Escolar da Lejana - Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	2.476.144	2.476.144	1.238.072	
	ALG-03-1444-FEDER-000037	Centro Escolar da Guia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	1.001.094	1.001.094	500.547	
	ALG-03-1444-FEDER-000038	Centro Escolar EB 1 / JI da Fonte Santa - Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.721.300	1.721.300	860.650	
	ALG-03-1447-FEDER-000001	Promotório de Sagres - Requalificação e Valorização	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600083012	Direcção Regional da Cultura do Algarve	3.579.399	3.579.399	1.789.700	
	ALG-03-1448-FEDER-000001	Conclusão do Centro de Saúde de Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	503148709	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	2.422.226	2.422.226	1.211.113	
	ALG-03-1448-FEDER-000002	Instalação de novas unidades funcionais de saúde	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	503148710	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	734.307	734.307	367.154	
	ALG-03-1448-FEDER-000003	Equipamento de novas unidades funcionais de saúde	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	503148711	Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	843.463	843.463	421.732	
	ALG-03-1452-FEDER-000001	Algarve Cultural - Um Programa de Acção em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506971635	Teatro Municipal de Faro (Líder)	516.286	516.286	206.514	
	ALG-03-1452-FEDER-000002	Algarve Central - Programação Cultural em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro (Líder)	441.099	441.099	176.440	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-03-1452-FEDER-000003	ARTESUL	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506971635	Teatro Municipal de Faro, EM	303.293	303.293	121.317	
Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano									8.859.572	8.859.572	4.429.786	
	ALG-03-1550-FEDER-000001	E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município de Castro Marim	2.811.695	2.811.695	1.405.848	
	ALG-03-1550-FEDER-000002	Circular de S. Brás - 2ª fase e Obras Complementares	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	1.472.201	1.472.201	736.101	
	ALG-03-1550-FEDER-000003	Beneficiação da EN 122.1/EN 124	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	1.975.556	1.975.556	987.778	
	ALG-03-1550-FEDER-000005	Beneficiação e Construção da EM 537 Burgau/Boca Rio/Salema	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	1.124.133	1.124.133	562.067	
	ALG-03-1550-FEDER-000006	Repavimentação da ER 267 Aljezur - Limite do Concelho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	1.475.987	1.475.987	737.994	
EP4 - Assistência Técnica									3.850.639	3.850.639	2.695.447	0
Assistência Técnica									3.850.639	3.850.639	2.695.447	
	ALG-04-1873-FEDER-000001	Assistência Técnica do PO Algarve21	Público	Concluída	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	281.378	281.378	196.964	
	ALG-04-1873-FEDER-000002	Assistência Técnica - 2008 e seguintes - Aicep	Público	Concluída	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	12.329	12.329	8.630	
	ALG-04-1873-FEDER-000003	Assistência Técnica - 2009 e seguintes - AMAL	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL	316.215	316.215	221.350	
	ALG-04-1873-FEDER-000004	Assistência Técnica - 2009 e seguintes - CCDRALg	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	3.062.960	3.062.960	2.144.072	
	ALG-04-1873-FEDER-000005	Assistência Técnica - 2010 - Aicep	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	55.595	55.595	38.917	
	ALG-04-1873-FEDER-000006	Assistência Técnica - 2008/2009/2010 - ADI	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503024260	Agência de Inovação, S.A.	23.891	23.891	16.724	
	ALG-04-1873-FEDER-000007	Assistência Técnica - 2009/2010 - Turismo de Portugal	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	50.250	50.250	35.175	
	ALG-04-1873-FEDER-000008	Assistência Técnica IAPMEI 2011-2012	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	501373357	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	48.021	48.021	33.615	

(a) Trata-se de Planos de Acção que a 31/12/2011 já dispunham de operações aprovadas, pelo que o valor considerado para efeitos de aprovações é o das operações individuais

(b) Trata-se de Planos de Acção que a 31/12/2011 não dispunham de operações aprovadas, pelo que o valor do Plano não entra para efeitos de cálculo, mas consta a título informativo.



Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Portaria nº 1462/2007 de 15-11, Portaria nº 711/2008 de 31-07, Portaria nº 353-B/2009 de 03-04 e Portaria nº 1102/2010 de 25-10)	14-11-2007 09-06-2011	ALG-02-2010-01	15-11-2010	11-02-2011
			ALG-02-2011-01	25-01-2011	09-03-2011
			ALG-02-2011-02	01-02-2011	04-04-2011
			ALG-02-2011-03	16-02-2011	21-04-2011
			ALG-02-2011-04	06-06-2011	15-09-2011
			ALG-02-2011-05	21-07-2011	30-09-2011
			ALG-02-2011-06	23-12-2011	26-03-2012
	Sistema de Incentivos à Inovação (Portaria nº 1464/2007 de 15-11, Portaria nº 353-C/2009 de 03-04 e Portaria nº 1103/2010 de 25-10)	14-11-2007	ALG-03-2010-01	15-11-2010	24-01-2011
			ALG-03-2010-02	15-11-2010	24-01-2011
			ALG-03-2011-01	01-03-2011	04-05-2011
			ALG-03-2011-02	01-03-2011	04-05-2011
			ALG-03-2011-03	26-05-2011	22-08-2011
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (Portaria nº 1463/2007 de 15-11, Portaria nº 250/2008 de 04-04, Portaria nº 353-A/2009 de 03-04, Portaria nº 1101/2010 de 25-10)	14-11-2007 09-06-2011	ALG-01-2010-04	15-11-2010	25-01-2011
			ALG-01-2011-01	25-01-2011	09-03-2011
			ALG-01-2011-02	01-03-2011	18-04-2011
			ALG-01-2011-03	01-03-2011	18-04-2011
			ALG-01-2011-04	02-05-2011	24-06-2011
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (CMC POR em 04/04/2008 e CMC POFC em 08/05/2008)	08-04-2008	-	-	-
			-	-	-
			-	-	-
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
-			-	-	
Apoios à Formação Profissional (CMC POR e CMC POFC em 30/04/2008)	-	-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (CMC POR e CMC POFC em 02/07/2008, alterações em 31/12/2008 e 11/05/2010)	24-07-2008	-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	ALG-63-2011-01	01-08-2011	30-09-2011	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (CMC POR em 28/03/2008, 25/05/2009, 20/04/2010, 17/12/2010 e alteração em 04/04/2011)	08-04-2008	-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (CMC POFC em 16/10/2007, alterações em 14/08/2009, 10/09/2010, 7/12/2010 e 04/04/2011 e CMC POR em 13/12/2007, alterações em 17/04/2009, 20/04/2010, 07/12/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007	ALG-26-2011-03	18-04-2011	29-04-2011	
		ALG-26-2011-04	17-05-2011	09-06-2011	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (CMC POR em 04/04/2008, alterações em 09/10/2008, 14/08/2009, 20/04/2010, 18/06/2010, 25/11/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
Promoção e Capacitação Institucional (CMC POR em 01/04/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
		-	-	-	
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007	ALG-30-2011-02	15-12-2011	31-03-2012
	Optimização da Gestão de Resíduos (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	03-03-2008	-	-	-
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 28/05/2009, 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007	-	-	-
	Energia (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 09/06/2010, 09/07/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	ALG-65-2011-02	25-03-2011	15-07-2011



Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (CMC POR em 26/03/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	03-03-2008	-	-	-
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	03-03-2008	-	-	-
	Acções de Valorização do Litoral (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007	ALG-32-2011-03	01-08-2011	31-12-2011
			ALG-32-2011-04	15-12-2011	31-03-2012
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades-Parcerias para a Regeneração Urbana (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 14/08/2009, 20/04/2010, 04/04/2011 e 16/06/2011)	14-11-2007	-	-	-
		02-11-2010 26-07-2011	ALG-74-2011-01	15-12-2011	31-03-2012
	Política de Cidades-Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 20/04/2010, 04/04/2011 e 16/06/2011)	14-11-2007	-	-	-
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 19/11/2008, 17/04/2009, 25/09/2009, 20/04/2010, 14/10/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008 08/11/2010	ALG-44-2011-05	09-06-2011	30-06-2012
	Rede de Equipamentos Culturais (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 23/04/2008, 31/01/2009, 14/08/2009, 25/09/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	-	-	-
	Património Cultural (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 30/01/2009, 20/04/2010, 06/12/2010 e 04/04/2011)	14-11-2007	-	-	-
	Saúde (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 15/07/2008 e 04/04/2011)	14-11-2007	ALG-48-2011-01	06-04-2011	25-05-2011
	Equipamentos para a Coesão Local (CMC POR em 26/03/2008, alterações em 17/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	08-04-2008	-	-	-
Mobilidade Territorial (CMC POV em 15/10/2007, alterações em 14/04/2009, 31/08/2009 e 11/04/2011 e CMC POR em 06/11/2007, alterações em 21/04/2009, 14/08/2009, 20/04/2010 e 04/04/2011)	03-03-2008	ALG-50-2011-02	15-12-2011	30-06-2012	
		ALG-50-2011-03	15-12-2011	31-03-2012	
		ALG-50-2011-04	15-12-2011	31-03-2012	
EP4 - Assist. Técnica	Assistência Técnica (CMC POR em 19/03/2008, alteração em 05/06/2009)	08-04-2008	ALG-73-2011-04	03-10-2011	20-10-2011
Transversal	Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva (CMC POFC, CMC POR, MADRP e MTSS em 08/05/2008)	-	-	-	-
TOTAL	27+1		35 (a)	31 (b)	23 (c)

- (a) Concursos que estiveram abertos em 2011.
 (b) Concursos que abriram em 2011.
 (c) Concursos que encerraram em 2011.



Anexo XII - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.2011 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2011				Em aberto a 31-12-2011		Encerradas a 31-12-2011			Tempos médios de decisão (**)		Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura
		Nº	Fundo		%	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais Decididos		Dias Previstos						
			mil euros	Nº						mil euros	% do PO		mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº
Total	174.952	135	226.276	129,34%	12	30.570	122	194.276	120	111.326	53	61	600	670.912	1.118	364	386.588	1.062
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	88.646	102	134.188	151,38%	5	7.650	96	126.538	94	55.285	56	62	434	449.700	1.036	241	221.453	919
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial		94	121.750		5	7.650	87	114.100	85	43.126	60	64	398	400.302	1.006	216	186.828	865
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)		30	31.350		2	650	28	30.700	28	8.126	53	55	196	53.282	272	117	33.292	285
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)		38	16.300		2	2.000	36	14.300	34	2.504	60	64	44	14.107	321	25	7.444	298
Incentivos à Inovação (3)		25	74.100		1	5.000	22	69.100	22	28.841	68	75	157	319.769	2.037	73	132.949	1.821
SAFPRI (23)		1			0	0	1	0	1	3.654	-	-	1	13.144	13.144	1	13.144	13.144
03 - Melhoria da Envolvente para a Inovação Empresarial		1	5.000		0	0	1	5.000	1	5.526	20	38	6	32.832	5.472	3	19.725	6.575
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (63)		1	5.000		0	0	1	5.000	1	5.526	20	38	6	32.832	5.472	3	19.725	6.575
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento		5	6.396		0	0	5	6.396	5	5.385	33	57	19	14.719	775	15	13.231	882
SAMA (26) (d)		4	6.000		0	0	4	6.000	4	4.971	35	46	18	13.908	773	14	12.420	887
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)		1	396		0	0	1	396	1	415	25	98	1	811	811	1	811	811
06 - Promoção e Capacitação Institucional		3	1.042		0	0	3	1.042	3	1.248	15	28	11	1.848	168	7	1.669	238
Promoção e Capacitação Institucional (27)		3	1.042		0	0	3	1.042	3	1.248	15	28	11	1.848	168	7	1.669	238
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	18.322	13	19.618	107,07%	2	3.000	11	16.618	11	14.896	48	69	93	48.932	526	71	36.829	519
07 - Áreas Classificadas e Biodiversidade		2	2.288		1	1.000	1	1.288	1	0	53	25	1	794	794	0	0	0
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (30)		2	2.288		1	1.000	1	1.288	1	0	53	25	1	794	794	0	0	0
08 - Estimulo à Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos		1	1.000		0	0	1	1.000	1	0	72	109	9	6.817	757	5	2.971	594
Optimização da Gestão de Resíduos (60) ANULADO (b)		1	1.000		0	0	1	1.000	1	0	72	109	9	6.817	757	5	2.971	594
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética		5	5.130		0	0	5	5.130	5	4.333	49	70	47	11.506	245	43	8.785	204
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)		3	3.630		0	0	3	3.630	3	3.053	30	29	23	8.421	366	20	5.900	295
Energia (65)		2	1.500		0	0	2	1.500	2	1.280	77	131	24	3.085	129	23	2.885	
10 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos		1	3.000		0	0	1	3.000	1	2.961	33	25	5	5.787	1.157	5	5.787	1.157
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (36)		1	3.000		0	0	1	3.000	1	2.961	33	25	5	5.787	1.157	5	5.787	1.157
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira		4	8.200		1	2.000	3	6.200	3	7.602	43	85	31	24.028	775	18	19.286	1.071
Ações de Valorização do Litoral (32)		4	8.200		1	2.000	3	6.200	3	7.602	43	85	31	24.028	775	18	19.286	1.071
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	60.986	16	70.937	116,32%	5	19.920	11	49.586	11	38.450	45	68	65	171.060	2.632	44	127.085	2.888
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana		3	16.000		1	7.000	2	9.000	2	9.000	38	257	7	52.450	7.493	4	36.612	9.153
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (d)		1	4.000		0	0	1	4.000	1	4.000	31	257	6	42.450	7.075	3	26.612	8.871
Parcerias para a Regeneração Urbana (74)		1	7.000		1	7.000	0	0	0	0	46	-	0	0	0	0	0	-
Parcerias para a Regeneração Urbana (98) (d)		1	5.000		0	0	1	5.000	1	5.000	-	-	1	10.000	10.000	1	10.000	10.000
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional		1	5.430		0	0	1	4.000	1	5.430	39	142	3	21.035	7.012	3	21.035	7.012
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (d)		1	5.430		0	0	1	4.000	1	5.430	39 (a)	142	3	21.035	7.012	3	21.035	7.012
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes		8	37.559		1	4.972	7	32.586	7	19.590	37	36	48	87.557	1.824	32	59.996	1.875
Rede Escolar (44)		5	33.059		1	4.972	4	28.086	4	15.250	35	26	39	77.229	1.980	24	49.875	2.078
Rede de Equipamentos Culturais (52)		1	500		0	0	1	500	1	551	39 (c)	65	4	2.247	562	4	2.247	562
Valorização e Animação do Património Cultural (47)		1	2.000		0	0	1	2.000	1	1.790	34	45	2	3.787	1.894	1	3.579	3.579
Saúde (48)		1	2.000		0	0	1	2.000	1	2.000	45	38	3	4.294	1.431	3	4.294	1.431
15 - Acessibilidades e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano		4	11.948		3	7.948	1	4.000	1	4.430	66	25	7	10.018	1.431	5	9.442	1.888
Mobilidade Territorial (50)		4	11.948		3	7.948	1	4.000	1	4.430	66	25	7	10.018	1.431	5	9.442	1.888
EP4 - Assistência Técnica	6.998	4	1.534	21,92%	0	0	4	1.534	4	2.695	14	24	8	1.221	153	8	1.221	153
18 - Assistência Técnica		4	1.534		0	0	4	1.534	4	2.695	14	24	8	1.221	153	8	1.221	153
Assistência Técnica (73)		4	1.534		0	0	4	1.534	4	2.695	14	24	8	1.221	153	8	1.221	153

(a) Não se considera para efeitos de contagem de tempo, a candidatura inter regional, uma vez que a decisão depende da região líder

(b) Concurso suspenso em 21/10/2008 e anulado em 28/07/2009; para os tempos de decisão contou-se com a 1ª data.

(c) Foi considerada a data de decisão dos projectos regionais. O concurso inclui projectos inter regionais com líder de AG de outros PO cujos tempos de decisão não dependem da AG do PO Algarve.

(d) As aprovações contemplam o valor total dos Planos de acção/ Planos Estratégicos aprovados.

(e) Foi considerado o valor das aprovações à data de decisão do processo de concurso. Inclui anuladas e rescindidas.



Anexo XII - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.2011 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Elegível Médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%	%	%	Nº	mil euros	%	%
	Total	297	342.323	175.800	175.800	111.326	592	61%	58%	50%	51%	82%	89%	236	96.868	79%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	189	189.166	72.035	72.035	55.285	381	56%	49%	44%	42%	78%	85%	157	45.308	83%	82%
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial	168	156.156	52.853	52.853	43.126	315	54%	47%	42%	39%	78%	84%	139	38.675	83%	90%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)	92	26.446	8.126	8.126	8.126	88	60%	62%	47%	50%	79%	79%	73	6.758	79%	83%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)	19	4.523	2.742	2.742	2.504	144	57%	53%	43%	32%	76%	61%	16	2.392	84%	96%
Incentivos à Inovação (3)	56	112.043	28.841	28.841	28.841	515	46%	42%	36%	35%	77%	84%	49	25.872	88%	90%
SAFPRI (23)	1	13.144	13.144	13.144	3.654	13.144	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	3.654	100%	100%
03 - Melhoria da Envolvente para a Inovação Empresarial	3	19.695	7.894	7.894	5.526	2.631	50%	60%	50%	60%	100%	100%	2	3.750	67%	68%
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (63)	3	19.695	7.894	7.894	5.526	2.631	50%	60%	50%	60%	100%	100%	2	3.750	67%	68%
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento	12	11.461	9.459	9.459	5.385	788	79%	90%	63%	78%	80%	87%	12	5.385	100%	100%
SAMA (26) (d)	11	10.632	8.630	8.630	4.971	785	78%	89%	61%	76%	79%	86%	11	4.971	100%	100%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)	1	829	829	829	415	829	100%	100%	100%	102%	100%	102%	1	415	100%	100%
06 - Promoção e Capacitação Institucional	6	1.854	1.829	1.829	1.248	305	64%	90%	55%	100%	86%	111%	6	1.248	100%	100%
Promoção e Capacitação Institucional (27)	6	1.854	1.829	1.829	1.248	305	64%	90%	55%	100%	86%	111%	6	1.248	100%	100%
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	59	32.008	25.576	25.576	14.896	433	76%	75%	63%	65%	83%	87%	36	11.226	61%	75%
07 - Áreas Classificadas e Biodiversidade	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (30)	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
08 - Estimulo à Redução, Reutilização e Reciclagem de Resíduos	0	0	0	0	0	0	56%	44%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
Optimização da Gestão de Resíduos (60) ANULADO	0	0	0	0	0	0	56%	44%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética	38	8.431	7.971	7.971	4.333	210	91%	76%	81%	73%	88%	96%	17	3.072	45%	71%
Acções de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)	16	5.584	5.411	5.411	3.053	338	87%	70%	70%	66%	80%	95%	16	3.053	100%	100%
Energia (65)	22	2.847	2.560	2.560	1.280	116	96%	94%	92%	92%	92%	92%	1	19	5%	1%
10 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	5	5.787	4.935	4.935	2.961	987	100%	100%	100%	100%	100%	100%	4	2.493	80%	84%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (36)	5	5.787	4.935	4.935	2.961	987	100%	100%	100%	100%	100%	100%	4	2.493	80%	84%
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira	16	17.789	12.670	12.670	7.602	792	58%	80%	52%	74%	89%	92%	15	5.661	94%	74%
Acções de Valorização do Litoral (32)	16	17.789	12.670	12.670	7.602	792	58%	80%	52%	74%	89%	92%	15	5.661	94%	74%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	41	117.225	74.338	74.338	38.450	1.813	68%	74%	63%	69%	93%	92%	39	37.638	95%	98%
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana	4	36.205	13.956	13.956	9.000	3.489	57%	70%	57%	69%	100%	99%	4	9.000	100%	100%
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (d)	3	26.205	6.667	6.667	4.000	2.222	50%	63%	50%	62%	100%	98%	3	4.000	100%	100%
Parcerias para a Regeneração Urbana (74)	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0%	0%
Parcerias para a Regeneração Urbana (98) (d)	1	10.000	7.290	7.290	5.000	7.290	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	5.000	100%	100%
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional	3	19.407	12.067	12.067	5.430	4.022	100%	100%	100%	92%	100%	92%	3	5.430	100%	100%
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (d)	3	19.407	12.067	12.067	5.430	4.022	100%	100%	100%	92%	100%	92%	3	5.430	100%	100%
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes	29	52.493	39.456	39.456	19.590	1.361	67%	69%	60%	60%	91%	87%	27	18.778	93%	96%
Rede Escolar (44)	21	42.889	30.500	30.500	15.250	1.452	62%	65%	54%	54%	88%	86%	19	14.438	90%	95%
Rede de Equipamentos Culturais (52)	4	1.728	1.376	1.376	551	344	100%	100%	100%	77%	100%	77%	4	551	100%	100%
Valorização e Animação do Património Cultural (47)	1	3.579	3.579	3.579	1.790	3.579	50%	95%	50%	95%	100%	100%	1	1.790	100%	100%
Saúde (48)	3	4.296	4.000	4.000	2.000	1.333	100%	100%	100%	100%	100%	100%	3	2.000	100%	100%
15 - Acessibilidades e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano	5	9.120	8.860	8.860	4.430	1.772	71%	94%	71%	91%	100%	97%	5	4.430	100%	100%
Mobilidade Territorial (50)	5	9.120	8.860	8.860	4.430	1.772	71%	94%	71%	91%	100%	97%	5	4.430	100%	100%
EP4 - Assistência Técnica	8	3.924	3.851	3.851	2.695	481	100%	100%	100%	321%	100%	321%	4	2.695	50%	100%
18 - Assistência Técnica	8	3.924	3.851	3.851	2.695	481	100%	100%	100%	321%	100%	321%	4	2.695	50%	100%
Assistência Técnica (73)	8	3.924	3.851	3.851	2.695	481	100%	100%	100%	321%	100%	321%	4	2.695	50%	100%

(a) Não se considera para efeitos de contagem de tempo, a candidatura inter regional, uma vez que a decisão depende da região líder

(b) Concurso suspenso em e anulado em; para os tempos de decisão contou-se com a 1ª data.

(c) Foi considerada a data de decisão dos projectos regionais. O concurso inclui projectos inter regionais com líder de AG de outros PO cujos tempos de decisão não dependem da AG do PO Algarve.

(d) As aprovações contemplam o valor total dos Planos de acção/ Planos Estratégicos aprovados.

(e) Foi considerado o valor das aprovações à data de decisão do processo de concurso. Inclui anuladas e rescindidas.



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2011) 9358 de 15-12-2011

Anexo XIII - Realização Financeira (31/12/2011)

unid: euro

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesa Privada	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário 1	23.202.935	23.202.935	30.422.595	14.462.417	n.d.
FEDER	23.202.935	23.202.935	30.422.595	14.462.417	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 2	8.470.131	8.470.131	0	4.441.846	n.d.
FEDER	8.470.131	8.470.131	0	4.441.846	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 3	29.070.202	29.070.202	1.367.795	13.936.837	n.d.
FEDER	29.070.202	29.070.202	1.367.795	13.936.837	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Eixo Prioritário 4	3.077.168	3.077.168	0	2.150.591	n.d.
FEDER	3.077.168	3.077.168	0	2.150.591	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0				
Total PO	63.820.436	63.820.436	31.790.390	34.991.691	48.851.666
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	63.820.436	63.820.436	31.790.390	34.991.691	48.851.666
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral	0	0	0	0	0

Notas de Preenchimento:

¹ Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

² Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).



Anexo XIV – Legislação Relevante (2007 – 2010)

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 25/2006	10-03-2006	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e programas operacionais para o período de 2007-2013
Reg. (CE) 1080/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Reg. (CE) 1081/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Social Europeu
Reg. (CE) 1083/2006	11-07-2006	Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Reg. (CE) 1084/2006	11-07-2006	Institui o Fundo de Coesão e revoga o Reg. (CE) n.º 1164/94
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	01-09-2006	Altera o Anexo IV relativo às "Categorias de despesas" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Adenda Reg. (CE) 1083/2006	21-12-2006	Altera o Anexo III relativo aos "Limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	02-02-2007	Nova alteração ao Anexo III (limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Rect. Reg. (CE) 1828/2006	15-02-2007	Apresentação de um conjunto de regras pormenorizadas relativas à administração dos instrumentos financeiros da coesão.
2007/C 68/06	24-03-2007	Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2007-2013 — Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional, aprovado pela Comissão em 7.2.2007
RCM 86/2007	03-07-2007	Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013.
DL 287/2007	17-08-2007	Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013
DL 312/2007	17-09-2007	Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais.
Disp. 23 021/2007	04-10-2007	SEOTC (19.09.2007): Aprova o lançamento, com carácter experimental e demonstrativo, de acções preparatórias com vista à eficaz implementação do instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação financiado pelos Programas Operacionais Regionais 2007-2013, no âmbito da Política das Cidades POLIS XXI
Com. Minist. Coord. QREN	04-10-2007	Aprova o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Saúde
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Requalificação da rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com Minist Coord POVT	15-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR	06-11-2007	
Com. Minist Coord POFC e Com Minist. Coord POR	16-10-2007 13-12-2007	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Port. 1462/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). Alterada pela Portaria 711/2008, de 31 de Julho

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Port. 1463/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). Alterada pela Portaria 250/2008, de 4 de Abril
Port. 1464/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)
COCOF 07/0037/03 (remetida pelo IFDR via Ofício n.º2580 de 30.06.2008)	29-11-2007	Orientações para a determinação das correcções financeiras a aplicar às despesas co-financiadas pelos fundos estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos
DL 2/2008	04-01-2008	Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis, designadamente os Regulamentos (CE) n.os 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). (QREN). ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
RCM 2/2008	07-01-2008	Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). Revoga: a RCM 112/2007, de 21.8. QREN.
Desp. Norm. 4-A/2008	24-01-2008	Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis, no âmbito do co-financiamento pelo FSE, e pelos FEDER, FEADER e FEP, quando lhes seja aplicável.
RCM 22/2008	07-02-2008	Altera a RCM 67/2007, de 9.5, que cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, ao abrigo do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo DL 105/2007, de 3.4, que a republicou. (QREN).
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos
RCM 24/2008	13-02-2008	Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-A/2008, de 11.04.
RCM 25/2008	13-02-2008	Cria as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN. Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-B/2008, de 11.04.
DL 37-A/2008	05-03-2008	Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). (QREN). Cfr. Port. 596-B/2008, de 8.7, e outras portarias publicadas no mesmo dia. ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
Port. 229-A/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas». ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável (...)
Port. 229-B/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) (...)
Port. 232-A/2008	11-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN).
Ofício-Circular IFDR n.º0001165	18-03-2008	Boas práticas em matéria de verificações que devem ser efectuadas pelas Autoridades de gestão nos projectos co-financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão
Deliberação sobre a contratualização com subvenção global (Aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais)	19-03-2008	Orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos PO Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Energia
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR	01-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Port. 250/2008	04-04-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME).
Port. 286/2008	11-04-2008	Altera a Port. 1211/2006, de 13.11, que regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), ao abrigo do disposto no artigo 13.º do DL 326/99, de 18.8, e no artigo 8.º do DL 94/2006, de 29.5. Com republicação. QREN.
DL 68/2008	14-04-2008	Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). NUTS.
DL 74/2008	22-04-2008	Altera e republica o Decreto-lei n.º312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais
Desp. 11 949/2008	28-04-2008	Estabelece o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respectivos Programas Operacionais (PO).
RCM 72/2008	30-04-2008	Procede à primeira alteração às RCM 24/2008 e 25/2008, de 13 de Fevereiro, no sentido de clarificar o estatuto dos secretários técnicos das estruturas de missão dos programas operacionais e do Observatório do Quadro Referência Estratégico Nacional. (QREN).
RCM 75/2008	08-05-2008	Altera a RCM 155-A/2006, de 17.11, designando a estrutura de missão por ela criada para exercer, em acumulação e sem custos acrescidos, as funções de gestão a delegar pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos. QREN.
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	08-05-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	08-05-2008	Define as condições e o modo de reconhecimento de Estratégias de Eficiência Colectiva, bem como a tipologia de incentivos públicos e respectivas condições de atribuição.
Port. 357-A/2008	09-05-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. QREN. ALTERADA: pela Port. 496-A/2008, de 23.6; Port. 1229-A/2008, de 27.10, 1.º Supl.
Desp. 13 083/2008	09-05-2008	SEAAL (15.04.2008): Determina distribuição do contingente de estagiários a recrutar para a segunda edição do Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), pelas diferentes entidades, a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do DL 94/2006, de 29.5. Autarquias. QREN.
DL 80/2008	16-05-2008	Define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN). [CCDR Algarve].
DL 81/2008	16-05-2008	Estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN).
Desp. 14 439/2008	26-05-2008	Fixação das normas de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III. Por força do disposto no n.º 6 do citado artigo 68.º, a transição entre o Observatório do QCA III e o Observatório do QREN produz efeitos mediante despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto ministro que tutela, simultaneamente, o Observatório do QCA III e do Observatório do QREN.
Desp. 14 759/2008	28-05-2008	É criada a equipa de projecto designada por equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar, abreviadamente identificada por REDESCOLAR, a qual funciona na dependência directa da Ministra da Educação, com enquadramento nos PO Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 -2013 e sediada em Faro.
COCOF 08/0020/03 (remitida pelo IFDR via e-mail em 04.06.2008)	29-05-2008	Nota de Orientações para a adopção de procedimentos simplificados na gestão de projectos submetidos a Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013
RCM 90/2008	03-06-2008	Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Norma IFDR n.º01/2008 – Processo de Certificação de Despesas	04-06-2008	Define os modelos padronizados e as condições específicas aos quais deve obedecer a prestação de informação a transmitir pelas Autoridades de Gestão à Autoridade de Certificação, no âmbito do processo de certificação de despesas.
IFDR/UCGO - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	05-06-2008	Definição de grandes projectos e conteúdo das decisões.
Desp. 16.068/2008	12-06-2008	MFAP / MAOTDR (02.06.2008) Regula os aspectos complementares do circuito financeiro do FEDER e do Fundo de Coesão, dotando-o de regras claras e de aplicação inequívoca a todas as entidades que intervêm nas funções de gestão e de pagamento.
D. Reg. 13/2008	18-06-2008	Altera o D. Reg. 84-A/2007, no que se refere a prazos
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no IAPMEI, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros celebrado entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Turismo de Portugal, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no Turismo de Portugal, IP, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico - IAPMEI, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Instituto do Turismo de Portugal, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Turismo de Portugal, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a AIECEP, EPE no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – AIECEP, EPE no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a Agência de Inovação, SA no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Agência de Inovação, SA no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	02-07-2008	Aprova o Regulamento do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Desp. 18 120/2008	07-07-2008	QCA III / QREN 2007-2013: Estabelece a relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do POEFDS para a Estrutura de Missão do POPH.
Desp. 18 223/2008	08-07-2008	QREN 2007-2013: Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18223/2008 a n.º 18235/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro, in: D.R. N.º 130/2008, Série II, de 8 de Julho: . Despacho n.º 18223/2008 - Aprovação do Regulamento Específico que Define o Regime de Acesso aos Apoios Concedidos no Âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 2.3, «Formações Modulares Certificadas», do Eixo n.º 2» (implica Transição entre o QCA III e o QREN); (...)
Port. 596-B/2008	08-07-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervensões Territoriais Integradas», da medida n.º 2.4, «Intervenções territoriais integradas», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODOR, ao abrigo do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN). (...)
Desp. 18.348/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Assunção das responsabilidades inerentes ao Programa Operacional Regional do Algarve do QCA III pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve do QREN.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 18.349/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Nomeação da secretária técnica coordenadora do Programa Operacional Regional do Algarve responsável pela coordenação geral e acompanhamento das questões transversais.
Desp. 18 359/2008	09-07-2008	Governo / QREN 2007-2013 / Legislação-base / Emprego e Formação profissional / Fundos Estruturais / FSE / Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18359/2008 a n.º 18370/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro - D.R. n.º 131, Série II de 2008-07-09: Despacho n.º 18359/2008 - Aprovação do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção 5.2 «Estágios Profissionais», (...)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	15-07-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico da Saúde
Port. 711/2008	31-07-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT).
Anúncio 719/2008	19-08-2008	Governo / IFDR / QREN / Sistema de Informação / Anúncio de Concurso - Anúncio de Concurso n.º 719/2008 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Descrição/objecto do concurso: Aquisição de serviços para produção de anúncio de televisão para promoção institucional da marca QREN, nos termos e condições definidos no programa de concurso e no caderno de encargos.
DL 175/2008	26-08-2008	Cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER celebrado entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, no domínio da Agenda dos Factores de Competitividade	02-10-2008	Regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-10-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC
Norma IFDR n.º2/2008 Sistema Contabilístico de Dívidas	16-10-2008	Institui o Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão, que visa assegurar toda a informação necessária ao acompanhamento individual de cada um dos processos de dívida por parte das Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, da Entidade Pagadora FEDER e do Fundo de Coesão e das Entidades Pagadoras dos Programas Operacionais.
Desp. 26 194/2008	20-10-2008	Nomeação dos coordenadores de unidade do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 26 863/2008	23-10-2008	Pessoal que transita para o Secretariado Técnico do PO Regional do Algarve do QREN.
Orientações Técnicas - IFDR/02/2008 - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	27-10-2008	Publicação da lista de beneficiários - sistematiza o formato, a forma e a periodicidade da informação, a publicar por operação, relativa aos dados dos beneficiários de fundos comunitários
Desp. 27 671/2008	29-10-2008	Presidente da CCDR Algarve (17.10.2008): Delegação de competências na Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, para Outorgar em nome da CCDR -Algarve contratos ou outros acordos que interessem à prossecução das suas atribuições no âmbito do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	19-11-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Norma IFDR n.º 3/2008 - Procedimento de Contingência do registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão	12-12-2008	Identifica os aspectos operacionais do procedimento de contingência adoptados pelo IFDR no âmbito do sistema de informação e de identificação dos elementos de informação e registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	31-12-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento do SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-01-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Norma IFDR n.º 1/2009 - Parcerias público - privadas promovidas por municípios	30-01-2009	Identificação sumária da base legal das parcerias público - privadas e análise do enquadramento de parcerias público - privadas por municípios para efeito de co-financiamento, no âmbito do QREN, da construção e exploração de infra-estruturas colectivas em que o beneficiário seja uma empresa de direito privado
Desp. 4749/2009	09-02-2009	É aprovado o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 6.12 — Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social, do Eixo 6 — Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (POPH), e das correspondentes tipologias de intervenção dos seus Eixo 8 — Algarve e Eixo 9 – Lisboa.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 5849/2009	20-02-2009	SEDR (11.12.2008): Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, determina a verificação do princípio da adicionalidade relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013. Atribuições do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), estabelecidas no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril.
Portaria n.º 184/2009	20/02/2009	Aumento do limite por empresa dos auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis.
DL 65/2009	20/03/2009	Altera o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, aprovado pelo DL 287/2007 de 17/08, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
DL 66/2009	20-03-2009	Procede à primeira alteração ao DL 2/2008, de 4.1, que definiu o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, e procede à primeira alteração ao DL 37-A/2008, de 5.3, que estabeleceu as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Republica, como anexo I, o DL 2/2008, de 4.1, e, como anexo II, o DL 37-A/2008, de 5.3.
Portaria 353-A/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, aprovado pela Portaria 1463/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-B/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, aprovado pela Portaria 1462/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-C/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, aprovado pela Portaria 1464/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Reg. (CE) n.º 284/2009	07-04-2009	Altera o Regulamento (CE) n. 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
Com. Minist. Coord. POR do Continente	21-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
DL 99/2009	28-04-2009	Procede à segunda alteração ao DL 312/2007, de 17.9, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais. A comissão de acompanhamento e a comissão de gestão do QCA III mantêm-se em funções até 31 de Dezembro de 2009.
Reg. (CE) n.º 396/2009	06-05-2009	Regulamento (CE) n.º 396/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, que altera o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 relativo ao Fundo Social Europeu para alargar os tipos de custos.
Reg. (CE) n.º 397/2009	06-05-2009	Altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que respeita à elegibilidade dos investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis no sector da habitação
Declaração de Rectificação 33/2009	19/05/2009	Rectificação ao Anexo I do DL 65/2009 (limites máximos de incentivos às empresas, expressos em equivalente de subvenção bruta)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	28-05-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR do Continente	05-06-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Assistência Técnica
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico Optimização da Gestão dos Resíduos

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Revisão do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
RCM 74/2009	26-08-2009	Procede à primeira alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Reg. (CE) n.º 846/2009	01/09/2009	Altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão e prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
Com. Minist. Coord. QREN	18/09/2009	Revisão aprovada do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
RCM 91/2009	22-09-2009	Procede à segunda alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Despacho MAOTDR n.º 10/2009	24/09/2009	Fixa as regras comuns relativas a tipologias de despesas não elegíveis a financiamento pelo FEDER e Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	25-09-2009	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Desp. 22 143/2009	06-10-2009	SEDR (24.09.2009): Constituição do grupo de trabalho para a coordenação das Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. QREN. [CCDR Algarve]. Rectificado pela Decl. de Rectif. 2633/2009, D.R. II Série, de 28.10.2009.
REGULAMENTO (CE) N.º 1177	30-11-2009	Altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos
Desp. 523/2010	08-01-2010	MEID (23.12.2009): Nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 artigo 8.º e do artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12, dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, atento o disposto no DL 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo DL 278/2009, de 2.10, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º e nos artigos 109.º e 110.º, delego, no Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento (SEAD): Comissões de coordenação e desenvolvimento regional, em matéria de desenvolvimento regional e de fundos comunitários, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12; Quadros comunitários de apoio e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); Programa de iniciativa INTERREG; Programas operacionais regionais do Continente (PO); âmbito do QCA III. Delegação também, nos restantes secretários de Estado.
Desp. 4967/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Ao abrigo e nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 5 e dos anexos VI, VII e VIII da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009, de 22 de Setembro, do n.º 3 do artigo 19.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 17.º do Decreto -Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, renova a da comissão de serviço da licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho, titular do cargo de secretária técnica do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 4968/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Ao abrigo e nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 5 e dos anexos VI, VII e VIII da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009, de 22 de Setembro, do n.º 3 do artigo 19.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 17.º do Decreto -Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, determino o seguinte d) O licenciado Rodrigo Manuel Ferreira Brum, para o cargo de secretário técnico do Programa Operacional Regional do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2010.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 6816/2010	19-04-2010	SEAL (08.04.2010): Determina a simplificação de procedimentos destinados a tornar mais simples e céleres a execução de investimentos de iniciativa municipal na operacionalização do QREN. Para efeitos da instrução do procedimento previsto no n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, seja dispensada a apresentação de contrato de financiamento, sendo bastante a apresentação, pelo município interessado, de uma declaração, a emitir pela entidade de gestão, que ateste a aprovação da operação, fixe a taxa de co -financiamento, [QREN], o valor do investimento total e do investimento elegível Despacho n.º 6816/2010. D.R. n.º 75, Série II de 2010-04-19
Deliberação da CMC do QREN	20/04/2010	Alteração ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. Do Continente	20-04-2010	Alteração aos regulamentos Específicos relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos programas Operacionais Regionais do Continente
Regulamento (EU) N° 437	19-05-2010	Altera o Reg (CE) n.º 1080/2006 no que respeita à elegibilidade de intervenções habitacionais a favor de comunidades marginalizadas
D.Norm. 12/2010	21-05-2010	MEID/MADRP/MTSS: Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), para o período de programação de 2007-2013. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 84 -A/2007, de 10 de Dezembro, com a redacção introduzida pelas Declarações de Rectificação n.os 3/2008 e n.º 5 -A/2008, de, respectivamente, 30 de Janeiro e 8 de Fevereiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2008, de 18 de Junho, e do disposto no artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12. [QREN].
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia
Regulamento (EU) N° 539	16-06-2010	Altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	18-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Lei 31/2010	02-09-2010	Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas. (QREN).
Desp. 14 107/2010	08-09-2010	MAOT (06.08.2010):Simplificação do conteúdo dos documentos de enquadramento estratégico (DEE). No sentido da optimização da aplicação das verbas do QREN, designadamente as relativas à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento inseridas no POVT — Eixo II e ao Ciclo Urbano da Água — vertente em baixa — modelo não verticalizado relativo aos POR, estipulam os respectivos regulamentos específicos a necessidade de elaboração de um documento de enquadramento estratégico (DEE).
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Portaria 1101/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME,
Portaria 1102/2010	25-10-2010	Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
Portaria 1103/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação,
Comissão de Acompanhamento	29-10-2010	Aprovação dos critérios de selecção das operações de Requalificação da Rede Escolar do 2º e 3º ciclo
Comissão de Acompanhamento	02-11-2010	Aprovação dos critérios de selecção da Iniciativa JESSICA
Com. Minist. Coord. POR do Continente	06-12-2010	Alteração ao Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR do Continente	07-12-2010	Alteração ao Regulamento Específico Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
RAR 140/2010	20-12-2010	Recomenda ao Governo que accione os mecanismos necessários à concretização do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE); Avalie a execução do PROVERE no que respeita à região do Algarve e promova as iniciativas necessárias para que o mesmo se assuma como uma resposta à crise e à fractura interior-litoral nesta região.